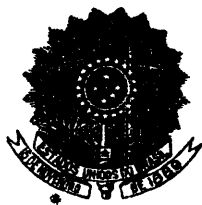


COLLECÇÃO DAS LEIS
DA
REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
DE
1935

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

(JANEIRO A DEZEMBRO)



— RIO DE JANEIRO —
IMPRENSA NACIONAL — 1936

INDICE

1935

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

| | Pags. |
|--|-------|
| N. 1 — FAZENDA — Decreto de 16 de janeiro de 1935 — Revigora, para o exercicio de 1935, o saldo do credito especial de 250.000:000\$000, aberto pelo decreto n. 23.298, de outubro de 1933, de que trata o decreto n. 24.079, de 4 de abril de 1934, e o de 10.000:000\$000 aberto pelo de- creto n. 24.779, de 14 de julho de 1934..... | 1 |
| N. 2 — FAZENDA — Decreto de 16 de janeiro de 1935 — Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Fa- zenda, o credito especial de 142:800\$, para pa- gamento de vencimentos e gratificação da Ta- bella Lyra não recebidos pelo Dr. Carlos Chagas, como director do Instituto de Mangui- nhos | 2 |
| N. 3 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de janeiro de 1935 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Agricultura, um credito es- pecial de 500:000\$000 para os serviços de ex- portação de algodão | 2 |
| N. 4 — FAZENDA — Decreto de 23 de janeiro de 1935 — Estabelece que os fieis da Recebedoria do Districto Federal e da de São Paulo passam a denominar-se ajudantes de thesoureiro, e dá outras providencias | 3 |
| N. 5 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — De- creto de 24 de janeiro de 1935 — Dispõe sobre o provimento dos corpos do Ministerio Pu- | |

| | |
|--|---|
| blico Eleitoral e fixa o subsidio e outras vantagens dos juizes e procuradores..... | |
| N. 6 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de janeiro de 1935 — Revigora o saldo do credito especial aberto do Ministerio da Viação e Obras Publicas pelo decreto n. 24.756, de 14 de julho de 1934 | 5 |
| N. 7 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de janeiro de 1935 — Fica aberto, pelo Ministerio das Relações Exteriores, um credito especial de 15:125\$100, para pagamento dos vencimentos e representação do primeiro secretario Cesar de Mesquita Serva | 6 |
| N. 8 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de janeiro de 1935 — Dilata por mais seis mezes o prazo a que se refere o art. 40 da lei n. 24.694, de 12 de julho de 1934 | 6 |
| N. 9 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de janeiro de 1935 — Dilata por mais seis mezes o prazo estabelecido pelo artigo 38 e seu paragrapho, do decreto numero 24.694, de 12 de julho de 1934..... | 7 |
| N. 10 — MARINHA — Decreto de 25 de janeiro de 1935 — Concede aos patrões das embarcações do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, que tiveram mais de vinte annos de servico, e possuirem carta de mestre de pequena cabotagem, as honras e regalias de que gosam os sub-officiaes da Armada | 7 |
| N. 11 — MARINHA — Decreto de 25 de janeiro de 1935 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Marinha, do credito especial de 3.000:000\$, para custear a viagem de instrucção dos guardas-marinha que terminaram o curso de 1934 | 8 |
| N. 12 — FAZENDA — Decreto de 25 de janeiro de 1935 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Marinha, do credito especial da importancia de 1.641:255\$000, para occorrer ao pagamento de material fornecido ao referido ministerio | 8 |
| N. 13 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de janeiro de 1935 — Estabelece o termo inicial do prazo da prescripção, prevista no art. 178, §§ 1º e 7º, n. 1, doCodigo Civil | 9 |

Pag.

| | |
|---|----|
| N. 14 — EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, GUERRA, E MARINHA — Lei de 29 de janeiro de 1935 — Modifica a legislação do ensino | 10 |
| N. 15 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — De- creto de 31 de janeiro de 1935 — Declara aberto, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 4.812:000\$000, para pagamento dos subsídios dos Deputados e das despesas de- correntes da publicação do "Diário do Poder Legislativo", durante o período de 1 de ja- neiro a 28 de abril do corrente anno..... | 11 |
| N. 16 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 1 de fevereiro de 1935 — Autoriza a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de 1.900:000\$000, para rea- justar diárias do pessoal jornalista da Estrada de Ferro Central do Brasil | 11 |
| N. 17 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Lei de 1 de fevereiro de 1935 — Autoriza a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o cré- dito especial de 1.300:000\$000 para regularizar a despesa já feita com a aquisição de óleo combustível para a Estrada de Ferro Central do Brasil | 12 |
| N. 18 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 1 de fevereiro de 1935 — Abre, pelo Minis- terio da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de 1.900:000\$000, para reajustar diárias do pessoal jornalista da Estrada de Ferro Central do Brasil | 13 |
| N. 19 — GUERRA — Lei de 2 de fevereiro de 1935 — Dispõe sobre a situação dos officiaes do Exer- cito nos cursos superiores | 13 |
| N. 20 — RELAÇÕES EXTERIORES — Lei de 5 de fe- vereiro de 1935 — Fica aberto, pelo Minis- terio das Relações Exteriores, um crédito es- pecial de 2.700:000\$000 para a legalização de despesas já feitas com a hospedagem de pes- soas illustres | 14 |
| N. 21 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Lei de 6 de fevereiro de 1935 — Autoriza a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o cré- dito especial de 3.000:000\$000, para paga- mento de despesas de conservação e reparação das estradas de rodagem Rio-Petropolis, Rio- São Paulo, Rio-Minas e Rio-Bahia | 15 |

| | Pags. |
|---|-------|
| N. 22 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Lei de 9 de fevereiro de 1935 — Autoriza a permuta do terreno onde existe o edificio do Ministerio da Viação e Obras Publicas, ora em demolição, com a Prefeitura do Districto Federal.. | 15 |
| N. 23 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 11 de fevereiro de 1935 — Revigora as disposições constantes do art. 1º e seus parágraphos, do decreto n. 22.106, de 18 de novembro de 1932, e dá outras providencias.... | 16 |
| N. 24 — RELAÇÕES EXTERIORES — Lei de 13 de fevereiro de 1935 — Suspende, até 31 de dezembro de 1935, a execução da tabella de ajudas de custo a que se refere o decreto n. 17.451, de 6 de outubro de 1926, e dá outras providencias | 24 |
| N. 25 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 14 de fevereiro de 1935 — Autoriza o Poder Executivo a entrar em accôrdo com os herdeiros do ex-Imperador do Brasil, D. Pedro II, para aquisição da corôa imperial e dá outras providencias | 25 |
| N. 26 — RELAÇÕES EXTERIORES — Lei de 14 de fevereiro de 1935 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio das Relações Exteriores, do credito especial de 3.900:000\$, para legalização das despesas feitas com a aquisição e reparação de um predio, em Washington, para a Embaixada do Brasil na Republica dos Estados Unidos da America do Norte | 26 |
| N. 27 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 15 de fevereiro de 1935 — Abre, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 59:432\$600, para pagamento a funcionarios das Secretarias da Camara dos Deputados e Senado Federal | 26 |
| N. 28 — FAZENDA — Lei de 15 de fevereiro de 1935 — Estabelece que os contractos para importação de mercadorias do estrangeiro, inclusive os celebrados pela administração publica, não se incluem nos dispositivos do decreto numero 23.501, de 27 de novembro de 1933.. | 27 |
| N. 29 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 29 de fevereiro de 1935 — Dispõe sobre o funcionamento da Camara Municipal do Districto Federal até ser elaborada a respectiva lei organica, e dá outras providencias..... | 28 |

| | Pags. |
|---|-------|
| N. 30 — AGRICULTURA — Lei de 22 de fevereiro de 1935 — Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito de 12:000\$000 para occorrer ao pagamento da differença de vencimentos do procurador geral do Territorio do Acre | 30 |
| N. 31 — AGRICULTURA — Lei de 23 de fevereiro de 1935 — Revigora, com exclusão do seu parographo unico, o art. 3º do decreto n. 12.982, de 24 de abril de 1918, e revoga o decreto n. 16.739-A, de 31 de dezembro de 1924.... | 31 |
| N. 32 — MARINHA — Lei de 23 de fevereiro de 1935 — Fixa a força naval para o exercicio de 1935, e dá outras providencias | 31 |
| N. 33 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Lei de 25 de fevereiro de 1935 — Dá nova denominação ao Serviço de Dermatologia e Syphiligraphia da Directoria de Assistencia Hospitalar, e outras providencias | 32 |
| N. 34 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Lei de 28 de fevereiro de 1935 — Approva o termo de ajuste e de permuta e de immissão de posse firmado em 15 de dezembro de 1910 entre a E. F. Central do Brasil e "The Leopoldina Railway Cº. Ltd.", referente á permuta do immovel á rua Senador Furtado n. 36, pertencente á Fazenda Nacional, pelo immovel situado á rua 24 de maio n. 95, antigo 41, e actualmente n. 139, de propriedade de "The Leopoldina Railway Cº. Ltd.", ambos no Districto Federal | 33 |
| N. 35 — FAZENDA — Lei de 9 de março de 1935 — Rectifica verbas de despesa a cargo do Ministerio da Viação e Obras Publicas, fixadas pela lei orçamentaria para exercicio de 1935 | 34 |
| N. 36 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 25 de março de 1935 — Manda adoptar, na Policia Militar e no Corpo de Bombeiros do Districto Federal, as promoções por antiguidade dos postos de major e de tenente-coronel, e dá outras providencias | 35 |
| N. 37 — MARINHA — Lei de 30 de março de 1935 — Autoriza o Poder Executivo a effectivar nos respectivos postos os segundos tenentes comissionados do Corpo de Fuzileiros Navaes, contando antiguidade de sua commissão para o effeito de promoção | 36 |

| | Pags. |
|---|-------|
| N. 38 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 4 de abril de 1935 — Define crimes contra a ordem politica e social | 36 |
| N. 39 — MARINHA E GUERRA — Decreto de 8 de abril de 1935 — Revigora o artigo 6º da lei n. 9-A, de 12 de dezembro de 1934, e dá outras providencias | 45 |
| N. 40 — FAZENDA — Lei de 10 de abril de 1935 — Autoriza a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 12.818:686\$189, para pagamento de gratificações addicionaes que deixaram de ser pagas em virtude dos decretos ns. 19.582 e 19.565, de 12 e 6 de janeiro de 1935 | 45 |
| N. 41 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Lei de 12 de abril de 1935 — Autoriza o Governo a contractar o serviço de navegação nos rios Tocantins e Araguaya | 97 |
| N. 42 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, FAZENDA, RELAÇÕES EXTERIORES, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, AGRICULTURA, GUERRA, MARINHA, EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA, TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de abril de 1935 — Regula a concessão de licenças especiaes a funcionarios publicos (1) | 97 |
| N. 43 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Lei de 25 de abril de 1935 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, do credito especial de 6:370\$000, para pagamento a credores da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte | 99 |
| N. 44 — AGRICULTURA — Lei de 25 de abril de 1935 — Autoriza o Governo a adquirir a chacara encravada no predio onde está installada a Estação Experimental de Lages | 99 |
| N. 45 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 27 de abril de 1935 — Reorganiza a Secretaria do Senado Federal | 100 |
| N. 46 — MARINHA — Lei de 27 de abril de 1935 — Autoriza o augmento do numero de vagas para admissão no Curso Previo da Escola Naval.. | 101 |
| N. 47 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de abril de 1935 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito es- | |

| | Página |
|---|--------|
| pocial de 28:567\$741, para pagamento de vencimentos ao funcionario da Secretaria da Camara dos Deputados Eloy Pontes | 102 |
| N. 48 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 4 de maio de 1935 — Modifica o Codigo Eleitoral | 103 |
| N. 49 — FAZENDA — Lei de 9 de maio de 1935 — Proroga, até 30 de setembro de 1936, o prazo para pagamento da segunda prestação estafuida no decreto n. 22.626, de 1933 | 153 |
| N. 50 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Lei de 13 de maio de 1935 — Applicação de dotação orçamentaria | 154 |
| N. 51 — GUERRA, MARINHA, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, FAZENDA, RELAÇÕES EXTERIORES, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA, TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, — Lei de 14 de maio de 1935 — Dispõe sobre reajustamento de vencimento dos militares.. | 157 |
| N. 52 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Lei de 16 de maio de 1935 — Regula a escolha dos directores de estabelecimentos componentes de Universidades | 158 |
| N. 53 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Lei de 18 de maio de 1935 — Autoriza o Poder Executivo a despendar os recursos constantes da verba 22ª, sub-consignação 1, do orçamento vigente do Ministerio da Educação | 159 |
| N. 54 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Lei de 18 de maio de 1935 — Autoriza o Poder Executivo a despendar até a quantia de 6.867:068\$282, em supplementação da verba 9ª, consignação III, sub-consignação n. 10, art. 9ª, da Lei n. 5, de 13 de novembro de 1934 | 159 |
| N. 55 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 23 de maio de 1935 — Autoriza o Governo a confiar a uma associação civil a direcção e administração da Secção Feminina do Instituto Sete de Setembro, e dá outras providencias | 160 |
| N. 56 — RELAÇÕES EXTERIORES — Lei de 24 de maio de 1935 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito especial de 310:000\$000, para estudos preliminares da construcção da ponte internacional sobre o rio Uruguay.... | 160 |

| | | |
|---------|--|-----|
| N. 57 — | RELAÇÕES EXTERIORES — Lei de 24 de maio de 1935 — Abre, pelo Ministerio das Relações Exteriores, o credito especial de 10.400:000\$000, para attender ás despesas a serem realizadas com a visita do Sr. Presidente da Republica ás Republicas do Uruguay e Argentina | 161 |
| N. 58 — | EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Lei de 24 de maio de 1935 — Autoriza a aquisição de obras de pintura e esculptura deixadas pelo artista brasileiro Decio Villares | 162 |
| N. 59 — | EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Lei de 29 de maio de 1935 — Autoriza o Poder Executivo a fazer uma operação de credito destinada a melhorar as installações da Assistencia a Psychopathas | 162 |
| N. 60 — | EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Lei de 3 de junho de 1935 — Autoriza a adquirir os livros etc., que pertenceram a Coelho Netto.. | 163 |
| N. 61 — | JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 4 de junho de 1935 — Estabelece normas para o provimento dos officios de tabelliães de notas | 164 |
| N. 62 — | TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Lei de 5 de junho de 1935 — Assegura ao empregado da industria ou do commercio uma indemnização quando não exista prazo estipulado para a terminação do respectivo contracto de trabalho e quando fôr despedido sem justa causa, e dá outras providencias..... | 164 |
| N. 63 — | JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 10 de junho de 1935 — Fixa a data para a terminação do mandato do Prefeito do Districto Federal | 168 |
| N. 64 — | JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 13 de junho de 1935 — Declara feriado nacional o dia 14 de junho de 1935 | 168 |
| N. 65 — | JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 13 de junho de 1935 — Estabelece a competencia do juiz de menores do Districto Federal para processar e julgar as infracções de leis e regulamentos de assistencia e protecção a menores, e dispõe sobre os exames a que devem ser submettidos os menores processados | 169 |

Pags.

- N. 66 — GUERRA — Lei de 13 de junho de 1935 —
Autoriza a abrir o credito especial de
2.500:000\$000, para ultimação das obras
iniciadas na 7ª Região Militar 170
- N. 67 — FAZENDA — Lei de 13 de junho de 1935 —
Providencia sobre o saldo das dotações orça-
mentarias e suas applicações pela Camara dos
Deputados e Senado Federal 170
- N. 68 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — De-
creto de 15 de junho de 1935 — Autoriza a
abertura do credito especial de 11:577\$418,
para occorrer ao pagamento de vencimentos
a que têm direito funcionarios da Secretaria
da Camara dos Deputados, no exercicio de
1934 171
- N. 69 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Lei de
15 de junho de 1935 — Revigora o credito
especial de 507:953\$600, aberto pelo de-
creto n. 24.317, de 1 de junho de 1931, des-
tinado a attender ás despesas com os serviços
de ampliação da Usina Acary 172
- N. 70 — AGRICULTURA — Lei de 16 de junho de
1935 — Autoriza a abrir o credito especial
de 438:423\$500, pelo Ministerio da Agricul-
tura, para auxilio a que têm direito as em-
presas de fiação de seda nacional 173
- N. 71 — FAZENDA — Lei de 17 de junho de 1935 —
Abre o credito extraordinario de 1.000:000\$,
destinado a socorrer as victimas dos tempo-
raes e innundações da primeira quinzena de
maio, na capital e em outros municipios da
Bahia, e dá outras providencias 173
- N. 72 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Lei de 18
de julho de 1935 — Autoriza a abrir, pelo Mi-
nisterio da Viacão, o credito especial até a
importancia de dez mil côntos de réis (réis
10.000:000\$000) para liquidar os compro-
missos já assumidos e conservação das estr-
das de rodagem no Paraná, a cargo do 5º Ba-
talhão de Engenharia 175
- N. 73 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Lei de 18
de junho de 1935 — Autoriza o Governo a abrir
o credito de 1.500:000\$000, para occorrer
ás despesas com a execução do convenio fir-
mado entre o Uruguay e o Brasil 175
- N. 74 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Lei de
24 de junho de 1935 — Altera o anno lectivo

| | Paga. |
|--|-------|
| corrente nas ultimas series dos cursos de ensino superior, no Estado do Rio Grande do Sul | 176 |
| N. 75 — FAZENDA, EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA, AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, MARINHA, RELAÇÕES EXTERIORES, GUERRA, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERIO — Lei de 24 de junho de 1935 — Determina que os pedidos de abertura de creditos sejam encaminhados ao Poder Legislativo por exclusivo intermedio do Ministro da Fazenda | 177 |
| N. 76 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 26 de junho de 1935 — Abre o credito extraordinario de 300:000\$000, destinado a socorrer as victimas das enchentes do rio Parahyba, no Estado do Piahy, e dá outras providencias | 177 |
| N. 77 — GUERRA — Lei de 1 de julho de 1935 — Altera a idade para a matricula dos capitães combatentes do Exercito na Escola de Estado-Maior | 178 |
| N. 78 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 3 de julho de 1936 — Abre o credito especial de 1.467:999\$200, pelo Ministerio da Justiça, para pagar a juizes e procuradores dos tribunaes da Justiça Eleitoral | 179 |
| N. 79 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, FAZENDA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, GUERRA, RELAÇÕES EXTERIORES, MARINHA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA, TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERIO — Lei de 8 de julho de 1935 — Concede, com ordenado ou soldo por inteiro, a prorrogação de licença de que trata o § 2º, do art. 19, do decreto n. 11.663, de 1921, e dá outras providencias | 182 |
| N. 80 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Lei de 15 de julho de 1935 — Revigora o art. 2º do decreto n. 4.659-A, de 19 de janeiro de 1923.... | 182 |
| N. 81 — FAZENDA — Lei de 23 de julho de 1935 — Concede á Liga Brasileira contra a Tuberculose o dominio pleno do terreno onde está construida a sua séde social, isentando-o de impostos federaes, bem como o respectivo edificio | 183 |
| N. 82 — Não foi publicado | 184 |

| | |
|--|-----|
| N. 83 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Lei de 23 de julho de 1935 — Concede creditos á Faculdade de Medicina da Bahia | 184 |
| N. 84 — FAZENDA — Lei de 23 de julho de 1935 — Determina o pagamento de 22:110\$ a D. Leopoldina de Mattos Porto, viuva do 2º tenente Ezequiel da Silva Porto | 184 |
| N. 85 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Lei de 20 de julho de 1935 — Concessão de credito para conclusão do Hospital Infantil..... | 185 |
| N. 86 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Lei de 7 de agosto de 1935 — Autoriza a abrir o credito de 395:647\$098, para pagar diarias ao pessoal marítimo da Saude do Porto do Rio de Janeiro | 186 |
| N. 87 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Lei de 7 de agosto de 1935 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito especial de 7.550:000\$000, para obras nas linhas ferreas e telegraphicas no Estado da Bahia, e outras, e revigora o credito de 15.561:617\$394, para cumprir o contracto relativo á Estrada de Ferro Paracatú | 186 |
| N. 88 — AGRICULTURA — Lei de 10 de agosto de 1935 — Abre o credito especial de 300:000\$000, para occorrer ás despesas com o combate á raiva em varias zonas do paiz | 187 |
| N. 89 — FAZENDA — Lei de 20 de agosto de 1935 — Autoriza o Poder Executivo a incluir na divida passiva da União, com o credito de de 250.000:000\$, as indemnizações do Tratado de Pedras Altas | 188 |
| N. 90 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Lei de 27 de agosto de 1935 — Dispõe sobre o prazo para o registro dos chimicos | 189 |
| N. 91 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 28 de agosto de 1935 — Determina regras pelas quaes são as sociedades declaradas de utilidade publica | 189 |
| N. 92 — FAZENDA — Lei de 4 de setembro de 1935 — Muda a categoria dos actuaes fieis de thesoureiro ou de pagadores, os quaes passarão a ser denominados ajudantes | 190 |
| N. 93 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 5 de setembro de 1935 — Declara feriado nacional, sómente para effeitos escolares, o dia 6 de setembro de 1935 | 191 |

| | Página. |
|---|---------|
| N. 94 — AGRICULTURA — Lei de 10 de setembro de 1935 — Prorroga até 20 de julho de 1936, o prazo fixado no art. 1º do decreto n. 24.642, de 1934 | 191 |
| N. 95 — FAZENDA — Lei de 12 de setembro de 1935 — Autoriza o Governo a dar garantia a uma operação de crédito até a importância de 50.000:000\$000, entre o Estado do Rio Grande e o Banco do Brasil, destinada ao resgate da emissão de bonus feita pelo mesmo Estado... | 192 |
| N. 96 — FAZENDA — Lei de 20 de setembro de 1935 — Autoriza a pagar aos professores Enoch da Rocha Lima e outros, do Collegio Pedro II, a diferença de vencimentos a que têm direito | 193 |
| N. 97 — FAZENDA — Lei de 20 de setembro de 1935 — Abre o crédito extraordinário de 200:000\$ (duzentos contos de réis), para socorrer o Estado de Sergipe, em razão das enchentes dos rios, que regam os territórios do mesmo Estado | 193 |
| N. 98 — FAZENDA, TRABALHO, INDUSTRIA E COM-MERCIO, AGRICULTURA, JUSTIÇA E NE-GOCIOS INTERIORES — Lei de 30 de setem-bro de 1935 — Regula a amortização de di-vidas sujeitas á lei da moratoria e prorroga até 31 de dezembro de 1935, o prazo fixado para pagamento da primeira prestação annual | 194 |
| N. 99 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 1 de outubro de 1935 — Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Justiça, o crédito especial de 170:787\$000, para pagamento ao desem-bargador Pedro de Alcantara Nabuco de Abreu e outros | 195 |
| N. 100 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Lei de 8 de outubro de 1935 — Autoriza a publicação das obras do engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito..... | 196 |
| N. 101 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 9 de outubro de 1935 — Revigora, por dois annos, a validade do ultimo concurso para me-dico da Policia Militar do Districto Federal.. | 197 |
| N. 102 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — De-creto de 11 de outubro de 1935 — Abre o cre-dito especial de 9:000\$000 para pagamento de ajuda de custo devida aos ex-deputados Or- | |

| | Página |
|--|--------|
| lando da Costa Meira, Thomaz Gomes Pinto e Floriano Pereira da Silva e dá outras providencias | 198 |
| N. 103 — FAZENDA E AGRICULTURA — Lei de 14 de outubro de 1935 — Concede premio ao inventor de machinas para extrahir a cêra de carnaúba | 198 |
| N. 104 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, FAZENDA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, GUERRA, MARINHA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA, TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Lei de 18 de outubro de 1935 — Dispõe sobre o direito de promoção dos funcionarios subalternos das Secretarias de Estado | 199 |
| N. 105 — FAZENDA — Lei de 22 de outubro de 1935 — Provê a aquisição de predios de moradias e fianças para aluguel de casas destinadas aos funcionarios publicos | 200 |
| N. 106 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Lei de 23 de outubro de 1935 — Institue a Caixa de Garantia e Previdencia dos Corretores da Bolsa de Fundos Publicos do Rio de Janeiro e dá outras providencias | 201 |
| N. 107 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Lei de 26 de outubro de 1935 — Autoriza o Poder Executivo a renovar os contractos de navegação nas linhas dos Autazes, do Alto Tapajós, do São Francisco e do Amazonas | 204 |
| N. 108 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 29 de outubro de 1935 — Estabelece os diversos feriados nacionaes | 205 |
| N. 109 — AGRICULTURA — Lei de 30 de outubro de 1935 — Dispõe sobre a exportação de abacaxis | 206 |
| N. 110 — FAZENDA — Lei de 31 de outubro de 1935 — Autoriza operações de credito para execução do accordo financeiro entre o Brasil e a Inglaterra | 206 |
| N. 111 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 4 de novembro de 1935 — Dispõe sobre o funcionamento da Camara Municipal do Districto Federal, e dá outras providencias..... | 207 |
| N. 112 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Lei de 5 de novembro de 1935 — Concede pensão vi- | |

| | Pags. |
|---|-------|
| talicia a professores da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro | 208 |
| N. 113 — RELAÇÕES EXTERIORES — Lei de 6 de novembro de 1935 — Proroga até 31 de dezembro de 1936 o regimen que regula a concessão de ajudas de custo aos membros dos Corpos Diplomático e Consular | 208 |
| N. 114 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Lei de 11 de novembro de 1935 — Modifica a legislação do ensino | 209 |
| N. 115 — FAZENDA — Lei de 13 de novembro de 1935 — Orça a Receita e fixa a Despesa Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1936 | 210 |
| N. 116 — FAZENDA — Lei de 13 de novembro de 1935 — Abre o credito especial de 730\$000, pelo Ministerio da Guerra, para pagamento da differença de vencimentos ao carpinteiro do "stand" do Tiro Nacional | 250 |
| N. 117 — AGRICULTURA — Lei de 14 de novembro de 1935 — Providencia sobre a exportação de orchidéas | 250 |
| N. 118 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Lei de 18 de novembro de 1935 — Organiza o Serviço de Enfermagem da Directoria Nacional de Saude e Assistencia Medico Social | 251 |
| N. 119 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Lei de 25 de novembro de 1935 — Regula a distribuição de subvenções a Instituições de Assistência, Educação e Cultura | 251 |
| N. 120 — FAZENDA — Lei de 27 de novembro de 1935 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito especial de 2.308:650\$000, ouro, para attender á restituição ao Governo do Estado de Alagoas, da taxa de 2 %, ouro, arrecadada pela Alfandega de Maceió..... | 257 |
| N. 121 — FAZENDA — Lei de 27 de novembro de 1935 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito especial de 579:700\$000, para pagar ao pessoal da Directoria das Rendas Aduaneiras e a Fiscalização dos Impostos Internos nas Estradas de Rodagem | 258 |
| N. 122 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Lei de 27 de novembro de 1935 — Abre os creditos especiaes de 250:000\$000, para auxiliar a con- | |

| | | |
|--------|---|--------------|
| | clusão do monumento a Santos Dumont, e o de 309:000\$000 para auxilio ao monumento aos heroes da Laguna e Dourados | Pags. 259 |
| N. 123 | — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Lei de 2 de dezembro de 1935 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito supplementar de 5.600:000\$000, para pagamento da gratificação provisoria a que se refere o decreto n. 8, de 3 de agosto de 1934 | 259 |
| N. 124 | — MARINHA — Lei de 2 de dezembro de 1935 — Fica aberto o credito de 29:229\$668, para occorrer ao pagamento a que tem direito Manoel Pessoa de Mello, secretario da Directoria Geral do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro | 260 |
| N. 125 | — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, FAZENDA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, RELAÇÕES EXTERIORES, GUERRA, MARINHA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA, TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Lei de 3 de dezembro de 1935 — Estabelece regras sobre a construção de edificios publicos | 260 |
| N. 126 | — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 4 de dezembro de 1935 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito especial de 58:447\$500, para pagamento de diarias de alimentação aos mestres, motoristas e machinistas das embarcações da Inspectoria da Policia Maritima e Aérea do Districto Federal | 262 |
| N. 127 | — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 6 de dezembro de 1935 — Abre o credito supplementar de 3.902:600\$000, para pagamento de subsidio de Senadores e Deputados e de material das Secretarias da Camara dos Deputados e do Senado Federal, no periodo de 4 de novembro a 31 de dezembro de 1935 .. | 262 |
| N. 128 | — FAZENDA — Lei de 6 de dezembro de 1935 — Dispõe sobre nova cunhagem de moedas divisionarias | 264 |
| N. 129 | — FAZENDA — Lei de 7 de dezembro de 1935 — Autoriza o Poder Executivo a entrar em accordo com os credores norte-americanos para a liquidação das dividas commerciaes atrazadas | 266 |

| | Pags. |
|--|-------|
| N. 130 — GUERRA — Lei de 7 de dezembro de 1935 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito de 40.153:593\$900, suplementar ao orçamento vigente do Ministerio da Guerra | 200 |
| N. 131 — GUERRA E MARINHA — Lei de 9 de dezembro de 1935 — Fixa as forças de terra e mar para os exercicios de 1936, 1937 e 1938 | 268 |
| N. 132 — RELAÇÕES EXTERIORES — Lei de 9 de dezembro de 1935 — Autoriza o Governo a adquirir a bibliotheca que pertenceu ao ministro Ronald de Carvalho | 270 |
| N. 133 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Lei de 11 de dezembro de 1935 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito de 2.198:000\$, para serviços da Comissão de Estradas de Rodagem Federaes | 271 |
| N. 134 — GUERRA — Lei de 11 de dezembro de 1935 — Autoriza o Poder Executivo a realizar a compra de uma área de terreno pertencente a D. Maria Freitas de Albuquerque | 272 |
| N. 135 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Lei de 13 de dezembro de 1935 — Applica aos fieis de recebedores da Thesouraria Geral do Ministerio da Educação e Saude Publica as disposições constantes do decreto n. 92, de 4 de setembro de 1935 | 272 |
| N. 136 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, FAZENDA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, RELAÇÕES EXTERIORES, GUERRA, MARINHA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMMER-CIO — Lei de 14 de dezembro de 1935 — Modifica varios dispositivos da Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, e define novos crimes contra a ordem politica e social | 273 |
| N. 137 — GUERRA — Lei de 14 de dezembro de 1935 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito de 4.500:000\$, suplementar á verba 7ª (Serviço de Aviação), consignação material — Material permanente — do orçamento em vigor para o Ministerio da Guerra | 278 |
| N. 138 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Lei de 16 de dezembro de 1935 — Concede auxilio á Policlínica Geral do Rio de Janeiro..... | 278 |
| N. 139 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Lei de 16 de dezembro de 1935 — Autoriza o Poder Exe- | |

| | |
|---|-----|
| cutivo a fixar, até 2 de abril de 1945, uma subvenção annual para a "The Amazon Telegraph Company, Limited", inferior á importancia consignada para o mesmo fim na lei de orçamento para 1935 | 279 |
| N. 140 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 16 de dezembro de 1935 — Fica aberto, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito de 195:835\$000, suplementar á sub-consignação n. 6 (Policia Militar do Districto Federal) | 279 |
| N. 141 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 17 de dezembro de 1935 — Abre o credito suplementar de 50:000\$000 á sub-consignação n. 3, verba 14ª, do orçamento vigente, do Ministerio da Justiça | 280 |
| N. 142 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Lei de 18 de dezembro de 1935 — Autoriza a applicar até a importancia de 600:000\$000 no pagamento de subvenções ás instituições constituídas de accordo com o decreto n. 2º 351, de 31 de agosto de 1931 | 281 |
| N. 143 — FAZENDA — Lei de 18 de dezembro de 1935 — Suspende a exigibilidade das obrigações civis e commerciaes no Estado do Rio Grande do Norte, durante sessenta dias | 281 |
| N. 144 — FAZENDA — Lei de 18 de dezembro de 1935 — Revigora o credito de 4.000:000\$, aberto pelo decreto n. 24.678, de 12 de julho de 1934, para auxiliar a Associação Brasileira de Imprensa, na construcção do predio destinado á sua séde..... | 282 |
| N. 145 — FAZENDA — Lei de 19 de dezembro de 1935 — Manda suspender as consignações em folha do funcconalismo federal, relativos ao mez de dezembro de 1935 | 282 |
| N. 146 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Lei de 19 de dezembro de 1935 — Concede prazo de móra para que se possam quitar os requerentes ou concessionarios ou cesionarios de patentes de invenção e modelos de utilidade, que se acharem em atrazo de pagamento | 283 |
| N. 147 — GUERRA — Lei de 20 de dezembro de 1935 — Autoriza o Poder Executivo a adquirir um terreno em Faxina, no Estado de São Paulo.. | 284 |

| | Pags. |
|--|-------|
| N. 148 — GUERRA — Lei de 20 de dezembro de 1935 — Autoriza o Poder Executivo a adquirir, pelo preço de 30:000\$000, um terreno destinado ao Serviço de Remonta do Exército | 285 |
| N. 149 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Lei de 20 de dezembro de 1935 — Autoriza o Poder Exe- cutivo a abrir o credito suplementar de 3.000:000\$, para attender a pagamentos da Estrada de Ferro Jaguary-São Thiago a São Borja, no Rio Grande do Sul | 286 |
| N. 150 — AGRICULTURA — Lei de 20 de dezembro de 1935 — Dá nova organização á Secretaria da Agricultura | 286 |
| N. 151 — AGRICULTURA — Lei de 20 de dezembro de 1935 — Modifica o § 1º do art. 83 do Co- digo de Caça e Pesca, ampliando o campo de pesca para os amadores | 289 |
| N. 152 — FAZENDA — Lei de 21 de dezembro de 1935 — Autoriza a cessão, por aforamento, ao Club de Regatas Flamengo, de uma área de terreno | 289 |
| N. 153 — RELAÇÕES EXTERIORES — Lei de 23 de dezembro de 1935 — Autoriza o Poder Exe- cutivo a abrir, pelo Ministerio das Rela- ções Exteriores, os credits supplementares de 1.000:000\$000 e 600:000\$000, ás verbas 5ª e 6ª e 1.000:000\$000 á verba 4ª do orça- mento vigente | 290 |
| N. 154 — GUERRA — Lei de 23 de dezembro de 1935 — Autoriza a abrir o credito de 8.538:889\$700 para pagamento de transportes feitos pela Viação Ferrea do Rio Grande do Sul | 290 |
| N. 155 — FAZENDA — Lei de 23 de dezembro de 1935 — Revigora, pelo prazo de quatro annos, o credito especial de 25.055:805\$700, desti- nado a attender a restituição devida ao gover- no do Estado do Ceará, da taxa de 2% ouro.. | 291 |
| N. 156 — FAZENDA — Lei de 24 de dezembro de 1935 — Regula o funcionamento do Tribunal de Contas | 292 |
| N. 157 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Lei de 26 de dezembro de 1935 — Autoriza a abertura do credito de 24.000:000\$, suplementar do or- çamento vigente do Ministerio da Viação.... | 307 |

| | Pags. |
|--|-------|
| N. 158 — FAZENDA, JUSTIÇA, E NEGOCIOS INTERIORES, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, RELAÇÕES EXTERIORES, GUERRA, MARINHA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMMERÇIO — Lei de 30 de dezembro de 1935 — Dispõe sobre vencimentos do funcionalismo publico da União | 308 |
| N. 159 — FAZENDA — Lei de 30 de dezembro de 1935 — Regula a contribuição para a formação da receita dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões subordinados ao Conselho Nacional do Trabalho e dá outras providencias | 309 |
| N. 160 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 31 de dezembro de 1935 — Altera a Carteira de Redescontos, estabelecida no Banco do Brasil | 312 |
| N. 161 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMMERCIO, FAZENDA — Lei de 31 de dezembro de 1935 — Regula a expedição de cartas de provisionados e solicitadores, e o exercicio dessas profissões | 314 |

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

1935

DECRETO N. 1 — DE 16 DE JANEIRO DE 1935

Revigora, para o exercicio de 1935, o saldo do credito especial de 250.000:000\$000, aberto pelo decreto n. 23.298, de outubro de 1933, de que trata o decreto n. 24.079, de 4 de abril de 1934, e o de 10.000:000\$000 aberto pelo decreto n. 24.779, de 14 de julho de 1934

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica revigorado para o exercicio de 1935 o saldo do credito especial de duzentos e cincoenta mil contos de réis (250.000:000\$000), aberto pelo decreto n. 23.298, de outubro de 1933, e de que trata o decreto n. 24.079, de 4 de abril de 1934, para attender ao pagamento, pelo Ministerio da Fazenda, das dividas constantes da relação organizada de acôrdo com o decreto n. 21.584, de 29 de junho de 1932, mantidas as prescripções constantes do mencionado decreto numero 23.298, de 1933.

Paragrapho unico. (Vetado).

Art. 2.º Fica igualmente revigorado o credito de réis 10.000:000\$000 (dez mil contos), aberto pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, pelo decreto n. 24.779, de 14 de julho de 1934.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

José Bellens de Almeida.

DECRETO N. 2 — DE 16 DE JANEIRO DE 1935

Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 142:800\$, para pagamento de vencimentos e gratificação da Tabella Lyra não recebidos pelo Dr. Carlos Chagas, como director do Instituto de Mangueiras

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 142:800\$000 (cento e quarenta e dois contos e oitocentos mil réis) para pagamento á viúva do Dr. Carlos Chagas dos vencimentos que elle deixou de receber como director do Instituto de Mangueiras, no periodo de 1 de outubro de 1919 a 14 de novembro de 1926, sendo 127:500\$000 (cento e vinte e sete contos e quinhentos mil réis) de vencimentos, e 15:300\$000 (quinze contos e trezentos mil réis) provenientes da gratificação conhecida por Tabella Lyra, no periodo de 1 de agosto de 1922 a 14 de novembro de 1926, relevadas as prescripções em que essas dividas hajam incorrido.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1935, 111.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

José Bellens de Almeida.

DECRETO N. 3 — DE 18 DE JANEIRO DE 1935

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Agricultura, um credito especial de 500:000\$000 para os serviços de exportação de algodão

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Agricultura, um credito especial de quinhentos contos de réis (500:000\$000) para ampliação dos serviços de fiscalização commercial de algodão para exportação.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1935, 114.º da Independência e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

DECRETO N. 4 — DE 23 DE JANEIRO DE 1935

Estabelece que os fieis da Recebedoria do Districto Federal e da de São Paulo passam a denominar-se ajudantes de thesoureiro, e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sancção a seguinte resolução:

Art. 1.º Os fieis do thesoureiro da Recebedoria do Districto Federal e da de São Paulo passam a denominar-se ajudantes de thesoureiro e suas nomeações serão feitas pelo Presidente da Republica.

Art. 2.º Cada ajudante prestará ao Thesouro a fiança de 5:000\$000, observada a legislação vigente.

Art. 3.º Os thesoureiros receberão os supprimentos de dinheiro ou valores necessarios e ficarão por elles responsaveis, escripturando-os como receita em livro proprio, que será balanceado diariamente, passando os saldos respectivos, depois de conferidos, para o dia seguinte.

Art. 4.º Cessará para o thesoureiro, transferindo-os para os seus ajudantes, a responsabilidade pelas quantias ou quantidade de valores por elle entregues a estes, mediante recibo, para realização de pagamentos ou vendas de valores. Taes entregas serão escripturadas em livro proprio, sendo cada partida assignada pelo thesoureiro e pelo ajudante que receber o supprimento.

Art. 5.º Os ajudantes prestarão contas diarias dos supprimentos recebidos.

Art. 6.º Aos actuaes fieis das Recebedorias do Districto Federal e de São Paulo serão asseguradas as vantagens do presente decreto, independentemente de novas nomeações, desde que prestem a fiança estabelecida no art. 2.º no prazo que lhes for fixado no regulamento deste decreto.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1935, 114.º da Independência e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

José Belléns de Almeida.

DECRETO N. 5 — DE 24 DE JANEIRO DE 1935

Dispõe sobre o provimento dos corpos do Ministerio Publico Eleitoral e fixa o subsidio e outras vantagens dos juizes e procuradores

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que a Camara dos Deputados, exercendo cumulativamente as funções do Senado, que lhe foram conferidas pelo art. 2º das disposições transitórias da Constituição da Republica, decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Vetado.

Art. 2.º Vetado.

Art. 3.º Poderá o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, de accôrdo com as necessidades do serviço, a juizo do presidente, realizar até tres sessões ordinarias por semana.

§ 1.º Os Tribunaes Regionaes effectuarão uma sessão por semana.

§ 2.º Na época das apurações poderão, de accôrdo com as necessidades do serviço, a juizo do presidente, realizar até tres sessões ordinarias por semana.

§ 3.º Os juizes do Tribunal Superior vencerão, por presença em sessão ordinaria, ceato e vinte mil réis, e os juizes dos Tribunaes Regionaes, cem mil réis.

§ 4.º O presidente do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral perceberá, além daquella importancia por sessão ordinaria a que comparecer, mais seis contos de réis divididos em quotas de 500\$000 mensaes, para representação.

§ 5.º Os presidentes dos Tribunaes Regionaes perceberão, nas mesmas condições e para o mesmo fim, mais réis 3:600\$, divididos em quotas mensaes de 300\$000.

Art. 4.º Os membros do Ministerio Publico Eleitoral perceberão os seguintes vencimentos annuaes:

- | | |
|---|-------------|
| a) procurador no Tribunal Superior..... | 36:000\$900 |
| b) procuradores nos Tribunaes Regionaes do Districto Federal e nas zonas de mais de 100 mil eleitores | 24:000\$000 |
| c) procuradores nos demais Tribunaes Regionaes. | 18:000\$000 |

Art. 5.º Os cargos do Ministerio Publico da Justiça Eleitoral são incompativeis com qualquer outra função publica remunerada e permanente, excepto as do magisterio.

Art. 6.º Os cargos do Ministerio Publico da Justiça Eleitoral não são incompativeis com a advocacia perante a justiça comunim no fóro civil ou commercial.

Art. 7.º Os presidentes dos Tribunaes Regionaes designarão funcionarios da respectiva secretaria para servir junto á procuradoria, de accôrdo com o seu regimento, e mandarão fornecer o material necessario ao expediente da mesma Procuradoria.

Art. 8.º Os membros do Ministerio Publico Federal serão substituidos nos seus impedimentos, licenças e ferias, por bachareis em direito com os requisitos exigidos pelo art. 53 do Código Eleitoral, designados pelos presidentes dos Tribunaes.

Art. 9.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o credito necessario á execução da presente lei pela verba-taxa judiciaria, desde a data da sua promulgação, e mais os vencimentos dos procuradores desde a sua nomeação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 24 de janeiro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

DECRETO N. 6 — DE 24 DE JANEIRO DE 1935

Revigora o saldo do credito especial aberto do Ministerio da Viação e Obras Publicas pelo decreto n. 24.756, de 14 de julho de 1934

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo unico. Fica revigorada a importancia de 1.740:000\$000 do credito de 2.000:000\$000, aberto pelo decreto n. 24.756, de 14 de julho ultimo, e destinado á aquisição do material rodante e de tracção da Rêde de Viação Cearense, revogando-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

DECRETO N. 7 — DE 24 DE JANEIRO DE 1935

Fica aberto, pelo Ministerio das Relações Exteriores, um credito especial de 15:125\$100, para pagamento dos vencimentos e representação do primeiro secretario Cesar de Mesquita Serva

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministerio das Relações Exteriores, um credito especial de quinze contos cento e vinte e cinco mil e cem réis (15:125\$100), para attender ao pagamento dos vencimentos e representação do primeiro secretario Cesar de Mesquita Serva, no periodo de 15 de fevereiro a 3 de julho de 1934.

Art. 2.º Os recursos para cobertura das despesas impostas pelo art. 1º serão retirados do producto das operações destinadas para a liquidação do *deficit* de 1934.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

José Carlos de Macedo Soares.

DECRETO N. 8 — DE 25 DE JANEIRO DE 1935

Dilata por mais seis mezes o prazo a que se refere o art. 40 da lei n. 24.694, de 12 de julho de 1934

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica dilatado por mais seis mezes o prazo a que se refere o art. 40 da lei n. 24.694, de 12 de julho de 1934.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Megalhães.

DECRETO N. 9 — DE 25 DE JANEIRO DE 1935

Dilata por mais seis mezes o prazo estabelecido pelo art. 38 e seu paragrapho, do decreto n. 24.694, de 12 de julho de 1934

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica dilatado por mais seis mezes o prazo estabelecido pelo art. 38 e seu paragrapho do decreto n. 24.694, de 12 de julho de 1934, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO N. 10 — DE 25 DE JANEIRO DE 1935

Concede aos patrões das embarcações do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, que tiverem mais de vinte annos de serviço, e possuirem carta de mestre de pequena cabotagem, as honras e regalias de que gosam os sub-officiaes da Armada

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Ficam concedidas aos patrões das embarcações do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, que tiverem mais de vinte annos de serviço, e possuirem carta de mestre de pequena cabotagem, as honras e regalias de que gosam os sub-officiaes da Armada.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Protopengs Pereira Guimarães.

DECRETO N. 11 — DE 25 DE JANEIRO DE 1935

Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Marinha, do credito especial de 3.000:000\$000, para custear a viagem de instrucção dos guardas-marinha que terminaram o curso de 1934

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de tres mil contos de réis (3.000:000\$000) para custear a viagem de instrucção dos guardas-marinha que terminaram o curso em 1934, correndo esse encargo por conta das operações de credito que o Governo está autorizado a effectuar para cobrir o deficit verificado no exercicio de 1934.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Protogenes Pereira Guimarães.

José Bellens de Almeida.

DECRETO N. 12 — DE 25 DE JANEIRO DE 1935

Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Marinha, do credito especial da importancia de 1.641:255\$000, para occorrer ao pagamento de material fornecido ao referido ministerio

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Execptivo autorizado, pelo Ministerio da Marinha, a abrir um credito especial na importancia de mil seiscentos e quarenta e um contos, duzentos e cincoenta e cinco mil réis (1.641:255\$000), para occorrer ao pagamento de um milhão e seiscentas e dezeseite liras (1.647.000,00) italianas por fornecimento de material de aviação ao Ministerio da Marinha, feito pelas firmas italianas Fiat, Sezione Motori Aviazione e Società Idrovolanti Alta Italia, de accôrdo com o contracto celebrado com as mesmas.

Paraphrasso unico. Os recursos para occorrer aos compromissos constantes do art. 1.º deverão ser retirados do producto de operações destinados a cobrir o deficit de 1934 e regularizar a situação do Thesouro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Protophenes Pereira Guimarães.

José Bellens de Almeida.

DECRETO N. 13 — DE 29 DE JANEIRO DE 1935

Estabelece o termo inicial do prazo da prescrição, prevista no art. 178, §§ 1.º e 7.º, n. 1, do Código Civil

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que a Camara dos Deputados, exercendo cumulativamente as funções do Senado, na forma de Constituição Federal, decreta e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Os prazos de prescrição estabelecidos pelo Código Civil no art. 178, §§ 1.º e 7.º, n. 1, serão contados da data em que o conjuge enganado tenha tido conhecimento do facto que constitue erro essencial, nos termos do art. 219 do mesmo Código.

§ 1.º Presume-se conhecido o erro essencial se houver cohabitação por mais de dous annos, salvo se o erro versar sobre identidade pessoal do outro conjuge.

§ 2.º Carecerá de acção o conjuge que, conhecendo o erro essencial, continuar a cohabitar com o outro conjuge.

§ 3.º As disposições desta lei são applicaveis a todos os casos ainda não definitivamente julgados.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 29 de janeiro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

LEI N. 14 — DE 29 DE JANEIRO DE 1935

Modifica a legislação do ensino

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Os exames de que trata o art. 100 do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, deverão ser requeridos na segunda quinzena de janeiro e serão prestados em fevereiro, no Collegio Pedro II e nos estabelecimentos de ensino secundario equiparados ou livres, sujeitos á inspecção permanente.

Paragrapho unico. Os exames das materias da 5ª serie poderão realizar-se em janeiro.

Art. 2.º E' permittida, no corrente anno, aos alumnos não matriculados em estabelecimentos de ensino secundario, a prestação de exames nos estabelecimentos mencionados nesta lei, na mesma época que ella determina, para proseguimento do curso nas series para as quaes se habilitem, de accôrdo com as provas dos exames anteriores já prestados em conformidade com o art. 3º do decreto n. 22.106, de 18 de novembro de 1932.

Art. 3.º Para que seja considerado approvado, de accôrdo com o art. 6º da lei n. 9-A, de 12 de dezembro de 1934, é necessario que o alumno obtenha a média base exigida pelo respectivo regulamento e, concomitantemente, a média cinco, no conjuncto das materias.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1934, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Pedro Aurelio de Góes Monteiro.

Protones Guimarães.

DECRETO N. 15 — DE 31 DE JANEIRO DE 1935

Declara aberto, pelo Ministerio da Justiça, o credito especial de 4.812:000\$000, para pagamento dos subsidios dos Deputados e das despesas decorrentes da publicação do "Diario do Poder Legislativo", durante o periodo de 1 de janeiro a 28 de abril do corrente anno

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministerio da Justiça, o credito especial de quatro mil oitocentos e doze contos de réis (4.812:000\$000), sendo, quatro mil quinhentos e setenta e dous contos de réis (4.572:000\$000), destinados ao pagamento dos subsidios dos Deputados no periodo de primeiro (1º) de janeiro a vinte e oito (28) de abril do corrente anno e os restantes duzentos e quarenta contos de réis (240:000\$), destinados a occorrer ás despesas decorrentes da publicação do *Diario do Poder Legislativo* durante o mesmo espaço de tempo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 31 de janeiro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rdo.

LEI N. 16 — DE 1 DE FEVEREIRO DE 1935

Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 1.900:000\$000, para reajustar diarias do pessoal jornaleiro da Estrada de Ferro Central do Brasil

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 1.900:000\$000 (mil e novecentos contos de réis) para reajustar as diarias do pessoal jornaleiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, observar o regime de oito horas de trabalho, permittir o descanso semanal e conceder férias a que tem direito o referido pessoal, attendida a determinação constante do art. 1º do decreto n. 52, de 11 de setembro de 1934.

Art. 2.º Para a satisfação do credito mencionado no artigo acima, fica o Presidente da Republica autorizado a retirar recursos financeiros das operações de credito a que se refere o decreto n. 13, de 21 de dezembro de 1934.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1935, 111º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

LEI N. 17 — DE 1 DE FEVEREIRO DE 1935

Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 1.300:000\$000 para regularizar a despesa já feita com a aquisição de oleo combustivel para a Estrada de Ferro Central do Brasil

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 1.300:000\$000 (mil e trescentos contos de réis), para regularizar a despesa já feita, pela Commissão Central de Compras, com a aquisição de oleo combustivel destinado á Estrada de Ferro Central do Brasil, correndo essa regularização pelas operações de credito autorizadas no decreto n. 13, de 31 de dezembro de 1934.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

DECRETO N. 18 — DE 1 DE FEVEREIRO DE 1935

Abre, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 1.900:000\$000, para reajustar diarias do pessoal jornaleiro da Estrada de Ferro Central do Brasil

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 1.900:000\$000 (mil e novecentos contos de réis) para reajustar as diarias do pessoal jornaleiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, observar o regime de oito horas de trabalho, permittir o descanso semanal e conceder férias a que tem direito o referido pessoal, attendida a determinação constante do art. 1.º do decreto n. 52, de 11 de setembro de 1934.

Art. 2.º Para a satisfação do credito mencionado no artigo acima, fica o Presidente da Republica autorizado a retirar recursos financeiros das operações de credito a que se refere o decreto n. 13, de 21 de dezembro de 1934.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1935, 113.º da Independencia e 46.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

LEI N. 19 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1935

Dispõe sobre a situação dos officiaes do Exercito nos cursos superiores

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Os officiaes que, no anno da publicação da lei de promoções para officiaes do Exercito activo no tempo de paz ou de guerra, se achavam matriculados nos cursos com duração de dous ou tres annos ou exerciam cargos publicos electivos, e tenham attingido o primeiro terço durante o curso ou mandato, ou até um anno após a respectiva terminação, para fins de accesso ao posto immediato serão equiparados aquelles que se achavam no primeiro terço da data de publi-

cação, da lei de movimentação da quadros e dispensados das exigências de tempo de serviço arregimentado de que trata o art. 19 e o n. 4 do art. 22 da lei de promoções.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1935, 114.º da Independência e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Pedro Aurelio de Góes Monteiro.

LEI N. 20 — DE 5 DE FEVEREIRO DE 1935

Fica aberto, pelo Ministerio das Relações Exteriores, um credito especial de 2.700:000\$000 para a legalização de despesas já feitas com a hospedagem de pessoas illustres

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1.º Fica aberto pelo Ministerio das Relações Exteriores um credito especial de dous mil e setecentos contos de réis (2.700:000\$000) para a legalização de despesas feitas com a recepção e hospedagem de visitantes illustres e com outros gastos de natureza internacional.

Art. 2.º Para o provimento do credito especial mencionado no art. 1.º, fica o Presidente da Republica autorizado a retirar recursos financeiros das operações de credito autorizadas pelo decreto n. 13, de 31 de dezembro de 1934.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1935, 114.º da Independência e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

José Carlos de Macedo Soares.

LEI N. 21 DE 6 DE FEVEREIRO DE 1935

Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 3.000:000\$000, para pagamento de despesas de conservação e reparação das estradas de rodagem Rio-Petropolis, Rio-São Paulo, Rio-Minas e Rio-Bahia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, e por conta das operações a que se refere o decreto n. 13, de 31 de dezembro de 1934, o credito especial de tres mil contos de réis (3.000:000\$000), para occorrer ao pagamento das despesas de conservação e de reparação das estradas de rodagem Rio-Petropolis, Rio-São Paulo, Rio-Minas e Rio-Bahia, verificadas até 31 de dezembro de 1934.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de feveirciro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS-

Marques dos Reis.

LEI N. 22 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1935

Autoriza a permuta do terreno onde existe o edificio do Ministerio da Viação e Obras Publicas, ora em demolição, com a Prefeitura do Districto Federal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a permutar com a Prefeitura do Districto Federal o terreno

sito á praça 15 de novembro, onde existe o edificio, ora em demolição, do Ministerio da Viação e Obras Publicas, por outro que se preste á construcção de novo edificio para o mesmo ministerio.

Art. 2.º A permuta será feita com a condição de ser o terreno referido no artigo anterior transformado em logradouro publico e incorporado á praça 15 de novembro.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

LEI N. 23 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1935

Revigora as disposições constantes do art. 1º e seus paragraphos, do decreto n. 22.106, de 18 de novembro de 1932, e dá outras providências

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Ficam revigoradas, para admissão no corrente anno lectivo de 1935 aos cursos seriados do ensino superior, as disposições constantes do art. 1º, e seus paragraphos, do decreto n. 22.106, de 18 de novembro de 1932.

Paragrapho unico. As taxas de exames e de certificados, bem como a applicação da importancia arrecadada, deverão obedecer ao disposto no art. 8º, e respectivos paragraphos do decreto anteriormente citado.

Art. 2.º A presente lei entrará em execução na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Instruções para execução da lei n. 23, de 11 de fevereiro de 1935

Art. 1.º Nos termos do art. 1.º do decreto n. 22.106, de 18 de novembro de 1932, revigorado pela lei n. 23, de 11 de fevereiro de 1935, para admissão aos cursos superiores no corrente anno lectivo de 1935, será permitido aos estudantes que possuam seis ou mais certificados de exames preparatorios, obtidos sob o regimen de exames parcellados, prestarem os que lhes faltam, immediatamente antes dos exames vestibulares.

§ 1.º Os exames serão prestados no instituto de ensino superior federal, equiparado ou sob inspecção no qual o candidato pretender matricula.

§ 2.º Para este fim, deverão ser abertas immediatamente inscripções aos exames de preparatorios e exames vestibulares, exclusivamente para os candidatos no caso previsto na referida lei n. 23, devendo encerrar-se o prazo destas inscripções até 28 do corrente mez de fevereiro.

* § 3.º As provas dos exames de preparatorios e dos exames vestibulares subsequentes deverão estar terminadas antes de 15 de março proximo.

§ 4.º A inscripção nos exames de que trata este artigo será feita mediante requerimento firmado pelo candidato ou seu representante legal, sobre estampilha federal de 2\$000 e sello de educação, e deverá trazer appensa uma photographia para identificação do examinando, quando chamado a provas.

§ 5.º O candidato deverá instruir o requerimento de inscripção com os seguintes documentos:

a) certificados dos preparatorios obtidos sob o regimen de exames parcellados;

b) recibo de pagamento das taxas de exames.

§ 6.º Para cada exame, em que requerer inscripção, o candidato deverá apôr uma estampilha federal de 5\$000, que será inutilizada pelo director ou pelo inspector, conforme o regimen de reconhecimento official do instituto de ensino.

§ 7.º Não será chamado a provas o candidato cujos documentos não satisfacem a todas as exigencias legais.

§ 8.º Nos institutos de ensino superior sob inspecção, o processo de inscripção de cada candidato deverá ser submettido ao visto do respectivo inspector.

§ 9.º A reprovação em qualquer dos exames de preparatorios prejudicará automaticamente a inscripção no exame vestibular.

Art. 2.º Os preparatorios a que se refere a lei n. 23, de 11 do corrente, deverão ser obtidos parcelladamente e constarão das disciplinas seguintes: Portuguez, Francez, Latim, Inglez ou Allemão, Arithmetica, Algebra, Geometria e Trigonometria, Geographia Geral, Chorographia do Brasil e Cosmographia, Historia Universal e Historia do Brasil, Physica e Ohimica e Historia Natural.

Art. 3.º Os exames de preparatorios discriminados no artigo anterior versarão, para cada disciplina, sobre a materia constante dos programmas que vigoraram em 1929 para o Collegio Pedro II, não sendo permittido, sob pretexto algum, arguir-se o candidato fóra dos referidos programmas.

Art. 4.º Nos institutos de ensino superior federaes ou estaduais, a ordem e o horario dos exames serão determinados pelo respectivo director; nos institutos de ensino superior sob inspecção, caberá ao respectivo inspector a referida attribuição, ouvido o director.

§ 1.º Em qualquer caso, não haverá mais de duas provas por dia para o mesmo candidato.

§ 2.º As chamadas para exames deverão ser feitas com antecedencia e publicidade convenientes, observando-se rigorosamente a ordem alphabetica dos nomes dos candidatos inscriptos.

§ 3.º O candidato, que faltar a qualquer prova, sómente será admittido á segunda chamada si provar perante o director ou nos institutos de ensino sob inspecção, a juizo do inspector, justo impedimento em responder á primeira chamada.

Art. 5.º Os exames de preparatorios comprehenderão prova escripta e prova oral, salvo os de Physica e Chimica e de Historia Natural em que haverá prova escripta e prova pratico-oral.

§ 1.º Os exames de sciencias versarão sobre pontos escolhidos no momento, mediante sorteio, de uma lista de pontos numerados de 1 a 20, excluindo-se, entretanto, na prova oral de cada disciplina o ponto sorteado para a prova escripta.

§ 2.º Nas provas escriptas de linguas ou sciencias, o ponto será commum, para toda a turma; nas provas oraes ou pratico-oraes será sorteado um ponto para cada examinando.

§ 3.º Nas provas escriptas de linguas estrangeiras as phrases destinadas á traducção ou á versão serão escolhidas no momento de paginas diversas do livro indicado por sorteio prévio.

§ 4.º Nas provas oraes de linguas, os trechos, que deverão constituir os pontos de exame, serão caracterizados pela pagina do livro sorteado e pelas respectivas palavras inicial e final.

Art. 6.º As provas escriptas constarão do desenvolvimento de proposições formuladas pela banca examinadora sobre o ponto sorteado no momento, obedecendo ás discriminações constantes dos seguintes paragraphos:

§ 1.º A prova de Portuguez constará de tres partes:

- a) uma redacção em qualquer genero literario, sem subsidio ministrado pela banca examinadora;
- b) uma dissertação;
- c) duas questões grammaticaes.

§ 2.º Para a prova de Francez serão exigidas:

- a) traducção de 12 phrases extrahidas de *Les Martyres*, de Chateaubriand, ou de *Morceaux choisis* (4.ª, 5.ª e 6.ª classes, parte de prosa), de A. Cahen;

b) versão de 12 phrases de *Contos Patrios*, de Olavo Bilac e Coelho Netto, ou do *Methodo francez* (Applic. II, lições de 9 a 17, 2º anno), de Monat e Ruch.

§ 3.º A prova de Inglez constará de:

a) traducção, com auxilio do dictionario, de 12 phrases escolhidas de *The Royal Readers* (n. 5 prosa) ou de *The Little Lentonner*, de R. Kron;

b) versão, com auxilio de dictionario, de 12 phrases extrahidas do *Livro de Composição*, de Olavo Bilac e M. Bomfim, ou dos *Contos Patrios*, de Olavo Bilac e Coelho Netto.

§ 4.º O ponto para a prova de Allemão será formulado de accôrdo com o criterio indicado para a de Inglez, devendo ser escolhidas as phrases para a traducção em *Heimatlos*, de Hektor Malot, ou em *Der Kleine Deutsche*, de R. Kron.

§ 5.º Para a prova de Latim será exigida a traducção, com auxilio de deccionario, de 20 linhas da *Encida*, de Virgilio, ou das *Odes*, de Horacio.

§ 6.º As provas de Arithmetica, de Algebra e de Geometria e Trigonometria comprehenderão a resolução de tres questões praticas, de natureza diversa, formuladas no momento sobre o ponto escolhido, mediante sorteio, e observadas ainda as seguintes determinações:

I, nas questões sobre medidas, serão indicadas as relações entre as unidades do systema antigo, bem como entre essas e as do systema metrico decimal;

II, na prova de Geometria e Trigonometria uma das questões versará sobre geometria plana, outra sobre geometria no espaço e a terceira sobre trigonometria.

§ 7.º A prova de Geographia Geral, Chorographia do Brasil e Cosmographia consistirá no desenvolvimento do ponto indicado mediante sorteio, e organizado de modo a comprehender:

- a) um thema de Geographia Geral;
- b) assumpto para dissertação sobre o Brasil;
- c) uma questão de Cosmographia.

§ 8.º A prova de Historia Universal e Historia do Brasil versará sobre a materia constante do ponto sorteado, que deverá comportar themas para a explanação das seguintes partes:

a) dissertação sobre acontecimentos da Historia Universal;

b) commentario de um episodio da Historia do Brasil.

§ 9.º Para a prova de Physica e Chimica o ponto indicado, mediante sorteio, deverá comprehender assumptos que permitam o seguinte desenvolvimento:

a) dissertação sobre um thema geral de physica ou chimica;

b) descripção de uma experiencia de chimica;

c) descripção de uma experiencia de physica.

§ 10. A prova de Historia Natural versará sobre a **materia incluída no ponto sorteado, formulando-se no momento as seguintes questões:**

- a) um thema para dissertação;
- b) duas ou mais questões sobre assumptos diversos do thema para dissertação.

Art. 7.º As provas escriptas serão procedidas a portas fechadas, impedida qualquer comunicação dos examinandos com pessoas estranhas.

§ 1.º O numero dos examinandos, admittidos á prova, dependerá do local em que possa ser realizada com o necessario conforto e a devida fiscalização, devendo-se, sempre que possivel, fazer a chamada, para cada disciplina, de todos os candidatos inscriptos.

§ 2.º Sorteado o ponto, depois de feita a chamada, será concedido o prazo improrogavel de duas horas para a execução da prova, a contar do momento do sorteio.

§ 3.º Nenhum candidato, a partir desse momento, poderá retirar-se da sala antes de entregar a respectiva prova, salvo necessidade inadiavel, em que lhe será permittido ausentar-se, momentaneamente, acompanhado de pessoa designada pelo presidente da banca examinadora.

§ 4.º Os examinandos não poderão usar, durante a realização das provas escriptas, de apontamentos ou subsidios de qualquer genero, salvo livros de texto, taboas de logarithmos, formularios ou dictionarios expressamente permittidos pela banca examinadora.

§ 5.º Será absolutamente vedado fazer rascunhos em papel diverso do que tenha sido fornecido para a prova escripta. Os desenvolvimentos de calculo, quando necessarios, deverão ser feitos na propria prova.

§ 6.º Ao examinando, que durante a prova servir-se de meios fraudulentos, ou não se houver com o devido respeito, será applicada a pena de exclusão do exame.

§ 7.º A prova escripta, feita em papel rubricado pelos examinadores, sob pena de nullidade, não será assignada pelo examinando. Cada candidato receberá, além do papel para a prova, meia folha solta, igualmente rubricada, na qual lançará seu nome por extenso e que será restituída dentro da prova.

§ 8.º Recolhidas todas as provas, procederá a banca examinadora a sua numeração e a da respectiva folha de assignatura, acondicionando-as em envoltorios distinctos, que serão fechados e rubricados.

Art. 8.º As provas oraes serão publicas, terão a duração maxima de 15 minutos, para cada candidato, e versarão sobre ponto sorteado, de accordo com o disposto no art. 3.º, de uma lista organizada de modo a attender ás determinações constantes dos seguintes paragraphos:

§ 1.º A prova de Portuguese constará de leitura, interpretação e analyse syntatica e etymologica de um trecho sorteado da *Selecta Classica*, de João Ribeiro, ou dos *Lusiadas*, de Camões, ou do *Ceu, Terra e Mar*, de Alberto de Oliveira.

§ 2.º A prova de linguas estrangeiras comprehenderá leitura, traducção com auxilio do dicionario e questões grammaticaes, escolhendo-se trechos mediante sorteio, de um dos livros abaixo indicados:

I — Para a prova de Francez — *Lectures choisies de Chateaubriand*, de René Nolle, ou *Fables*, de La Fontaine.

II — Para a prova de Inglez — *The Royal Readers*, n. 6, ou *Methodo de Inglez* (2º volume), de Albino Ferreira.

III — Para a prova de Allemão — *Leituras allemães*, de Appell, ou *Heimatlos*, de Hektor Malot.

IV — Para a prova de Latim — *Orationes*, de Cicero, ou *Aeneis*, de Virgilio.

§ 3.º As provas oraes de Arithmetica, de Algebra e de Geometria e Trigonometria constarão do desenvolvimento de uma proposição theorica e da resolução de uma questão pratica, escolhidos dentro do ponto sorteado.

§ 4.º A prova de Geographia Geral, Chorographia do Brasil e Cosmographia e a de Historia Universal e Historia do Brasil versarão, respectivamente, sobre os themas enunciados no ponto, que será subdividido em tres partes, devendo o candidato responder á arguição, pelo menos, de duas dellas.

Art. 9.º As provas pratico-oraes de Physica e Chimica e de Historia Natural serão tambem publicas e constarão, conforme a disciplina, da execução de uma experiencia, preparação ou classificação de uma especie natural, constante dos programmas officiaes de trabalhos praticos e, a seguir, de arguição, que comprehenderá tres questões, uma das quaes indicada para dissertação.

Paragrapheo unico. O prazo a ser concedido ao candidato, para a execução da parte pratica do ponto sorteado, será fixada pela banca examinadora, de accordo com a technica ou as operações exigidas.

Art. 10. O julgamento das provas escriptas e oraes ou pratico-oraes será feita logo após a respectiva realização.

§ 1.º Serão consideradas nullas as provas escriptas assignadas e as que trouxerem qualquer signal que prejudique seu julgamento secreto, hem como as provas dos candidatos que nada escreveram ou só escreveram sobre materia estranha ao ponto sorteado e, ainda, dos que forem encontrados a consultar apontamentos ou livros não autorizados pela banca examinadora.

§ 2.º Nas provas escriptas admittidas a julgamento, excluida de apreciação a parte estranha ao ponto e assignalados os principaes erros, os membros da banca examinadora lançarão a tinta, por extenso, a nota que cada um lhes attribue.

§ 3.º As notas assim conferidas ás provas, em numeros inteiros e graduadas de 0 (zero) a 10 (dez), depois de identificados os respectivos autores, não poderão ser alteradas nem rectificadas.

§ 4.º A nota final de qualquer prova, escripta, oral ou pratico-oral, será a média arithmetica, conservadas as fracções, das notas que lhe forem attribuidas pelos examinadores.

§ 5.º Será facultado ao director ou ao inspector impugnar os julgamentos que não pareçam justos, bem como annullar qualquer prova que não se tenha processado com observancia destas Instrucções, communicando immediatamente a occorrença á autoridade federal a que estiver subordinado, para decisão.

§ 6.º A nota do exame de preparatorio será a média das notas de prova escripta e prova oral, ou pratico-oral.

Art. 11. Os resultados do julgamento das provas escriptas e oraes, ou pratico-oraes, serão registrados em boletins, lavrados em tres vias e subscriptos pelos membros das respectivas bancas examinadoras.

§ 1.º Nos institutos sob o regimen de inspecção, os boletins, para que sejam validos, deverão trazer o visto do respectivo inspector.

§ 2.º Os boletins deverão conter, para cada prova, as seguintes indicações:

- a) nomes, por extenso e em ordem alphabetica, dos candidatos;
- b) notas conferidas pelos membros da banca examinadora;
- c) média das notas, conservadas as fracções, acaso obtidas.

§ 3.º Uma das vias do boletim será affixada na portaria do instituto em que se tenha processado a prova, entregue a outra á respectiva Secretaria e remettida a terceira á Directoria Nacional de Educação.

Art. 12. Serão considerados approvados os candidatos que obtiverem, em cada disciplina, nota igual ou superior a tres e meio.

§ 1.º Os resultados apurados nos boletins serão consignados em uma acta, lavrada pelo secretario, da qual immediatamente será remettida cópia authenticada á Directoria Nacional de Educação.

§ 2.º A acta, que será lavrada em livro proprio, sem deixar linhas em branco, sem emendas nem razuras, deverá ser subscripta pelo director, e, ainda, pelo inspector nos institutos de ensino sob o regimen de inspecção.

§ 3.º No resultado dos exames se incluirão tambem como reprovados os candidatos:

- a) que desistirem da prova escripta, oral ou pratica, depois de sorteado o ponto;
- b) que não comparecerem á prova oral, ou pratico-oral, depois de feita a escripta.
- c) que tiverem annullada a prova escripta;
- d) que forem excluidos por motivo disciplinar.

§ 4.º Não serão chamados á prova oral, ou pratico-oral, os candidatos que não comparecerem á prova escripta, ou incorrerem no disposto nas alíneas c e d do paragrapho anterior.

§ 5.º Sempre que possível, será dada publicidade na imprensa local, dos resultados dos exames dos candidatos approvados.

Art. 13. A primeira via dos certificados dos exames de preparatorios será expedida e firmada sobre estampilha federal de 1\$000 e sello de educação, pelo director do instituto, quando federal ou equiparado, e nos demais, pelos respectivos inspectores.

Paragrapho unico. A segunda via dos referidos certificados sómente poderá ser expedida pela Directoria Nacional de Educação, mediante requerimento do interessado, justificando o pedido, e pagas as devidas taxas.

Art. 14. As bancas para os exames de preparatorios, a serem prestados nos institutos de ensino superior, serão constituídas por tres membros, designados pelos respectivos directores, dentre os docentes do instituto em que devam ser realizados taes exames.

§ 1.º Nos institutos de ensino superior, sob o regimen de inspecção, as bancas examinadoras sómente poderão funcionar com a presença do respectivo inspector.

§ 2.º Caso não seja possível a constituição das bancas nos termos deste artigo, sómente poderão ser convidados, para membros das mesmas bancas, professores devidamente registrados na Directoria Nacional de Educação.

Art. 15. Nenhum candidato poderá inscrever-se na mesma época, nos exames de que trata a lei n. 23, de 11 de fevereiro corrente, em mais de um instituto de ensino, sob pena de nullidade dos exames assim prestados.

Art. 16. O candidato, que permittir que outrem por elle preste exame, terá nullo este e todos os mais que porventura houver prestado, além de ficar privado, pelo prazo de dois annos, de inscrever-se em exames ou matricular-se em qualquer estabelecimento de ensino official ou officialmente reconhecido; e aquelle que prestar exame em nome de outro, além de incorrer na mesma pena, si fôr estudante, ficará ainda sujeito ás punições da Consolidação das Leis Penaes, para que será o facto levado ao conhecimento das autoridades competentes.

Paragrapho unico. O examinando é obrigado a provar a sua indetidade, nos actos de exame, sempre que solicitado pelo inspector ou por qualquer membro da banca examinadora.

Art. 17. As taxas de certificado e de exames serão arrecadadas nos institutos em que se devam realizar; sob nenhum pretexto, poderão ser cobradas taxas diversas ou mais elevadas do que as estipuladas na tabella annexa.

§ 1.º Do resultado das taxas de exames serão deduzidos 20 % para o patrimonio do instituto e, ainda, havendo serviço de inspecção, 10 % para gratificação do inspector respectivo, destinando-se o restante á remuneração dos membros das bancas examinadoras.

§ 2.º A percentagem destinada á gratificação do inspector, nos termos do paragrapho anterior, deverá ser depositada na Thesouraria Geral do Ministerio da Educação e Saude Publica,

por ocasião da remessa da lista dos candidatos inscriptos nos exames referidos nestas instrucções.

§ 3.º A lista dos candidatos inscriptos, a que se refere o paragrapho anterior, depois de submettida ao inspector, não poderá em caso algum ser alterada com accrescimento de novos nomes.

§ 4.º As taxas de exames, recolhidas ás thesourarias dos institutos de ensino, sob nenhum pretexto, serão restituídas aos candidatos inscriptos.

TABELLAS DE TAXAS

1. De exames, a serem pagas ao instituto de ensino superior:
 - a) escripto 5\$000
 - b) oral 5\$000
 - c) pratico-oral 10\$000
2. De certificado expedido por instituto de ensino superior, federal ou equiparado 10\$000
3. De certificado expedido por inspector:
 - a) a ser recolhida pelo instituto á Thesouraria Geral do Ministerio da Educação e Saude Publica 10\$000
 - b) paga ao instituto de ensino superior 10\$000
4. De segunda via de certificado de exames parcellados, expedida pela Directoria Nacional de Educação 15\$000

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1935. — *Theodoro Ramos.*

LEI N. 24 — DE 13 DE FEVEREIRO DE 1935

Suspende, até 31 de dezembro de 1935, a execução da tabella de ajudas de custo a que se refere o decreto n. 17.451, de 6 de outubro de 1926, e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono, a seguinte lei:

Art. 1.º Fica suspensa, até 31 de dezembro de 1935, a execução da tabella de ajudas de custo a que se refere o decreto n. 17.451, de 6 de outubro de 1926.

Art. 2.º Durante esse periodo, os funcionarios diplomaticos e os consulares receberão, afim de seguirem para seus postos, o quantitativo das passagens simples de primeira

classe e uma ajuda de custo, de accôrdo com a seguinte tabella:

| | Papel |
|----------------------------|-------------|
| Embaixador..... | 18:750\$000 |
| Ministro de 1ª classe..... | 15:625\$000 |
| Ministro de 2ª classe..... | 12:500\$000 |
| 1º secretario..... | 8:333\$300 |
| 2º secretario..... | 6:250\$000 |
| Consul geral..... | 11:666\$700 |
| Consul de 1ª classe..... | 8:333\$300 |
| Consul de 2ª classe..... | 6:250\$000 |
| Auxiliar de consulado..... | 3:125\$000 |

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1935, 114ª da Independencia e 47ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

José Carlos de Macedo Soares.

LEI N. 25 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1935

Autoriza o Poder Executivo a entrar em accôrdo com os herdeiros do ex-Imperador do Brasil, D. Pedro II, para aquisição da corôa imperial e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

↓

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a entrar em accôrdo com os herdeiros do ex-Imperador do Brasil, D. Pedro II, para aquisição da corôa imperial que lhe foi offerecida por subscrição popular.

§ 1.º A aquisição será feita mediante decreto do Poder Legislativo.

§ 2.º Adquirida a corôa, será ella recolhida ao Museu Historico, onde ficará em exposição.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1935, 114ª da Independencia e 47ª da Republica

GETULIO VARGAS.

Vicente Rdo.

LEI N. 26 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1935

Autoriza a abertura, pelo Ministerio das Relações Exteriores, do credito especial de 3.900:000\$, para legalização das despesas feitas com a aquisição e reparação de um predio, em Washington, para a Embaixada do Brasil na Republica dos Estados Unidos da America do Norte

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio das Relações Exteriores, o credito especial de tres mil e novecentos contos de réis (3.900:000\$000) para a legalização das despesas feitas com a aquisição e adaptação do predio, na cidade de Washington, para a Embaixada do Brasil na Republica dos Estados Unidos da America do Norte.

Paragapho unico. O credito será aberto com os recursos provenientes das operações autorizadas pelo decreto n. 13, de 31 de dezembro de 1934.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

José Carlos de Macedo Soares.

LEI N. 27 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1935

Abre, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 59:432\$600, para pagamento a funcionarios das Secretarias da Camara dos Deputados e Senado Federal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 59:432\$600 para pagamento devido a funcionarios das Secretarias da Camara dos Deputados e do Senado Federal, conforme a demonstração annexa, organizada pela Directoria da Contabilidade daquella Secretaria.

Art. 2.º O credito será aberto com os recursos provenientes das operações autorizadas pelo decreto n. 13, de 31 de dezembro de 1934.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

**Demonstração a que se refere o art. 1.º do decreto legislativo
n. 27 de 15 de fevereiro de 1935**

| | |
|---|--------------------|
| Vice director, Nestor Massena (desde 19 de agosto de 1934) | 11:048\$400 |
| Director de Serviço, Joaquim Ferreira de Salles (19 de agosto de 1934) | 8:838\$800 |
| 1.º official, Ozéas Motta (19 de agosto de 1934) | 7:071\$000 |
| 1.º official, Angelo Lazary de Souza Guedes (19 de agosto de 1934) | 7:071\$000 |
| 3.º official, Leonidas de Rezende (18 de outubro de 1934) | 2:451\$700 |
| Redactor de documentos Parlamentares e Annaes, Luiz Ferreira Guimarães, (19 de agosto de 1934) | 5:524\$200 |
| Redactor de Documentos Parlamentares e Annaes, Seritorio de Castro (19 de agosto de 1934) | 5:524\$200 |
| Redactor de documentos Parlamentares e Annaes, Raphael Pinheiro (26 de maio de 1934) | 8:992\$000 |
| Conservador dos Archivos da Secretaria do Senado, Belisario Augusto Soares de Souza (18 de outubro de 1934) | 2:911\$300 |
| Total | 59:432\$600 |

LEI N. 28 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1935

Estabelece que os contractos para importação de mercadorias do estrangeiro, inclusive os celebrados pela administração publica, não se incluem nos dispositivos do decreto numero 23.501, de 27 de novembro de 1933

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Os contractos para importação de mercadorias do estrangeiro, inclusive os celebrados pela administração pu-

blica, não se incluem nos dispositivos do decreto n. 23.501, de 27 de novembro de 1933.

Paragrapho unico. A disposição supra é extensiva aos contractos realizados a partir de 16 de julho de 1934.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

José Bellens d'Almeida.

LEI N. 29 — DE 19 DE FEVEREIRO DE 1935

Dispõe sobre o funcionamento da Camara Municipal do Districto Federal até ser elaborada a respectiva lei organica, e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º A Camara Municipal do Districto Federal compor-se-á de vinte e quatro vereadores, representantes do povo, eleitos por suffragio directo e de mais seis vereadores representantes das profissões, estes eleitos na forma e de accôrdo com as instrucções que forem baixadas pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral e logo depois de eleitos o Prefeito e os Senadores Federaes.

§ 1.º Os vereadores representantes das profissões serão:

- a) um empregador, da industria;
- b) um empregado, da industria;
- c) um empregador, do commercio e transporte;
- d) um empregado, do commercio e transportes;
- e) um, do funcíonalismo publico municipal;
- f) um, das profissões liberaes.

§ 2.º Emquanto não forem eleitos os vereadores representantes das profissões, a Camara Municipal se constituirá dos representantes do povo.

Art. 2.º As sessões preparatorias da Camara Municipal, bem como a eleição do Prefeito do Districto Federal e dos Senadores Federaes pelo mesmo Districto, serão reguladas pelas instrucções baixadas pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral.

Art. 3.º Realizadas as eleições do Prefeito e dos Senadores Federaes, a Camara Municipal passará a elaborar o Regulamento Interno, o regulamento da sua Secretaria e a deliberar sobre as secretarias geraes creadas pelo art. 4.º desta lei, suspendendo, em seguida, os seus trabalhos voltando a funcionar em sessão ordinaria, a 3 de maio, prolongando-se até 3 de setembro..

§ 1.º A sessão ordinaria poderá ser prorogada até 3 de novembro; se até esta data não estiver votado o orçamento para o anno seguinte, considera-se prorogado para este o orçamento do anno em curso.

§ 2.º A Camara Municipal poderá ser convocada extraordinariamente, em virtude de necessidade urgente; a convocação será feita pelo seu Presidente ou pelo Prefeito, mediante fundamento e indicação das razões determinantes da convocação.

Art. 4.º Ficam creadas cinco secretarias geraes, em que será dividida a administração do Districto Federal; cabendo a sua organização ao Poder Legislativo Municipal, que resolverá, tambem, sobre a oportunidade da installação de cada uma dellas, de accôrdo com a conveniencia do serviço.

Art. 5.º Cada legislatura durará quatro annos, sendo de igual duração o mandato do Prefeito.

§ 1.º A primeira legislatura, a começar aos tres de maio do corrente anno, terminará em 1938.

§ 2.º O mandato do primeiro Prefeito terminará com a posse do seu successor.

Art. 6.º O primeiro Prefeito do Districto Federal receberá, a titulo de subsidio e representação, o mesmo subsidio e quantitativo de representação attribuidas ao actual Interventor Federal.

Art. 7.º Os vereadores terão, durante as sessões, um subsidio mensal de tres contos de réis (3:000\$000) e mais uma cedula de presença de cincoenta mil réis (50\$000) relativa a cada sessão a que comparecerem perdendo o direito á cedula se não tomarem parte nas votações.

Paragrapho unico. O Presidente perceberá, a titulo de representação, a importancia mensal de um conto de réis (1:000\$000).

Art. 8.º Enquanto a Camara dos Deputados não votar a nova Lei Organica do Districto Federal, continuarão em vigor as disposições consolidadas pelo decreto n. 5.160, de 8 de março de 1904, em tudo quanto não contrariarem a legislação vigente.

Art. 9.º Na falta ou impedimento temporario do Prefeito, será elle substituido pelo Presidente da Camara Municipal, que, então, passará o exercicio de suas funções ao substituto legal, cada qual com direito ao subsidio e representação do substituido.

§ 1.º Se o Presidente da Camara Municipal assumir as funções de Prefeito Municipal, em virtude de vaga verificada no decurso dos ultimos seis mezes do quadriennio, não poderá elle ser eleito para o cargo de Prefeito no periodo immediato.

§ 2.º Em caso de vacancia, faltando mais de seis mezes e menos de vinte e quatro mezes para a terminação do mandato, será eleito novo Prefeito pela Camara Municipal para o exercicio do cargo pelo tempo que faltava ao antecessor, observadas nessa eleição as instrucções que regeram a primeira eleição de Prefeito pela mesma Camara.

§ 3.º Nenhum Prefeito poderá ser novamente eleito, senão quatro annos depois de cessadas as suas funcções, qualquer que tenha sido a duração destas.

Art. 10. As resoluções da Camara serão submettidas ao Prefeito que, dentro do prazo de dez dias, deverá sancional-as, podendo vetar-as no todo ou em parte.

§ 1.º O silencio do Prefeito por mais de um decendio importará em sancção.

§ 2.º Devolvida a resolução vetada á Camara Municipal, esta, em discussão unica, deliberará dentro do prazo de trinta dias, sobre o assumpto, considerando-se rejeitado o projecto se não for elle mantido pela maioria absoluta dos vereadores que compõem a Camara Municipal. Neste caso será a resolução devolvida ao Prefeito para a promulgação.

§ 3.º Não sendo a resolução promulgada dentro do prazo de quarenta e oito (48) horas e na hypothese do § 1.º deste artigo, o Presidente da Camara fará a promulgação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

LEI N. 30 — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1935

Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito de 12:000\$000 para occorrer ao pagamento da differença de vencimentos do procurador geral do Territorio do Acre

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça, o credito de doze contos de réis (12:000\$000) para occorrer ao pagamento da differença de vencimentos do procurador geral do Territorio do Acre, augmentados, em virtude de disposição constitucional, pelo decreto n. 15, de 31 de dezembro de 1934.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

LEI N. 31 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1935

Revigora, com exclusão do seu paragrapho unico, o art. 3º do decreto n. 12.982, de 24 de abril de 1918, e revoga o decreto n. 16.739-A, de 31 de dezembro de 1924

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica revigorado, com exclusão do seu paragrapho unico, o art. 3º do decreto n. 12.982, de 24 de abril de 1918.

Art. 2.º Ficam revogados o decreto n. 16.739-A, de 31 de dezembro de 1924, e demais disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

LEI N. 32 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1935

Fixa a força naval para o exercicio da 1935, e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º A força naval para o exercicio de 1935 constará:

- a) dos officiaes constantes dos respectivos quadros;
- b) dos sub-officiaes constantes dos respectivos quadros;
- c) de 300 alumnos da Escola Naval, inclusive 104 do Curso Prévio;
- d) de 7.437 praças do Corpo de Marinheiros, distribuidos pelas diversas classes e especialidades do Serviço de Convez;
- e) de 3.500 praças do Corpo de Marinheiros, distribuidos pelas diversas classes e especialidades do Serviço de Machinas;
- f) de 588 praças do Corpo de Marinheiros, distribuidos pelas diversas classes e especialidades do Serviço de Aviação Naval;
- g) de 2.638 praças do Corpo de Fuzileiros Navaes, incluindo as companhias especiaes e a banda de musica;
- h) de 600 alumnos das Escolas de Aprendizizes Marinheiros, distribuidos pelas cinco escolas nos diversos Estados;
- i) de 1.151 taifeiros da companhia de taifa do Corpo de Marinheiros, distribuidos pelas diversas classes e serviços.

Art. 2.º A Marinha de Guerra comprehende:

a) a força activa, composta do pessoal a que se refere o art. 1.º;

b) as reservas constituídas de accôrdo com a lei do serviço militar e as leis ns. 5.631, de 31 de dezembro de 1928 e 21.887, de 29 de setembro de 1932;

c) a Reserva Naval Aérea, na forma do seu regulamento, será composta do seguinte pessoal:

1 capitão-tenente;

3 primeiros tenentes e

30 segundos tenentes.

Art. 3.º Em tempo de guerra a Armada compor-se-á do pessoal que for necessario.

Art. 4.º O tempo de serviço na Armada será regulado em aviso do ministro da Marinha, de accôrdo com o art. 33 do regulamento para o Corpo de Marinheiros, approved pelo decreto n. 23.514, de 28 de novembro de 1933, modificado pelo decreto n. 23.986, de 9 de março de 1934.

Art. 5.º Os claros que se abrirem no pessoal serão preenchidos pela Escola Naval, pelas Escolas de Aprendizizes Marinheiros, pelo voluntariado sem premio e pelo sorteio para a Armada, na forma da lei do serviço militar.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Protophnes Pereira Guimarães.

LEI N. 33 — DE 25 DE FEVEREIRO DE 1935

Dá nova denominação ao Serviço de Dermatologia e Syphiligraphia da Directoria de Assistencia Hospitalar, e outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O Serviço de Dermatologia e Syphiligraphia da Directoria de Assistencia Hospitalar passa a denominar-se Instituto de Neuro-Syphilis e fica incorporado á Directoria de Assistencia a Psychopathas e Prophylaxia Mental.

Art. 2.º O Instituto de Neuro-Syphilis terá autonomia tecnica e administrativa com attribuição de todos os serviços referentes á sua especialidade, tanto no campo de investigações scientificas, como no campo medico-social.

Art. 3.º O Instituto comprehenderá um ambulatorio para consultas externas, os actuaes Pavilhões "Guinle" e "Afranjo Peixoto", para a internação de doentes, um laboratorio de pesquisas, além de doações que lhe forem feitas pela "Fundação Gaffrée-Guinle" ou por outrem.

Art. 4.º O pessoal fixo do Instituto é o que compunha o Serviço de Dermatologia e Syphiligraphia, com os mesmos vencimentos e denominações, excepto quanto á de Dermatographico, que passa a ser de director.

Paragrapho unico. Os vencimentos do pessoal fixo do Instituto são os constantes do art. 7.º da lei orçamentaria n. 5, de 12 de outubro de 1934.

Art. 5.º Os serviços do Instituto serão custeados pelas dotações que forem consignadas em leis.

Paragrapho unico. Para o corrente exercicio de 1935, essas dotações são as constantes do art. 7.º da referida lei n. 5, de 1934, na importancia total de duzentos e setenta e cinco contos de réis (275:000\$000).

Art. 6.º Os serviços geraes do Instituto, referentes a pharmacia e cozinha, ficarão a cargo da Directoria de Assistencia a Psychopathas e Prophylaxia Mental, correndo as despesas respectivas pelas dotações legaes de que dispuzer o Instituto, mediante accordeo dependente de approvação do Ministro da Educação e Saude Publica.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

LEI N. 34 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1935

Approva o termo de ajuste e de permuta e de immissão de posse firmado em 15 de dezembro de 1910 entre a E. F. Central do Brasil e "The Leopoldina Railway C. Ltd.", referente á permuta do immovel á rua Senador Furtado n. 36, pertencente á Fazenda Nacional, pelo immovel situado á rua 24 de maio n. 95, antigo 41, e actualmente n. 139, de propriedade de "The Leopoldina Railway C. Ltd.", ambos no Districto Federal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' approvedo o termo de ajuste e de permuta e de immissão de posse firmado em 15 de dezembro de 1910, Leis de 1935

entre a Estrada de Ferro Central do Brasil e "The Leopoldina Railway Company Limited", referente á permuta do immovel situado á rua Senador Furtado n. 36, pertencente á Fazenda Nacional, pelo immovel situado á rua 24 de maio n. 95, antigo 41, e actualmente n. 139, de propriedade de "The Leopoldina Railway Company Limited", ambos do Districto Federal ficando o Poder Eecutivo autorizado a assignar a respectiva escriptura publica de permuta, sem nenhum onus para o The-souro Nacional.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

LEI N. 35 — DE 9 DE MARÇO DE 1935

Rectifica verbas de despesa a cargo do Ministerio da Viação e Obras Publicas, fixadas pela lei orçamentaria para o exercicio de 1935

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanc-ciono a seguinte lei:

Art. 1.º Ficam rectificadas a consignação I — Pessoal, sub-consignação n. 1, alinea a, e a sub-consignação n. 10 — Material de consumo, — todas da verba 2.ª da lei n. 5, de 12 de novembro de 1934, que orçou a receita e fixou a despesa da Republica para o exercicio de 1935, na parte referente á despesa a cargo do Ministerio da Viação e Obras Publicas, pela seguinte fórma:

1) Verba 2ª, consignação Pessoal, sub-consignação n. 1, letra A:

| | | | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|----------------|
| 1 director geral..... | 40:000\$000 | 20:000\$000 | 60:000\$000 | 60:000\$000 | 60:000\$000 |
| 4 directores..... | 24:000\$000 | 12:000\$000 | 36:000\$000 | 36:000\$000 | 144:000\$000 |
| 1 superintendente do trafego..... | 20:000\$000 | 10:000\$000 | 30:000\$000 | 30:000\$000 | 30:000\$000 |
| 9 chefes de secção..... | 12:000\$000 | 6:000\$000 | 18:000\$000 | 18:000\$000 | 162:000\$000 |
| 30 primeiros officiaes..... | 9:600\$000 | 4:800\$000 | 14:400\$000 | 14:400\$000 | 432:000\$000 |
| 40 segundos officiaes..... | 8:000\$000 | 4:000\$000 | 12:000\$000 | 12:000\$000 | 480:000\$000 |
| 60 tereiros officiaes..... | 6:400\$000 | 3:200\$000 | 9:600\$000 | 9:600\$000 | 576:000\$000 |
| 59 auxiliares de 1ª classe..... | 5:333\$333 | 2:666\$667 | 8:000\$000 | 8:000\$000 | 472:000\$000 |
| 60 auxiliares de 2ª classe..... | 4:266\$667 | 2:133\$333 | 6:400\$000 | 6:400\$000 | 384:000\$000 |
| 60 auxiliares de 3ª classe..... | 3:200\$000 | 1:600\$000 | 4:800\$000 | 4:800\$000 | 288:000\$000 |
| 1 almoxarife..... | 14:000\$000 | 7:000\$000 | 21:000\$000 | 21:000\$000 | 24:000\$000 |
| 1 ajudante de almoxarife..... | 12:000\$000 | 6:000\$000 | 18:000\$000 | 18:000\$000 | 18:000\$000 |
| 1 fiel de almoxarife..... | 8:000\$000 | 4:000\$000 | 12:000\$000 | 12:000\$000 | 12:000\$000 |
| 1 despachante..... | 9:600\$000 | 4:800\$000 | 14:400\$000 | 14:400\$000 | 14:400\$000 |
| 1 thesoureiro dos sellos..... | 12:000\$000 | 6:000\$000 | 18:000\$000 | 18:000\$000 | 18:000\$000 |
| 1 ajudante do thesoureiro dos sellos..... | 8:000\$000 | 4:000\$000 | 12:000\$000 | 12:000\$000 | 12:000\$000 |
| 2 fiéis do thesoureiro dos sellos..... | 4:800\$000 | 2:400\$000 | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 14:400\$000 |
| 1 archivista..... | 10:400\$000 | 5:200\$000 | 15:600\$000 | 15:600\$000 | 15:600\$000 |
| 1 cartographo..... | 8:000\$000 | 4:000\$000 | 12:000\$000 | 12:000\$000 | 12:000\$000 |
| 2 desenhistas..... | 6:400\$000 | 3:200\$000 | 9:600\$000 | 9:600\$000 | 19:200\$000 |
| 2 desenhistas auxiliares..... | 3:200\$000 | 1:600\$000 | 4:800\$000 | 4:800\$000 | 9:600\$000 |
| 1 porteiro..... | 6:400\$000 | 3:200\$000 | 9:600\$000 | 9:600\$000 | 9:600\$000 |
| 1 ajudante de porteiro..... | 5:333\$333 | 2:666\$667 | 8:000\$000 | 8:000\$000 | 8:000\$000 |
| 23 continuos..... | 3:600\$000 | 1:800\$000 | 5:400\$000 | 5:400\$000 | 124:200\$000 |
| 25 serventes de 1ª classe..... | 2:400\$000 | 1:200\$000 | 3:600\$000 | 3:600\$000 | 90:000\$000 |
| 12 serventes de 2ª classe..... | 1:920\$000 | 960\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 34:560\$000 |
| 2 cabineiros..... | 1:680\$000 | 840\$000 | 2:520\$000 | 2:520\$000 | 5:040\$000 |
| Gratificações de funcção: | | | | | |
| 1 assistente tecnico do director geral..... | — | 12:000\$000 | — | — | 12:000\$000 |
| 1 secretario do director geral..... | — | 12:000\$000 | — | — | 12:000\$000 |
| 2 officiaes de gabinete do director geral..... | — | 6:000\$000 | — | — | 12:000\$000 |
| 4 secretarios de director..... | — | 4:800\$000 | — | — | 19:200\$000 |
| 4 officiaes de gabinete de director..... | — | 3:600\$000 | — | — | 14:400\$000 |
| 1 secretario do superintendente do trafego telegraphico..... | — | 4:800\$000 | — | — | 4:800\$000 |
| 1 ajudante do superintendente do trafego telegraphico..... | — | 4:800\$000 | — | — | 4:800\$000 |
| 1 chefe do protocollo..... | — | 3:000\$000 | — | — | 3:000\$000 |
| 1 zelador da E. C. Telegraphica..... | — | 2:400\$000 | — | — | 2:400\$000 |
| | | | | | <hr/> |
| | | | | | 3.550:200\$000 |

2) II — Material — sub-consignação n. 10.

Material de consumo, podendo applicar-se até seiscentos contos de réis (600:000\$000) para prompto pagamento, pela Thesouraria, nos termos do § 1º do art. 148 do Regulamento doCodigo de Contabilidade Geral da Republica, quatro mil e quinhentos contos de réis (4.500:000\$000).

Art. 2.º Fica substituida pela seguinte redacção da verba 14ª — vencimentos de cargos extinctos, sub-consignação n. 1, da mesma lei n. 5, de 12 de novembro de 1934, na parte que fixou a despesa a cargo do Ministerio da Viação e Obras Publicas: Funcionarios de cargos extinctos, differenças de vencimentos e pessoal em disponibilidade.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de março de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

José Bellens de Almeida.

LEI N. 36 — DE 25 DE MARÇO DE 1935

Manda adoptar, na Policia Militar e no Corpo de Bombeiros do Districto Federal, as promoções por antiguidade dos postos de major e de tenente-coronel, e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica adoptada na Policia Militar e no Corpo de Bombeiros do Districto Federal a promoção por antiguidade aos postos de major e de tenente-coronel.

§ 1.º Para o posto de major, metade das vagas existentes é destinada á promoção por antiguidade.

§ 2.º Para o posto de tenente-coronel, um terço das vagas existentes é destinado á promoção por antiguidade.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de março de 1935, 114º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

LEI N. 37 — DE 30 DE MARÇO DE 1935

Autoriza o Poder Executivo a effectivar nos respectivos postos os segundos tenentes commissionados do Corpo de Fuzileiros Navaes, contando antiguidade de sua commissão para o effeito de promoção

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a effectivar nos respectivos postos os segundos tenentes commissionados do Corpo de Fuzileiros Navaes, contando antiguidade de sua commissão, para o effeito de promoção.

§ 1.º Os officiaes a que se refere este artigo ficam com o direito assegurado á promoção ao posto de primeiros tenentes, depois de terem completado o intersticio legal e uma vez approvados em exame de habilitação, realizado no Corpo de Fuzileiros Navaes, sem direito, porém, á percepção de quaesquer vencimentos atrasados.

§ 2.º Gozarão das vantagens desta lei os segundos tenentes do quadro de officiaes do Corpo de Fuzileiros Navaes, que tiverem sido promovidos por serviços relevantes.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de março de 1935, 114.ª da Independencia e 47.ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

Protagens Pereira Guimarães.

LEI N. 38 — DE 4 DE ABRIL DE 1935

Define crimes contra a ordem politica e social

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPITULO I

São crimes contra a ordem politica, além de outros definidos em lei:

Art. 1.º Tentar, directamente e por facto, mudar, por meios violentos, a Constituição da Republica, no todo ou em parte, ou a fórmula de governo por ella estabelecida.

Pena — Reclusão por 6 a 10 annos aos cabeças e por 5 a 8 aos co-réos.

Art. 2.º Oppor-se a alguém, directamente e por facto, á reunião ou ao livre funcionamento de qualquer dos poderes politicos da União.

Pena — Reclusão por 2 a 4 annos.

§ 1.º Se o crime for contra poder politico estadual, dois terços da pena.

§ 2.º Se contra poder municipal, metade da pena.

Art. 3.º Oppor-se a alguém, por meio de ameaça ou violência, ao livre e legítimo exercício de funções de qualquer agente de poder político da União.

Pena — De 1 a 3 annos de prisão celllar.

§ 1.º Se o crime for contra agente de poder politico estadual, dois terços da pena.

§ 2.º Se contra agente do poder municipal, metade da pena.

Art. 4.º Será punido com as mesmas penas dos artigos anteriores, menos a terça parte, em cada um dos grãos, aquelle que, para a realização de qualquer dos crimes definidos nos mesmos artigos, praticar algum destes actos: alliciar ou articular pessoas; organizar planos e plantas de execução; apparelhar meios ou recursos para esta; formar juntas ou comissões para direcção, articulação ou realização daquelles planos; installar ou fazer funcionar clandestinamente estações radio-transmissoras ou receptoras; dar ou transmitir, por qualquer meio, ordens ou instrucções para a execução do crime.

Art. 5.º Impedir que funcionario publico tome posse do cargo para o qual tiver sido nomeado; usar de ameaça ou violencia para forçar-o a praticar ou deixar de praticar qualquer acto do officio, ou obrigar a exercel-o em determinado sentido.

Pena — De tres a nove mezes de prisão celllar.

Art. 6.º Incitar publicamente a pratica de qualquer dos crimes definidos nos arts. 1.º, 2.º e 3.º.

Pena — De 1 a 3 annos de prisão celllar.

Art. 7.º Incitar funcionarios publicos ou servidores do Estado á cessação collectiva, total ou parcial, dos serviços a seu cargo.

Pena — De 1 a 3 annos de prisão celllar.

Art. 8.º Cessarem colectivamente funcionarios publicos, contra a lei ou regulamento, os serviços a seu cargo.

Pena — Perda do cargo.

Art. 9.º Instigar desobediencia collectiva ao cumprimento de lei de ordem publica.

Pena — De 1 a 3 annos de prisão celllar.

Art. 10.º Incitar militares, inclusive os que pertencerem a policia, a desobedecer á lei, ou a infringir de qualquer fórma a disciplina, a rebelar-se ou desertar.

Pena — De 1 a 4 annos de prisão celllar.

Paragrapho unico. Nas mesmas penas incorrerá quem:

a) distribuir ou procurar distribuir entre soldados e marinheiros quaesquer papeis, impressos, manuscritos, dactylographados, mimeographados ou gravados, em que se contenha incitamento directo á indisciplina;

b) introduzir em qualquer estabelecimento militar, ou vaso de guerra, ou nelles procurar introduzir semelhantes papeis;

c) affixal-os, apregoal-os, ou vendel-os nas immediações de estabelecimentos de character militar, ou de logar em que os soldados se reunam, se exercitem ou manobrem.

Os papeis serão apprehendidos e destruidos.

Art. 11.º Provocar animosidade entre classes armadas, inclusive policia militares, ou contra ellas, ou dellas contra as instituições civis.

Pena — De 1 a 3 annos de prisão celllar.

Art. 12. Divulgar, por escripto, ou em publico, noticias falsas, sabendo ou devendo saber que o são, e que possam gerar na população desasoscego ou temor.

Pena — De 15 a 90 dias de prisão cellular.

Art. 13. Fabricar, ter sob sua guarda, possuir, importar ou exportar, comprar ou vender, ceder, ou emprestar, por conta propria ou de outrem, transportar, sem licença da autoridade competente, substancias ou engenhos explosivos, ou armas utilizaveis como de guerra ou como instrumento de destruição.

Pena — De 1 a 4 annos de prisão cellular.

Paragrapho unico. Não depende de licença da autoridade policial, mas se lhe deve communicar, sob pena de apprehensão, a posse de arma necessaria á defesa do domicilio do morador rural, bem como a de explosivos necessarios ao exercicio de profissão, ou á exploração da propriedade.

CAPITULO II

São crimes contra a ordem social, além de outros definidos em lei:

Art. 14. Incitar directamente o odio entre as classes sociaes.

Pena — De 6 mezes a 2 annos de prisão cellular.

Art. 15. Instigar as classes sociaes á luta pela violencia.

Pena — De 6 mezes a 2 annos de prisão cellular.

Art. 16. Incitar luta religiosa pela violencia.

Pena — De 6 mezes a 2 annos de prisão cellular.

Art. 17. Incitar ou preparar attentado contra pessoa, ou bens, por motivos doutrinarios, politicos ou religiosos.

Pena — De 1 a 3 annos de prisão cellular.

Paragrapho unico. Se o attentado se verificar, a pena será a do crime incitado, ou preparado.

Art. 18. Instigar ou preparar a paralysação de serviços publicos, ou de abastecimento da população.

Pena — De 1 a 3 annos de prisão cellular.

Paragrapho unico. Não se applicará a sanção deste artigo ao assalariado, no respectivo serviço, desde que tenha agido exclusivamente por motivos pertinentes ás condições de seu trabalho.

Art. 19. Induzir empregadores ou empregados á cessação ou suspensão do trabalho, por motivos estranhos ás condições do mesmo.

Pena — De 6 mezes a 2 annos de prisão cellular.

Art. 20. Promover, organizar ou dirigir sociedade de qualquer especie, cuja actividade se exerça no sentido de subverter ou modificar a ordem politica ou social por meios não consentidos em lei.

Pena — De 6 mezes a 2 annos de prisão cellular.

§ 1.º Taes sociedades serão dissolvidas e seus membros impedidos de se reunir para os mesmos fins.

§ 2.º Será punido com metade da pena quem se filiar a qualquer dessas sociedades.

§ 3.º A pena será applicada em dobro áquelles que reconstituírem, mesmo sob nome e fórma differentes, as sociedades dissolvidas, ou que a ellas outra vez se filiarem.

§ 4.º Este artigo applica-se ás sociedades estrangeiras que, nas mesmas condições, operarem no Paiz.

Art. 21. Tentar, por meio de artificios fraudulentos, promover a alta ou baixa dos preços de generos de primeira necessidade, com o fito de lucro ou proveito.

Pena — De 6 mezes a 2 annos de prisão celllar.

CAPITULO III

Art. 22. Não será tolerada a propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem politica ou social (Const., art. 113, n. 9).

§ 1.º A ordem politica, a que se refere este artigo, é a que resulta da independencia, soberania e integridade territorial da União, bem como da organização e actividade dos poderes politicos, estabelecidas na Constituição da Republica, nas dos Estados e nas leis organicas respectivas.

§ 2.º A ordem social é a estabelecida pela Constituição e pelas leis relativamente aos direitos e garantias individuaes e sua protecção civil e penal; ao regimen juridico da propriedade, da familia e do trabalho; á organização e funcionamento dos serviços publicos e de utilidade geral; aos direitos e deveres das pessoas de direito publico para com os individuos e reciprocamente.

Art. 23. A propaganda de processos violentos para subverter a ordem politica é punida com a pena de um a tres annos de reclusão. A propaganda de processos violentos para subverter a ordem social é punida com a pena de um a tres annos de prisão celllar.

Art. 24. Fazer propaganda de guerra.

Pena — De 1 a 3 annos de prisão celllar

CAPITULO IV

Art. 25. Quando os crimes definidos nesta lei forem praticados por meio da imprensa, proceder-se-á, sem prejuizo da acção penal competente, á apprehensão das respectivas edições. A execução desta medida competirá, no Districto Federal, ao Chefe de Policia, e nos Estados e no Territorio do Acre, á autoridade policial de maior graduação no logar.

§ 1.º A autoridade, que houver determinado a apprehensão, communicará o facto immediatamente ao juiz federal da secção, remettendo-lhe um exemplar da edição apprehendida.

§ 2.º Dentro de dois dias, a contar do recebimento da communicação pelo juiz, ou antes, poderá o interessado impugnar o acto da autoridade. Ouvida esta em igual prazo decidirá o juiz, em tres dias improrogaveis, da legalidade da apprehensão.

§ 3.º Sempre que a decisão concluir pela illegalidade da apprehensão, imporá á autoridade, que a tiver determinado, a multa de 500\$ a 2:000\$, sem prejuizo da reparação civil, que poderá ser reclamada por meio de acção summaria. Julgada legal a apprehensão, o juiz mandará o processado ao Ministerio Publico para instaurar a acção penal que no caso coubre.

§ 4.º Da decisão caberá recurso para instancia superior, com o processo do recurso criminal.

§ 5.º Decorrido, sem apresentação de reclamação, o prazo de dois dias fixado no § 2º, ou transitada em julgado a decisão homologatoria da apprehensão, a edição apprehendida será inutilizada.

§ 6.º Em caso de reincidencia, será o periodico suspenso por prazo não excedente de quinze dias, e, occorrendo novas reincidencias, a suspensão será, de cada vez, por tempo não excedente de seis mezes, e não menor de trinta dias. A suspensão será decretada pelo juiz, a requerimento do Ministerio Publico, mediante requisição da autoridade policial competente.

§ 7.º Nas hypotheses do paragrapho anterior, o juiz mandará intimar a parte para apresentar e provar sua defesa no prazo improrogavel de cinco dias. A intimação se fará por meio de edital affixado á porta dos auditorios e na séde da redacção, do que se juntará certidão aos autos, sendo o mesmo publicado na imprensa official. A sentença será proferida dentro do prazo de cinco dias, e della caberá recurso nos proprios autos, com o processo do recurso criminal.

Art. 26. E' vedado imprimir, expor á venda, vender, ou, de qualquer fôrma, pôr em circulação gravuras, livros, pamphletos, boletins ou quaesquer publicações não periodicas, nacionaes ou estrangeiras, em que se verifique a pratica de acto definido como crime nesta lei, devendo-se apprehender os exemplares sem prejuizo da acção penal competente.

Paragrapho unico. Feita a apprehensão, proceder-se-á na fôrma dos §§ 1º e 5º do artigo anterior.

Art. 27. Se qualquer dos crimes definidos na presente lei for praticado por meio de radio-diffusão, incorrerá o responsavel pela estação irradiadora na multa de 1:000\$ a 10:000\$, sem prejuizo da acção penal que no caso couber.

§ 1.º A multa será imposta pelo Governo, o qual poderá tambem determinar a suspensão do funcionamento por prazo não excedente a 60 dias, ou o fechamento em caso de reincidencia.

§ 2.º A suspensão ou fechamento será communicado immediatamente ao juiz federal, obedecendo-se, no que for applicavel, os dispositivos dos §§ 1º a 5º do art. 25.

Art. 28. As agencias de publicidade, ou transmissoras de noticias e informações, que praticarem acto definido como delicto nesta lei, será imposta a multa de 1:000\$ a 10:000\$, sem prejuizo da acção penal que no caso couber, notificando-se o responsavel pelas mesmas de que, em caso de reincidencia, será determinada a suspensão do funcionamento por prazo até seis mezes.

Paragrapho unico. A suspensão será determinada pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores mediante requisição do Chefe de Policia do Districto Federal ou dos Estados, e communicada immediatamente ao juiz federal, obedecendo-se, no que fôr applicavel, os dispositivos dos paragraphos 1º a 5º do art. 25.

Art. 29. As sociedades que houverem adquirido personalidade juridica mediante falsa declaração de seus fins, ou que, depois de registradas, passarem a exercer actividade subversiva da ordem politica ou social, serão fechadas pelo Governo, por tempo até seis mezes, devendo sem demora, ser proposta acção judicial de dissolução. (Constituição, art. 113, n. 12).

Art. 30. E' prohibida a existencia de partidos, centros, aggremações ou juntas, de qualquer especie, que visem a subverção, pela ameaça ou violencia, da ordem politica ou social.

Paragrapho unico. Fechada a séde, a autoridade communicará immediatamente o acto ao juiz federal, em composição fundamentada, procedendo-se, em seguida, na fórma dos §§ 2º a 5º do art. 25.

Art. 31. Mediante requisição do Chefe de Policia do Districto Federal, dos Estados ou Territorios, encaminhada pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores, será cassado, por acto fundamentado e publico do Ministro de Estado do Trabalho, Industria e Commercio, o reconhecimento dos syndicatos e associações proffissionaes que houverem incorrido em qualquer artigo da presente lei, ou, por qualquer fórma exercerem actividade subversiva da ordem politica e social.

Art. 32. O funcçionario publico civil que se filiar, ostensiva ou clandestinamente, a partido, centro, aggremação ou junta de existencia prohibida no art. 30, ou commetter qualquer dos actos definidos como crime nesta lei, será, desde logo, sem prejuizo da acção penal que no caso couber, afastado do exercicio do cargo, tornando-se passivel de exoneração mediante processo administrativo, se não estiver nas condições do paragrapho unico do art. 169 da Constituição da Republica. O funcçionario vitalicio só será demittido mediante sentença judiciaria.

Art. 33. O official das forças armadas da União que praticar qualquer dos actos definidos como crime nesta lei, ou se filiar, ostensiva ou clandestinamente, a partido, centro, aggremação ou junta de existencia prohibida no art. 30, será, egualmente, afastado do cargo, commando ou funcção militar que exercer, devendo o Ministerio Publico iniciar a acção penal, que couber, dentro de dez dias, a contar daquelle em que tiver conhecimento do facto.

Paragrapho unico. O dispositivo do presente artigo applica-se ás policias militares.

Art. 34. Sem prejuizo da acção penal, competente, o official que incorrer em qualquer das hypotheses do artigo anterior, se tornará incompativel com o officialato, nos termos do § 1º do art. 163 da Constituição da Republica, devendo essa incompatibilidade ser declarada pelo Supremo Tribunal Militar, seguindo-se o processo estabelecido no art. 38 desta lei.

Art. 35. Por motivo de disciplina e observado, no que for applicavel, tanto em relação aos officiaes de terra como de mar, o disposto no art. 351 e seus paragraphos, do de-

creto n. 19.040, de 19 de dezembro de 1929, os officiaes das forças armadas poderão ser suspensos de função por prazo até um anno, percebendo os vencimentos de accordo com as leis vigentes. Esta providencia será applicada mediante decreto.

Paragraphe unico. A disposição acima se applicará ás policias militares, sendo a competencia do Governador, nos Estados, e do ministro da Justiça no Districto Federal e Territorios.

Art. 36. Sem prejuizo da acção penal, que no caso couber, perde o cargo o professor que, na cathedra, praticar qualquer dos actos definidos como crime nesta lei, provado o facto em processo administrativo, ou, se for vitalicio, mediante sentença judiciaria.

CAPITULO V

Art. 37. Será cancellada a naturalização, tacita ou voluntaria, de quem exercer actividade politica nociva ao interesse nacional.

§ 1º. Considera-se actividade nociva ao interesse nacional a infracção de qualquer dos artigos desta lei, sem prejuizo de outros casos previstos na legislação.

§ 2º. O processo judiciario será o estabelecido no art. 38 da presente lei.

Art. 38. O processo judiciario para cancellamento de naturalização e punição dos crimes capitulados nesta lei, será o seguinte:

a) apresentada a denuncia, instruido com documentos comprobatorios, se existirem, ou com rol de tres testemunhas, pelo menos, o juiz mandará fazer a citação pessoal do accusado para a primeira audiencia;

b) não sendo o accusado encontrado, será a citação feita por editaes, com dez dias de prazo, para se ver processar;

c) na audiencia aprazada, não comparecendo o accusado, proseguir-se-á á sua revelia, dando-se-lhe curador; se comparecer, o juiz o qualificará e, depois de lhe ler a denuncia, ou queixa, conceder-lhe-á o prazo de cinco dias para apresentar defesa escripta e indicar o rol de testemunhas e elementos de defesa. Findo este prazo, serão inquiridas as testemunhas de accusação e defesa, e praticar-se-ão as diligencias requeridas pelas partes;

d) o accusado, depois de qualificado, poderá defender-se por procurador e deixar de comparecer á formação de culpa, se não houver sido preso em flagrante, ou preventivamente;

e) a inquirição das testemunhas e as diligencias requeridas deverão ser realizadas no prazo de vinte dias;

f) terminada a dilacção probatoria, o autor terá cinco dias para arrazoar e, depois delle, igual prazo o réo para o mesmo fim. Findo esse prazo, será o processo submettido a julgamento, e a sentença proferida dentro de dez dias.

Paragrapho unico. Da sentença cabe recurso interposto no prazo de cinco dias. O recurso não suspende os effeitos da sentença absolutoria ou condemnatoria; salvo, quanto a esta, em se tratando de crimes afiançaveis; ou no que disser respeito ao regimen de cumprimento de pena.

Art. 39. O processo administrativo para a exoneração de funcionario publico, nos casos previstos nesta lei, será o seguinte:

a) o processo será iniciado em virtude de representação, ou "ex-officio", instruido desde logo, com os documentos de accusação;

b) em seguida, será ouvido e accusado, que responderá no prazo improrogavel de cinco dias, sob pena de revelia;

c) se, em sua defesa, allegar o accusado factos que dependam de prova, ser-lhe-ão para isso concedidos dez dias;

d) arrazoado o processo dentro de cinco dias, serão os autos conclusos á autoridade, que fará minucioso relatorio em cinco dias, e remetterá o processo ao ministro ou Secretario de Estado, ou Prefeito, conforme o caso, para decisão;

e) desta decisão caberá recurso para a autoridade superior, dentro do prazo improrogavel de cinco dias;

f) no caso de exoneração confirmada, ordenará a autoridade superior a expedição do competente acto, que será sempre fundamentado;

g) sómente depois de publicado o acto de exoneração ficará o funcionario privado das vantagens do seu cargo.

§ 1.º O ministro ou secretario de Estado ou prefeito, não poderá julgar o processo sem lhe fazer juntar as certidões que para prova, haja requerido o funcionario, e que lhe não tenham sido dadas no prazo legal, pelas repartições competentes, desde que o objecto do requerimento seja pertinente ao assumpto do processo.

§ 2.º Fica salvo ao funcionario exonerado demandar a annullação da pena administrativa mediante a acção que lhe couber por direito.

CAPITULO VI

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 40. São inafiançaveis os crimes punidos nesta lei, cujo maximo de pena fôr prisão celllular ou reclusão superior a um anno.

Art. 41. De qualquer delles lavrar-se-á auto de flagrante, quando tal occorrer, observadas as formalidades legais, independentemente da consideração do numero de pessoas que o estejam praticando.

Art. 42. A pena de prisão, nos casos dos arts. 3º, 4º, 6º, 9º 12, 13 e 25, será cumprida em estabelecimento distincto dos destinados a réos de crimes communs, e sem sujeição a qualquer regimen penitenciario ou carcerario.

Art. 43. No interesse da ordem publica, ou a requerimento do condemnado, poderá o juiz executor da sentença

ordenar seja a pena cumprida fóra do logar do delicto. Poderá igualmente, em qualquer tempo, determinar a mudança do logar de cumprimento da pena.

§ 1.º O logar de cumprimento de pena, salvo requerimento do interessado, não poderá ser situado a mais de mil kilometros do logar do delicto, asseguradas sempre boas condições de salubridade e de hygiene.

§ 2.º Das decisões sobre o modo e logar de cumprimento da pena cabe recurso para a instancia superior, com o processo dos recursos criminaes.

Art. 44. Todos os crimes definidos nesta lei serão processados pela Justiça Federal, e sujeitos a julgamento singular.

Paragrapho unico. Servirão os órgãos da Justiça estadual, como preparadores, sempre que as diligencias se houverem de effectuar fóra da séde da secção.

Art. 45. A requerimento do condemnado por crime definido nesta lei, poderá o juiz executor da sentença converter a pena de prisão celllular em reclusão, augmentando-a em sexta parte.

Art. 46. A prisão provisoria do expulsando não poderá exceder de tres mezes.

Paragrapho unico. Em caso de demora na obtenção do visto consular no respectivo passaporte é permittido ao Governo localizar o expulsando em colonias agricolas, ou fixar-lhe domicilio.

Art. 47. Só o poder publico tem a prerogativa de constituir milicias de qualquer natureza, não sendo permittidas organizações de typo militar, caracteristicas por subordinação hierarchica, quadros ou formações.

Paragrapho unico. Não se incluem neste artigo as associações de escoteiros, tiros de guerra e outras autorizadas em lei.

Art. 48. A exposição e a critica de doutrina, feitas sem propaganda de guerra ou de processo violento para subverter a ordem politica ou social, não motivarão nenhuma das sancções previstas nesta lei.

Art. 49. Reputam-se cabeças os que tiverem deliberado, excitado ou dirigido a pratica de actos punidos nesta lei.

Art. 50. E' circumstancia aggravante, em qualquer, dos crimes definidos nesta lei, quando não fôr elementar do delicto, a condição de funcionario civil ou militar.

Art. 51. Esta lei entrará em vigor na Capital Federal, Estados e Territorios na data da publicação nos respectivos órgãos officiaes.

Art. 52. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de abril de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

DECRETO N. 39 — DE 8 DE ABRIL DE 1935

Revigora o artigo 6º da lei n. 9-A, de 12 de dezembro de 1934, e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica revigorado o art. 6º da lei n. 9-A, de 12 de dezembro de 1934, para os alumnos da Escola Naval, a que se refere o art. 24, letra b, do Regulamento approved pelo decreto n. 24.633, de 10 de julho de 1934.

Art. 2.º São considerados approved os alumnos das Escolas Militar e Naval que, durante o anno lectivo, tiverem obtido as médias bases exigidas nos respectivos regulamentos.

Paragrapho unico. Quando a approvação não fôr no ultimo anno, os alumnos serão considerados promovidos ao immediato.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições ao contrario.

Rio de Janeiro, 8 de abril de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Protonenes Pereira Guimarões.

Pedro Aurelio de Góes Monteiro.

LEI N. 40 — DE 10 DE ABRIL DE 1935

Autoriza a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 12.818:686\$189, para pagamento de gratificações additionaes que deixaram de ser pagas em virtude dos decretos ns. 19.582 e 19.565, de 12 e 6 de janeiro de 1931

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, desde já, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de

12.818:868\$189 (doze mil oitocentos e dezoito contos, oitocentos e sessenta e oito mil cento e oitenta e nove réis), para pagamento de gratificações additionaes que deixaram de ser pagas em virtude dos decretos do Governo Provisorio, numeros 19.565, de 6 de janeiro de 1931 (art. 2º), e 19.582, de 12 de janeiro de 1931, podendo para isso fazer as necessarias operações de credito, sendo:

a) 1.156:587\$600 para pagamento de gratificações additionaes a funcionarios da Secretaria da Camara, conforme a relação annexa n. 1;

b) 754:377\$624 para pagamento de gratificações additionaes a funcionarios da Secretaria do Senado Federal, conforme a relação annexa n. 2;

c) 615:728\$100 para pagamento de gratificações additionaes a funcionarios do Ministerio da Justiça, conforme a relação annexa n. 3;

d) 717:393\$184 para pagamento de gratificações additionaes a funcionarios do Ministerio do Exterior, conforme a relação annexa n. 4;

e) 1.922:845\$300 para pagamento de gratificações additionaes a funcionarios do Ministerio da Guerra, conforme a relação annexa n. 5;

f) 1.663:632\$100 para pagamento de gratificações additionaes a funcionarios do Ministerio da Marinha, conforme a relação annexa n. 6;

g) 3.475:357\$725 para pagamento de gratificações additionaes a funcionarios do Ministerio da Educação, conforme a relação annexa n. 7;

h) 215:637\$500 para pagamento de gratificações additionaes a funcionarios do Ministerio da Fazenda, conforme a relação annexa n. 8;

i) 1.949:487\$800 para pagamento de gratificações additionaes a funcionarios do Ministerio da Viação, conforme a relação annexa n. 9;

j) 156:087\$600 para pagamento de gratificações additionaes a funcionarios do Ministerio da Agricultura, conforme a relação annexa n. 10.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

Tabellas relativas á lei acima citada
SECRETARIA DA CAMARA DOS DEPUTADOS

Relação n. 1

| NOMES | Anno 1931 | Anno 1932 | Anno 1933 | Anno 1934 | Total |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Gratificações addicionaes | | | | | |
| 15 %: | | | | | |
| Ao Vice-Director Geral, Mario Alves da Fonseca..... | 3:500\$000 | 3:600\$000 | 3:300\$000 | 3:600\$000 | 14:400\$000 |
| Ao 1° Official, Angelo Lazary de Souza Guedes..... | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 11:520\$000 |
| Ao Director de Serviço, Floriano Bueno Brandão..... | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 11:520\$000 |
| Ao 1° Official, Cid Buarque de Gusmão..... | 2:250\$000 | 2:250\$000 | 2:250\$000 | 2:250\$000 | 9:000\$000 |
| Ao 1° Official, Mario da Fonseca Saraiva..... | 2:250\$000 | 2:250\$000 | 2:250\$000 | 2:250\$000 | 9:000\$000 |
| Ao 1° Official, Ruy Affonseca de Alencar..... | 2:250\$000 | 2:250\$000 | 2:250\$000 | 2:250\$000 | 9:000\$000 |
| Ao 2° Official, João Barbosa de Almeida Portugal..... | 2:250\$000 | 2:250\$000 | 2:250\$000 | 2:250\$000 | 9:000\$000 |
| Ao 2° Official, Amarilio de Albuquerque..... | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 7:200\$000 |
| Ao 2° Official, Francisco Alberto da Silva Reis..... | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 7:200\$000 |
| Ao 2° Official, Paulo Watzl..... | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 7:200\$000 |
| Ao 2° Official, Severino Barbosa Corrêa..... | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 7:200\$000 |
| Ao 2° Official, Sylvio Armando Fioravanti Pires Ferreira.... | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 7:200\$000 |
| A' 3° Official, Dalila Fernandes Brasil..... | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:760\$000 |
| Ao 3° Official, Urbano Castello Branco..... | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:760\$000 |
| Ao Dactylographo, Hilario Ribeiro Cintra..... | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:760\$000 |
| Ao Dactylographo, Francisco Bevilacqua..... | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:760\$000 |
| Ao Dactylographo, Marcos Lisboa de Oliveira..... | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:760\$000 |
| Ao Tachygrapho Revisor, Peapeguara Bricio do Valle Pereira | 4:320\$000 | 4:320\$000 | 4:320\$000 | 4:320\$000 | 17:280\$000 |
| Ao Tachygrapho Revisor, Sylvio Vianna Freire..... | 3:600\$000 | 3:600\$000 | 3:600\$000 | 3:600\$000 | 14:400\$000 |
| Ao Tachygrapho Revisor, Walter Godinho..... | 3:600\$000 | 3:600\$000 | 3:600\$000 | 3:600\$000 | 14:400\$000 |
| Ao 1° Tachygrapho, Arlindo Moreira Drumond..... | 3:600\$000 | 3:600\$000 | 3:600\$000 | 3:600\$000 | 14:400\$000 |
| Ao 1° Tachygrapho, Alfredo Bibiano Torres..... | 2:700\$000 | 2:700\$000 | 2:700\$000 | 2:700\$000 | 10:800\$000 |
| Ao Dactylographo, Alberto da Rocha Camões..... | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:760\$000 |
| Ao Redactor de Documentos Parlamentares e Annaes, Eloy Pontes..... | 2:160\$000 | 2:160\$000 | 2:160\$000 | 2:160\$000 | 8:640\$000 |
| Ao Ajudante de Porteiro, Domingos Pinheiro de Magalhães... | 1:728\$000 | 1:728\$000 | 1:728\$000 | 1:728\$000 | 6:912\$000 |
| Ao Archivist, Dacio Custodio Ferreira..... | 1:425\$600 | 1:425\$600 | 1:425\$600 | 1:425\$600 | 5:702\$400 |
| Ao Auxiliar da Bibliotheca, Francisco da Motta Junior..... | 1:425\$600 | 1:425\$600 | 1:425\$600 | 1:425\$600 | 5:702\$400 |
| Ao Continuo, Francisco Rocha..... | 1:425\$600 | 1:425\$600 | 1:425\$600 | 1:425\$600 | 5:702\$400 |
| Ao Continuo, Manoel Rodrigues Brandão..... | 1:425\$600 | 1:425\$600 | 1:425\$600 | 1:425\$600 | 5:702\$400 |
| Ao Continuo, Antonio Carlos Trindade..... | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 4:320\$000 |
| Ao Guarda, Daciano Imenes..... | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 4:320\$000 |
| Ao Guarda, Joaquim Gomes Farnezi..... | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 4:320\$000 |
| Ao Guarda, José Drumond Ribeiro..... | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 4:320\$000 |
| Ao Guarda, Manoel Martins Loureiro..... | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 4:320\$000 |
| Ao Guarda, Olavo Fernandes Galvão..... | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 4:320\$000 |
| Ao Guarda, Romario de Moura..... | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 4:320\$000 |
| De 20 %: | | | | | 283:881\$600 |
| Ao Director Geral, Adolpho Gigliotti..... | 4:800\$000 | 4:800\$000 | 4:800\$000 | 4:800\$000 | 19:200\$000 |
| Ao Director de Serviço, José Armando Baptista Junior..... | 3:840\$000 | 3:840\$000 | 3:840\$000 | 3:840\$000 | 15:360\$000 |
| Ao 1° Official, Sylvio Corrêa de Brito..... | 3:840\$000 | 3:840\$000 | 3:840\$000 | 3:840\$000 | 15:360\$000 |
| Ao 1° Official, Manoel Isidoro Vieira..... | 3:000\$000 | 3:000\$000 | 3:000\$000 | 3:000\$000 | 12:000\$000 |
| Ao 1° Official, Pedro Pereira da Cunha..... | 3:000\$000 | 3:000\$000 | 3:000\$000 | 3:000\$000 | 12:000\$000 |
| Ao 1° Official, Ozéas Motta..... | 3:840\$000 | 3:840\$000 | 3:840\$000 | 3:840\$000 | 15:360\$000 |

| | | | | | |
|--|------------|------------|------------|------------|----------------|
| Ao 3º Official, Arthur Dutra Barroso..... | 2:400\$000 | 2:400\$000 | 2:400\$000 | 2:400\$000 | 9:600\$000 |
| Ao Dactylographo, Arnaldo Vaz Marques Pinto..... | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 7:680\$000 |
| Ao Tachygrapho Revisor, Francisco Béjar..... | 5:760\$000 | 5:760\$000 | 5:760\$000 | 5:760\$000 | 23:040\$000 |
| Ao Tachygrapho Revisor, Armando de Oliveira Carvalho.... | 4:800\$000 | 4:800\$000 | 4:800\$000 | 4:800\$000 | 19:200\$000 |
| Ao Redactor de Documentos Parlamentares e Annaes, João Ribeiro Mendes..... | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 11:520\$000 |
| Ao Assistente Technico da Tachygraphia, Francisco Tozzi Calvão | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 11:520\$000 |
| Ao Redactor de Documentos Parlamentares e Annaes, Luiz Ferreira Guimarães..... | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 11:520\$000 |
| Ao Redactor de Documentos Parlamentares e Annaes, Pedro Dutra Nicacio Netto..... | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 11:520\$000 |
| Ao Continuo, Jayme José Pires..... | 1:900\$800 | 1:900\$800 | 1:900\$800 | 1:900\$800 | 7:603\$200 |
| Ao Continuo, Erico Ferreira Pacheco..... | 1:900\$800 | 1:900\$800 | 1:900\$800 | 1:900\$800 | 7:603\$200 |
| Ao Continuo, Manoel Honorio Ferreira..... | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:760\$000 |
| Ao Guarda, Amadeu Corrêa de Azevedo..... | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:760\$000 |
| Ao Guarda, João Manoel Pinto..... | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:760\$000 |
| Ao Guarda, Virgolino da Silva Portella..... | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:760\$000 |
| Ao Guarda, Reynaldo Laurindo da Silva..... | 1:200\$000 | 1:200\$000 | 1:200\$000 | 1:200\$000 | 4:800\$000 |
| De 25 %: | | | | | 237:926\$400 |
| Ao Director de Serviço, Antonio Ferreira de Salles..... | 6:000\$000 | 6:000\$000 | 6:000\$000 | 6:000\$000 | 24:000\$000 |
| Ao Director de Serviço, Heitor Modesto de Almeida..... | 4:800\$000 | 4:800\$000 | 4:800\$000 | 4:800\$000 | 19:200\$000 |
| Ao Director de Serviço, Raul de Paula Lopes..... | 4:800\$000 | 4:800\$000 | 4:800\$000 | 4:800\$000 | 19:200\$000 |
| Ao Medico, Annibal de Moraes Mello..... | 3:750\$000 | 3:750\$000 | 3:750\$000 | 3:750\$000 | 15:000\$000 |
| Ao Redactor-Chefe dos Documentos Parlamentares e Annaes, José de Araujo Vieira..... | 3:750\$000 | 3:750\$000 | 3:750\$000 | 3:750\$000 | 15:000\$000 |
| Ao Redactor dos Documentos Parlamentares e Annaes, Raphael Pinheiro | 3:750\$000 | 3:750\$000 | 3:750\$000 | 3:750\$000 | 15:000\$000 |
| Ao Redactor dos Documentos Parlamentares e Annaes, Joaquim Ribeiro de Paiva..... | 3:600\$000 | 3:600\$000 | 3:600\$000 | 3:600\$000 | 14:400\$000 |
| Ao Redactor dos Documentos Parlamentares e Annaes, Ernesto Corrêa de Sá e Benevides..... | 3:600\$000 | 3:600\$000 | 3:600\$000 | 3:600\$000 | 14:400\$000 |
| Ao Tachygrapho Revisor, Cesar Luiz Leitão..... | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 28:800\$000 |
| Ao 1º Tachygrapho, Ismar Grey Tavares..... | 6:000\$000 | 6:000\$000 | 6:000\$000 | 6:000\$000 | 24:000\$000 |
| Ao Continuo, Anacleto Frederico Aurnheimer..... | 2:376\$000 | 2:376\$000 | 2:376\$000 | 2:376\$000 | 9:504\$000 |
| Ao Continuo, Armando Gonçalves dos Santos..... | 2:376\$000 | 2:376\$000 | 2:376\$000 | 2:376\$000 | 9:504\$000 |
| Ao Continuo, José Francisco Guarino..... | 2:376\$000 | 2:376\$000 | 2:376\$000 | 2:376\$000 | 9:504\$000 |
| Ao Continuo, Pedro Cordeiro de Souza..... | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 7:200\$000 |
| Ao Zelador, Jacob Pinto Peixoto..... | 3:000\$000 | 3:000\$000 | 3:000\$000 | 3:000\$000 | 12:000\$000 |
| Ao Guarda, Francisco Fernandes Braga..... | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 7:200\$000 |
| Ao Guarda, Anselmo Rosa..... | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 7:200\$000 |
| De 30 %: | | | | | 251:112\$000 |
| Ao Secretario da Presidencia, Otto Prazeres..... | 9:000\$000 | 9:000\$000 | 9:000\$000 | 9:000\$000 | 36:000\$000 |
| Ao Vice-Director Geral, Nestor Massena..... | 9:000\$000 | 9:000\$000 | 9:000\$000 | 9:000\$000 | 36:000\$000 |
| Ao Director de Serviço, Joaquim Ferreira de Salles..... | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 28:800\$000 |
| Ao Director de Serviço, Antonio Maia Santos..... | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 28:800\$000 |
| Ao Conservador da Bibliotheca, Aécio Guerra..... | 4:320\$000 | 4:320\$000 | 4:320\$000 | 4:320\$000 | 17:280\$000 |
| Ao Redactor dos Documentos Parlamentares e Annaes, Nestor Ascoli | 4:500\$000 | 4:500\$000 | 4:500\$000 | 4:500\$000 | 18:000\$000 |
| Ao redactor dos Documentos Parlamentares e Annaes, Ser-torio Maximiano de Castro..... | 4:500\$000 | 4:500\$000 | 4:500\$000 | 4:500\$000 | 18:000\$000 |
| Ao Porteiro, Hermeto Duarte..... | 3:456\$000 | 3:456\$000 | 3:456\$000 | 3:456\$000 | 13:824\$000 |
| Ao Continuo, Manoel Pereira de Sant'Anna..... | 2:851\$200 | 2:851\$200 | 2:851\$200 | 2:851\$200 | 11:404\$800 |
| Ao Continuo, Alvaro Evangelino Nogueira..... | 2:160\$000 | 2:160\$000 | 2:160\$000 | 2:160\$000 | 8:640\$000 |
| Ao Continuo, Antonio José de Carvalho..... | 2:851\$200 | 2:851\$200 | 2:851\$200 | 2:851\$200 | 11:404\$800 |
| Ao Guarda, Leonardo do Amaral Teste..... | 2:160\$000 | 2:160\$000 | 2:160\$000 | 2:160\$000 | 8:640\$000 |
| Total..... | | | | | 1.009:713\$600 |
| | | | | | 236:793\$600 |

Relação n. 1 (continuação)

| Nomes | Anno 1931 | Anno 1932 | Anno 1933 | Anno 1934 | Total | Observações |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------------------------|
| Gratificações adicionais (Funcionários aposentados) | | | | | | |
| De 25 % | | | | | | |
| Ao Director Geral, Rodolpho Custodio Ferreira..... | 9:000\$000 | 9:000\$000 | 4:075\$000 | — | 22:075\$000 | Em 14- 6-933. |
| De 30 % | | | | | | |
| Ao Director de Serviço, Eurico Jacy Monteiro de Oliveira | 6:464\$000 | — | — | — | 6:464\$000 | Em 4- 9-931. |
| Ao Chefe da Sub-Secção, Lucas Ferreira de Salles | 912\$000 | — | — | — | 912\$000 | Em 17- 3-931. |
| Ao Redactor dos Documentos Parlamentares, Primitivo Moacyr | 5:886\$000 | 5:886\$000 | 3:320\$000 | — | 15:092\$000 | Em 24- 7-933. |
| Ao Redactor de Debates, Antonio Gervasio Alves Saraiva | 3:037\$500 | — | — | — | 3:037\$500 | Em 4- 9-931. |
| Ao Redactor de Debates, José Maria Goulart de Andrade | 850\$000 | — | — | — | 850\$000 | Em 9- 3-931. |
| Ao Tachygrapho de 1ª classe, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho | 1:680\$000 | — | — | — | 1:680\$000 | Em 25- 3-931. |
| Ao Tachygrapho de 1ª classe, Amaro de Albuquerque..... | 1:520\$000 | — | — | — | 1:520\$000 | Em 17- 3-931. |
| Ao Tachygrapho Revisor, Lincoln Godinho | 4:008\$000 | — | — | — | 4:008\$000 | Em 18- 6-931. |
| Ao Tachygrapho de 1ª classe, Salomão de Vasconcellos.. | 80\$000 | — | — | — | 80\$000 | Em 3- 1-931. |
| Ao Tachygrapho de 2ª classe, José Mariano Carneiro Leão | 2:130\$100 | — | — | — | 2:130\$100 | Em 23- 6-931. |
| Ao Chefe da Portaria, Augusto Teixeira Mochô | 750\$000 | — | — | — | 750\$000 | Em 28- 2-931. |
| Ao Porteiro, José Pinto Machado | 132\$000 | — | — | — | 132\$000 | Em 12- 1-931. |
| Ao Continuo, João Muller Inthurn | 538\$500 | — | — | — | 538\$500 | Em 9- 3-931. |
| Ao Chefe de Secção, Francisco Diogo Capper | 1:066\$500 | — | — | — | 1:066\$500 | Em 20- 3-931. |
| (Funcionario transferido) | | | | | | |
| De 20 % | | | | | | |
| Ao Guarda, Constantino Machado de Azevedo | 1:440\$000 | 1:232\$000 | — | — | 2:672\$000 | Permuta em 9-11-932. |
| (Funcionarios fallecidos) | | | | | | |
| De 15 % | | | | | | |
| Ao Guarda, Januario Monteiro | 1:080\$000 | 933\$000 | — | — | 2:013\$000 | Em 11-11-932. |
| De 20 % | | | | | | |
| Ao Guarda, Ernesto Alves Peixoto | 1:440\$000 | 136\$000 | — | — | 1:576\$000 | Em 4- 2-932. |
| Ao Guarda, Manoel Alves Magalhães | 1:440\$000 | 1:428\$000 | — | — | 2:868\$000 | Em 27-12-932. |
| De 25 % | | | | | | |
| Ao Director Geral, Ernesto da Costa Alecrim | 9:000\$000 | 5:419\$400 | — | — | 14:419\$400 | Em 7- 8-932. |
| Ao Redactor de Debates, Agnion dos Santos Azevedo..... | 2:378\$000 | 3:750\$800 | 1:350\$000 | — | 8:850\$800 | Em 10- 5-933. |
| Ao Continuo, Ladislau de Almeida | 224\$400 | 3:750\$000 | — | — | 2:600\$400 | Em 4- 2-932. |
| De 30 % | | | | | | |
| Ao Director de Serviço, Amílcar Marchesini | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 1:600\$000 | — | 16:000\$000 | Em 20- 3-933. |
| Ao Archivista, Cicero Gabriel da Trindade | 4:320\$000 | 4:320\$000 | 4:320\$000 | 1:752\$000 | 14:712\$000 | Em 27- 6-934. |
| Funcionarios em exercicio em outras Repartições | | | | | | |
| De 20 % | | | | | | |
| Ao 3º Official, Aristophanes Monteiro de Barros Barb Lima | 2:400\$000 | 1:366\$700 | — | — | 3:766\$700 | T. R. E. Esp. Sto. Em 26-7-32. |
| Ao Chefe de Secção, Honorio Quintanilha Netto Machado | 7:200\$000 | 3:860\$000 | — | — | 11:060\$000 | T. R. E. Est. Rio, Em 14-7-32. |
| De 25 % | | | | | | |
| Ao Director de Serviço, José Maria de Albuquerque Bello | 6:000\$000 | — | — | — | 6:000\$000 | |
| Total | | | | | 146:874\$000 | |

RESUMO

Total dos funcionarios em actividade... 1.009:713\$600
Total dos ex-funcionarios..... 146:874\$000
Somma 1.156:587\$600 *

MINISTERIO DA GUERRA

Relação n. 5

DIRECTORIA GERAL DE CONTABILIDADE DA GUERRA

Relação nominal, discriminativa, da despesa referente ao pagamento de adicional, aos professores militares, civis e funcionarios deste Ministerio, por anno e a partir de 1 de janeiro de 1931 até 31 de dezembro de 1934.

| Nº. de ordem | Graduação | Nome | Importancia | | | | Total | Observações |
|--------------|-----------|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------------------------|
| | | | 1931 | 1932 | 1933 | 1934 | | |
| | | Secretaria de Estado da Guerra: | | | | | | |
| 1 | Director | Laurenio Lago | 14:051\$600 | 14:400\$000 | 14:400\$000 | 14:400\$000 | 57:251\$600 | |
| | | Directoria Geral de Contabilidade da Guerra: | | | | | | |
| 2 | Director | Eduardo Carlos Duque Estrada de Barros | 14:051\$600 | 14:400\$000 | 14:400\$000 | 3:840\$000 | 46:691\$600 | Pediu aposentadoria em 7-4-934 |
| | | Estado Maior do Exercito (addidos): | | | | | | |
| 3 | Marechal | Pedro de Castro Araujo | 8:640\$000 | 8:640\$000 | 8:640\$000 | 8:640\$000 | 34:560\$000 | |
| 4 | Marechal | Joaquim Marques da Cunha | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 28:800\$000 | |
| 5 | General | João Fulgencio de Lima Mindello | 11:520\$000 | 11:520\$000 | 11:520\$000 | 11:520\$000 | 46:080\$000 | |
| 6 | General | João Manoel de Araujo | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 11:520\$000 | |
| 7 | General | Salvador Barbalho Uchôa Cavalcanti | 4:752\$000 | 4:752\$000 | 4:752\$000 | 4:752\$000 | 19:008\$000 | |
| 8 | General | Bernardino Vieira Lima | 4:752\$000 | 4:752\$000 | 4:752\$000 | 4:752\$000 | 19:008\$000 | |
| 9 | General | Manoel Liberato Bittencourt | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 11:520\$000 | |
| 10 | General | Antonio Aranha Meira de Vasconcellos | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 3:840\$000 | |
| 11 | General | Joaquim Pires de Carvalho Albuquerque | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 11:520\$000 | |
| 12 | General | Affonso Lopes Machado | 8:640\$000 | 8:640\$000 | 8:640\$000 | 8:640\$000 | 34:560\$000 | |
| 13 | Coronel | Herculano Antonio Pereira da C. Junior | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 11:520\$000 | |
| 14 | Coronel | Manoel Said-Ali-Ida | 5:760\$000 | 5:760\$000 | 5:760\$000 | 5:760\$000 | 23:040\$000 | |
| 15 | Tte. Cel. | Octavio Garcia Barão | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 7:680\$000 | |
| 16 | Tte. Cel. | José Pio Borges de Castro | 480\$000 | 480\$000 | 480\$000 | 480\$000 | 1:920\$000 | |
| 17 | Tte. Cel. | Sebastião Corrêa Fontes | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:760\$000 | |
| 18 | Tte. Cel. | Luiz Mariano de Barros Fournier | 720\$000 | 720\$000 | 720\$000 | 720\$000 | 2:880\$000 | |
| 19 | Tte. Cel. | Carlos Autran Dourado | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:760\$000 | |
| 20 | Tte. Cel. | Sinesyo de Farias | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:760\$000 | |
| | | Escola Militar: | | | | | | |
| 21 | Coronel | Antonio de Azevedo | 3:200\$000 | 3:200\$000 | 3:200\$000 | 3:200\$000 | 12:800\$000 | |
| 22 | Tte. Cel. | Azôr Brasileiro de Almeida | 3:840\$000 | 3:840\$000 | 3:840\$000 | 3:840\$000 | 15:360\$000 | |
| 23 | Tte. Cel. | Honorio da Costa Maia | 720\$000 | 720\$000 | 720\$000 | 720\$000 | 2:880\$000 | |
| 24 | Tte. Cel. | Arthur Rodrigues Tito | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:760\$000 | |
| 25 | Tte. Cel. | Augusto da Cunha Duque Estrada | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:760\$000 | |
| 26 | Major | Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:760\$000 | |
| 27 | Major | Alberto de Medeiros | 480\$000 | 480\$000 | 480\$000 | 480\$000 | 1:920\$000 | |
| 28 | Major | Antonio José Ozorio | 480\$000 | 480\$000 | 480\$000 | 106\$700 | 1:546\$700 | |

Relação nominal, discriminativa, da despesa referente ao pagamento de adicional, aos professores militares, civis e funcionarios deste Ministerio, por anno e a partir de 1 de janeiro de 1931 até 31 de dezembro de 1934.

| Nº. de ordem | Graduação | Nome | Importancia | | | | Total | Observações |
|--------------|------------|-------------------------------------|-------------|------------|------------|------------|-------------|-------------|
| | | | 1931 | 1932 | 1933 | 1934 | | |
| | | Collegio Militar do Rio de Janeiro: | | | | | | |
| 29 | Tte. Cel. | Antonio Baptista de Mendonça Filho. | 300\$000 | 300\$000 | 300\$000 | 300\$000 | 1:200\$000 | |
| 30 | Major. | José Martins de Arruda. | 720\$000 | 720\$000 | 720\$000 | 720\$000 | 2:880\$000 | |
| 31 | Tte. Cel. | Octavio de Souza. | 3:840\$000 | 3:840\$000 | 3:840\$000 | 3:840\$000 | 15:360\$000 | |
| 32 | Tte. Cel. | Heitor Alberto Carlos. | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 3:840\$000 | |
| 33 | Tte. Cel. | Decio Coutinho. | 2:880\$000 | 960\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 11:520\$000 | |
| 34 | Major | Augusto de Araujo Doria. | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 7:680\$000 | |
| 35 | Major | José Maria Serpa. | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:760\$000 | |
| 36 | Major | Hercules Eduardo Weaver. | 720\$000 | 720\$000 | 720\$000 | 720\$000 | 2:880\$000 | |
| 37 | Major | Francisco d'Avila Garcez. | 720\$000 | 720\$000 | 720\$000 | 720\$000 | 2:880\$000 | |
| 38 | Major | Arthur Paulino de Souza. | 720\$000 | 720\$000 | 720\$000 | 720\$000 | 2:880\$000 | |
| 39 | Major | Astorico de Queiroz. | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 7:680\$000 | |
| 40 | Major | Alberto Leyrand. | 720\$000 | 720\$000 | 720\$000 | 720\$000 | 2:880\$000 | |
| 41 | Major | Alonso de Oliveira. | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 3:840\$000 | |
| 42 | Major | Heitor Cajaty. | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 7:680\$000 | |
| 43 | Major | Elias Coelho Cintra. | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 11:520\$000 | |
| 44 | Major | Alfredo Soares dos Santos Pereira. | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 3:840\$000 | |
| 45 | Major | João da Rocha Maia. | 480\$000 | 480\$000 | 480\$000 | 480\$000 | 1:920\$000 | |
| 46 | Major | Anthero Martins Leal. | 480\$000 | 480\$000 | 480\$000 | 480\$000 | 1:920\$000 | |
| 47 | Major | José Araripe de Macedo. | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 3:840\$000 | |
| 48 | Major | Fenelon Bolmilcar da Cunha. | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 7:680\$000 | |
| 49 | Major | Dario Tito Castello Branco. | 2:400\$000 | 2:400\$000 | 2:400\$000 | 2:400\$000 | 9:600\$000 | |
| 50 | Major | Victalino Thomaz Alves. | 480\$000 | 480\$000 | 480\$000 | 480\$000 | 1:920\$000 | |
| 51 | Major | Francisco Ferreira Alves dos Reis. | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:760\$000 | |
| 52 | Major | Luiz Lisboa Braga. | 720\$000 | 720\$000 | 720\$000 | 720\$000 | 2:880\$000 | |
| 53 | Capitão | Pedro Mariani Serra. | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 7:680\$000 | |
| 54 | Capitão | Clarindo Mey. | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:760\$000 | |
| 55 | Capitão | Raymundo Fernandes Monteiro. | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:760\$000 | |
| 56 | Capitão | Leopoldo Frederico Teixeira Campos. | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 7:680\$000 | |
| 57 | Capitão | Americo dos Santos Carvalho. | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 3:840\$000 | |
| 58 | Capitão | Fernando Barreto Pinto. | 480\$000 | 480\$000 | 480\$000 | 480\$000 | 1:920\$000 | |
| 59 | Capitão | José Maria de Castro Neves. | 480\$000 | 480\$000 | 480\$000 | 480\$000 | 1:920\$000 | |
| 60 | Tte. Cel. | Dr. Alcides da Fonseca. | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 11:520\$000 | |
| 61 | Cap. Corv. | Carlos Sussekind. | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 3:840\$000 | |
| 62 | Cap. Corv. | Gastão de Paiva Coelho. | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 3:840\$000 | |
| 63 | | Dr. Armando Augusto Godoy. | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 11:520\$000 | |
| 64 | | Dr. Miguel Daltro dos Santos. | 6:336\$000 | 6:336\$000 | 6:336\$000 | 6:336\$000 | 25:344\$000 | |
| 65 | | Dr. Djalma Bittencourt. | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 3:840\$000 | |
| 66 | | Dr. Isnard Dantas Barreto. | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 3:840\$000 | |
| | | Collegio Militar de Porto Alegre: | | | | | | |
| 67 | Generaes | Narciso Peixoto Lopes. | 3:520\$000 | 3:840\$000 | 3:840\$000 | 3:840\$000 | 15:040\$000 | |

Relação nominal, discriminativa, da despesa referente ao pagamento de adicional, aos professores militares, civis e funcionarios deste Ministerio, por anno e a partir de 1 de janeiro de 1931 até 31 de dezembro de 1934.

| Graduação Nº de ordem | Nome | Importancia | | | | Total | Observações |
|--------------------------|------------|-----------------------------------|------------|------------|------------|------------|-------------|
| | | 1931 | 1932 | 1933 | 1934 | | |
| 68 | General | Octavio Pacifico Furtado | 880\$000 | 480\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 3:760\$000 |
| 69 | General | Eduardo Marques de Souza | 960\$000 | 1:440\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 3:840\$000 |
| 70 | Coronel | Luiz Gonzaga Borges da Fonseca | 660\$000 | | 720\$000 | 720\$000 | 2:820\$000 |
| 71 | Coronel | João Antonio de Moura e Cunha | 4:356\$000 | | 4:752\$000 | 4:752\$000 | 18:612\$000 |
| 72 | Coronel | Homero Maisonette | 6:336\$000 | | 6:336\$000 | 6:336\$000 | 25:344\$000 |
| 73 | Tte. Cel. | Alcides de Oliveira Fabricio | 1:320\$000 | 360\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:640\$000 |
| 74 | Tte. Cel. | João Dionysio da Silva Pereira | 1:760\$000 | | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 7:520\$000 |
| 75 | Tte. Cel. | Tarcylo Franco Tupy Caldas | 1:320\$000 | | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:640\$000 |
| 76 | Tte. Cel. | Diogo Martins Ferraz | 880\$000 | | 960\$000 | 960\$000 | 3:760\$000 |
| 77 | Tte. Cel. | Humberto Arêas Pimentel | 1:320\$000 | 5:760\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:640\$000 |
| 78 | Tte. Cel. | Leonardo Ribeiro da Silva | 1:320\$000 | 4:752\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:640\$000 |
| 79 | Tte. Cel. | Athayde da Costa Galvão | 1:320\$000 | 3:168\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:640\$000 |
| 80 | Tte. Cel. | Lafayette Cruz | 440\$000 | 7:680\$000 | 480\$000 | 480\$000 | 1:880\$000 |
| 81 | Tte. Cel. | Plinio Pereira Alves | 1:320\$000 | 480\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:640\$000 |
| 82 | Tte. Cel. | Juvencio da Silva Gomes | 1:320\$000 | 6:336\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:640\$000 |
| 83 | Tte. Cel. | Antonio de Carvalho Lima | 660\$000 | 600\$000 | 720\$000 | 720\$000 | 2:820\$000 |
| 84 | Tte. Cel. | Octacilio de Oliveira | 2:640\$000 | 4:752\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 11:280\$000 |
| 85 | Tte. Cel. | Conrado Felix Serra Sampaio | 1:320\$000 | 5:760\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:640\$000 |
| 86 | Tte. Cel. | Hymineu da Cunha Louzada | 3:520\$000 | 7:200\$000 | 3:840\$000 | 3:840\$000 | 15:040\$000 |
| 87 | Tte. Cel. | Mario Cruz | 880\$000 | 4:752\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 3:760\$000 |
| 88 | Tte. Cel. | Jayme da Costa Pereira | 451\$600 | | 480\$000 | 480\$000 | 1:891\$600 |
| 89 | Tte. Cel. | João Arthur Regis | 440\$000 | 960\$000 | 480\$000 | 480\$000 | 1:880\$000 |
| 90 | Major | João Alcides Cunha | 440\$000 | 960\$000 | 480\$000 | 480\$000 | 1:880\$000 |
| 91 | Major | Romulo Telles Pessoa | 550\$000 | 720\$000 | 600\$000 | 600\$000 | 2:350\$000 |
| | | Escola Technica do Exercito: | | 4:752\$000 | | | |
| | | | | 6:336\$000 | | | |
| | | | | 1:440\$000 | | | |
| 92 | Tte. Cel. | Americo Carvalho de Menezes | 480\$000 | 1:920\$000 | 480\$000 | 480\$000 | 1:920\$000 |
| 93 | Tte. Cel. | Alberto de Farias | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:760\$000 |
| | | Hospital Central do Exercito: | | 960\$000 | | | |
| | | | | 1:440\$000 | | | |
| | | | | 1:440\$000 | | | |
| 94 | Almoxarife | Alfredo Mathias | 360\$000 | 1:440\$000 | 360\$000 | 360\$000 | 1:440\$000 |
| | | Em disponibilidade: | | 480\$000 | | | |
| | | | | 1:440\$000 | | | |
| | | | | 1:440\$000 | | | |
| 95 | General | Alfredo Vidal | 5:760\$000 | 720\$000 | 5:760\$000 | 5:760\$000 | 23:040\$000 |
| 96 | General | Alvaro de Paula Guimarães | 4:752\$000 | 2:880\$000 | 4:752\$000 | 4:752\$000 | 19:008\$000 |
| 97 | General | Augusto Feliciano Pereira Pinto | 3:168\$000 | 1:440\$000 | 3:168\$000 | 3:168\$000 | 12:672\$000 |
| 98 | General | Augusto Pedro de Alcantara Junior | 7:680\$000 | 3:840\$000 | 7:680\$000 | 7:680\$000 | 30:720\$000 |
| 99 | General | Joncalo Corrêa Lima | 480\$000 | 960\$000 | 480\$000 | 480\$000 | 1:920\$000 |
| 100 | General | Henrique Vogeler | 6:336\$000 | 480\$000 | 6:336\$000 | 6:336\$000 | 25:344\$000 |
| 101 | General | José da Silva Braga | 600\$000 | 480\$000 | 600\$000 | 600\$000 | 2:400\$000 |
| 102 | General | Julio Cezar de Noronha | 4:752\$000 | 480\$000 | 4:752\$000 | 4:752\$000 | 19:008\$000 |
| 103 | General | Lauro Sodré | 5:760\$000 | 600\$000 | 5:760\$000 | 5:760\$000 | 23:040\$000 |
| 104 | General | Luiz Soares dos Santos | 7:200\$000 | | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 28:800\$000 |
| 105 | General | Luiz Tettamanti | 4:752\$000 | | 4:752\$000 | 4:752\$000 | 19:008\$000 |

Relação nominal, discriminativa, da despesa referente ao pagamento de adicional, aos professores militares, civis e funcionários deste Ministério, por anno e a partir de 1 de janeiro de 1931 até 31 de dezembro de 1934.

| N. de ordem | Graduação | Nome | Importancia | | | | Total | Observações |
|-------------|-----------|-----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|----------------|----------------|
| | | | 1931 | 1932 | 1933 | 1934 | | |
| 106 | General | Rodolpho Vossio Brigido | 6:336\$000 | 6:336\$000 | 6:336\$000 | 6:336\$000 | 25:344\$000 | |
| 107 | General | Salathiel de Queiroz | 9:600\$000 | 9:600\$000 | 9:600\$000 | 9:600\$000 | 38:400\$000 | |
| 108 | General | Francisco Ferreira Braga | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 28:800\$000 | |
| 109 | Almirante | Francisco Vieira Paim Pamplona | 4:752\$000 | 4:752\$000 | 4:752\$000 | 4:752\$000 | 19:008\$000 | |
| 110 | Tte. Cel. | Francisco Ferreira da Rosa | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 28:800\$000 | |
| 111 | Tte. Cel. | Hemeterio José dos Santos | 11:520\$000 | 11:520\$000 | 11:520\$000 | 11:520\$000 | 46:080\$000 | |
| 112 | Tte. Cel. | José Malaquias Cavalcanti Lima | 6:336\$000 | 6:336\$000 | 6:336\$000 | 6:336\$000 | 25:344\$000 | |
| 113 | Tte. Cel. | Laudelino Oliveira Freire | 5:760\$000 | 5:760\$000 | 5:760\$000 | 5:760\$000 | 23:040\$000 | |
| 114 | Tte. Cel. | Manoel Teixeira da Rocha | 9:600\$000 | 9:600\$000 | 9:600\$000 | 9:600\$000 | 38:400\$000 | |
| 115 | Tte. Cel. | Miguel Calmon du Pin e Almeida | 7:680\$000 | 7:680\$000 | 7:680\$000 | 7:680\$000 | 30:720\$000 | |
| 116 | Tte. Cel. | Milton Cruz | 4:752\$000 | 4:752\$000 | 4:752\$000 | 4:752\$000 | 19:008\$000 | |
| 117 | Tte. Cel. | Raul Eugenio dos Santos Lima | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:760\$000 | |
| 118 | Tte. Cel. | Carlos Augusto Passos Pimentel | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:760\$000 | |
| Fallecidos: | | | | | | | | |
| 119 | General | José Alipio da Fontoura Costallat | 8:640\$000 | 4:280\$000 | — | — | 12:920\$000 | Até 28-6-932 |
| 120 | General | Manoel Rodrigues de Campos | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 4:122\$600 | 25:722\$600 | Até 27-7-934 |
| 121 | General | Innocencio Serzedello Corrêa | 8:640\$000 | 4:412\$900 | — | — | 13:052\$900 | Até 4-7-932 |
| 122 | General | Ticiano Corregio Daemon | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 348\$400 | — | 14:748\$400 | Até 18-1-933 |
| 123 | General | Sebastião Francisco Alves | 4:752\$000 | 546\$200 | — | — | 5:298\$200 | Até 11-2-932 |
| 124 | General | Jonathas de Mello Barreto | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 3:600\$000 | — | 18:000\$000 | Até 30-6-933 |
| 125 | General | Alexandre Barbosa Lima | 185\$800 | — | — | — | 185\$800 | De 1 a 8-1-931 |
| 126 | General | Paulo Neves de Moraes Gomide | 720\$000 | 720\$000 | 720\$000 | 280\$000 | 2:440\$000 | Até 21-5-934 |
| 127 | General | José Gunezinde Guimarães Padilha | 7:680\$000 | 7:680\$000 | 4:459\$300 | — | 19:819\$300 | Até 30-7-933 |
| 128 | General | Alvaro Maia. | 4:397\$400 | — | — | — | 4:397\$400 | Até 5-10-931 |
| 129 | General | Candido Hollanda da Costa Freire | 11:520\$000 | 7:520\$000 | — | — | 19:040\$000 | Até 4-9-932 |
| 130 | General | Mario Castello Branco Barreto | 3:273\$400 | — | — | — | 3:273\$400 | Até 8-9-931 |
| 131 | General | João Samuel Mundim | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 938\$700 | 6:698\$700 | Até 26-6-934 |
| 132 | General | Eduardo Cavalcanti de Albuquerque | 1:920\$000 | 1:920\$000 | 258\$100 | — | 4:098\$100 | Até 11-3-933 |
| 133 | General | Francisco Sergio de Oliveira | 8:175\$500 | — | — | — | 8:175\$500 | Até 11-12-931 |
| 134 | Tte. Cel. | Felisberto José de Menezes | 12:120\$000 | — | — | — | 12:120\$000 | Até 4-11-931 |
| 135 | Tte. Cel. | Curyacio de Cabral Paulo e Silva | 11:520\$000 | 11:520\$000 | 11:520\$000 | 1:632\$000 | 36:192\$000 | Até 22-2-934 |
| 136 | Tte. Cel. | Affonso Glenadel | 696\$000 | — | — | — | 696\$000 | Até 21-9-931 |
| 137 | Tte. Cel. | José Rozendo Martins de Oliveira | 5:760\$000 | 5:760\$000 | 720\$000 | — | 12:240\$000 | Até 14-2-933 |
| 138 | Tte. Cel. | Perminio Carneiro Leão | 1:440\$000 | 1:232\$000 | — | — | 2:672\$000 | Até 8-11-932 |
| 139 | Tte. Cel. | Benjamin Liberato Barroso | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 5:709\$700 | — | 20:109\$700 | Até 16-10-933 |
| | | | 468:592\$900 | 426:395\$100 | 386:539\$500 | 346:124\$000 | 1.627:651\$500 | |

2ª Sub-Directoria da Directoria Geral de Contabilidade da Guerra, 3 de janeiro de 1935. — Visto, João Bastos, sub-director. — Isaac Palmeira, 2º official.

Collegio Militar do Rio de Janeiro

Relação adicional da despesa referente ao pagamento de adicional, ao professor abaixo, no periodo citado.

| | 1931 | 1932 | 1933 | 1934 | Total |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|
| Tenente-coronel Saint-Jean Gomes | 1:132\$300 | 1:200\$000 | 1:200\$000 | 1:200\$000 | 4:732\$300 |

Em 4 de janeiro de 1935. — Isaac Palmeira, 2º official. Visto. — João Bastos, sub-director.

Adicionaes aos professores abaixo relacionados:

| | | | | | |
|---|------------|------------|------------|----------|-------------|
| Tenente-coronel Nilo de Oliveira Val..... | 720\$000 | 720\$000 | 720\$000 | 129\$700 | 2:289\$700 |
| Tenente-coronel Alberto Pequeno | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 259\$400 | 4:579\$400 |
| Tenente-coronel Euclydes Pequeno | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 259\$400 | 4:579\$400 |
| Major Luiz Santiago | 720\$000 | 720\$000 | 720\$000 | 129\$700 | 2:289\$700 |
| Somma..... | | | | | 13:738\$200 |

Todos os professores acima foram exonerados em 5 de março de 1934.

Relação n. 5 (continuação)

DIRECTORIA GERAL DE CONTABILIDADE DA GUERRA

Relação suplementar discriminativa da despesa relativa ao pagamento da quota adicional aos professores militares e civis e operarios deste Ministerio, por anno e a partir de 1 de janeiro de 1931 até 31 de dezembro de 1934.

| N.º de ordem | Graduação | Nomes | Importancias | | | | Total | Observações |
|--------------|-----------|--------------------------------------|--------------|------------|------------|------------|------------|---|
| | | | 1931 | 1932 | 1933 | 1934 | | |
| | | Collegio M. do R. Janeiro: | | | | | | |
| 1 | Major | Ataulpho Endes de Andrade | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 3:840\$000 | |
| 2 | Major | Julio de Mattos Ibiapina.... | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 3:840\$000 | |
| | | Collegio M. do Ceará: | | | | | | |
| 3 | Tte. Cel. | Jocelino Pacheco de Assis... | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:760\$000 | |
| 4 | Tte. Cel. | Guilherme Moreira da Rocha | 930\$700 | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 3:810\$700 | |
| 5 | Tte. Cel. | João Marinho de A. Andrade | 850\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 960\$000 | 3:730\$000 | |
| 6 | Tte. Cel. | João Silva Leal..... | 720\$000 | 720\$000 | 720\$000 | 720\$000 | 2:880\$000 | |
| | | Collegio M. de P. Alegre: | | | | | | |
| 7 | General | Narciso Peixoto Lopes..... | 320\$000 | — | — | — | 320\$000 | Na relação anterior figura com 47 mezes, quando são 48. |
| 8 | General | Octavio Pacifico Furtado... | 240\$000 | — | — | — | 240\$000 | Idem |
| 9 | General | Eduardo Marques de Souza... | 80\$000 | — | — | — | 80\$000 | Idem |
| 10 | Coronel | João Antonio de Moura e Cunha | 396\$000 | — | — | — | 396\$000 | Idem |
| 11 | Coronel | Luiz Gonzaga Borges da Fonseca | 60\$000 | — | — | — | 60\$000 | Idem |
| 12 | Coronel | Homero Maisonette | 528\$000 | — | — | — | 528\$000 | Idem |
| 13 | Coronel | Alcides de Oliveira Fabricio | 120\$000 | — | — | — | 120\$000 | Idem |
| 14 | Coronel | João Dionysio da Silva Pereira | 160\$000 | — | — | — | 160\$000 | Idem |
| 15 | Coronel | Tharcillo Franco Tupy Caldas | 120\$000 | — | — | — | 120\$000 | Idem |
| 16 | Coronel | Diogo Martins Ferraz | 80\$000 | — | — | — | 80\$000 | Idem |
| 17 | Coronel | Humberto Arêas Pimentel... | 120\$000 | — | — | — | 120\$000 | Idem |
| 18 | Tte. Cel. | Leonardo Ribeiro da Silva... | 120\$000 | — | — | — | 120\$000 | Idem |
| 19 | Tte. Cel. | Athayde da Costa Galvão... | 120\$000 | — | — | — | 120\$000 | Idem |
| 20 | Tte. Cel. | Lafayette Cruz | 40\$000 | — | — | — | 40\$000 | Idem |
| 21 | Tte. Cel. | Plinio Pereira Alves..... | 120\$000 | — | — | — | 120\$000 | Idem |
| 22 | Tte. Cel. | Dr. Juvencio da Silva Gomes | 120\$000 | — | — | — | 120\$000 | Idem |
| 23 | Tte. Cel. | Antonio de Carvalho Lima... | 60\$000 | — | — | — | 60\$000 | Idem |
| 24 | Tte. Cel. | Octacilio de Oliveira..... | 240\$000 | — | — | — | 240\$000 | Idem |
| 25 | Tte. Cel. | Conrado Felix Serra Sampaio | 120\$000 | — | — | — | 120\$000 | Idem |
| 26 | Tte. Cel. | Himineu da Cunha Louzada | 320\$000 | — | — | — | 320\$000 | Idem |
| 27 | Tte. Cel. | Mario Cruz | 80\$000 | — | — | — | 80\$000 | Idem |
| 28 | Tte. Cel. | Jayme da Costa Pereira..... | 40\$000 | — | — | — | 40\$000 | Idem |
| 29 | Tte. Cel. | João Arthur Regis..... | 40\$000 | — | — | — | 40\$000 | Idem |
| 30 | Major | João Alcides Cunha..... | 40\$000 | — | — | — | 40\$000 | Idem |

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Relação n. 2

Gratificação adicional de 15 %, de 20 %, de 25 % e de 30 % a que têm direito funcionarios da Secretaria do Senado Federal, de accordo com as leis nr. 5.746 e 5.753, de 9 e de 27 de dezembro de 1929 e decreto n. 19.075, de 17 de janeiro de 1930, mantida pelo art. 23 das Disposições Transitórias, da Constituição Federal, a contar de 1 de janeiro de 1931 até 31 de dezembro de 1934:

| Cargos — Nomes | Exercícios | | | | |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| | 1931 | 1932 | 1933 | 1934 | Somma |
| De 15 %: | | | | | |
| Official — Luiz Nabuco | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 11:520\$000 |
| Official — Antonio Corrêa da Silva | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 11:520\$000 |
| Redactor de debates — Auto de Sá | 2:700\$000 | 2:700\$000 | 2:700\$000 | 2:700\$000 | 10:800\$000 |
| Tachygrapho de 2ª classe — Fabio Aarão Reis | 2:700\$000 | 2:700\$000 | 2:700\$000 | 2:700\$000 | 10:800\$000 |
| Tachygrapho de 2ª classe — Braz Jordão | 2:700\$000 | 2:700\$000 | 2:700\$000 | 2:700\$000 | 10:800\$000 |
| Tachygrapho de 2ª classe — José Pereira de Carvalho | 2:700\$000 | 2:700\$000 | 2:700\$000 | 2:700\$000 | 10:800\$000 |
| Tachygrapho de 2ª classe — Aleixo Alves de Souza | 1:620\$000 | 1:620\$000 | 1:620\$000 | 1:620\$000 | 6:480\$000 |
| Sub-official — Raymundo P. Miranda Filho | 2:160\$000 | 2:160\$000 | 2:160\$000 | 2:160\$000 | 8:640\$000 |
| Sub-official — Alberto Ferreira Abreu Filho | 2:160\$000 | 2:160\$000 | 2:160\$000 | 2:160\$000 | 8:640\$000 |
| Sub-official — Flavio A. Goulart Andrade | 2:160\$000 | 2:160\$000 | 2:160\$000 | 2:160\$000 | 8:640\$000 |
| Sub-official — Franklin Palmeira | 2:160\$000 | 2:160\$000 | 2:160\$000 | 2:160\$000 | 8:640\$000 |
| Sub-official — Julio G. do Valle Pereira | 2:160\$000 | 2:160\$000 | 2:160\$000 | 2:160\$000 | 8:640\$000 |
| Dactylographo — Lafayette Alves Ferreira | 720\$000 | 720\$000 | 720\$000 | 720\$000 | 2:880\$000 |
| Continuo — Americo Peixoto de Souza | 1:425\$000 | 1:425\$000 | 1:425\$000 | 1:425\$000 | 5:700\$000 |
| Continuo — Antonio Soares de Mello | 1:425\$000 | 1:425\$000 | 1:425\$000 | 1:425\$000 | 5:700\$000 |
| Continuo — Manoel Joaquim Rodrigues Junior | 1:425\$000 | 1:425\$000 | 1:425\$000 | 1:425\$000 | 5:700\$000 |
| Continuo — Galdino José da Silva | 1:425\$000 | 1:425\$000 | 1:425\$000 | 1:425\$000 | 5:700\$000 |
| Servente — Dioclecio Araujo e Silva | 900\$000 | 900\$000 | 900\$000 | 900\$000 | 3:600\$000 |
| Servente — Manoel Faustino Paula Filho | 900\$000 | 900\$000 | 900\$000 | 900\$000 | 3:600\$000 |
| Servente — Antenor Ribeiro | 900\$000 | 900\$000 | 900\$000 | 900\$000 | 3:600\$000 |
| De 20 %: | | | | | 152:400\$000 |
| Tachygrapho de 1ª classe — Mario Pollo | 4:800\$000 | 4:800\$000 | 4:800\$000 | 4:800\$000 | 19:200\$000 |
| Tachygrapho de 2ª classe — José E. Fontes Peixoto | 3:600\$000 | 3:600\$000 | 3:600\$000 | 3:600\$000 | 14:400\$000 |
| Auxiliar da Bibliotheca — Mario Justino Peixoto | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 11:520\$000 |
| Continuo — José Ferreira de Mesquita | 1:900\$800 | 1:900\$800 | 1:900\$800 | 1:900\$800 | 7:603\$200 |
| De 25 %: | | | | | 52:723\$200 |
| Bibliothecario — Antonio Souto Castagnino | 6:000\$000 | 6:000\$000 | 6:000\$000 | 6:000\$000 | 24:000\$000 |
| Redactor de Annaes — Alfredo da Silva Neves | 5:400\$000 | 5:400\$000 | 5:400\$000 | 5:400\$000 | 21:600\$000 |
| Tachygrapho de 1ª classe — Antonio Pereira Leitão Filho | 6:000\$000 | 6:000\$000 | 6:000\$000 | 6:000\$000 | 24:000\$000 |
| Tachygrapho de 1ª classe — Guilherme Joaquim Trindade Filho | 6:000\$000 | 6:000\$000 | 6:000\$000 | 6:000\$000 | 24:000\$000 |
| Sub-official — Adolpho Baptista Nogueira | 3:600\$000 | 3:600\$000 | 3:600\$000 | 3:600\$000 | 14:400\$000 |
| Porteiro — Ignacio Rodrigues Martins | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 11:520\$000 |
| Motorista — Miguel da Costa Loureiro | 2:376\$000 | 2:376\$000 | 2:376\$000 | 2:376\$000 | 9:504\$000 |
| Motorista — Julio Nascentes Pinto | 2:376\$000 | 2:376\$000 | 2:376\$000 | 2:376\$000 | 9:504\$000 |
| Continuo — Miguel Caselli | 2:376\$000 | 2:376\$000 | 2:376\$000 | 2:376\$000 | 9:504\$000 |
| Servente — Manoel de Souza Gomes | 1:500\$000 | 1:500\$000 | 1:500\$000 | 1:500\$000 | 6:000\$000 |
| Servente — Felismino Tavares de Macedo | 1:500\$000 | 1:500\$000 | 1:500\$000 | 1:500\$000 | 6:000\$000 |
| Servente — José Ignacio da Silva | 1:500\$000 | 1:500\$000 | 1:500\$000 | 1:500\$000 | 6:000\$000 |
| De 30 %: | | | | | 166:032\$000 |
| Director — João Pedro de Carvalho Vieira | 10:800\$000 | 10:800\$000 | 10:800\$000 | 10:800\$000 | 43:200\$000 |
| Vice-Director — Julio Barbosa de M. Corrêa | 9:000\$000 | 9:000\$000 | 9:000\$000 | 9:000\$000 | 36:000\$000 |
| Chefe de secção — J. M. da Silva Rosa Junior | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 28:800\$000 |
| Archivista — Gil Diniz Goulart Filho | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 28:800\$000 |
| Redector-chefe de debates — Pelagio Borges Carneiro | 6:480\$000 | 6:480\$000 | 6:480\$000 | 6:480\$000 | 25:920\$000 |
| Official — Jacintho José Coelho | 5:760\$000 | 5:760\$000 | 5:760\$000 | 5:760\$000 | 23:040\$000 |
| Official — Mario Gonçalves Ferreira | 5:760\$000 | 5:760\$000 | 5:760\$000 | 5:760\$000 | 23:040\$000 |
| Sub-chefe tachygrapho — Frederico Rabello Leite | 8:640\$000 | 8:640\$000 | 8:640\$000 | 8:640\$000 | 34:560\$000 |
| Tachygrapho de 1ª classe — Renato de Castro | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 7:200\$000 | 28:800\$000 |
| Continuo — Claudionor Corrêa de Sá | 2:851\$200 | 2:851\$200 | 2:851\$200 | 2:851\$200 | 11:404\$800 |
| Continuo — Cecilio de Carvalho Britto | 2:851\$200 | 2:851\$200 | 2:851\$200 | 2:851\$200 | 11:404\$800 |
| Continuo — Francisco Bernardo de Senna | 2:851\$200 | 2:851\$200 | 2:851\$200 | 2:851\$200 | 11:404\$800 |
| Continuo — Ananias Antonio Xavier | 2:851\$200 | 2:851\$200 | 2:851\$200 | 2:851\$200 | 11:404\$800 |
| Servente — Antonio G. de Vasconcellos | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 7:200\$000 |
| Servente — Severino Ferreira de Lima | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 7:200\$000 |
| Servente — Ferdinando B. F. Lacerda | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 7:200\$000 |
| | | | | | 339:379\$200 |

Importa esta folha na importancia de setecentos e dez e oitocentos, quinhentos e trinta e quatro mil e quatrocentos réis (710:534\$400).

Secretaria do Senado Federal, 14 de novembro de 1934 — O Official, *Jacintho José Coelho*. — O Chefe de Secção, *J. Rosa Junior*. — Visto. O Director, *J. Pedro*.

Relação n. 2 (continuação)

Gratificação adicional de 20 %, de 25 % e de 30 % a que tinham direito funcionarios da Secretaria do Senado Federal (fallecidos), de accordo com a lei n. 5.753, de 27 de dezembro de 1929, mantida pelo art. 23 das Disposições Transitorias da Constituição Federal, a contar de 1 de janeiro de 1931 até a data do fallecimento de cada um:

| Cargos — Nomes | Exercícios | | | | Somma |
|---|------------|------------|------------|------------|-------------|
| | 1931 | 1932 | 1933 | 1934 | |
| Archivista — 1 — Francisco C. Nogueira da Gama..... | 4:320\$000 | 2:388\$000 | — | — | 6:708\$000 |
| Official — 2 — Ubaldo R. Andrade Pereira..... | 464\$000 | — | — | — | 464\$000 |
| Dactylographo-Chefe — 3 — Julio Reis | 1:500\$000 | 1:500\$000 | 1:016\$664 | — | 4:016\$664 |
| Porteiro — 4 — Mario Lopes de Almeida | 217\$500 | — | — | — | 217\$500 |
| Porteiro — 5 — Reynaldo Gomes Proença | 4:320\$000 | 3:144\$000 | — | — | 7:464\$000 |
| Continuo — 6 — Antonio Pereira Dutra | 2:851\$200 | 91\$400 | — | — | 2:943\$600 |
| Continuo — 7 — Antonio Gomes da Silva | 2:851\$200 | 2:851\$200 | 2:851\$200 | 1:306\$800 | 9:860\$400 |
| Continuo — 8 — José H. Cavalcanti | 792\$000 | 434\$000 | — | — | 1:226\$000 |
| | | | | | 32:900\$164 |

Importa esta folha na quantia de trinta e dois contos, novecentos mil e cento e sessenta e quatro réis (Réis 32:900\$164).

Secretaria do Senado Federal, 14 de novembro de 1934. — O Official, *Jacinto José Coelho*. — O Chefe de Secção, *J. Rosa Junior*. — Visto. O Director, *J. Pedro*.

- | | |
|---|---|
| 1 — Falleceu em 19 de julho de 1932. | 5 — Falleceu em 22 de setembro de 1932. |
| 2 — Falleceu em 29 de janeiro de 1931. | 6 — Falleceu em 26 de março de 1932. |
| 3 — Falleceu em 19 de setembro de 1933. | 7 — Falleceu em 17 de junho de 1934. |
| 4 — Falleceu em 29 de janeiro de 1931. | 8 — Falleceu em 19 de julho de 1932. |

Gratificação adicional de 15 %, de 20 %, de 25 % e de 30 %, a que têm direito funcionarios da Secretaria do Senado Federal (aposentados), de accordo com as leis ns. 5.746 e 5.753, de 9 e de 27 de dezembro de 1929 e decreto n. 19.075, de 17 de janeiro de 1930, mantida pelo art. 23, das Disposições Transitorias, da Constituição Federal, promulgada em 16 de julho de 1934.

| Cargos — Nomes | Data da aposentadoria | Exercícios | | Somma |
|--|-----------------------|------------|------------|-------------|
| | | 1931 | 1932 | |
| Director — Luiz O. Guillon Ribeiro | 17 Março 1931 | 1:347\$500 | — | 1:347\$500 |
| Chefe da Tachygraphia — Francolino Cameu | 3 Fevereiro 1931 | 851\$200 | — | 851\$200 |
| Redactor de debates — Rubem Braga | 18 Novembro 1931 | 1:800\$000 | 1:590\$000 | 3:390\$000 |
| Chefe da Portaria — Manoel Justino Peixoto | 25 Junho 1931 | 2:187\$500 | — | 2:187\$500 |
| Electricista — Silverio Castanon | 28 Julho 1931 | 1:647\$360 | — | 1:647\$360 |
| Continuo — Bento de Pinna | 21 Julho 1931 | 753\$750 | — | 753\$750 |
| Continuo — Luiz José da Cunha | 17 Março 1931 | 288\$750 | — | 288\$750 |
| Continuo — Luiz Antonio de Souza | 9 Março 1931 | 207\$000 | — | 207\$000 |
| Servente — Alexandre José de Moura | 15 Maio 1931 | 270\$000 | — | 270\$000 |
| | | | | 10:943\$060 |

Importa esta folha na quantia de dez contos novecentos e quarenta e tres mil e sessenta réis (10:943\$060).

Secretaria do Senado Federal, 14 de novembro de 1934. — O Official, *Jacinto José Coelho*. — O Chefe de Secção, *J. Rosa Junior*. — Visto. O Director, *J. Pedro*.

MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES

Relação n. 3

Demonstração das gratificações adicionais de que trata o art. 23 das Disposições Transitorias da Constituição Federal e relativas ao período de 1 de janeiro de 1931 a 31 de dezembro de 1934

Justiça Federal (art. 18 do dec. n. 4.381, de 5 de novembro de 1921)

| Nome | Cargo | Concessão da gratificação | Gratificação annual | Periodo da gratificação atrasada | Gratificação a receber | Observações |
|---|--|---|---------------------|----------------------------------|------------------------|--|
| Octavio Kelly ... | Juiz Federal no Districto Federal | Dec. 10-2-930. 20 annos de serviço — 20 % | 10:800\$000 | 1-1-931 a 6-2-934 | 33:703\$400 | Foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal por decreto de 7-2-934. |
| João de Moraes Mattos | Juiz Federal no Acre | Dec. 14-11-927. 25 annos de serviço — 33 % | 10:560\$000 | 1-1-931 a 29-5-931 | 4:343\$200 | Aposentado por dec. de 30-5-931, passou desde então a receber pelo Ministerio da Fazenda. |
| Luiz Estevão de Oliveira | Juiz Federal no Pará | Dec. 18-2-929. 15 annos de serviço — 10 % | 3:864\$000 | 1-1-931 a 31-12-934 | 15:476\$000 | E' Juiz Federal em Pernambuco. |
| Ignacio Xavier de Carvalho | Sub. Sec. no Pará | Dec. 15-10-928. 10 annos de serviço — 5 % | 1:200\$000 | 1-1-931 a 31-12-934 | 4:800\$000 | Continúa no cargo. |
| Sylvio Gentio de Lima | Juiz Federal no Ceará | Dec. 14-5-929. 15 annos de serviço — 10 % | 3:864\$000 | 1-1-931 a 23-9-931 | 2:822\$700 | Aposentado por dec. de 24-9-931, passou desde então a receber pelo Ministerio da Fazenda. |
| Adonias Lima .. | Sub. Sec. no Ceará | Dec. 28-1-929. 15 annos de serviço — 10 % | 2:400\$000 | 1-1-931 a 31-12-934 | 9:600\$000 | |
| Celestino Carlos Wanderley ... | Sub. Sec. no Rio Grande do Norte | Dec. 13-6-927. 25 annos de serviço — 33 % | 3:762\$000 | 1-1-931 a 31-12-934 | 15:048\$000 | Continúa no cargo. |
| Francisco Gouvêa Nobrega | Sub. Sec. na Parahyba | Dec. 3-10-927. 25 annos de serviço — 33 % | 3:762\$000 | 1-1-931 a 4-1-931 | 40\$500 | Exonerado por decreto de 5-1-931. |
| Sergio Teixeira Lins de Barros Loreto | Juiz Federal em Pernambuco | Dec. 19-4-922. 10 annos de serviço — 10 % | 1:932\$000 | 1-1-931 a 4-12-932 | 3:723\$800 | Aposentado por dec. de 5-12-932, passou desde então a receber pelo Ministerio da Fazenda. |
| Francisco Tavares da Cunha Mello | Juiz Federal em Pernambuco | Dec. 14-11-927. 15 annos de serviço — 10 % | 2:400\$000 | 1-1-931 a 31-12-934 | 9:600\$000 | Actualmente Juiz Federal da 3ª Vara no Districto Federal. |
| Antonio Francisco Leite Pindabyba | Juiz Federal em Alagoas | Dec. 29-7-929. 20 annos de serviço — 20 % | 6:240\$000 | 1-1-931 a 20-10-931 | 5:015\$500 | Aposentado por dec. de 21-10-931, passou desde então a receber pelo Ministerio da Fazenda. |
| Francisco Carneiro Nobre de Lacerda | Juiz Federal em Sergipe | Dec. 10-10-927. 25 annos de serviço — 33 % | 5:940\$000 | 1-1-931 a 31-12-934 | 23:760\$000 | Continúa no cargo. |
| Manoel Xavier Paes Barreto.. | Juiz Federal no Amazonas | Dec. 28-7-927. 10 annos de serviço — 5 % | 1:932\$000 | 1-1-931 a 31-12-934 | 7:728\$000 | Continúa no cargo. |
| Paulo Martins Fontes | Juiz Federal na Bahia | Dec. 1-1-927. 35 annos de serviço — 50 % | 12:000\$000 | 1-1-931 a 23-8-931 | 7:741\$900 | Aposentado por dec. de 24-8-931, passou desde então a receber pelo Ministerio da Fazenda. |
| José Tavares Bastos | Juiz Federal no Espirito Santo | Dec. 18-2-923 15 annos de serviço — 10 % | 1:800\$000 | 1-1-931 a 5-8-931 | 1:291\$900 | Aposentado por dec. de 6-8-931, passou desde então a receber pelo Ministerio da Fazenda. |
| Léon Roussoulières | Juiz Federal no Estado do Rio de Janeiro | Dec. 3-2-930. 10 annos de serviço — 5 % | 1:200\$000 | 1-1-931 a 9-6-932 | 530\$000 | Aposentado administrativamente por decreto de 10-6-931. |
| Washington Osorio de Oliveira | Juiz Federal em S. Paulo | Dec. 11-11-929. 15 annos de serviço — 10 % | 4:800\$000 | 1-1-931 a 12-12-932 | 9:354\$200 | Aposentado por dec. de 5-12-932, passou desde então a receber pelo Ministerio da Fazenda. |

| Nome | Cargo | Concessão da gratificação | Gratificação annual | Periodo da gratificação atrasada | Gratificação a receber | Observações |
|---|---------------------------------------|--|---------------------|----------------------------------|------------------------|--|
| Henrique Netto de Vasconcellos Lessa | Juiz Federal em Santa Catharina | Dec. 23-12-930. 15 annos de serviço — 10 % | 3:120\$000 | 1-1-931 a 31-12-934 | 12:480\$000 | E' Juiz Federal em Minas Geraes. |
| Luiz José Sam- paio | Juiz Federal no R. G. do Sul | Dec. 25-7-927. 10 annos de serviço — 5 % | 1:200\$000 | 1-1-931 a 2-7-933 | 5:593\$500 | Falleceu em 3-7-933. |
| Antonio Rodri- gues Coelho Junior | Juiz Federal em Minas Geraes | Dec. 24-12-928. 15 annos de serviço — 10 % | 4:560\$000 | 1-1-931 a 11-1-931 | 134\$800 | Aposentado por dec. de 12-1-931, passou desde então a receber pelo Ministerio da Fazenda. |
| Marcello Francis- co Silva | Juiz Federal em Goyaz | Dec. 23-12-930. 10 annos de serviço — 5 % | 1:560\$000 | 1-1-931 a 31-12-934 | 6:240\$000 | Continúa no cargo. |
| Luiz Xavier de Almeida | Sub. Sec. em Goyaz | Dec. 23-11-926. 10 annos de serviço — 5 % | 570\$000 | 1-1-931 a 31-12-934 | 2:280\$000 | Continúa no cargo. |
| Luiz Affonso Chagas | Sub. Sec. em Alagoas | Dec. 5-5-930. 10 annos de serviço — 5 % | 1:000\$000 | 1-1-931 a 17-8-932 | 1:604\$800 | Exonerado por decreto de 18-8-932, visto ter sido nomeado para outro cargo. Nomeado Juiz Federal no Paraná por decreto de 18-8-932, posse em 8-10-932. |
| Octavio Martins Rodrigues | Sub. Sec. no Estado do Rio de Janeiro | Dec. 23-7-928. 20 annos de serviço — 20 % | 2:880\$000 | 1-1-931 a 10-7-932 | 4:397\$400 | Exonerado por decreto de 30-4-932, posto em disponibilidade no mesmo cargo por dec. de 11-7-932, e nomeado Procurador da Republica em Matto Grosso por decreto de 8-11-932, cargo em que foi aposentado por decreto de 20-3-932. |

Justiça do Districto Federal, art. 285 do decreto n. 16.273, de 20 de novembro de 1923

| | | | | | | |
|------------------|---------------|---|------------|--------------------------|------------|-----------------------------------|
| Cicero Seabra .. | Desembargador | Dec. 29-7-925. 20 annos de serviço — 20 % | 8:160\$000 | 1-1-931 a 12-5-931 | 3:341\$800 | Aposentado por dec. de 13-5-1931. |
|------------------|---------------|---|------------|--------------------------|------------|-----------------------------------|

Secretaria de Estado, art. 157, da lei n. 4.555, de 18 de agosto de 1922

| | | | | | | |
|---|----------------|---|-------------|---------------------------|--------------|-----------------------------------|
| José Rodrigues Barbosa | Director Geral | Decs. 11-9-922 e 7-2-927 — 40 % | 14:400\$000 | 1-1-931 a 1-5-932 | 19:238\$700 | Aposentado por dec. de 2-5-932. |
| Alexandre Soares de Mello | Director Geral | Decs. 18-12-922, 12-12-926 e 7-2-927 — 40 % | 14:400\$000 | 1-1-931 a 20-10-931 | 11:574\$200 | Aposentado por dec. de 21-10-931. |
| Bel. Augusto Carlos Moreira Guimarães ... | Dir. de Secção | Decs. de 7 e 23-2-927 — 40 % | 9:600\$000 | 1-1-931 a 12-2-933 | 20:342\$900 | Aposentado por dec. de 13-2-933. |
| Victor Manoel Nunes | Dir. de Secção | Dec. de 7-2-927 e apostilla de 25-2-929. 30 annos de serviço e 5 no exercicio do cargo — 40 % | 9:600\$000 | 1-1-931 a 31-12-934 | 38.400\$000 | |
| | | | | Somma.... | 280:207\$200 | |

Importa esta demonstração em duzentos e oitenta contos duzentos e sete mil e duzentos réis (280:207\$200). 1ª Secção da Directoria de Contabilidade da Secretaria de Estado da Justiça e Negocios Interiores, em 31 de dezembro de 1934. — Mario Lisboa, 1º Official. — Visto. P. Amaral Palet, 1º Official, pelo Director da Secção. — Visto. Pereira Junior, Director Geral.

Tribunal Regional do Rio Grande do Norte:

Relação n. 3 (continuação)

| | 1931 | 1932 | 1933 | 1934 | Total |
|--|------------|------------|------------|------------|--------------|
| José Barreto Ferreira Chaves..... | 2:400\$000 | 2:400\$000 | 2:400\$000 | 2:400\$000 | 9:600\$000 |
| Tribunal Regional de São Paulo: | | | | | |
| José Felix Alves de Souza..... | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 4:320\$000 |
| Tribunal Regional do Districto Federal: | | | | | |
| Julio Pimentel | 3:000\$000 | 3:000\$000 | 3:000\$000 | 3:000\$000 | 12:000\$000 |
| Antonio Alexandrino Mendonça..... | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 1:080\$000 | 4:320\$000 |
| Frederico Alves | 540\$000 | 540\$000 | 540\$000 | 540\$000 | 2:160\$000 |
| João Baptista Gomes Ribeiro..... | 540\$000 | 540\$000 | 540\$000 | 540\$000 | 2:160\$000 |
| Superior Tribunal Eleitoral: | | | | | |
| José Maria de Albuquerque Bello..... | | 6:000\$000 | 6:000\$000 | 6:000\$000 | 18:000\$000 |
| Victor Midosi Chermont | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 2:880\$000 | 11:520\$000 |
| Augusto O. Gomes de Castro..... | 2:700\$000 | 2:700\$000 | 2:700\$000 | 2:700\$000 | 10:800\$000 |
| Jarbas dos Aymorés Carvalho..... | 3:000\$000 | 3:000\$000 | 3:000\$000 | 3:000\$000 | 12:000\$000 |
| José Sizenando Teixeira..... | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 7:200\$000 |
| José Nunes Ramalho..... | 1:350\$000 | 1:350\$000 | 1:350\$000 | 1:350\$000 | 5:400\$000 |
| Procuradoria da Justiça Eleitoral: | | | | | |
| Aprigio de Carvalho Rodrigues dos Anjos... | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 1:800\$000 | 7:200\$000 |
| Somma..... | | | | | 106:680\$000 |

Demonstração das gratificações additionaes de que trata o art. 23 das Disposições Transitorias da Constituição Federal e que competem a desembargadores da Côrte de Appellação do Districto Federal.

Justiça do Districto Federal — Art. 285 do decreto n. 16.273, de 20 de dezembro de 1923.

| Nomes | Concessão da gratificação | Gratificação annual | Periodo da gratificação | Gratificação a receber | Observações |
|--|---|---------------------|-------------------------|-----------------------------|--|
| Ataulpho Napoles de Paiva.. | Dec. de 12-12-927 35 annos de serviço (50 %) | 20:400\$000 | 1-1-931 a 19-3-934 | 65:640\$900 | Exerceu o cargo até 19-3-934, pois, nomeado Ministro do S. Tribunal Federal por dec. de 5-3-934, só tomou posse em 20-3-934. |
| Pedro de Alcantara Nabuco de Abreu | Dec. de 7-12-926 35 annos de serviço (50 %) | 20:400\$000 | 1-1-931 a 31-12-934 | 81:600\$000 | Continua no exercicio do cargo. |
| Luiz Guedes de Moraes Sarmiento | Dec. de 12-12-927 35 annos de serviço (50 %) | 20:400\$000 | 1-1-931 a 31-12-934 | 81:600\$000 228:840\$900 | Idem, idem. |

Importa a presente demonstração em duzentos e vinte e oito contos oitocentos e quarenta e um mil e novecentos réis (228:841\$900).

1ª Secção da Directoria de Contabilidade da Secretaria de Estado da Justiça e Negocios Interiores, em 8 de março de 1935.

Resumo:

| | |
|---|--------------|
| Justiça Federal, Justiça do Districto Federal, Secretaria de Estado | 280:207\$200 |
| Superior Tribunal Eleitoral, Tribunaes Regionaes, Procuradoria da Justiça Eleitoral.. | 106:680\$000 |
| Desembargadores e Ministro | 228:840\$900 |
| Total geral | 615:728\$100 |

| N.º de ordem | Graduação | Nomes | Importancias | | | | Total | Observações |
|--------------|-------------|---|--------------|-------------|-------------|-------------|--------------|--|
| | | | 1931 | 1932 | 1933 | 1934 | | |
| 31 | Major | Romulo Telles Pessoa..... | 50\$000 | — | — | — | 50\$000 | |
| | | Disponibilidade: | | | | | | |
| 32 | | José Pereira da Graça Couto | — | — | — | 2:184\$100 | 2:184\$400 | Esta importancia refere-se ao período de 16 de julho a 31 de dezembro de 1934, a que teve direito de accordo com o art. 20 das Disposições Transitorias da Constituição Federal. |
| 33 | | Dr. Alfredo do Nascimento Silva | 11:520\$000 | 11:520\$000 | 11:520\$000 | 11:520\$000 | 46:080\$000 | |
| 34 | Marechal | Joaquim Marques da Cunha | 4:320\$000 | 4:320\$000 | 4:320\$000 | 4:320\$000 | 17:280\$000 | |
| 35 | | Francisco Ferreira Braga... | 1:356\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 1:440\$000 | 5:676\$000 | Na relação anterior foi calculada a adicional de 50 % sobre réis 1:200\$000, quando deve ser de 60 % sobre 1:600\$000. |
| | | Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul: | | | | | | Idem, idem, quanto aos vencimentos de 1:200\$000. |
| 36 | Op. 1ª cls. | Luiz Arthur Born..... | 4:156\$200 | 5:527\$400 | 5:527\$400 | 5:547\$600 | 20:758\$800 | Desligado do Arsenal a 2 de janeiro de 1932, por ter sido aposentado. A 1 de junho de 1933, foi desligado do Arsenal, por ter sido aposentado. A 2 de janeiro de 1932 foi desligado do Arsenal, por ter sido aposentado. |
| 37 | Op. 1ª cls. | Anselmo Vieira | 4:161\$200 | 5:547\$600 | 5:547\$600 | 5:547\$600 | 20:804\$000 | |
| 38 | Op. 1ª cls. | Agostinho Garibotti | 4:141\$200 | 5:543\$100 | 5:547\$600 | 5:547\$600 | 20:779\$500 | |
| 39 | Op. 1ª cls. | João Candido da Cunha..... | 3:659\$100 | — | — | — | 3:659\$100 | |
| 40 | Op. 1ª cls. | João Leite Maciel..... | 4:161\$200 | 5:547\$600 | 2:311\$700 | — | 12:020\$500 | |
| 41 | Op. 2ª cls. | Leoncio Barbosa da Silva... | 3:578\$200 | 4:909\$400 | 4:818\$000 | 4:818\$000 | 18:023\$600 | |
| 42 | Op. 2ª cls. | Arlindo Alencastro de Andrade | 2:224\$300 | — | — | — | 2:224\$300 | |
| 43 | Op. 2ª cls. | Pedro Bittencourt | 3:587\$200 | 4:773\$100 | 4:770\$600 | 4:787\$500 | 17:918\$400 | |
| 44 | Op. 3ª cls. | Deolindo Manoel Braga..... | 3:134\$700 | 4:804\$600 | 4:783\$500 | 4:818\$600 | 17:540\$800 | |
| 45 | Op. 3ª cls. | Oscar Marques Celistre..... | 3:066\$000 | 4:050\$400 | 4:088\$400 | 4:088\$400 | 15:203\$200 | |
| 46 | Op. 3ª cls. | Thomé de Souza..... | 3:066\$000 | 4:081\$000 | 4:088\$400 | 4:088\$400 | 15:323\$800 | |
| 47 | Op. 4ª cls. | Lydio Nunes da Silva..... | 2:737\$500 | 3:650\$300 | 3:640\$600 | 3:623\$800 | 13:652\$200 | |
| | | | | | | | 276:723\$300 | |

Resumo

| | |
|--|----------------|
| Professores, militares, civis e funcionarios | 1.627:651\$500 |
| Professores | 13:738\$200 |
| Tenente-coronel Saint-Jean Gomes | 4:732\$300 |
| Professores, militares, civis e operarios... | 276:723\$300 |
| Total geral..... | 1.922:845\$300 |

2ª Sub-directoria da Directoria Geral de Contabilidade da Guerra, em 1 de fevereiro de 1935. — Isaac Palmeira, 2º official. Visto.

João Castro, sub-director.

— A' Comissão de Finanças.

MINISTERIO DA MARINHA

Relação n. 6

Demonstração do credito necessario ao pagamento de gratificações addicionaes, ao pessoal do Ministerio da Marinha, e relativas ao periodo de janeiro de 1931 a dezembro de 1934.

| Cargo | Nomes | Periodo | Importancia | | |
|---------------------------|---|---------------------|-------------|--------------|--|
| | | | Parcial | Total | |
| Directoria do Expediente: | | | | | |
| Director Geral | Alberto Gusmão | 1-1-931 a 31-12-934 | 57:600\$000 | 96:000\$000 | |
| Director de Secção | Antonio Carlos de M. Lamego..... | Idem idem | 38:400\$000 | | |
| Directoria de Fazenda: | | | | | |
| Chefe de Secção | Antonio Leite de Castro..... | 1-1-931 a 24-5-933 | 19:008\$000 | 306:141\$400 | |
| Primeiro Official | Leopoldo Augusto de Oliveira Guimarães.... | Idem idem | 15:206\$400 | | |
| Primeiro Official | Francisco de Araujo Reis Vianna..... | Idem idem | 4:608\$000 | | |
| Primeiro Official | Roberto Moreira da Costa Lima..... | Idem idem | 9:216\$000 | | |
| Primeiro Official | João Baptista da Silva Ferreira..... | Idem idem | 4:608\$000 | | |
| Pagador | Joaquim Marques Maia do Amaral..... | Idem idem | 4:608\$000 | | |
| Primeiro Official | Manoel Pinto Ribeiro Espindola..... | Idem idem | 4:608\$000 | | |
| Primeiro Official | Antonio de Oliveira Dias..... | Idem idem | 4:608\$000 | | |
| Segundo Official | Walter Huguet | Idem idem | 3:456\$000 | | |
| Segundo Official | Paulo Mendonça de Oliveira..... | Idem idem | 3:456\$000 | | |
| Segundo Official | Eurico Henrique d'Arcanhy..... | Idem idem | 3:456\$000 | | |
| Segundo Official | João Mauricio Belem..... | Idem idem | 3:456\$000 | | |
| Aposentados: | | | | | |
| Chefe de Secção | Alberto Augusto de Moura..... | Idem idem | 19:008\$000 | | |
| Chefe de Secção | Armindo Assumpção | 1-1-931 a 31-12-933 | 19:200\$000 | | |
| Chefe de Secção | Nelson Guimarães Vianna de Barros..... | Idem idem | 31:680\$000 | | |
| Primeiro Official | Alfredo de Paula Dias..... | Idem idem | 25:344\$000 | | |
| Primeiro Official | Firmo Alves de Souza Junior..... | Idem idem | 25:344\$000 | | |
| Primeiro Official | José Menezes da Costa..... | Idem idem | 7:680\$000 | | |
| Primeiro Official | Alberto Domingues Lopes..... | Idem idem | 25:344\$000 | | |
| Primeiro Official | Ernesto Adolpho Fesq. | Idem idem | 25:344\$000 | | |
| Fallecidos: | | | | | |
| Chefe de Secção | Lucindo Pereira dos Passos..... | 1-1-931 a 24-5-933 | 22:940\$000 | 306:141\$400 | |
| Primeiro Official | José Maria dos Reis Trovão..... | 1-1-931 a 14-6-933 | 18:859\$000 | | |
| Segundo Official | Joaquim da Silva França..... | 1-1-931 a 16-7-934 | 5:104\$000 | | |
| Escola de Guerra Naval: | | | | | |
| Professor | Dr. Nelson de Vasconcellos e Almeida..... | 1-1-931 a 31-12-934 | 11:520\$000 | 82:368\$000 | |
| Professor | Dr. Mario de Andrade Ramos..... | Idem idem | 19:008\$000 | | |
| Professor | Dr. José de Figueiredo Costa..... | Idem idem | 23:040\$000 | | |
| Professor | Dr. José Antonio Pedreira de Magalhães Castro | Idem idem | 28:800\$000 | | |
| Escola Naval: | | | | | |
| Professor | José Garcia do O' d'Almeida..... | 1-1-931 a 31-12-934 | 2:880\$000 | 153:077\$300 | |
| Professor | Olavo Coutinho Marques..... | Idem idem | 2:880\$000 | | |
| Professor | Olavo Luiz Vianna..... | Idem idem | 11:520\$000 | | |
| Professor | Aurelio de Azevedo Falcão..... | Idem idem | 1:920\$000 | | |
| Professor | Antonio Bardy | Idem idem | 2:880\$000 | | |
| Professor | Adalberto Menezes de Oliveira..... | Idem idem | 5:760\$000 | | |
| Professor | Adolpho José de Carvalho Del Vecchio..... | Idem idem | 11:520\$000 | | |
| Professor | Alvaro Alberto da Motta e Silva..... | Idem idem | 4:800\$000 | | |
| Professor | Carlos Sussekind | Idem idem | 5:760\$000 | | |
| Professor | Evandro Santos | Idem idem | 3:840\$000 | | |
| Professor | Frederico Monteiro de Barros..... | Idem idem | 2:880\$000 | | |
| Professor | Galvão Pleck Areias..... | Idem idem | 15:360\$000 | | |
| Professor | Heitor Plaisant | Idem idem | 3:840\$000 | | |
| Professor | João de Lamare São Paulo..... | Idem idem | 2:400\$000 | | |
| Professor | José Lindenberg Porto Rocha..... | Idem idem | 2:880\$000 | | |
| Professor | José Frazão Milanez..... | Idem idem | 2:880\$000 | | |
| Professor | Luiz Claudio de Castello..... | Idem idem | 3:840\$000 | | |
| Professor | Mario da Gama e Silva..... | Idem idem | 2:880\$000 | | |
| Professor | Manoel Augusto Pereira de Vasconcellos..... | Idem idem | 2:400\$000 | | |
| Professor | Paulo da Costa Couto..... | Idem idem | 7:680\$000 | | |
| Professor | Roberto da Gama e Silva..... | Idem idem | 2:880\$000 | | |
| Professor | Roberto de Barros..... | Idem idem | 11:520\$000 | | |
| Professor | Roberto Barreto Bruce..... | Idem idem | 3:840\$000 | | |
| Professor | Ricardo Dias Vieira..... | Idem idem | 5:760\$000 | | |
| Professor | Armando Ferreira | Idem idem | 11:520\$000 | | |
| Professor | Raul Romeu Antunes Braga..... | Idem idem | 5:760\$000 | | |
| Professor | Coriolano Martins | Idem idem | 3:840\$000 | | |
| Professor | Francisco Xavier de Alcantara Filho..... | 9-4-931 a 31-12-934 | 7:157\$300 | | |

| Cargo | Nomes | Periodo | Importancia | | |
|---|--|---------------------|----------------|----------------|--------------|
| | | | Parcial | Total | |
| Arsenal de Marinha do Pará: | | | | | |
| Operarios de 1ª classe | Samuel Raymundo de Couto..... | 1-1-930 a 31-12-934 | 2:410\$300 | 28:460\$100 | |
| Operarios de 1ª classe | Pedro da Silveira Frade..... | Idem idem | 1:928\$500 | | |
| Operarios de 1ª classe | Eugenio Santos Tavares..... | Idem idem | 2:986\$300 | | |
| Operarios de 1ª classe | Acrisio Cassiano de Oliveira..... | 1-1-929 a 31-12-934 | 2:892\$100 | | |
| Operarios de 1ª classe | Francisco da Silva..... | 1-7-927 a 31-12-934 | 3:067\$700 | | |
| Operarios de 1ª classe | Antonio Francisco de Magalhães..... | 1-1-930 a 31-12-934 | 2:410\$300 | | |
| Operarios de 1ª classe | Manoel Raymundo Rodrigues..... | 1-1-931 a 31-12-934 | 1:927\$200 | | |
| Operarios de 2ª classe | Heleodoro Marcellino dos Santos..... | Idem idem | 2:679\$500 | | |
| Operarios de 2ª classe | João de Oliveira Pontoza..... | Idem idem | 1:636\$300 | | |
| Operarios de 2ª classe | Raymundo Chaves do Nascimento Rodrigues... | Idem idem | 1:636\$300 | | |
| Operarios de 2ª classe | José Manoel da Cunha..... | Idem idem | 1:613\$000 | | |
| Operarios de 2ª classe | Bernardo Avelino Machado..... | Idem idem | 1:636\$300 | | |
| Operarios de 2ª classe | Custodio Francisco Patriarcha..... | Idem idem | 1:636\$300 | | |
| Arsenal de Marinha de Matto Grosso: | | | | | |
| Operarios de 1ª classe | Leopoldino de Camargo..... | 1-1-931 a 22- 6-932 | 702\$200 | 24:993\$300 | |
| Operarios de 1ª classe | Martins Vieira | 1-1-931 a 17- 3-933 | 1:052\$000 | | |
| Operarios de 1ª classe | Vicente de Paula Figueiredo..... | 1-1-931 a 26- 9-931 | 351\$100 | | |
| Operarios de 1ª classe | Zacharias de Aquino..... | 1-1-931 a 30- 6-931 | 237\$600 | | |
| Operarios de 1ª classe | Estanislau Gomes dos Santos..... | 1-1-931 a 31- 3-932 | 594\$000 | | |
| Operarios de 1ª classe | Eleuterio Dario Vianna..... | 1-1-931 a 31- 3-934 | 1:907\$400 | | |
| Operarios de 1ª classe | José Homs | 1-1-931 a 31- 8-933 | 1:267\$200 | | |
| Operarios de 1ª classe | Angelo Custodio Harola..... | 1-1-931 a 31- 8-931 | 316\$800 | | |
| Operarios de 1ª classe | Ovidio Thomaz dos Santos..... | 1-1-931 a 31-12-934 | 1:907\$400 | | |
| Operarios de 2ª classe | Pedro Benites | 1-1-931 a 30- 4-931 | 134\$400 | | |
| Operarios de 2ª classe | Eugenio Ximenes dos Passos..... | 1-1-931 a 30-11-931 | 369\$600 | | |
| Operarios de 2ª classe | Estevão Coelho | 1-1-931 a 15- 1-932 | 420\$000 | | |
| Operarios de 2ª classe | Gabino Chrispiniano de Lara..... | 1-1-931 a 31-12-934 | 1:618\$400 | | |
| Operarios de 2ª classe | Raymundo Fernandes dos Reis..... | 1-1-931 a 31- 1-932 | 436\$800 | | |
| Operarios de 2ª classe | Curmello Romão Valheco..... | 1-1-931 a 31-12-934 | 1:618\$400 | | |
| Operarios de 2ª classe | João Lemos Barcellos..... | 1-1-931 a 31- 3-933 | 907\$200 | | |
| Operarios de 2ª classe | Alberto Vianna da Silva..... | 1-1-931 a 31-12-934 | 1:618\$400 | | |
| Operarios de 2ª classe | Joaquim dos Santos..... | Idem idem | 1:618\$400 | | |
| Operarios de 2ª classe | Verissimo Solano da Silva Gomes..... | 1-1-931 a 31-10-931 | 336\$000 | | |
| Operarios de 2ª classe | Estevão Bentes de Freitas..... | 1-1-931 a 31- 8-931 | 268\$800 | | |
| Operarios de 3ª classe | Angelo da Guarda Escobar..... | 1-1-931 a 31-12-934 | 1:329\$400 | | |
| Operarios de 3ª classe | Ponciano Gomes Portão..... | 1-1-931 a 30- 5-931 | 138\$000 | | |
| Operarios de 3ª classe | Camillo Aranda | 1-1-931 a 2-12-931 | 305\$400 | | |
| Operarios de 3ª classe | Claro Aniceto da Silva..... | 1-1-930 a 30-11-931 | 567\$600 | | |
| Operarios de 3ª classe | Armando da França Reis..... | 1-1-931 a 31-12-934 | 2:485\$400 | | |
| Operarios de 3ª classe | Frederico Aranda | Idem idem | 2:485\$400 | | |
| Professores em disponibilidade: | | | | | |
| Professor | Pedro Cavalcante de Albuquerque..... | 1-1-931 a 31-12-934 | 38:400\$000 | | 260:592\$000 |
| Professor | Hecock Ramodoff | Idem idem | 15:360\$000 | | |
| Professor | Nicanor Justino de Proença..... | Idem idem | 15:360\$000 | | |
| Professor | Mario de Albuquerque Lima..... | Idem idem | 11:520\$000 | | |
| Professor | Francisco Paes de Oliveira..... | Idem idem | 3:840\$000 | | |
| Professor | Augusto Toscano de Britto..... | Idem idem | 3:840\$000 | | |
| Professor | Theophilo Nolasco de Almeida..... | Idem idem | 28:800\$000 | | |
| Professor | Augusto de Britto Belford Roxo..... | Idem idem | 25:344\$000 | | |
| Professor | Francisco de Assis Torres Gomes..... | Idem idem | 2:880\$000 | | |
| Professor | Herman Carlos Palmeira..... | Idem idem | 25:344\$000 | | |
| Professor | Francisco Ferreira Braga..... | Idem idem | 28:800\$000 | | |
| Professor | Henrique Carneiro de Barros Azevedo..... | Idem idem | 4:800\$000 | | |
| Professor | Helio Sayão Bustamante..... | Idem idem | 2:400\$000 | | |
| Professor | José Maria da Fonseca Neves..... | Idem idem | 28:800\$000 | | |
| Professor | Alvaro Coutinho Marques..... | Idem idem | 3:840\$000 | | |
| Professor | Ignacio Manoel Azevedo do Amaral..... | Idem idem | 11:520\$000 | | |
| Professor | José Pinto da Motta Porto..... | 1-1-931 a 19-5-934 | 9:744\$000 | | |
| Operarios do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro | | | 584:000\$000 | 951:632\$100 | |
| Idem, da Directoria do Armamento..... | | | 128:000\$000 | 712:000\$000 | |
| Total geral..... | | | | 1.663:632\$100 | |
| Resumo..... | | | 1.663:632\$100 | | |

Directoria de Fazenda da Marinha (D. F. 3), em 11 de janeiro de 1935. — Pelo capitão de fragata, contador naval, chefe de Divisão, *Raymundo Gonçalves Martins*. — Pelo capitão-tenente, contador naval, *Annibal Lobo*, 1º tenente, contador naval.

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Relação n. 4

Pagamento de gratificações additionaes aos funcçionarios
dessa Secretaria de Estado:

| | |
|---|-------------|
| 1. Ministro Mario de Pimentel Brandão... | 8:474\$342 |
| 2. Ministro Samuel de Souza Leão Gracie... | 11:982\$209 |
| 3. Ministro Lafayette de Carvalho e Silva.. | 29:759\$165 |
| 4. Ministro Luiz Avelino Gurgel do Amaral. | 49:729\$560 |
| 5. Ministro Antonio José do Amaral Murtinho. | 50:728\$043 |
| 6. Ministro Jeronymo de Avellar Figueira de Mello | 51:366\$464 |
| 7. Ministro Carlos Alberto Moniz Gordilho. | 28:679\$663 |
| 8. Ministro Octavio Fialho | 62:121\$019 |
| 9. Ministro Paulo Coelho de Almeida..... | 31:060\$532 |

323:900\$997

B :

| | |
|---|-------------|
| 1. Primeiro secretario Carlos Taylor | 59:668\$904 |
| 2. Primeiro secretario Fernando de Souza Dantas | 64:674\$611 |
| 3. Primeiro secretario Lourival de Guillobel. | 32:337\$282 |
| 4. Primeiro secretario J. Severiano da Fonseca Hermes | 32:337\$282 |
| 5. Primeiro secretario Renato de Lacerda Lago | 32:337\$282 |
| 6. Primeiro secretario Gastão P. do Rio Branco | 32:337\$282 |

253:692\$643

C :

| | |
|--|-------------|
| 1. Ministro Gregorio Pecegheiro do Amaral. | 14:503\$200 |
| 2. Consul geral Napoleão Reys | 30:000\$000 |
| 3. Ministro Raphael de Mayrinck | 4:106\$700 |
| 4. Ministro Zacarias de Góes Carvalho.... | 50:980\$800 |

Total 99:590\$500

D :

| | |
|---|------------|
| 1. Ministro Zacarias de Góes Carvalho..... | 6:619\$400 |
| 2. Primeiro secretario Carlos Taylor | 8:397\$388 |
| 3. Primeiro secretario Fernando de Souza Dantas | 8:397\$388 |
| 4. Primeiro secretario Lourival de Guillobel | 4:198\$717 |
| 5. Primeiro secretario J. Severiano da Fonseca Hermes | 4:198\$717 |
| 6. Primeiro secretario Renato de Lacerda Lago | 4:198\$717 |
| 7. Primeiro secretario Gastão P. do Rio Branco | 4:198\$717 |

40:209\$044

Resumo

| | |
|---------|--------------|
| A | 323:900\$997 |
| B | 253:692\$643 |
| C | 99:590\$500 |
| D | 40:209\$044 |
| | <hr/> |
| | 717:393\$184 |

MINISTERIO DA EDUCACAO

Relação n. 7

1) Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro:

| | |
|---|-------------|
| Dr. Oscar Frederico de Souza | 23:040\$000 |
| Dr. Pedro Augusto Pinto | 2:880\$000 |
| Dr. Agenor Guimarães Porto. | 11:520\$000 |
| Dr. Raul Leitão da Cunha. | 11:520\$000 |
| Dr. João Benjamin Ferreira Baptista. | 23:040\$000 |
| Dr. Julio Afranio Peixoto. | 25:344\$000 |
| Dr. Henrique Tanner de Abreu. | 23:040\$000 |
| Dr. Oswaldo Coelho de Oliveira. | 26:928\$000 |
| Dr. Clementino da Rocha Fraga. | 16:320\$000 |
| Dr. Aloysio de Castro | 12:480\$000 |
| Dr. Augusto de Souza Brandão. | 35:100\$000 |
| Dr. Augusto Brandão Filho. | 4:080\$000 |
| Dr. Alcindo de Figueiredo Baena | 4:080\$000 |
| Dr. Augusto Paulino Soares de Souza. | 20:592\$000 |
| Dr. José Antonio de Abreu Fialho. | 32:640\$000 |
| Dr. Eduardo Rabello. | 1:920\$000 |
| Dr. Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães | 3:120\$000 |
| Dr. Henrique de Brito Belfort Roxo. | 20:592\$000 |
| Dr. Antonio Austregesilo Rodrigues Lima. . | 6:240\$000 |
| Dr. João Marinho de Azevedo. | 3:120\$000 |
| Dr. Juvenil da Rocha Vaz. | 4:080\$000 |
| Dr. Fernando Terra. | 29:250\$000 |
| Dr. Antonio Sattamini. | 32:400\$000 |
| Dr. Luiz Antonio da Silva Santos. | 27:000\$000 |
| Dr. Tiburcio Valeriano Pecegheiro do Amaral. | 27:000\$000 |
| Dr. Miguel de Oliveira Couto. | 17:660\$500 |
| Dr. Octavio do Rego Lopes | 10:680\$000 |
| Dr. Francisco Lafayette Rodrigues Pereira. | 2:880\$000 |
| Dr. Bruno Alvares da Silva Lobo | 11:520\$000 |
| Dr. Arthur Joaquim da Silva. | 13:500\$000 |
| Dr. Henrique Duque Estrada. | 5:760\$000 |
| Dr. Arthur Leandro de Araujo Costa. | 9:504\$000 |
| Dr. Victor Cabral de Teive | 2:880\$000 |
| Dr. Hildegardo de Noronha. | 5:760\$000 |
| Dr. Arthur de Oliveira Figueiredo. | 9:504\$000 |
| Dr. João Gonçalves Lopes. | 5:400\$000 |
| Dr. Eduardo Marques da Cruz Filho. | 4:320\$000 |
| Dr. João de Souza Gomes Netto. | 13:500\$000 |
| Dr. Alberto das Chagas Leite. | 8:419\$400 |

| | |
|--|------------|
| Dr. Manoel Francisco Corrêa Leal Junior. . | 2:480\$000 |
| Dr. Henrique Rodolpho Baptista. | 1:010\$000 |
| Dr. Eugenio do Espirito Santo de Menezes. | 603\$900 |

| | |
|----------------|---------------------|
| Total. | <u>552:707\$800</u> |
|----------------|---------------------|

2) Faculdade de Medicina da Bahia:

| | |
|--|-------------|
| Dr. João Americo Garcez Fróes. | 20:542\$000 |
| Dr. Manoel Augusto Pirajá da Silva. | 19:008\$000 |
| Dr. José de Aguiar Costa Pinto. | 19:008\$000 |
| Dr. Albino Arthur da Silva Leitão. | 12:480\$000 |
| Dr. Eduardo Diniz Gonçalves. | 11:520\$000 |
| Dr. Mario Carvalho da Silva Leal. | 12:480\$000 |
| Dr. Aristides Novis. | 5:760\$000 |
| Dr. José Olympio da Silva. | 6:240\$000 |
| Dr. Fernando Luz. | 6:240\$000 |
| Dr. Antonio do Amaral F. Muniz. | 7:680\$000 |
| Dr. Durval Tavares da Gama. | 6:240\$000 |
| Dr. João Cezario de Andrade. | 6:240\$000 |
| Dr. Alvaro Campos de Carvalho. | 7:680\$000 |
| Dr. Euvaldo Diniz Gonçalves. | 7:680\$000 |
| Dr. Mario Andréa dos Santos. | 2:880\$000 |
| Dr. Antonio do Prado Valladares. | 12:480\$000 |
| Dr. Fernando José de São Paulo. | 2:880\$000 |
| Dr. Joaquim Martagão Gesteira. | 3:120\$000 |
| Dr. Octavio Torres. | 3:840\$000 |
| Dr. Leoncio Pinto. | 2:880\$000 |
| Dr. Alfredo de Couto Brito. | 3:120\$000 |
| Dr. Eduardo Rodrigues de Moraes. | 3:120\$000 |
| Dr. Agrippino Barbosa. | 1:920\$000 |
| Dr. Augusto de Couto Maia. | 3:840\$000 |
| Dr. Sebastião Cardoso. | 23:040\$000 |
| Dr. José Rodrigues da Costa Doria. | 34:560\$000 |
| Dr. José Eduardo F. de Carvalho Filho. | 34:560\$000 |
| Dr. Adriano dos Reis Gordilho. | 28:800\$000 |
| Dr. Luiz Pinto de Carvalho. | 25:392\$000 |
| Dr. Gonçalo Muniz Sodré de Aragão. | 23:040\$000 |
| Dr. Aurelio Rodrigues Vianna. | 29:760\$000 |
| Dr. Alfredo Ferreira de Magalhães. | 29:760\$000 |
| Dr. Meandro dos Reis Meirelles. | 25:392\$000 |
| Dr. João Evangelista de C. Cerqueira. | 34:560\$000 |
| Dr. Domingos Emilio Cerqueira Lima. | 21:600\$000 |
| Dr. Oscar Teixeira. | 9:504\$000 |
| Dr. Victorino Arthur Pereira. | 5:760\$000 |
| Dr. Edgar Frederico Tourinho. | 5:760\$000 |
| Dr. Manoel Luiz Vieira Lima. | 14:400\$000 |
| Dr. João Gonçalves Martins. | 11:520\$000 |
| Dr. Pedro Emilio de Cerqueira Lima. | 14:400\$000 |
| Dr. João dos Santos Pereira. | 14:400\$000 |
| Dr. Augusto Cesar Vianna. | 20:529\$941 |
| Dr. Antonio Bastos de F. Borja. | 7:492\$984 |
| Dr. Caio Octavio Ferreira de Moura. | 8:022\$300 |
| Dr. Manoel Moniz Ferreira. | 2:486\$000 |

| | |
|----------------|---------------------|
| Total. | <u>613:617\$225</u> |
|----------------|---------------------|

2) Faculdade de Direito do Recife:

| | |
|--|--------------|
| Dr. Laurindo Carneiro Leão..... | 29:280\$000 |
| Dr. Manoel Netto Carneiro Campello..... | 28:300\$000 |
| Dr. Sofronio E. da Paz Portella..... | 12:600\$000 |
| Dr. Virgínio Marques Carneiro Leão..... | 12:000\$000 |
| Dr. Gervasio Fioravanti Pires Ferreira.... | 23:040\$000 |
| Dr. Thomaz Lins Caldas Filho..... | 11:520\$000 |
| Dr. Joaquim Guedes Correia Gondim Filho | 11:520\$000 |
| Dr. Hersilio Lupericio de Souza..... | 11:520\$000 |
| Dr. Odilon Nestor de Barros Ribeiro..... | 15:360\$000 |
| Dr. Genaro Lins de Barros Guimarães.... | 15:360\$000 |
| Dr. Octavio Hamilton Tavares Barreto | 15:360\$000 |
| Dr. Annibal Freire da Fonseca..... | 5:760\$000 |
| Dr. Joaquim Ignacio de Almeida Amazonas. | 5:760\$000 |
| Dr. Metodio Maranhão | 2:880\$000 |
| Dr. Edgard Altino Correia de Araujo..... | 2:880\$000 |
| Dr. Mario de Almeida Castro..... | 1:920\$000 |
| Dr. Adolpho Simões Barbosa..... | 28:800\$000 |
| Dr. Manoel F. de Sá Antunes | 25:920\$000 |
| Dr. Henrique Martins | 15:060\$000 |
| Total | 275:340\$000 |

3) Escola Polytechnica:

| | |
|--|--------------|
| Dr. André Gustavo Paulo de Frontin..... | 12:600\$000 |
| Dr. Manoel Thimothéo da Costa..... | 19:008\$000 |
| Dr. José Antonio Murtinho..... | 23:040\$000 |
| Dr. Francisco Ferreira Braga..... | 23:040\$000 |
| Dr. João Felipe Pereira..... | 23:040\$000 |
| Dr. Francisco Manoel das Chagas Doria.... | 19:008\$000 |
| Dr. José Mattoso Sampaio Corrêa..... | 19:008\$000 |
| Dr. Estanislau Luiz Bousquet..... | 19:008\$000 |
| Dr. Victor Villiot Martins | 15:360\$000 |
| Dr. Domingos José da Silva Cunha..... | 17:280\$000 |
| Dr. Henrique Cesar de Oliveira Costa..... | 15:360\$000 |
| Dr. Mauricio Joppert da Silva..... | 7:680\$000 |
| Dr. Carlos Americo Barbosa de Oliveira.... | 2:880\$000 |
| Dr. Mario Paulo de Brito | 5:280\$000 |
| Dr. Luiz Cantanhede Carvalho e Almeida... | 15:360\$000 |
| Dr. Ruy Mauricio de Lima e Silva..... | 3:840\$000 |
| Dr. Octacilio Novaes da Silva | 9:600\$000 |
| Dr. Pedro Fernandes Vianna da Silva . . | 19:200\$000 |
| Dr. José Ferreira da Graça Couto..... | 15:360\$000 |
| Dr. Heitor Sayão de Bustamante..... | 12:672\$000 |
| Dr. João Cancio Povoá | 19:260\$000 |
| Dr. Orozimbo Lincoln do Nascimento..... | 21:600\$000 |
| Total | 338:484\$000 |

4) Escola de Minas:

| | |
|--|-------------|
| Dr. Augusto Barbosa da Silva..... | 36:000\$000 |
| Dr. Alfredo Teixeira Baeta Neves | 40:600\$000 |
| Dr. Custodio da Silva Braga..... | 36:230\$000 |
| Dr. Clodomiro Augusto de Oliveira..... | 38:400\$000 |

| | |
|--|---------------------|
| Dr. Gastão Gomes | 34:460\$800 |
| Dr. Lucio José dos Santos | 31:913\$300 |
| Dr. Joaquim Furtado de Menezes | 29:915\$800 |
| Dr. Domingos Fleury da Rocha | 20:440\$000 |
| Dr. Fausto Alves de Brito | 22:910\$800 |
| Dr. José Augusto de Azevedo Vianna | 20:626\$600 |
| Dr. Odorico Rodrigues de Albuquerque | 9:566\$600 |
| Dr. Christovam Colombo dos Santos | 11:240\$900 |
| Dr. José Felipe de Santa Cecilia | 25:840\$000 |
| Dr. José Nogueira de Sá | 8:590\$800 |
| Dr. José Bourdot Dutra | 7:787\$100 |
| Dr. Theodor Arnaldo da Fonseca Vaz | 4:599\$300 |
| Dr. Armando Bretas Bhering | 28:500\$000 |
| Dr. Luiz Caetano Ferraz | 6:559\$700 |
| Dr. Geraldo da Costa Silveira | 1:622\$500 |
| Dr. Alberto Augusto Magalhães Gomes | 36:612\$900 |
| Dr. Carlos Thomaz de Magalhães Gomes | 36:009\$000 |
| Total | <u>478:416\$200</u> |

5) Escola Nacional de Bellas Artes:

| | |
|--|---------------------|
| Archimedes Memoria | 2:400\$000 |
| Alvaro José Rodrigues | 3:360\$000 |
| Augusto Girardet | 9:600\$000 |
| Carlos Cianconi | 9:600\$000 |
| Cincinato Americo Lopes | 2:708\$300 |
| Diogo Chalréo | 3:360\$000 |
| Gastão Bahiana | 16:800\$000 |
| João Lucovico Maria Berna | 13:440\$000 |
| José Flexa Pinto Ribeiro | 1:680\$000 |
| José de Medeiros e Albuquerque | 1:031\$700 |
| José O. de Corrêa Lima | 9:600\$000 |
| José Pereira de Graça Couto | 13:440\$000 |
| Lucilio de Albuquerque | 3:360\$000 |
| Modesto Brocos | 16:800\$000 |
| Petrus Verdié | 1:680\$000 |
| Raul Lessa de Saldanha da Gama | 1:680\$000 |
| Raul Pederneiras | 1:680\$000 |
| Rodolpho Chambelland | 1:200\$000 |
| Total | <u>113:420\$300</u> |

6) Instituto Nacional de Musica:

| | |
|---|-------------|
| Alcina Navarro de Andrade | 15:840\$000 |
| Agnello Gonçalves Vianna França | 15:840\$000 |
| Agostinho Luiz de Gouvêa | 7:920\$000 |
| Alfredo Fertin de Vasconcellos | 6:814\$500 |
| Arnaud Duarte de Gouvêa | 7:920\$000 |
| Alfredo Raymundo Richard | 4:800\$000 |
| Camilla da Conceição | 15:840\$000 |
| Carlos Alves de Carvalho | 1:358\$500 |
| Carolino Vieira Machado Coelho | 2:717\$000 |
| Elvira Bello Lobo | 7:920\$000 |
| Ernesto Ronchini | 314\$300 |
| Francisco Braga | 11:088\$000 |

| | |
|---|---------------------|
| Francisco Nunes Junior | 4:356\$700 |
| Humberto Milano | 6:906\$900 |
| Joaquim Antonio Barroso Netto | 4:800\$000 |
| José de Lima Coutinho | 7:920\$000 |
| José Raymundo da Silva | 15:840\$000 |
| Pedro de Assis | 4:800\$000 |
| Ricardo Hoveda | 3:258\$000 |
| Total | 146:253\$900 |

7) Instituto Nacional de Surdos Mudos:

| | |
|---|--------------------|
| Manoel Dantas Cavalcante Sobrinho | 13:440\$000 |
| Dr. João Brasil Silvado Junior | 15:840\$000 |
| Saul Borges Carneiro | 6:720\$000 |
| Benedicto Raymundo da Silva | 9:600\$000 |
| Julietta de França | 2:400\$000 |
| Total | 48:000\$000 |

8) Collegio Pedro II — Internato:

| | |
|--|---------------------|
| Dr. Benedicto Raymundo da Silva Filho.... | 16:320\$000 |
| Dr. Cecil Thiré | 3:060\$000 |
| Dr. Eduardo Gê Badaró | 12:335\$500 |
| Dr. Francisco Pinheiro Guimarães | 30:600\$000 |
| Dr. Guilherme Augusto de Moura | 24:480\$000 |
| Professor Guilherme Herculano de Abreu... | 8:160\$000 |
| Dr. Henrique Cesar de Oliveira Costa..... | 20:196\$000 |
| Dr. Honório de Souza Silvestre | 3:060\$000 |
| Dr. José Philadelpho de Barros e Azevedo.. | 3:060\$000 |
| Dr. João Ribeiro | 23:640\$000 |
| Dr. Lafayette Rodrigues Pereira | 3:060\$000 |
| Professor Mario Belletti | 2:040\$000 |
| Dr. Pedro do Couto..... | 8:160\$000 |
| Total | 158:171\$500 |

9) Collegio Pedro II — Externato:

| | |
|---|-------------|
| André Gustavo Paulo de Frontin..... | 18:360\$000 |
| Augusto Xavier Oliveira de Menezes..... | 19:008\$000 |
| Agliberto Xavier | 28:800\$000 |
| Arthur Higgins | 10:870\$000 |
| Adrien Delpech | 1:920\$000 |
| Alvaro Espinheira | 66\$400 |
| Antenor Nascentes | 3:840\$000 |
| Euclides de Medeiros Guimarães Roxo.... | 2:880\$000 |
| Eduardo Gê Badaró | 6:864\$500 |
| Fernando Antonio Raja Gabaglia..... | 2:880\$000 |
| Gastão Mathias Ruch Sturzenecker..... | 19:008\$000 |
| Henrique Coelho Netto | 11:520\$000 |
| José Rodrigues Leite e Oiticica..... | 2:880\$000 |
| José Cavalcanti de Barros Accioli..... | 25:344\$000 |
| Joaquim Ignacio de Almeida Lisboa..... | 5:760\$000 |
| Luiz Gastão D'Escagnolle Doria..... | 11:520\$000 |

| | |
|------------------------------|---------------------|
| Manoel Said Ali-Ida | 22:800\$000 |
| Manoel Arthur Ferreira | 23:040\$000 |
| Othelo de Souza Reis..... | 2:880\$000 |
| Rodolpho de Paula Lopes..... | 28:800\$000 |
| Waldemiro Alves Potsch | 3:840\$000 |
| Total | 252:880\$900 |

10) Instituto Benjamin Constant:

| | |
|----------------------------------|-------------------|
| Francisco de Paula e Souza..... | 1:380\$900 |
| Albertina de Mello Campbell..... | 997\$500 |
| Kitta de Bellido Gusmão..... | 4:211\$800 |
| Luiza Russo | 3:360\$000 |
| Total | 9:950\$200 |

11) Faculdade de Direito de S. Paulo:

| | |
|---|---------------------|
| Reynaldo Porchat | 30:720\$000 |
| Antonio Jan.º Pinto Ferraz..... | 44:820\$000 |
| Manoel P. Villaboim | 46:080\$000 |
| Ernesto Moura | 44:320\$000 |
| José de Alcantara Machado de Oliveira.... | 37:440\$000 |
| José Ulpiano Pinto de Souza..... | 33:920\$000 |
| Candido N. Nogueira da Motta..... | 32:960\$000 |
| João Braz de Oliveira Arruda..... | 23:376\$000 |
| Luiz Barbosa de Gama Cerqueira | 15:360\$000 |
| Raphael Corrêa Sampaio | 13:420\$000 |
| Manoel Pacheco Prates | 9:440\$000 |
| Theophilo Benedicto de Souza Carvalho.... | 8:000\$000 |
| José Augusto Cesar | 8:340\$000 |
| J. J. Cardoso de Mello Netto..... | 5:120\$000 |
| Spencer Vampré | 4:800\$000 |
| Francisco Morato | 4:800\$000 |
| Braz de Souza Arruda..... | 3:480\$000 |
| Octavio Mendes | 960\$000 |
| José Valois de Castro..... | 38:400\$000 |
| José Vicente de Azevedo..... | 32:640\$000 |
| Julio Joaquim Gonçalves Maia..... | 49:720\$000 |
| Total | 488:116\$000 |

Resumo:

| | |
|---|--------------|
| Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.. | 552:707\$800 |
| Faculdade de Medicina da Bahia..... | 613:617\$225 |
| Faculdade de Medicina de Recife..... | 275:340\$000 |
| Escola Polytechnica | 338:484\$000 |
| Escola de Minas | 478:416\$200 |
| Escola Nacional de Bellas Artes..... | 113:420\$000 |
| Instituto Nacional de Musica | 146:253\$900 |
| Instituto Nacional de Surdos-Mudos | 48:000\$000 |
| Collegio Pedro II (Internato) | 158:171\$500 |

| | |
|--|--------------|
| Collegio Pedro II (Externato) | 252:680\$900 |
| Instituto Benjamin Constant | 9:950\$200 |
| Faculdade de Direito de São Paulo..... | 488:116\$000 |

Total geral 3.475:357\$725

MINISTERIO DA FAZENDA

Relação n. 8

Addicionaes:

| | |
|--|--------------------|
| Ao director Alfredo Regulo Valdetaro | 4:160\$000 |
| Ao director bacharel Carlos Augusto Naylor Junior | 15:682\$800 |
| Ao consullor bacharel Didimo Agapito Fer- nandes da Veiga | 15:682\$800 |
| Ao director Léo da Affonseca..... | 43:200\$000 |
| Ao sub-director Antenor Augusto Corrêa... | 11:034\$500 |
| Ao sub-director Audelino Augusto Corrêa... | 9:083\$900 |
| Ao sub-director José Aleixo da Costa e Cunha. | 12:200\$000 |
| | <hr/> 111:044\$000 |

Tribunal de Contas

| | |
|--|--------------------|
| Ao director Luiz Ribeiro Rosado..... | 52:141\$900 |
| Ao director Julio Vianna Lobato de Vascon- cellos | 52:451\$600 |
| | <hr/> 104:593\$500 |

Resumo:

| | |
|---------------------------------|--------------------|
| Ministerio da Fazenda | 111:044\$000 |
| Tribunal de Contas | 104:593\$500 |
| | <hr/> 215:637\$500 |

MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

Importancias necessarias ao pagamento de gratificações
addicionaes:

| | |
|---|-------------|
| Secretaria de Es- tado.. . . . | 54:993\$500 |
| <i>Departamento dos Correios e Telegraphos:</i> | |
| Pessoal activo... 935:419\$000 | |
| Pessoal aposen- tado. | 51:828\$500 |
| | <hr/> |

Total do Departamento de Cor-
reios e Telegraphos.... 987:247\$500

Estrada de Ferro Central do Brasil:

| | |
|----------------------------|-------------|
| Secretaria da Estrada..... | 8:465\$500 |
| 1ª Divisão..... | 64:431\$000 |

2ª Divisão:

| | |
|----------------------------------|--------------|
| Pessoal de escri- ptorio..... | 43:243\$100 |
| Pessoal dos trens | 70:540\$600 |
| Pessoal jornalista | 69:311\$200 |
| Pessoal das es- tações..... | 139:244\$500 |
| Pessoal aposen- tado..... | 82:952\$300 |

| | |
|--------------------------|--------------|
| Total da 2ª Divisão..... | 405:291\$700 |
|--------------------------|--------------|

3ª Divisão:

| | |
|------------------------------|-------------|
| Pessoal titulado. | 42:302\$500 |
| Pessoal aposen- tado..... | 40:451\$500 |
| Pessoal fallecido. | 2:063\$200 |
| Pessoal jornalista | 74:086\$200 |

| | |
|--------------------------|--------------|
| Total da 3ª Divisão..... | 158:903\$400 |
|--------------------------|--------------|

4ª Divisão:

| | |
|--------------------|--------------|
| Pessoal titulado. | 185:165\$700 |
| Pessoal jornalista | 84:989\$500 |

| | |
|--------------------------|--------------|
| Total da 4ª Divisão..... | 270:155\$200 |
|--------------------------|--------------|

| | |
|--|--------------|
| Total da Estrada de Ferro Central do Brasil. | 907:246\$800 |
|--|--------------|

| | |
|------------------|----------------|
| Total geral..... | 1.949:487\$800 |
|------------------|----------------|

Secretaria da Viação e Obras Publicas, 1ª Secção da Direc-
toria Geral de Contabilidade, em 21 de janeiro de 1935.
— *Maria José B. Moura*, 3º official. Visto. — *Reis Junior*,
director de secção.

**SECRETARIA DE ESTADO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS
E DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAPHOS**

*Relação dos funcionarios que têm direito ao pagamento de
gratificações addicionaes no periodo de 1931 a 1934*

**Relação do pessoal do Ministerio da Viação e Obras Pu-
blicas que tem direito á percepção da gratificação addicional**

a que se refere o art. 23 das Disposições Transitorias da Constituição:

SECRETARIA DE ESTADO

Nome — Cargos — Total da grat. adicional de 1931-1934

| | |
|---|-------------|
| Bernardo Mariano de Oliveira, director de secção. | 34:167\$700 |
| José Ricardo de Moura, director de secção. | 9:961\$300 |
| João de Moraes Martins, director de secção. | 10:864\$500 |
| | <hr/> |
| | 54:993\$500 |

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAPHOS

Nome — Cargos — Total da grat. adicional de 1931-1934

Directoria Regional do Amazonas:

| | |
|--|------------|
| Elysio Albuquerque, chefe de secção. | 2:400\$000 |
| João Canuto dos Santos, chefe de secção. | 4:800\$000 |

Directoria Regional do Pará:

| | |
|--|------------|
| Joaquim Nilo Dias de Mattos, chefe de secção | 2:400\$000 |
| Juvenal Nunes, chefe de secção. | 1:760\$000 |
| Angelo dos Santos Belford, 1º official. | 1:760\$000 |
| Francisco Celso de Farias, 2º official. | 1:760\$000 |
| Manoel Americo Pedreira, 3º official. | 960\$000 |
| Alfredo Americo da Fonseca, carteiro 1º. | 1:200\$000 |
| Manoel Irineu Fialho, carteiro 1º. | 1:200\$000 |
| Vicente Anastacio da Cruz, carteiro 1º. | 1:200\$000 |
| Thomaz de Aquino, servente 1º. | 1:104\$000 |
| Pedro Leão Cardoso, teleg. 3º. | 1:600\$000 |
| Joaquim Machado Coelho, inspect. 4º. | 1:080\$000 |
| Thomaz José da Costa, guarda fio 2º. | 880\$000 |
| José Ignacio Coelho, guarda fio diar. | 959\$000 |
| Manoel Ribeiro Pampolho, estafeta. | 1:200\$000 |

Directoria Regional do Maranhão:

| | |
|--|------------|
| José Bonifacio Serra Pinto, 2º official. | 880\$000 |
| Anisio Nogueira da Cruz, teleg. 2º. | 1:562\$400 |
| Frederico Motta, teleg. 3º. | 1:600\$000 |
| Evaristo Jardim Baptista, guarda fio 1º. | 1:080\$000 |
| Emygdio Aragão, guarda fio 1º. | 1:080\$000 |
| Marcellino de Souza Mendonça, guarda fio 2º | 880\$000 |
| Marcionillo Corrêa, guarda fio 2º. | 880\$000 |
| Ambrosio Pereira da Silva, mensageiro. | 1:440\$000 |

Directoria Regional do Ceará:

| | |
|---|------------|
| Mamede Nogueira da Silva, chefe de secção. | 1:800\$000 |
| Luiz Pereira de Oliveira Filho, chefe de secção | 1:440\$000 |
| Gervasio Castro e Silva, chefe de secção. | 1:200\$000 |
| Carlos Cals de Oliveira, 1º official. | 720\$000 |
| Brasilino Pereira da Silva, continuo. | 600\$000 |
| José Barreto Ayres, teleg. 3º. | 1:348\$800 |
| José Eduardo T. Silva, teleg. 2º. | 1:920\$000 |

| | |
|--|------------|
| José Zacharias Vieira, teleg. 1ª..... | 4:800\$000 |
| Theodulpho Ribeiro P. Bandeira, teleg. 3ª.. | 1:215\$600 |
| Augusto da Costa Nobrega, teleg. 2ª..... | 1:920\$000 |
| Manoel Bernardo Vieira Filho, teleg. 2ª.... | 3:840\$000 |
| Guilherme Leite da Luz, teleg. 2ª..... | 1:920\$000 |
| João Mac Dowel G. Lopes, teleg. 2ª..... | 1:920\$000 |
| Tancredo de Araujo Moraes, teleg. 2ª..... | 1:920\$000 |
| Fernando Augusto de Araujo, teleg. 2ª..... | 1:920\$000 |
| João Pompeu Souza Magalhães, inspet. 2ª.. | 2:880\$000 |
| Raymundo Militão Nascimento, m. linhas.... | 1:080\$000 |
| Vicente Damasceno, guarda fio 2ª..... | 1:760\$000 |
| Luiz Gonçalves de Carvalho, guarda fio 2ª.. | 1:760\$000 |
| José Ferreira Pimentel, guarda fio 2ª..... | 1:760\$000 |
| Miguel Archanjo de Oliveira, guarda fio 2ª.. | 1:760\$000 |
| Manoel Joaquim Ramos, guarda fio 2ª..... | 878\$400 |
| José Landim, guarda fio 2ª..... | 878\$400 |

Directoria Regional do Rio Grande do Norte:

| | |
|--|------------|
| Rodrigo Affonso da Costa, teleg. 1ª..... | 3:600\$000 |
| Ulysses Pereira do Lago, teleg. 2ª..... | 1:440\$000 |
| Ludgero José Barbosa, estaf. 2ª..... | 1:440\$000 |
| Leonidas Gonzaga da Bizarria, guarda fio 1ª.. | 810\$000 |
| Cosme Ferreira de Carvalho Filho, guarda fio 2ª..... | 658\$800 |

Directoria Regional da Parahyba:

| | |
|---|------------|
| Antonio da Rocha Barreto, chefe de secção.. | 560\$000 |
| Alfredo Nielsen de Araujo Soares, 1º official | 880\$000 |
| José Alfredo de Oliveira, 1º official..... | 800\$000 |
| Aureliano do Rego Luna, teleg. 1ª..... | 3:840\$000 |
| Antonio Galdino de Lima Botelho, teleg. 2ª.. | 1:920\$000 |
| Manoel Malvino do Rego Luna, guarda fio 2ª.. | 880\$000 |
| Pia de Luna Freire, teleg. 3ª..... | 729\$600 |
| Assuero José Gomes de Carvalho, teleg. 4ª.. | 720\$000 |

Directoria Regional de Pernambuco:

| | |
|---|------------|
| João Alcides da Gama, chefe de secção..... | 1:440\$000 |
| Arthur Jarder de Carvalho Neves, chefe de secção. | 2:080\$000 |
| Manoel Clementino de Albuquerque, chefe de secção. | 1:440\$000 |
| Mario Figueira de Menezes, 2º official..... | 1:440\$000 |
| Euclides Gomes de Saboya, auxiliar 1ª..... | 800\$000 |
| Elycio Ferreira Martins Ribeiro, carteiro 1ª.. | 1:200\$000 |
| José Thomé do Espirito Santo, carteiro 1ª... | 960\$000 |
| João Machado Botelho Sobrinho, carteiro 1ª.. | 960\$000 |
| Manoel Soares Pinheiro, carteiro 1ª..... | 730\$700 |
| Mario Gomes de Figueiredo, carteiro 1ª..... | 800\$000 |
| Manoel Pinto do Amaral Lisboa Filho, teleg. 1ª | 2:400\$000 |
| Livino Furtado de Mendonça, teleg. 1ª..... | 1:920\$000 |
| Pedro Alexandrino Marinho Falcão, teleg. 1ª.. | 1:920\$000 |
| Bertino Gonçalves Ferreira, teleg. 2ª..... | 1:920\$000 |
| Frederico Marques dos Reis e Silva, teleg. 2ª | 1:920\$000 |
| João Pinto de Abreu, teleg. 2ª..... | 1:920\$000 |
| Antonio Bandeira de Mello, teleg. 2ª..... | 1:920\$000 |
| Claudio Pereira da Cunha, teleg. 2ª..... | 1:920\$000 |

| | |
|---|------------|
| José Augusto de Lima, teleg. 2ª..... | 1:920\$000 |
| José Fernandes Veiga, teleg. 2ª..... | 1:920\$000 |
| Benedicto Nobre Marques Formigo, teleg. 2ª. | 1:920\$000 |
| Antonio de Moura Mascarenhas, teleg. 2ª.... | 1:920\$000 |
| Edmundo de Albuquerque Ribeiro e Silva, te- leg. 2ª..... | 1:920\$000 |
| Americo Pinto Leitão, teleg. 2ª..... | 1:920\$000 |
| Lylia Barbosa Chaves, teleg. 3ª..... | 1:598\$400 |
| Balduino de Oliveira Curchatuz, telegraphista de 3ª | 1:732\$800 |
| Joaquim de Moura Gondim, estafeta de 1ª.. | 1:200\$000 |
| João José Saldanha, estafeta de 2ª..... | 960\$000 |
| Manoel dos Santos, guarda-fio de 2ª..... | 878\$400 |
| Eduardo Aureliano de Vasconcellos, guarda- fio de 2ª | 878\$400 |

Directoria Regional de Alagôas:

| | |
|---|------------|
| Raul Vieira Falcão, chefe de secção..... | 880\$000 |
| Antonio Pires Ferreira, thesoureiro | 800\$000 |
| Alfredo Gaspar Caldas, carteiro de 1ª..... | 800\$000 |
| Francisco Cesar de Figueiredo, carteiro de 1ª | 800\$000 |
| José Augusto Carvalhal, ajudante correio... | 420\$000 |
| Jesuino de Araujo Batinga, telegraphista de primeira | 1:920\$000 |
| Braulio Leite, telegraphista de 2ª..... | 1:920\$000 |
| Olympia Santiago, telegraphista de 3ª..... | 1:600\$000 |
| Domingos da Silva Coelho, telegraphista de 5ª | 1:216\$300 |
| Oliveiros José Maranhão, mestre de linhas.. | 880\$000 |
| Manoel Vaz de Cerqueira, guarda-fio de 2ª.. | 880\$000 |
| Silvestre José de Souza, guarda-fio de 2ª..... | 880\$000 |
| Jacinto Corrêa de Araujo, mensageiro | 1:216\$300 |
| Joaquim Luciano da Costa, mensageiro..... | 730\$000 |
| Pedro de Cerqueira Paz, guarda-fio diarista | 730\$000 |

Directoria Regional de Sergipe:

| | |
|--|------------|
| Oscar Lisboa, telegraphista de 2ª | 1:920\$000 |
| Durval Luiz Machado, telegraphista de 2ª.... | 1:920\$000 |
| Jayme Arroxellas Galvão, telegraphista de 2ª | 1:920\$000 |
| Maria de Menezes Galvão, telegraphista de 3ª | 1:600\$000 |
| Satyro Chrisostomo Daniel, mensageiro | 720\$000 |
| Francisco Gervasio da Cunha Pernet, chefe de secção | 1:760\$000 |
| Arthur Augusto do Nascimento, chefe de secção | 1:760\$000 |
| José Cesário Jitirana, 1º official | 1:440\$000 |
| Francisco Gomes Villela, telegraphista de 1ª.. | 4:800\$000 |
| Izidoro de Oliveira Guimarães, telegraphista de 1ª | 9:600\$000 |
| Raul Muniz Tavares Lobo, telegraphista de 1ª | 5:760\$000 |
| Alcebiades José Mascarenhas, telegraphista de 1ª | 4:800\$000 |
| Antonio Fernandes Pacote, telegraphista de 2ª | 1:920\$000 |
| Maria José Vasconcellos Nogueira, telegra- phista de 3ª | 1:600\$000 |
| Antonio Simões, estafeta de 1ª | 2:400\$000 |
| Irineu Fernandes da Silva, estafeta de 1ª.... | 1:200\$000 |

| | |
|---|------------|
| João Baptista F. de Souza, estafeta de 2ª... | 960\$000 |
| Joaquim José de Mattos, estafeta de 2ª..... | 960\$000 |
| Antonio Pimenta, vigia de 1ª | 800\$000 |
| Felippe Pessôa Dias, mestre de linhas..... | 1:120\$000 |
| Estanislau da Veiga Ornellas, mestre de linhas | 880\$000 |
| Modesto Baptista de Cruz, guarda-fio de 1ª... | 2:160\$000 |
| Benedicto dos Santos Oliveira, guarda-fio de segunda | 880\$000 |
| Bemvindo Alves de Souza, guarda-fio de 2ª | 880\$000 |
| Estevão da Silva Lopes, guarda-fio de 2ª.... | 880\$000 |
| José Rodrigues dos Santos, guarda-fio de 2ª | 880\$000 |
| José Freire Hughes, telegraphista chefe ... | 1:920\$000 |
| Antonio Assis Tavares, telegraphista de 1ª... | 7:200\$000 |
| Alvaro Ferreira de Oliveira, telegraphista de primeira | 2:400\$000 |
| Getulio de Almeida Gouveia, telegraphista de primeira | 4:800\$000 |
| Alberto Magono de Freitas, telegraphista de segunda | 1:920\$000 |
| José Francisco da Costa, telegraphista de 2ª | 1:920\$000 |
| Fernando Botelho de Seixas, telegraphista de segunda | 1:920\$000 |

Directoria Regional do Espirito Santo:

| | |
|--|------------|
| Benedicto Rangel dos Santos Rosa, chefe de secção | 1:040\$000 |
| João Pinheiro Sobrinho, 1º official..... | 1:040\$000 |
| Lamartine Silva, 2º official | 784\$000 |
| Manoel Adolpho Barcellos, 2º official..... | 880\$000 |
| Ricardo José Gonçalves, guarda-fio de 2ª.... | 880\$000 |
| Paulino Oliveira Guedes, guarda-fio de 2ª.. | 880\$000 |
| José Pereira Alves, telegraphista de 2ª..... | 1:920\$000 |

Directoria Regional do Rio de Janeiro:

| | |
|---|------------|
| Antonio Joaquim Cavalcanti de Albuquerque, chefe de secção | 5:760\$000 |
| Antenor Barbosa de Mattos Corrêa, telegra- phista de 1ª | 2:400\$000 |
| João Joaquim Ferreira Lobo, telegraphista de primeira | 4:800\$000 |
| Salvador Silva Gama, mestre de linhas..... | 1:080\$000 |
| Arnaldo Eugenio Cardoso, mestre de linhas.. | 1:080\$000 |
| Salvino Figueiras, guarda-fio de 2ª..... | 880\$000 |
| João dos Santos Amaral, guarda-fio de 2ª... | 880\$000 |
| José Correia de Sá, guarda-fio de 2ª..... | 880\$000 |
| Joaquim Pedro dos Santos, guarda-fio de 1ª | 880\$000 |
| Arthur Antunes Quintanilha, mestre de linhas | 1:080\$000 |
| Benedicto Jansen Serra Lima, telegraphista de 2ª | 1:920\$000 |
| Arnulpho Alves Peixoto, telegraphista de 2ª | 1:920\$000 |
| José Claro de Menezes Melio, telegraphista de primeira | 1:920\$000 |
| Manoel Joaquim Marques, telegraphista de 3ª | 1:600\$000 |
| Arthur Pereira da Silva, telegraphista de 3ª | 1:600\$000 |
| Antonio Victorino Brandão, telegraphista de terceira | 1:600\$000 |

| | |
|--|------------|
| Ricardo Gomes dos Santos, estafeta de 1ª... | 960\$000 |
| José Quirino de Souza Motta, chefe de secção | 1:760\$000 |
| Niceu Pinto Bandeira, 1º official..... | 1:120\$000 |
| Plinio de Carvalho Siqueira, chefe de secção.. | 1:440\$000 |
| Elysio Candido de Almeida, carteiro de 1ª.. | 720\$000 |
| Luiz Gonzaga Collares, carteiro de 1ª..... | 880\$000 |
| Bernardino Gregorius, carteiro de 1ª..... | 880\$000 |
| Camillo de Mello, ajudante correio..... | 880\$000 |
| Luiz Daniel Baronto, agente | 2:400\$000 |

Directoria Regional de Goyaz:

| | |
|--|------------|
| Oswaldo da Veiga Jardim, official..... | 800\$000 |
| Oscar Augusto Curado Fleury, telegraphista de 2ª | 1:920\$000 |
| Luiz Martins de Araujo, estafeta de 1ª..... | 960\$000 |
| Nicolau Tolentino de Azevedo, guarda-fio de segunda | 880\$000 |
| Fernando Nunes de Souza, guarda-fio dia- rista | 839\$500 |

Directoria Regional de Cuyabá:

| | |
|---|------------|
| João do Lago Monteiro, telegraphista de 2ª.. | 1:920\$000 |
| Alipio Rodrigues Moreira, telegraphista de 2ª | 1:920\$000 |

Directoria Regional de Corumbá:

Não tem.

Directoria Regional de São Paulo:

| | |
|---|------------|
| Alfredo Antonio de Moraes, auxiliar de 1ª.. | 1:440\$000 |
| Alfredo Hervey Montmorency, 2º official.... | 1:440\$000 |
| Americo Marianno, carteiro de 1ª..... | 960\$000 |
| Anselmo Antonio de Oliveira, carteiro de 1ª | 960\$000 |
| Antonio Angelo Soares Junior, 3º official.... | 1:120\$000 |
| Antonio Augusto da Silva, carteiro de 1ª.... | 1:200\$000 |
| Antonio Gonçalves da Silva, auxiliar de 1ª.. | 1:120\$000 |
| Antonio dos Santos Filho, 2º official..... | 1:440\$000 |
| Benedicto Brasilio de Albuquerque, carteiro de 1ª | 960\$000 |
| Clemente Joaquim Dias, carteiro de 2ª..... | 880\$000 |
| Deoclecio Marcondes, agente | 336\$000 |
| Domingos Magalhães, chefe de secção..... | 2:080\$000 |
| Frederico Alves de Oliveira, 1º official..... | 1:440\$000 |
| Henrique Martins, carteiro de 1ª..... | 1:200\$000 |
| Isaias Raphael de Souza, carteiro de 1ª..... | 880\$000 |
| João Baptista de Miranda, carteiro de 2ª.... | 720\$000 |
| Joaquim Bruno, carteiro de 1ª..... | 960\$000 |
| José Alcebiades de Oliveira Guimarães, 2º of- ficial | 1:440\$000 |
| José Edgard Sarzedas, 3º official..... | 1:120\$000 |
| José Gabriel Marcondes Machado, 2º official.. | 1:120\$000 |
| José Joaquim Pereira, auxiliar de 1ª..... | 800\$000 |
| José Severo Gomes, carteiro | 880\$000 |
| José Rodrigues Costa, carteiro de 1ª..... | 1:200\$000 |
| José Theophilo de Queiroz, 2º official..... | 1:440\$000 |
| Luiz Antonio da Rocha, 1º official..... | 1:760\$000 |
| Marcellino Pinto de Castro, carteiro de 1ª.. | 960\$000 |
| Manoel Januario da Silva Pinto, 2º official.. | 3:520\$000 |

| | |
|--|------------|
| Norberto Soares de Campos, auxiliar de 1ª.. | 1:440\$000 |
| Octavio Lincoln dos Santos, 1º official..... | 1:440\$000 |
| Otto Schorles, carteiro de 1ª..... | 1:200\$000 |
| Raphael de Araujo Ribeiro, 2º official..... | 1:440\$000 |
| Rubens Costa, ajudante de agente..... | 880\$000 |
| Arthur Pereira Moura, inspector de 4ª..... | 1:080\$000 |
| João Alves N. Passos, inspector de 4ª..... | 1:600\$000 |
| Manoel Vieira de Novaes, guarda-fio de 2ª.. | 880\$000 |
| Jacob Baring, telegraphista de 1ª | 880\$000 |
| Ildefonso Jorge Linhares, telegraphista de 2ª | 7:200\$000 |
| Hugo do Amaral Gama, telegraphista de 2ª.. | 2:400\$000 |
| Luiz José Barros Leite, telegraphista de 2ª.. | 1:920\$000 |
| Ernesto Adhemar de Souza, telegraphista de terceira | 1:600\$000 |
| Saladino de Jesus, estafeta de 1ª..... | 1:200\$000 |
| Silvio Mendes Lara, estafeta de 1ª..... | 1:200\$000 |
| Ramiro dos Santos, estafeta de 2ª..... | 960\$000 |
| Nicolau Patricio Moreira, 2º official..... | 1:120\$000 |
| João Leite de Araujo Campos, chefe de secção | 1:120\$000 |
| Geraldo Antonio de Andrade, carteiro de 1ª. | 960\$000 |
| José Tavares de Mendonça, carteiro de 1ª.... | 960\$000 |

Directoria Regional de Ribeirão Preto:

| | |
|--|------------|
| Chysolito Castro Chaves, inspector de 3ª.... | 1:600\$000 |
| Alfredo Perciliano Cajado, telegraphista de 2ª | 1:920\$000 |

Directoria Regional de Uberaba:

| | |
|--|------------|
| Raymundo Alves Pinto, chefe de secção.... | 1:600\$000 |
| Joaquim Ferreira Ramos, telegraphista de 2ª | 1:920\$000 |
| Lucas Evangelista de Oliveira, chefe de secção | 800\$000 |

Directoria Regional do Paraná:

| | |
|---|------------|
| Evaristo David Pernetta, chefe de secção... | 800\$000 |
| Alfredo Souza Dias Negrão, chefe de secção | 1:200\$000 |
| José Bittencourt Lobo, 1º official | 1:520\$000 |
| João Souza Reis, 1º official..... | 960\$000 |
| Francisco Corrêa, carteiro de 1ª..... | 960\$000 |
| Julio Kalckmann Junior, inspector de 2ª... | 2:400\$000 |
| Americo Vespucio Moraes, telegraphista de segunda | 1:920\$000 |
| Quirino Fernandes, telegraphista de 4ª..... | 1:219\$200 |
| Casemiro Cardoso Menezes, mensageiro..... | 1:440\$000 |
| Domingos José Souza, guarda-fio de 2ª..... | 880\$000 |
| Francisco Xavier Santos Pacheco Junior, guarda-fio de 2ª | 880\$000 |
| Candido Eugenio Freitas, estafeta de 1ª..... | 960\$000 |

Directoria Regional de Santa Catharina:

| | |
|---|------------|
| Pedro Leão Campos, telegraphista chefe.... | 5:760\$000 |
| José Roberto Bricio Guilhon, telegraphista de primeira | 2:400\$000 |
| Rodolpho Formiga, telegraphista de 2ª..... | 4:800\$000 |
| Octaviano Pereira de Macedo, telegraphista de 2ª | 1:600\$000 |
| João Alfredo Delduque, inspector de 3ª.... | 1:600\$000 |
| Francisco da Silva Reis, inspector de 3ª.... | 1:080\$000 |

| | |
|---|------------|
| Edmundo de Jesus Pacheco, mestre de linhas | 880\$000 |
| José Gregorio da Rosa, guarda-fio de 2ª.... | 880\$000 |
| Henrique Stanke, guarda-fio de 2ª | 880\$000 |
| Jovino Eusebio Pacheco, guarda-fio de 2ª.... | 880\$000 |
| Francolino Alberto da Silva, guarda-fio de 2ª | 880\$000 |
| Lucas Evangelista Vianna, diarista | 867\$600 |
| Mamede Antonio Ferreira, diarista | 871\$200 |
| João da Matta dos Santos Moraes, chefe de secção | 1:760\$000 |

Directoria Regional do Rio Grande do
Sul:

| | |
|---|------------|
| Antonio Telles Villas Bôas, chefe de secção | 2:400\$000 |
| Carlos Pedro da Silva, chefe de secção..... | 2:080\$000 |
| João da Matta de Freitas Noronha, chefe de secção | 880\$000 |
| Alvaro Magno Nunes, 1º official | 2:080\$000 |
| Dario Ribeiro Totta, 1º official | 1:760\$000 |
| Teotonio Pinheiro de Freitas, 1º official.... | 1:760\$000 |
| Ariosto Vieira Rodrigues, 2º official | 1:760\$000 |
| Elmiro Pinto de Moraes, 2º official..... | 1:440\$000 |
| Attaliba dos Santos Freitas, carteiro..... | 1:200\$000 |
| Alfredo Maia Bastos, auxiliar de 1ª..... | 880\$000 |
| Hermínio Francisco Lopes, ajudante de agente | 880\$000 |
| Germano Schreiner, inspector de 1ª..... | 2:400\$000 |
| Libindo Ferraz, inspector de 2ª..... | 2:400\$000 |
| Antonio Carvalho da Silva, mestre de linhas | 1:760\$000 |
| Asterio de Mello, mestre de linhas..... | 1:080\$000 |
| Pedro Gomes de Oliveira, guarda-fio de 2ª.. | 880\$000 |
| Antonio de Castro Moreira, guarda-fio de 2ª | 1:760\$000 |
| João Octacilio Cadaval, guarda-fio de 2ª | 880\$000 |
| Geraldino Baptista Soares, guarda-fio de 2ª | 880\$000 |
| Augusto Godolphim Bandeira, telegraphista chefe | 4:800\$000 |
| Oscar de Paula Soares, telegraphista-chefe | 2:400\$000 |
| José Octavio da Rocha, telegraphista de 1ª.. | 4:800\$000 |
| Americo Brambilla, telegraphista de 1ª..... | 1:920\$000 |
| Nestor Fontana, telegraphista de 1ª..... | 1:920\$000 |
| Augusto Franz, telegraphista de 1ª..... | 1:920\$000 |
| Hermenegildo de Azevedo Nunes, telegra- phista de 1ª | 4:800\$000 |
| Manoel G. da Luz Costa, telegraphista de 1ª | 3:840\$000 |
| Carlos Crysostomo da Costa, telegraphista de segunda | 2:400\$000 |
| Alvaro J. Gomes Porto Alegre, telegraphista de 2ª | 1:920\$000 |
| Marcos Azambuja, telegraphista de 2ª..... | 1:920\$000 |
| José Manoel de Lima Junior, telegraphista de segunda | 4:800\$000 |
| Candido Antonio Barcellos, telegraphista de 2ª | 4:800\$000 |
| Severiano Rodrigues Nascimento, telegra- phista de 2ª | 4:800\$000 |
| João Gomes dos Santos, telegraphista de 2ª.. | 4:800\$000 |
| Alfredo Paiva, telegraphista de 2ª..... | 3:840\$000 |
| Gustavo Pinheiro da Cunha, estafeta de 2ª.. | 960\$000 |
| Antonio Carlos de Almeida, telegraphista de 4ª | 1:199\$500 |

| | |
|--|------------|
| Augusto Rodrigues da Silva, mensageiro ... | 1:199\$500 |
| Camillo Barcellos, mensageiro | 1:199\$500 |
| Appolinario Pavão, mensageiro | 1:919\$500 |

Directoria Regional de Santa Maria:

| | |
|---|------------|
| Maximo Geschwind, inspector de 3ª | 2:400\$000 |
| Casemiro Caetano Cunha, telegraphista de 2ª | 1:920\$000 |
| Odalgiro Rodrigues Faria, telegraphista de 2ª | 1:920\$000 |
| Boaventura Dornelles Sobrinho, guarda-fio de 2ª | 880\$000 |
| Eduardo Ribeiro Silva, guarda-fio diarista.. | 959\$000 |
| Maximiliano Appolinario Oliveira, mensageiro | 1:199\$500 |

Directoria Regional do Piahy:

| | |
|---|------------|
| José Luiz Teixeira, mestre de linhas..... | 880\$000 |
| Affonso Lobão Cantanhede, guarda-fio de 2ª | 880\$000 |
| João Damasceno Monte, mestre de linhas.... | 3:600\$000 |
| José Francisco Vasconcellos, guarda-fio de 1ª | 3:240\$000 |

Directoria Regional de Juiz de Fóra:

| | |
|---|------------|
| Henrique Miranda Sá, inspector de 1ª..... | 2:400\$000 |
| Gorgonio da Rocha Cordeiro, mestre de linhas | 880\$000 |
| Estanislau de Andrade, guarda-fio de 2ª.... | 880\$000 |
| Luiz Rodrigues Cordeiro, guarda-fio de 2ª... | 880\$000 |
| Francisco Pinheiro Fernandes, telegraphista de 2ª | 1:600\$000 |
| Getulio Fernandes Ferreira, telegraphista de terceira | 702\$800 |
| Antonio Cirino Rodrigues, auxiliar de 1ª.... | 880\$000 |

Directoria Regional de Diamantina:

| | |
|---|------------|
| Francisco Pinheiro Costa, chefe de secção.. | 2:240\$000 |
| Antonio Cicero de Menezes, chefe de secção | 1:680\$000 |
| Izidoro Martins de Oliveira, guarda-fio de 2ª | 880\$000 |
| Joaquim Elias Valle, estafeta de 1ª..... | 960\$000 |
| Carolino Gomes Carvalho, telegraphista de 2ª | 1:920\$000 |

Directoria Regional de Campanha:

| | |
|---|------------|
| Benedicto dos Passos, porteiro | 800\$000 |
| Adolpho Baptista de Figueiredo, mestre de linhas | 600\$000 |
| Manoel Cardoso dos Santos, telegraphista de segunda | 1:920\$000 |
| Antonio Nogueira da Silva, telegraphista de segunda | 1:920\$000 |
| Francisco Lopes, mestre de linhas | 576\$000 |

Directoria Regional do Districto Federal:

| | |
|--|------------|
| Armando Duque Estrada de Barros, chefe de secção | 1:920\$000 |
| Alberto Alvares Barroso, chefe de secção.... | 2:800\$000 |
| Agostinho M. Oliveira Dias, ajudante de porteiro | 720\$000 |
| Bernardino Felix Tati, 1º official..... | 2:400\$000 |
| Erico Riegel Barbosa Guimarães, 1º official | 2:400\$000 |
| Hortencio Guanabara, chefe de secção..... | 1:920\$000 |

| | |
|--|------------|
| João Avelino da Trindade, chefe de secção... | 1:120\$000 |
| João da Silva Lopes, 1º official..... | 2:400\$000 |
| Jorge Moreira Borges, 1º official | 1:920\$000 |
| José Augusto Arnizaut de Mattos, 1º official | 2:800\$000 |
| Miguel de Andrade e Silva, 1º official..... | 1:920\$000 |
| Pedro Cezar Polary, 1º official | 1:920\$000 |
| Pedro Fabricio de Mattos, chefe de secção... | 5:760\$000 |
| Pedro Ferreira Bandeira, 1º official | 2:080\$000 |
| Raymundo Faria de Abreu, 1º official | 1:920\$000 |
| Reynaldo de Gusmão, chefe de secção | 1:920\$000 |
| Agenor Mendonça, 1º official | 1:280\$000 |
| Alipio Bernardino dos Santos, 2º official.... | 1:600\$000 |
| Annibal Ferreira de Mattos, 2º official..... | 1:600\$000 |
| Antonio Felix Martins, chefe de secção..... | 1:600\$000 |
| Arthur Arieira, 1º official | 1:280\$000 |
| Augusto da Silva Ribeiro, 1º official..... | 1:280\$000 |
| Augusto de Paula Bahia, 1º official | 1:600\$000 |
| Carlos Alberto de Figueiredo Pimenta, 1º of- ficial | 1:600\$000 |
| Epaminondas de Albuquerque, 2º official... | 1:600\$000 |
| Eurico Ferreira Pinto, 1º official | 1:600\$000 |
| Francisco Ferreira da Fonseca, 1º official.. | 1:600\$000 |
| Francisco Roberto Monteiro da Silva, 1º of- ficial | 3:120\$000 |
| Henrique Ferreira de Almeida, 2º official... | 1:600\$000 |
| Henrique Livramento, 1º official | 1:600\$000 |
| Ignacio Uzeda, 1º official | 1:600\$000 |
| Carlos Teixeira de Souza, 1º official..... | 1:600\$000 |
| Jeronymo Figueiredo Casanova, 1º official.. | 1:280\$000 |
| José Luiz de Macedo Cavalcante Filho, 1º of- ficial | 1:600\$000 |
| Manoel Gomes Tarlé, 2º official | 1:600\$000 |
| Manoel José Tinoco, 2º official | 1:600\$000 |
| Mario José Vieira, 2º official | 1:600\$000 |
| Oscar Azamor Goulart, 2º official | 1:920\$000 |
| Octavio Pedro Tavares, 1º official | 1:920\$000 |
| Ruy Eduardo da Costa e Cunha, 2º official.. | 1:600\$000 |
| Antonio Gonçalves de Carvalho, 2º official.. | 1:280\$000 |
| Aristides Joaquim da Silva, 3º official | 1:280\$000 |
| Custodio de Mello Cherriff, 3º official | 1:280\$000 |
| Luiz de Almeida Freitas, 3º official | 1:280\$000 |
| Roberto de Oliveira Campos, 2º official | 1:280\$000 |
| Ubalduino Maciel Soares, 2º official | 1:280\$000 |
| Aristides Lopes Vieira, 2º official | 960\$000 |
| Camillo Raux Lemos, 3º official | 1:280\$000 |
| Christovão Paulino da Silva Pires, 2º official | 1:600\$000 |
| Manoel dos Anjos Espozel, 2º official | 1:280\$000 |
| Augusto Cezar de Mariz Sarmento, 2º official | 1:280\$000 |
| Ernesto Eugenio de Castro, 3º official | 1:280\$000 |
| José Amaro Bittencourt Barbosa, 2º official | 1:600\$000 |
| Mario Gusmão Horta, 3º official | 1:280\$000 |
| Luiz Paulo de Azevedo Costa, 2º official.... | 1:280\$000 |
| Olympio Indio da Silva Pinto, 3º official.... | 1:600\$000 |
| Olindo do Amaral, 3º official | 1:600\$000 |
| Alceste Sensburg Ferreira de Lemos, 2º of- ficial | 1:280\$000 |

| | |
|--|------------|
| Gabriel da Silva Jardim, 3º official | 1:280\$000 |
| Jorge David Pereira, 3º official | 1:280\$000 |
| Paulo Affonso da Silva Alves, 3º official... | 1:280\$000 |
| Aquilino Henrique Ferreira, 3º official..... | 1:280\$000 |
| Arthur de Macedo Cavalcante, 3º official.... | 1:600\$000 |
| Francisco Rockert, 2º official | 1:280\$000 |
| Antenor Fonseca Silveira, auxiliar de 1ª... | 1:600\$000 |
| Antonio Durão, auxiliar de 1ª..... | 1:280\$000 |
| Armando José Leandro da Silva, auxiliar de primeira | 3:120\$000 |
| Arnaldo Lino de Andrade, auxiliar de 1ª..... | 1:600\$000 |
| Augusto Antonio Gress, auxiliar de 1ª..... | 1:280\$000 |
| José Alfredo de Mello, auxiliar de 1ª..... | 1:280\$000 |
| Tito Cardoso, auxiliar de 1ª | 1:280\$000 |
| Virgilio Hegesippo Alcantara Cezar, auxiliar de 1ª | 933\$200 |
| Viriato José da Trindade, auxiliar de 1ª... | 1:600\$000 |
| Alfredo Gonçalves Pinto, carteiro de 1ª.... | 2:880\$000 |
| Alvaro de Almeida Barbosa, carteiro de 1ª... | 1:440\$000 |
| Alípio Domingos Coelho, carteiro de 1ª..... | 1:200\$000 |
| Antonio Francisco da Silva, carteiro de 1ª... | 2:880\$000 |
| Antonio de Oliveira M. Braga, carteiro de 1ª | 1:200\$000 |
| Arthur Francisco de Paula e Silva, carteiro de 1ª | 1:440\$000 |
| Carindo Maia da Silva Mattoso, carteiro de primeira | 1:200\$000 |
| Ernestino José Militão, carteiro de 1ª..... | 1:200\$000 |
| Fernando Arthur Caldeira, carteiro de 1ª.... | 1:200\$000 |
| Geraldino Octaviano da Silveira, carteiro de primeira | 1:200\$000 |
| Gustavo Adolpho Vogel, carteiro de 1ª..... | 1:200\$000 |
| Henrique Candido da Silva, carteiro de 1ª... | 2:880\$000 |
| João Climaco de Moraes, carteiro de 1ª..... | 1:200\$000 |
| João da Cruz Gaspar, carteiro de 1ª..... | 1:200\$000 |
| Joaquim José de Santanna, carteiro de 1ª... | 1:200\$000 |
| Joaquim José da Silva, carteiro de 1ª..... | 1:200\$000 |
| Joaquim de Oliveira Freitas, carteiro de 1ª.. | 2:880\$000 |
| Jorge dos Santos Junior, carteiro de 1ª..... | 1:440\$000 |
| José de Oliveira Vasques Junior, carteiro de primeira | 1:200\$000 |
| José Serodio Cortez Real, carteiro de 1ª..... | 1:200\$000 |
| Wenceslau M. da Silva, carteiro de 1ª..... | 1:200\$000 |
| Oscar José de Almeida, carteiro de 1ª..... | 1:440\$000 |
| Pedro Arthur dos Reis Junior, carteiro de 1ª | 1:200\$000 |
| Pedro Francisco da Costa, carteiro de 1ª.... | 1:200\$000 |
| Raul Jarbas de Araujo, carteiro de 1ª..... | 1:200\$000 |
| Raul Gastão da Silva, carteiro de 1ª..... | 1:200\$000 |
| Theodoro Francisco de Paiva, carteiro de 1ª | 1:440\$000 |
| Thiago Gomes da Silva, carteiro de 1ª..... | 1:200\$000 |
| Alexandre Ignacio Moreira, carteiro de 1ª... | 1:200\$000 |
| Antonio Alves dos Santos, carteiro de 1ª.... | 1:200\$000 |
| Arthur Martins da Piedade Junior, carteiro de primeira | 1:200\$000 |
| Carlos Trajano de Oliveira, carteiro de 1ª... | 960\$000 |
| Eduardo Esteves da Silva, carteiro de 2ª.... | 1:240\$000 |
| Elpidio Americo de Siqueira, carteiro de 2ª.. | 330\$000 |

| | |
|--|-------------------|
| Eugenio Carlos Ferreira, carteiro de 2^a..... | 720\$000 |
| Eugenio Marques Dias, carteiro de 1^a..... | 1:174\$100 |
| Eustaquiano Ferreira da Veiga, carteiro de primeira | 1:200\$000 |
| João Marques Monteiro, carteiro de 1^a..... | 1:200\$000 |
| João Valente da Costa Junior, carteiro de 1^a | 1:200\$000 |
| José de Paula Freire, carteiro de 1^a..... | 960\$000 |
| Jose Pereira Dias, carteiro de 2^a..... | 879\$900 |
| Luiz da França Ferreira, carteiro de 2^a..... | 960\$000 |
| Mario dos Santos, carteiro de 1^a..... | 960\$000 |
| Maximiano de Souza Nogueira, carteiro de 1^a | 1:200\$000 |
| Paulo Elias Mezial, carteiro de 2^a..... | 800\$000 |
| Raimundo da Silva Monteiro, carteiro de 1^a.... | 960\$000 |
| Carlos Cavalcante Silveira, contador, Acre.. | 2:960\$000 |
| Arthur Gordilho da Cunha, telegraphista de 1^a | 2:880\$000 |
| Henrique Ribeiro, telegraphista de 2^a..... | 1:920\$000 |
| Hieronides Taciano Bellez, telegraphista de 2^a | 4:800\$000 |
| João de Souza Motta Junior, telegraphista de terceira | 1:983\$500 |
| José Hilario do Nascimento, diarista | 1:239\$600 |
| Quirino de Oliveira, diarista | 1:239\$600 |
| Jorge Sebastião Esteves de Araujo, diarista | 1:983\$500 |
| José Antonio Torres da Silva, diarista..... | 1:854\$800 |
| Raul de Freitas Brandão, diarista | 1:983\$500 |
| Abilio Britto, telegraphista de 2^a..... | 2:400\$000 |
| Carlos de Azevedo Thompson Junior, telegraphista de 2^a | 2:400\$000 |

Directoria Regional de Minas Geraes:

| | |
|--|-------------------|
| Alvaro Fernandes Ayres da Silva, telegraphista de 3^a | 1:920\$000 |
| Antonio Ferreira Brant, chefe de secção.... | 1:760\$000 |
| José Augusto Osorio, chefe de secção..... | 1:760\$000 |
| Adeodato Pires, 1^o official | 1:440\$000 |
| José Emilio Horta Buzelim, 1^o official | 1:440\$000 |
| João Albano da Silva, 2^o official | 1:120\$000 |
| Justino Carlos Conceição, 2^o official | 1:440\$000 |
| Antonio Theobaldo Mitraux, auxiliar de 1^a... | 2:880\$000 |
| João Pinto Coelho, carteiro de 1^a..... | 1:200\$000 |

Directoria Geral:

| | |
|---|-------------------|
| Severino Henrique de Lucena Neiva, director tecnico postal | 3:600\$000 |
| Edgar Barbosa de Barros, sub-director de Contabilidade | 2:400\$000 |
| Roberto Gomes Tarlé, chefe de secção..... | 2:880\$000 |
| João Baptista de Almeida Feital, chefe de secção | 5:760\$000 |
| Mario Duque Estrada de Barros, chefe de secção | 2:880\$000 |
| Augusto Diogo Tavares, chefe de secção.... | 4:800\$000 |
| Lafayette Cezar, chefe de secção | 2:064\$000 |
| José Vaz Lobo Lassance, 1^o official | 1:600\$000 |
| Arthur de Souza Barbosa, 1^o official | 5:760\$000 |
| Raul Buarque de Gusmão, 1^o official | 1:920\$000 |
| Washington Reis, 1^o official | 1:600\$000 |

| | |
|--|------------|
| Raul da Silveira Caldeira, 1º official..... | 8:640\$000 |
| Wenceslau Ferreira Vianna, 1º official | 1:600\$000 |
| Israel Gomes de Oliveira, 1º official | 1:600\$000 |
| José Alves de Oliveira Filho, 1º official.... | 1:600\$000 |
| Annibal Pinto, 1º official | 1:920\$000 |
| Carlos Eduardo Tribouillet, 1º official | 1:600\$000 |
| Henrique Baptista Mendes Salgado, 1º official | 1:920\$000 |
| José Cotta, 1º official | 2:400\$000 |
| Jacome Rossi, 1º official | 1:600\$000 |
| Manoel Carneiro Goffredo Soares, 1º official | 1:920\$000 |
| Regulo Ramalho, 1º official | 1:920\$000 |
| João Ferreira dos Santos, 2º official | 1:600\$000 |
| Manoel Telles Rabello, 2º official | 1:200\$000 |
| Josué Fortes, 2º official | 1:200\$000 |
| Sebastião Duarte, 2º official | 1:600\$000 |
| Edmundo Barreto de Albuquerque, 2º official | 1:600\$000 |
| Manoel Corrêa Pereira Netto, porteiro | 1:200\$000 |
| Claudio Oliveira da Silva, continuo | 1:200\$000 |
| Francisco Constancio de Mendonça, continuo | 960\$000 |
| José Affonso Pinto de Araujo, continuo..... | 960\$000 |
| Amaro Baptista, engenheiro chefe | 4:800\$000 |
| Francisco Nascimento Barbosa, inspector de primeira | 7:680\$000 |
| Francisco José Xavier Junior, inspector de primeira | 3:840\$000 |
| Henrique Mafaldo de Oliveira, inspector de 1ª | 2:880\$000 |
| Angelo José Alves, inspector de 2ª..... | 2:400\$000 |
| Antonio de Senna Andrade, inspector de 3ª.. | 2:400\$000 |
| Mathias José Pereira, inspector de 3ª..... | 1:600\$000 |
| Mario Lagden, inspector de 4ª | 1:600\$000 |
| Ulysses Vianna, guarda-fio de 1ª..... | 1:080\$000 |
| Elmiro de Oliveira, guarda-fio de 1ª..... | 1:080\$000 |
| Frederico Francisco Coelho, guarda-fio de 1ª | 1:080\$000 |
| Manoel Garcia dos Santos, guarda-fio de 1ª. | 880\$000 |
| Pedro Severino Antonio Fernandes, guarda- fio de 1ª | 880\$000 |
| Tertuliano José Pereira, guarda-fio de 1ª.. | 1:080\$000 |
| Adelino do Nascimento, guarda-fio de 2ª.... | 1:211\$200 |
| Adrião Corrêa Lyrio, telegraphista de 1ª.... | 2:400\$000 |
| Caetano Brandão de Souza Junior, telegra- phista de 1ª | 1:920\$000 |
| Antenor Soares, telegraphista de 1ª..... | 2:400\$000 |
| Eugenio da Silva Lordello, telegraphista de 1ª | 4:800\$000 |
| Edmundo de Oliveira Bello, telegraphista de 2ª | 1:920\$000 |
| Francisco de Paula Martins, telegraphista de 2ª | 2:400\$000 |
| Graccho Mario Serra Freire, telegraphista de 2ª | 1:920\$000 |
| Joaquim Januario Rebello de Mattos, telegra- phista de 2ª | 1:920\$000 |
| José Diniz Moreira Duarte, telegraphista de 2ª | 1:920\$000 |
| Alexandre José dos Santos, estafeta de 1ª.. | 1:200\$000 |
| Arnaldo Coutinho, estafeta de 1ª..... | 1:200\$000 |
| Candido Bernardino Esteves, estafeta de 1ª. | 1:200\$000 |

| | |
|--|---------------------|
| Edmundo Ferreira, estafeta de 1ª..... | 1:200\$000 |
| José Ferreira Sophia, estafeta de 1ª..... | 1:200\$000 |
| José Pinto Brandão, estafeta de 1ª..... | 2:400\$000 |
| Antonio Luiz Mesquita Pereira, telegraphista de 2ª | 1:920\$000 |
| Franklin José de Moraes, estafeta de 1ª.... | 1:200\$000 |
| Plínio da Rocha Bello, estafeta de 1ª..... | 1:200\$000 |
| Francisco da Costa Lima, estafeta de 2ª.... | 1:440\$000 |
| Manoel Gonçalves Lopes, vigia de 1ª..... | 880\$000 |
| Mario Gonçalves Lopes, vigia de 2ª..... | 880\$000 |
| Eugenio de Oliveira Torres, off. de officina. | 1:440\$000 |
| Ataliba Antonio Barbosa, off. de officina.... | 1:680\$000 |
| Affonso Furtado de Faria, operario de 1ª.. | 1:440\$000 |
| Annibal Henrique Vianna, operario de 1ª.... | 1:440\$000 |
| José Ramos de Paiva Junior, operario de 1ª.. | 1:440\$000 |
| Salustiano José da Silva, operario de 1ª.... | 1:440\$000 |
| Manoel de Moura Pereira, operario de 1ª.... | 1:200\$000 |
| Eugenio Pinto Magalhães, operario de 1ª.. | 1:200\$000 |
| Arthur Mendes Nogueira, telegraphista de 1ª | 1:920\$000 |
| Saturnino da Costa Campinhas, telegraphista de 1ª | 1:920\$000 |
| Candido Lopes Villas Boas, telegraphista de 1ª | 1:920\$000 |
| Joaquim Macedo Costa, 1º official..... | 2:400\$000 |
| Nestor Serapião Serra, telegraphista de 1ª.. | 1:920\$000 |
| José Ribeiro Saback, administrador..... | 4:000\$000 |
| Carlos Cavalcante da Silveira, contador.... | 4:000\$000 |
| Total | 935:419\$000 |

Relação do pessoal aposentado dos Correios e Telegrafos, que tem direito á percepção da "gratificação adicional":

Nomes — Cargos — Total da gratificação adicional

| | |
|---|----------|
| Americo do Espirito Santo Fontenelle, 1º official | 480\$000 |
| Luiz de Oliveira Figueiredo, chefe de secção | 600\$000 |
| Nicolau Sampaio, 1º official..... | 480\$000 |
| Arnaldo Coutinho, estafeta de 1ª..... | 300\$000 |
| Arthur Napoleão Reis Filho, estafeta de 1ª. | 300\$000 |
| Eduardo Barros de Souza, estafeta de 1ª.... | 300\$000 |
| José Ferreira Campos, estafeta de 1ª..... | 300\$000 |
| José Telles de Figueiredo, estafeta de 1ª.... | 300\$000 |
| Manoel Pereira Carvalho, estafeta de 1ª.... | 600\$000 |
| Olympio Cardoso de Castro, estafeta de 1ª.. | 600\$000 |
| Adolpho Martinez, estafeta de 2ª..... | 372\$000 |
| Benedicto G. Marques, estafeta de 2ª..... | 240\$000 |
| Satyro Pereira Corrêa, estafeta de 2ª..... | 309\$900 |
| Manoel Ferreira Simões Ayres, chefe de secção | 720\$000 |
| Ormino da Rocha Lyra, telegraphista de 1ª.. | 600\$000 |
| Ernesto Araujo Familiar, telegraphista de 1ª | 480\$000 |
| Oscar Ferreira, carteiro de 1ª..... | 309\$900 |

| | |
|--|------------|
| Americo Pompeu Monteiro de Barros, 2º official | 480\$000 |
| José Thomaz de Souza Pinto, chefe de secção | 1:560\$000 |
| Arthur Napoleão Baptista, 2º escripturario.. | 480\$000 |
| Aristides Queiroz, telegraphista de 2ª..... | 1:200\$000 |
| Edmundo José da Motta, chefe de officina.. | 480\$000 |
| João Furtado de Faria, chefe de officina.... | 960\$000 |
| Manoel Julio Guimarães, off. officina..... | 480\$000 |
| Christovão Cardoso Ramalho, operario de 1ª. | 240\$000 |
| José Carlos Barbosa da Silva Junior, off. officina | 840\$000 |
| Luiz Alves de Azevedo, operario de 1ª..... | 300\$000 |
| Affonso de Oliveira Albuquerque Maranhão, engenheiro chefe | 1:200\$000 |
| Agenor Augusto de Miranda, engenheiro chefe | 1:200\$000 |
| Franklin Guimarães, inspector de 2ª..... | 1:440\$000 |
| Heitor Guimarães, inspector de 2ª..... | 600\$000 |
| Alfredo Accioly Borges, inspector de 2ª.... | 400\$000 |
| José Bernardes Marcondes Vicente, inspector de 3ª | 400\$000 |
| Murillo Mendes Ramos, inspector de 3ª.... | 400\$000 |
| Avelino José Ferreira, inspector de 4ª..... | 540\$000 |
| Arlindo Teixeira da Cunha, telegraphista de 3ª | 600\$000 |
| Euphrasio José de Mesquita, carteiro de 1ª.. | 240\$000 |
| Alfredo Ignacio Valois, carteiro de 1ª..... | 240\$000 |
| João Pinheiro Sobrinho, 1º official..... | 270\$000 |
| Manoel Adolpho Barcellos, 2º official..... | 220\$000 |
| José Augusto Pereira da Silva, telegraphista de 2ª | 480\$000 |
| Luiz Meirelles Alves Moreira, mestre de linhas | 220\$000 |
| Severo de Oliveira, guarda-fio de 2ª..... | 220\$000 |
| João Aleixo da Silva, guarda-fio de 1ª..... | 270\$000 |
| Victor Rodrigues da Costa, guarda-fio de 1ª.. | 220\$000 |
| Joaquim Jorge Pinheiro, guarda-fio de 2ª.. | 220\$000 |
| Lauro Ayres da Gama Bastos, telegraphista de 2ª | 600\$000 |
| Justina Ramalho de Oliveira Sucupira, telegraphista de 2ª | 400\$000 |
| Raymundo Lopes Ribeiro, telegraphista de 2ª | 480\$000 |
| Candido Luiz Pereira, mestre de linhas.... | 400\$000 |
| João Figueiredo Porto, telegraphista de 2ª.. | 480\$000 |
| Cornelio Anastacio Lopes Junior, chefe de secção | 1:200\$000 |
| José Alvares Bomfim, 1º official..... | 320\$000 |
| Oscar Guanabarin, chefe de secção..... | 720\$000 |
| João Baptista da Costa Junior, chefe de secção | 1:040\$000 |
| Manoel Gomes Nunes, carteiro de 1ª..... | 600\$000 |
| Emilio Antonio Pereira, auxiliar de 1ª..... | 220\$000 |
| Francisco Manhães de Almeida, carteiro agente | 220\$000 |
| Pedro Jacintho Pereira, carteiro agente.... | 220\$000 |

| | |
|---|--------------------|
| Antonio Magalhães Couto, chefe de secção.. | 200\$000 |
| Diniz Augusto de Oliveira Filho, inspector de 3ª | 600\$000 |
| Deolindo de Paula, guarda-fio de 2ª..... | 146\$700 |
| David Florencio Le Masson, chefe de secção. | 1:800\$000 |
| Alfredo Laranja, telegraphista chefe..... | 1:440\$000 |
| Nabuzardam da Silveira Azevedo, telegraphista de 2ª | 480\$000 |
| Elizeu Vieira Fernandes, archivista..... | 1:780\$000 |
| José Ignacio Jatabá, telegraphista chefe.... | 1:440\$000 |
| João Thomaz Cardoso, fiel..... | 480\$000 |
| Americo Indio do Brasil dos Santos, telegraphista de 2ª | 1:800\$000 |
| Leopoldo Capanema, inspector de 2ª..... | 720\$000 |
| Albino Martins Pereira, continuo..... | 480\$000 |
| Arthur Gomes Pereira da Silva, chefe dist.. | 1:200\$000 |
| Angelo Olympio da Silva, inspector de 4ª.. | 270\$000 |
| Sergio Luiz Sursin, inspector de 4ª..... | 540\$000 |
| Antonio da Silva Arouca, guarda-fio de 1ª.. | 270\$000 |
| José Gomes Pacheco, inspector de 1ª..... | 960\$000 |
| Alberto de Oliveira Figueiredo, 1º official. | 480\$000 |
| Luiz Bazilio Peixoto, telegraphista de 2ª.. | 480\$000 |
| Raymundo Paes Ribeiro de Navarro, 1º escriptuario | 1:440\$000 |
| Alberto Couto Fernandes, sub-director tech. | 1:500\$000 |
| Guilherme Azambuja Neves, chefe de secção | 630\$000 |
| Frederico Francisco Coelho, guarda-fio de 1ª | 270\$000 |
| Manoel Marcellino, guarda-fio de 2ª..... | 560\$000 |
| Icario Dilermando da Silveira, 1º official.. | 1:200\$000 |
| Total | 51:878\$500 |

RELAÇÃO DE FUNCIONARIOS QUE TÊM DIREITO AO PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO NO PERIODO DE 1931 A 1934

Relação do pessoal da Estrada de Ferro Central do Brasil, que tem direito á percepção da "Gratificação adicional" — Directoria Geral:

Nomes — Categorias — Total da gratificação adicional

| | |
|--|-------------------|
| Dr. Diocleciano Candido de Vasconcellos, secretario | 2:400\$000 |
| João Kahl Junior, chefe de secção..... | 91\$600 |
| João Machado Soares Junior, chefe de secção | 1:193\$600 |
| Guilherme de Mello Howard, escriptuario de 1ª | 795\$700 |
| Dr. Affonso Carneiro de Oliveira Soares, inspector de districto, addido..... | 840\$000 |
| Perminio de Oliveira Bueno, escriptuario de 1ª | 572\$900 |
| Luiz Carlos Noronha da Motta, escriptuario de 2ª | 2:350\$000 |
| Mario Romão da Cruz, archivista..... | 58\$800 |
| Antonio Fernaides Vieira, contador de 1ª .. | 162\$900 |
| Total | 8:465\$500 |

Relação do pessoal da Estrada de Ferro Central do Brasil, que tem direito á percepção da "gratificação adicional" — 1ª Divisão:

Nomes — Categorias — Total da gratificação adicional de 1931 a 1934

| | |
|---|------------|
| Engenheiro Luiz Carlos da Fonseca, chefe de Divisão | 3:075\$000 |
| Engenheiro Synval de Sá e Silva, sub-chefe de Divisão | 4:354\$900 |
| Engenheiro Humberto Saraiva Antunes, sub-director | 6:309\$700 |
| Antonio Carlos de Araujo Bastos Junior, thesoureiro | 1:132\$300 |
| Polybio Cesar Ribeiro, inspector | 444\$500 |
| Arthur Cabral, sub-inspector | 2:200\$000 |
| Evaristo Tarquinio de Figueiredo Teixeira, official | 980\$000 |
| Carlos Frederico de Oliveira, ajud. contador | 1:245\$000 |
| Frederico Fonseca, chefe de secção | 291\$700 |
| Jaziél de Cerqueira Leite, escripturario de 1ª | 1:500\$000 |
| Alfredo Coelho da Silva, 1º escripturario.. | 672\$000 |
| Alfredo Pinto Sampaio, 1º escripturario.... | 382\$300 |
| Americo Vespucio Maillo Carneiro, 1º escripturario | 606\$500 |
| Raul Augusto de Pinho, escripturario de 1ª | 1:600\$000 |
| Arthur Mourão do Couto Lima, escripturario de 1ª | 636\$300 |
| Satyro José de Mendonça Junior, 1º escripturario | 251\$700 |
| Adherbal Borges Monteiro, fiel pagador.... | 1:417\$700 |
| José Valentin Pereira da Silva, fiel pagador | 384\$700 |
| João Macedo Costa, 1º escripturario | 320\$000 |
| Antonio Joaquim Mariano Costa, 1º escripturario | 410\$700 |
| Pedro Torquato Xavier de Brito, 2º escripturario | 458\$100 |
| Luiz Xavier Martins, 2º escripturario | 575\$500 |
| Reynaldo Caetano Henrique, 2º escripturario | 722\$600 |
| Alvaro Augusto Nunes de Souza, 2º escripturario | 593\$500 |
| Lazaro Ramos, 2º escripturario | 856\$700 |
| Edmundo José Valladares, 2º escripturario. | 541\$000 |
| Mario Augusto Gomes da Silva, 2º escripturario | 1:268\$800 |
| Raphael Alves Netto, 2º escripturario | 397\$800 |
| José Luiz Dilermando da Silveira, 2º escripturario | 333\$300 |
| Morato Ignacio de Souza Valente, 2º escripturario | 591\$300 |
| Hermes Barbosa de Castilho e Souza, 2º escripturario | 91\$600 |
| Agnello Maillo Carneiro, escripturario de 2ª | 1:380\$000 |
| Octavio Monteiro Bittencourt, escripturario de 2ª | 1:600\$000 |

| | |
|---|-------------|
| Arthur Victor de Araujo, escripturario de 2ª | 1:440\$000 |
| Luiz Antonio de Souza Costa, escripturario de 2ª | 1:382\$200 |
| Luiz da Silva Freitas, escripturario de 3ª. | 1:440\$000 |
| Arthur de Albuquerque, escripturario de 3ª. | 202\$100 |
| José Emilio Bello, escripturario de 3ª..... | 1:440\$000 |
| Alfredo Dutra da Silva Junior, 3º escripturario | 397\$800 |
| Oscar Bravo dos Santos, 3º escripturario.... | 509\$700 |
| José Torquato Guerra, 3º escripturario.... | 314\$800 |
| Antonio Netto da Silva, 3º escripturario... | 547\$300 |
| Leoncio de Oliveira Durão, 3º escripturario | 1:244\$000 |
| Manoel Pereira, escripturario de 3ª..... | 1:440\$000 |
| Otto Carlos Bandeira Duarte, 3º escripturario | 342\$600 |
| Carlos Alberto Guilhon, 3º escripturario... | 473\$100 |
| Eugenio Gentil Brasil, escripturario de 3ª ... | 1:200\$000 |
| João Dias dos Santos, escripturario de 3ª | 1:200\$000 |
| Vital Dilermando da Silveira, escripturario de terceira | 462\$100 |
| Mario Azevedo da Motta, escripturario de 3ª.. | 1:440\$000 |
| Fernando Rillo Ferreira Junior, escripturario de terceira | 358\$100 |
| Olavo Castellar de Oliveira, escripturario de terceira | 892\$800 |
| Seraphim Barros, escripturario de 3ª | 920\$200 |
| Alvaro Alberto de Araujo, escripturario de 4ª | 1:200\$000 |
| Francisco José da Rocha, escripturario de 4ª | 892\$800 |
| Lindolpho Ernizio de Oliveira, escripturario de quarta | 892\$800 |
| Raul José dos Santos, impressor | 495\$200 |
| Tarico Augusto de Oliveira, escrevente de 1ª.. | 381\$000 |
| Alvaro da Silva Brito, escrevente de 2ª | 595\$200 |
| Gastão Fonseca, guarda geral | 279\$600 |
| Ignacio José de Moraes, continuo | 277\$400 |
| Sylvério da Silva Nery, continuo de 1ª | 1:200\$000 |
| Paulino Gomes de Freitas, continuo de 1ª | 345\$100 |
| Manoel da Silva Gonçalves, enc. de officinas. | 952\$300 |
| João Luiz dos Reis, off. operario de 1ª | 744\$000 |
| Hermínio Lobo Vianna, operario | 306\$600 |
| Total | 64:431\$000 |

2ª DIVISÃO

Relação de funcionarios dos escriptorios com direito a gratificações addicionaes:

Nomes — Categorias — Total da gratificação adicional de 1931 a 1934

| | |
|--|------------|
| Eduardo Cicero de Faria, chefe divisão | 7:200\$000 |
| Francisco Paes Leme, chefe secção | 1:600\$000 |
| Carlos Pereira Pinto, chefe de secção..... | 1:440\$000 |
| Francisco de Almeida, sub-inspector | 3:200\$000 |
| Luiz Caldas, sub-inspector | 1:440\$000 |
| José Severino Tavares, escripturario de 1ª... | 1:600\$000 |

| | |
|--|-------------|
| Ernani Vieira de Rezende, escripturario de 1ª | 1:440\$000 |
| José Joaquim Monteiro, escripturario de 2ª | 1:200\$000 |
| Paulo de Carvalho Pereira Cardoso, escriptu- rario de 3ª | 1:440\$000 |
| Eugenio Tavares de Mello, escripturario de 4ª | 1:200\$000 |
| Marciano Rodolpho de Santa Rosa, escriptu- rario de 4ª | 876\$600 |
| Lyzanias de Cerqueira Leite, sub-director... | 7:200\$000 |
| Joaquim Augusto Ribeiro de Almeida, ajte. divisão | 2:387\$160 |
| Alvaro Ferreira Mayrink, official | 781\$900 |
| Alberto Maximo de Almeida, chefe de secção. | 944\$500 |
| Antonio Manoel Silveira Sampaio, chefe de secção | 787\$100 |
| Jayme Victor Pereira Guimarães, 1º escriptu- rario | 381\$700 |
| Antonio José da Silva, 1º escripturario | 611\$600 |
| Francisco Alfredo de Oliveira Pereira, 1º es- cripturario | 794\$800 |
| Lossio da Costa Pereira, 1º escripturario... | 1:490\$300 |
| Cicero Ignacio de Souza Moura, 1º escriptu- rario | 2:611\$100 |
| Antenor Alvares de Lima, 2º escripturario.. | 473\$100 |
| Oscar Costa, 2º escripturario | 708\$900 |
| Samuel Rooke, 2º escripturario | 101\$100 |
| Oscar Lacé Brandão, 3º escripturario..... | 490\$600 |
| Joaquim Pereira de Faria Mattoso, 4º escri- pturario | 374\$400 |
| Alfredo Pedro de Alcantara, ajte. almoxfe... | 333\$300 |
| Paulo José Alves Falcão, continuo | 135\$000 |
| Total | 43:243\$100 |

2ª Divisão:

Relação dos funcionarios dos trens com direito a gra-
tificações addicionaes:

| | |
|--|------------|
| Arthur Anastacio Bento Ferreira, conductor de 1ª | 269\$700 |
| Adolpho Nobre da Silva, conductor de 1ª.... | 268\$300 |
| Alberto Leandro de Lima, conductor de 1ª.. | 205\$300 |
| Aristides de Castro, conductor de 1ª..... | 868\$500 |
| Domingos José Fontoura, conductor de 1ª.. | 324\$900 |
| Domingos Urbano Rothier Duarte, conductor de 1ª | 1:088\$000 |
| Eduardo Pereira da Silva e Souza, conductor de 1ª | 4:800\$000 |
| Gregorio da Rocha Cordeiro, conductor de 1ª | 1:320\$000 |
| Henrique Ernesto da Silva Chaves, conductor de 1ª | 560\$000 |
| João de Sá Hollanda Cavalcanti, conductor de primeira | 664\$000 |
| Josué de Macedo Cordeiro, conductor de 1ª. | 988\$400 |
| João Regino Maria, conductor de 1ª..... | 553\$400 |
| Julio Antonio Sampaio, conductor de 1ª..... | 416\$700 |
| João Cancio Barroso Junior, conductor de 1ª | 224\$000 |
| José de Castro Caminha, conductor de 1ª... | 1:920\$000 |

| | |
|---|--------------------|
| Avelino Joaquim da Silva, conductor de 3ª.. | 892\$800 |
| Benvindo Pinto do Lago, conductor de 3ª.... | 1:320\$000 |
| Belmiro Henrique Marques, conductor de 3ª.. | 892\$800 |
| Balthazar Telles de Almeida, conductor de 3ª | 892\$800 |
| Carlos Pinto da Fonseca, conductor de 3ª.... | 892\$800 |
| Eduardo da Silva Peixoto, conductor de 3ª.... | 288\$600 |
| Francisco Manoel da Silva, conductor de 3ª.. | 255\$500 |
| Joaquim da Silva Bastos, conductor de 3ª.... | 521\$600 |
| Manoel Pereira de Mendonça, conductor de 3ª | 1:589\$400 |
| Manoel Felix Vieira da Silva, conductor de 3ª | 185\$400 |
| Octavio José da Rocha, conductor de 3ª | 892\$800 |
| Raul Ferreira Marques, conductor de 3ª | 825\$000 |
| Randolpho de Araujo Lima, conductor de 3ª | 1:440\$000 |
| José Luiz da Rocha, conductor de 4ª..... | 744\$200 |
| Total | <u>70:540\$600</u> |

Relação dos jornaleiros da 2ª divisão com direito a gratificações addicionaes:

Nomes — Categorias — Total da gratificação adicional de 1931 a 1934

| | |
|--|----------|
| Joaquim José Oliveira, guarda salão | 300\$600 |
| Manoel Corrêa da Costa Junior, feitor de 1ª.. | 243\$000 |
| Antonio de Souza Paz, guarda salão | 328\$200 |
| Mario Vieira Maciel, guarda salão | 235\$500 |
| Emilia Fraga da Silva, enc. sala | 243\$600 |
| José Manoel de Araujo Lima, compositor.... | 182\$400 |
| Accacio Benedicto de Mello, compositor..... | 182\$400 |
| Vicente Ferreira dos Santos, guarda de 1ª.... | 584\$400 |
| Heraclito Pinto Gama, guarda armazem..... | 327\$000 |
| Romulo da Silva Pinto, guarda de 1ª | 584\$400 |
| Manoel Cardoso, guarda chaves de 1ª | 646\$000 |
| Oswaldo Coelho, guarda chaves de 1ª | 730\$500 |
| Porphirio Vieira, trabalhador de 1ª | 730\$500 |
| Antonio Rodrigues da Silva, trabalhador de de primeira | 441\$500 |
| Antonio dos Santos, 1º, trabalhador de 1ª.... | 730\$500 |
| Antonio Coelho, trabalhador de 1ª | 730\$500 |
| Vicente Gonçalves, trabalhador de 1ª | 186\$500 |
| José Rodrigues, trabalhador de 1ª | 296\$500 |
| Nestor Francisco de Mattos, trabalhador de 1ª | 364\$800 |
| Manoel Antonio Velloso, guarda de 2ª | 584\$400 |
| Carlos Rodrigues, guarda chaves de 2ª | 269\$100 |
| Cesario Salles, guarda chaves de 2ª | 201\$000 |
| Carlos Antonio, guarda chaves de 2ª | 360\$300 |
| Joaquim Theodoro da Silva, guarda chaves de segunda | 153\$500 |
| Militão José Theodoro, guarda cancella de 1ª | 194\$400 |
| João Baptista da Silva, guarda chaves de 2ª. | 332\$000 |
| José Gomes Rosa, guarda chaves de 2ª | 726\$000 |
| Antonio Gonçalves Nazareth, guarda chaves de segunda | 293\$500 |
| Cyrillo Virgilio, guarda chaves de 2ª | 310\$400 |
| João Bento da Silva, guarda chaves de 2ª.... | 584\$400 |
| Manoel Saldanha, guarda chaves de 2ª | 437\$400 |
| João Magri, guarda chaves de 2ª | 282\$200 |

| | |
|--|----------|
| Angelino Savasse, guarda chaves de 2ª..... | 231\$000 |
| Francisco Lopes, guarda chaves de 2ª | 584\$400 |
| Manoel Vieira, guarda chaves de 2ª | 438\$000 |
| Sergio de Andrade e Souza, guarda cancella de segunda | 433\$500 |
| Fausto Guimarães, guarda cancella de 1ª.... | 568\$400 |
| João da Rocha Chaves, guarda cancella de 1ª | 584\$400 |
| Antonio Cardoso de Jesus, manobreiro de 1ª | 273\$500 |
| João Ferreira Lima, manobreiro de 3ª..... | 192\$000 |
| Oscar Antonio da Paixão, guarda-chaves de 2ª | 266\$000 |
| Bernardino Barbosa, guarda-chaves de 2ª | 397\$000 |
| Francisco Antonio da Silva, guarda-cancella de 1ª | 262\$400 |
| Virgilio Teixeira Pinto, guarda-cancella de 1ª | 29\$600 |
| Olivio Couto dos Santos, manobreiro de 2ª | 275\$000 |
| Porphirio Rodrigues, guarda-chaves de 2ª | 186\$300 |
| Juvenil Ozorio de Souza, manobreiro de 3ª | 616\$500 |
| Thiago de Azevedo, guarda-chaves de 2ª.... | 399\$300 |
| Leovegildo Nunes de Oliveira, guarda-cha- ves de 2ª | 402\$000 |
| Evaristo Teixeira da Cunha, guarda-chaves de 2ª | 281\$500 |
| Theodoro José Corrêa, guarda-chaves de 1ª | 233\$000 |
| Antonio Dias de Castro, guarda-chaves de 2ª | 282\$000 |
| Wenceslau Antonio da Silva, trabalhador de 2ª | 260\$800 |
| Theophilo Bastos, compositor..... | 182\$400 |
| Julio Henrique da Silva, compositor..... | 180\$600 |
| Alfredo Barbosa, manobreiro de 3ª..... | 730\$500 |
| Alberto Pereira, guarda-chaves de 2ª..... | 722\$000 |
| Constantino Antunes, guarda-chaves de 2ª | 302\$000 |
| Francisco Cardoso, trabalhador de 2ª..... | 556\$000 |
| Antonio Avelino Cardoso, guarda de 2ª..... | 405\$200 |
| Simeão José da Silva, guarda-chaves de 2ª | 443\$600 |
| Ignacio Candeias, guarda-chaves de 2ª..... | 584\$000 |
| Arthur Gonçalves Soares, guarda-chaves de 2ª | 188\$400 |
| Americo dos Santos, guarda-chaves de 2ª.... | 378\$000 |
| Antonio Custodio, guarda-chaves de 2ª..... | 259\$600 |
| João Raymundo, guarda-chaves de 2ª..... | 139\$500 |
| José Mamede, guarda-chaves de 2ª..... | 230\$700 |
| José Machado Ormond, manobreiro de 2ª.... | 725\$000 |
| Sebastião José Pereira, compositor..... | 181\$800 |
| Augusto da Costa Auzem, guarda armazem de 1ª | 844\$800 |
| José Trindade, guarda armazem de 1ª..... | 730\$500 |
| Agostinho Sergio Pereira, trabalhador de 2ª | 261\$600 |
| Joaquim de Almeida Cruz, guarda-chaves de 2ª | 182\$500 |
| Victorino da Motta, guarda-chaves de 2ª.... | 84\$000 |
| Florentino João da Silva, guarda armazem de 1ª | 427\$200 |
| Antonio Barbosa, guarda-chaves de 1ª..... | 694\$000 |
| Victor Dias Junior, manobreiro de 3ª..... | 196\$800 |

| | |
|---|----------|
| Antonio Salvador, manobreiro de 2ª..... | 494\$500 |
| Godofredo dos Santos, trabalhador de 2ª.... | 130\$400 |
| Cypriano Nogueira, guarda-chaves de 2ª.... | 225\$900 |
| Ormindo de Paula, guarda-chaves de 2ª.... | 164\$100 |
| Emilio Rosa, guarda-chaves de 2ª..... | 186\$000 |
| Thomaz de Medeiros, guarda-chaves de 1ª | 434\$400 |
| Augusto Alves, guarda cancella de 2ª..... | 311\$700 |
| Silvino Leal, guarda-chaves de 2ª..... | 584\$400 |
| Manoel Maia, guarda-chaves de 1ª..... | 438\$300 |
| Eulhimio de Oliveira, guarda-chaves de 2ª | 118\$000 |
| Pedro Soares da Camara, guarda-chaves de 2ª | 50\$460 |
| Antonio Ramos, trabalhador de 2ª..... | 77\$600 |
| Augusto Manoel Rodrigues, guarda-chaves de 1ª | 425\$400 |
| Augusto de Souza Werneck, guarda-chaves de 2ª | 202\$400 |
| João Nunes, guarda-chaves de 2ª..... | 301\$200 |
| Antonio Francisco, 1º guarda-chaves de 1ª | 480\$400 |
| Antonio Gouvêa, guarda-chaves de 2ª..... | 188\$400 |
| Albino Martins, guarda-chaves de 2ª..... | 259\$800 |
| Elisio Fernandes Pinto, guarda salão de 1ª | 876\$600 |
| Miguel Vechio, guarda armazem de 1ª..... | 206\$000 |
| José da Silva, trabalhador de 1ª..... | 474\$400 |
| Benedicto Ribeiro, trabalhador de 1ª..... | 584\$400 |
| José Vicente, guarda-freios de 1ª..... | 803\$200 |
| Candido dos Santos, guarda-freios de 1ª.... | 803\$200 |
| Oscar Villas-Bôas, guarda-freios de 1ª.... | 258\$500 |
| Joaquim Rodrigues Xavier, guarda-freios de 1ª | 243\$000 |
| José Antonio dos Santos, guarda-freios de 1ª | 243\$000 |
| Antonio Dias Barbosa, guarda-freios de 1ª | 750\$000 |
| Herminio Luiz Siqueira, guarda-freios de 1ª | 76\$000 |
| Angelo Campos, guarda-freios de 1ª..... | 730\$000 |
| Malaquias Antonio Oliveira, guarda-freios de 1ª | 657\$200 |
| Wenceslau Cruz, guarda-freios de 1ª..... | 657\$200 |
| Avelino José Ferreira, guarda-freios de 1ª | 657\$200 |
| Ambrosio Manoel Antonio, guarda-freios de 1ª | 657\$200 |
| Placido Bento da Silva, guarda-freios de 1ª | 657\$200 |
| Annibal Januario Gomes, official de 2ª..... | 212\$800 |
| Pedro José Rodrigues, official de 2ª..... | 329\$700 |
| Antonio de Souza Lemos, official de 2ª..... | 255\$500 |
| Manoel Luiz dos Santos, official de 2ª..... | 152\$000 |
| José Luiz Simões, official de 2ª..... | 876\$000 |
| Luiz Antonio de Oliveira, guarda-dormitorio | 876\$000 |
| Emilio José da Costa Mattos, guarda-dormi- torio | 876\$000 |
| João Rodrigues Velloso, guarda-dormitorio | 876\$000 |
| José Baptista de Miranda, guarda-dormitorio | 538\$200 |
| Plinio Paulo Cabral e Silva, guarda-dormito- rio | 876\$000 |
| Pedro Soares de Lima, guarda-dormitorio.. | 31\$500 |
| Helcodoro de Mattos, guarda-dormitorio.... | 582\$600 |
| Ramiro Ramos, guarda-dormitorio | 730\$000 |

| | |
|--|--------------------|
| João Baptista de Carvalho, cons. de linha | 152\$000 |
| Candido Vallim guarda-freios de 1 ^a | 150\$000 |
| José Carlos de Sá, guarda-freios de 1 ^a | 45\$000 |
| Paulino de Mello, guarda-freios de 1 ^a | 45\$000 |
| Piro Januario, guarda-freios de 1 ^a | 730\$000 |
| Arlindo da Costa Ramalho, cabineiro de 1 ^a | 1:440\$000 |
| Eurico José Fernandes Guimarães, cabineiro de 1 ^a | 1:200\$000 |
| Joaquim José de Maltos, cabineiro de 2 ^a | 1:022\$700 |
| João Gamos Pereira, cabineiro de 1 ^a | 1:080\$000 |
| Francisco de Araújo Lemos, cabineiro de 2 ^a | 2:023\$000 |
| Augusto Lopes Pereira, cabineiro de 2 ^a ... | 1:022\$700 |
| Sylvestre Augusto de Avelar, cabineiro de 1 ^a | 1:022\$700 |
| Luiz Duarte João de Deus, cabineiro de 1 ^a .. | 1:080\$000 |
| Norberto Cardoso Ribeiro, cabineiro de 1 ^a | 1:200\$000 |
| Ulysses Nogueira da Luz, cabineiro de 2 ^a ... | 1:022\$700 |
| Ataliba Hooper Medina, cabineiro de 1 ^a | 1:200\$000 |
| Jacinho Ferreira, auxiliar de cabineiro.... | 582\$400 |
| Antonio Francisco da Silva, mestre de 1 ^a ... | 249\$200 |
| Casemiro da Silva Overa, mestre de 2 ^a | 300\$600 |
| Angelo Varella, electricista | 212\$800 |
| Damião José da Silva, electricista..... | 212\$800 |
| Carlos Mobilio, electricista | 212\$800 |
| Prospero Mobilio, praticante de electricista | 212\$800 |
| Sebastião Gomes de Almeida, praticante de electricista | 212\$800 |
| Felinto Bezerra de Carvalho, praticante de electricista | 212\$800 |
| Francisco Abbade Maia, praticante de electricista | 182\$400 |
| Antenor Coelho da Silva, cabineiro de 1 ^a ... | 202\$200 |
| Pedro Brandão dos Reis, feitor de 1 ^a | 250\$000 |
| Bertoldo Manoel da Costa, feitor de 1 ^a | 225\$000 |
| Vitalino Gonçalves da Silva, feitor de 1 ^a ... | 225\$000 |
| Fernando Evaristo da Costa, feitor de 2 ^a | 152\$000 |
| Total | 69:311\$200 |

Relação de funcionarios das estações com direito a gratificações addicionaes.

Nome — Categorias — Total da gratificação adicional de 1931 a 1934

| | |
|---|------------|
| Antonio Teixeira Felix da Silva, agente de 1 ^a | 1:440\$000 |
| Geraldino Osorio, agente de 1 ^a | 1:440\$000 |
| Oscar Luiz Barbosa, agente de 1 ^a | 1:440\$000 |
| Francisco Lima de Ornellas, agente de 1 ^a . . | 1:440\$000 |
| Luiz José Ferreira, agente de 1 ^a | 1:680\$000 |
| Januario Franklin Peixoto, agente de 1 ^a . . | 1:680\$000 |
| Tancredo de Mello, agente de 1 ^a | 1:680\$000 |
| João Olympio Barbosa, agente de 1 ^a | 3:360\$000 |
| João José da Silva, agente de 1 ^a | 1:813\$300 |
| Achilles Cesar Burlamaqui, agente de 2 ^a . . | 1:440\$000 |

| | |
|--|------------|
| Antonio Barreto Golbert, agente de 2ª | 1:920\$000 |
| Carlos Ribeiro da Silva, agente de 2ª | 1:920\$000 |
| José Kall, agente de 2ª | 1:920\$000 |
| João da Silva Ribeiro Junior, agente de 2ª . . | 1:440\$000 |
| Plínio Alves da Luz, agente de 2ª | 1:920\$000 |
| Antonio Pereira da Silva, agente de 2ª | 1:920\$000 |
| João Victor, agente de 2ª | 1:440\$000 |
| Ernesto Amaro Pereira, agente de 2ª | 1:440\$000 |
| Pedro Celestino de Castro, agente de 2ª . . . | 1:440\$000 |
| Francisco de Paula Leal, agente de 2ª | 1:440\$000 |
| Antonio da Silveira Machado, agente de 2ª . | 1:680\$000 |
| Mario Ventura Marinho, agente de 2ª | 1:440\$000 |
| Luiz Silveira da Rosa, agente de 2ª | 1:680\$000 |
| Juvenal da Cunha Ribas, agente de 2ª | 1:680\$000 |
| Juste Gomes Martins, agente de 2ª | 3:360\$000 |
| Joaquim Gonçalves Vianna, agente de 2ª . . . | 1:680\$000 |
| Abelardo de Araújo Rangel, agente de 2ª . . | 3:360\$000 |
| João Chrisostomo dos Reis, agente de 2ª . . . | 1:440\$000 |
| Esequiel de Assis Rocha, agente de 2ª | 3:840\$000 |
| Aurelio Chrispiniano da Costa, agente de 2ª | 1:920\$000 |
| Antonio da Silva Ramos, agente de 2ª | 3:840\$000 |
| Ceciliano Gomes de Oliveira, agente de 2ª . . | 1:920\$000 |
| Fernando Cavalcanti Barreto de Almeida Al- | |
| buquerque, agente de 2ª | 1:920\$000 |
| Fraterno de Freitas Guimarães, agente de 2ª | 1:920\$000 |
| Marcello Alves, agente de 3ª | 1:920\$000 |
| Leandro Bourget da Motta Guimarães, agente | |
| de 3ª | 1:440\$000 |
| Alfredo Barroso Pereira, agente de 3ª | 1:440\$000 |
| Constantino José Nogueira, agente de 3ª . . . | 938\$200 |
| José Roberto da Silva Oliveira, agente de 3ª | 1:920\$000 |
| Isaias de Souza, agente de 3ª | 1:440\$000 |
| Braz Ribeiro da Silva Junior, agente de 3ª . . | 1:017\$600 |
| Zacharias Antonio de Azevedo, agente de 3ª | 1:021\$300 |
| Vicente Ferreira Sampaio, agente de 3ª . . . | 1:440\$000 |
| Benedicto Monteiro da Silva, agente de 3ª . . | 1:440\$000 |
| Alfredo Cicero de Andrade Jambo, agente | |
| de 3ª | 1:440\$000 |
| Manoel Nicomedes Francisco Gomes, agente | |
| de 3ª | 876\$600 |
| Guilherme Wogeler, agente de 3ª | 1:440\$000 |
| Manoel de Moura Souza, agente de 3ª | 1:440\$000 |
| Romeu Ferreira Leite, agente de 3ª | 876\$600 |
| Felippe Santiago Pereira, agente de 3ª | 1:200\$000 |
| Bento Luiz Felix da Silva Junior, agente | |
| de 3ª | 1:440\$000 |
| Carlos Picanço da Costa, agente de 3ª | 1:440\$000 |
| Manoel Pedrosa de Araújo Caldas, agente | |
| de 3ª | 1:200\$000 |
| Luiz Souto Assumpção, agente de 3ª | 1:440\$000 |
| Benedicto Oscar Rodrigues de Andrade, agen- | |
| te de 3ª | 1:440\$000 |
| Octavio Vieira de Souza, agente de 3ª | 1:440\$000 |
| José Honorato Gonçalves, agente de 3ª | 1:440\$000 |
| Geralmino de Carvalho e Silva, agente de 3ª | 1:440\$000 |

| | |
|--|---------------------|
| Ernestino Chrispiano da Costa, agente de 3ª | 987\$000 |
| Rodolpho Pereira de Carvalho, agente de 3ª | 1:920\$000 |
| Arthur Nexley Cirney Kopke, agente de 3ª | 3:840\$000 |
| Achilles Braga, agente de 3ª | 864\$000 |
| Macario da Silva Barbosa, agente de 3ª | 1:920\$000 |
| Josino Teixeira Duarte, agente de 3ª | 1:440\$000 |
| Franklin Augusto da Silva Nunes, agente de 3ª | 1:440\$000 |
| João Gomes de Menezes, agente de 3ª | 1:440\$000 |
| Arthur Aguiar dos Santos, agente de 3ª | 1:440\$000 |
| Pedro de Andrade e Silva, agente de 3ª | 1:440\$000 |
| Antenor Gonzaga, agente de 3ª | 1:200\$000 |
| José Lotti, agente de 3ª | 1:440\$000 |
| José Raymundo Goulart Junior, agente de 3ª | 1:440\$000 |
| José Augusto Castello Branco Tavares, agente de 3ª | 1:440\$000 |
| Antonio Braga, agente de 3ª | 1:200\$000 |
| José Navajas Martinez, agente de 3ª | 877\$200 |
| Leoncio de Campos, agente de 3ª | 877\$200 |
| Vicento Ferrer de Castro Leal, agente de 3ª | 1:440\$000 |
| Mario Stampa, agente de 3ª | 1:440\$000 |
| Arthur Borges de Mello, agente de 3ª | 876\$600 |
| Christovão Tertuliano Meirelles, agente de 3ª | 1:440\$000 |
| Adelio Abilio Trigo de Loureiro, agente de 3ª | 1:440\$000 |
| Antenor Pedro de Campos, agente de 4ª | 1:680\$000 |
| Manoel de Barros, agente de 4ª | 876\$600 |
| Americo José da Silva, agente de 4ª | 876\$600 |
| Salathiel Fernandes, agente de 4ª | 872\$400 |
| Joaquim Navarro de Mattos, agente de 4ª | 876\$600 |
| Augusto da Costa Ramalho, agente de 4ª | 730\$500 |
| José Henrique de Souza, agente de 4ª | 730\$000 |
| Marcos de Carvalho, agente de 4ª | 856\$200 |
| Jayne de Souza Balthazar, agente de 4ª | 1:440\$000 |
| Total | 139:244\$500 |

Relação de funcionarios aposentados com direito a gratificações addicionaes.

Nome — Categorias — Total da gratificação adicional de 1931 a 1934

| | |
|---|------------|
| José Vieira Campello, agente especial | 1:028\$000 |
| Hermindo Toffani, agente especial | 236\$000 |
| Anisio Thompson de Paula Leite, agente especial | 2:045\$700 |
| Felippe Luiz Delduque, agente especial | 1:078\$700 |
| Luiz Manoel Bastos, agente de 1ª | 236\$000 |
| Agenor Urbino de Souza Guimarães, agente de 1ª | 836\$000 |
| Joaquim Antonio Corrêa Netto, agente de 1ª | 125\$700 |
| Isidro Francisco da Costa, agente de 1ª | 76\$000 |
| Jorge Guaycurú de Oliveira, agente de 1ª | 776\$800 |
| Astrogildo Marcondes, agente de 1ª | 966\$800 |
| Servulo Fernandes Povoas, agente de 1ª | 246\$900 |

| | |
|--|------------|
| Chrispiniano Felix Cordeiro de Souza, agente de 1ª | 138\$800 |
| José Rubim, agente de 1ª | 602\$000 |
| Leonel de Souza Machado, agente de 1ª | 871\$000 |
| Alipio Noya Soares, agente de 1ª | 889\$600 |
| Oscar Augusto Teixeira, agente de 1ª | 1:735\$000 |
| Pedro Ribério Vianna Junior, agente de 1ª | 1:628\$100 |
| Homero de Oliveira Guimarães, agente de 1ª | 68\$700 |
| José Tibúrcio de Sá Freire, agente de 1ª | 241\$500 |
| Saint-Clair Eucario Peixoto, agente de 1ª | 496\$800 |
| Joaquim de Araujo Cintra Vidal, agente de 1ª | 595\$500 |
| Getúlio Gonçalves Ramos, agente de 1ª | 471\$900 |
| Antonio José de Magalhães, agente de 1ª | 91\$400 |
| Annibal Ribeiro da Silva, agente de 1ª | 948\$400 |
| Jão Nepomuceno Lopes Figueira, agente de 1ª | 309\$700 |
| Benedicto das Chagas Salgado, agente de 1ª | 634\$800 |
| Carlos Sebastião de Andrade, agente de 1ª | 1:241\$900 |
| Paschoal Alves de Carvalho, agente de 1ª | 466\$400 |
| Godofredo de Souza Meirelles, agente de 1ª | 424\$000 |
| Mario Julio dos Santos, agente de 1ª | 496\$800 |
| José Antonio do Amaral Junior, agente de 1ª | 414\$200 |
| Samuel de Azevedo, agente de 1ª | 1:640\$000 |
| Flavio do Amaral Vasconcellos, agente de 1ª | 866\$700 |
| Antenor Rezende da Silva, agente de 1ª | 309\$700 |
| Booz Pinheiro Ribeiro, agente de 1ª | 454\$200 |
| Americo Galvão Ferreira, agente de 1ª | 725\$800 |
| Tibúrcio Augusto Braga, agente de 1ª | 621\$900 |
| Joaquim Satyro Marques da Silva, agente de 1ª | 593\$500 |
| Luiz Pinheiro Paes Leme Junior, agente de 2ª | 217\$900 |
| Euclydes Mendes Ferraz Camargo, agente de 2ª | 903\$700 |
| Jacinto Pedro Gonçalves, agente de 2ª | 593\$200 |
| Pedro Pimenta de Alcantara Moraes, agente de 2ª | 367\$000 |
| Alberico Manoel de Araujo, agente de 2ª | 630\$000 |
| Leopoldo de Sant'Anna, agente de 2ª | 267\$600 |
| Antonio Gomes de Castro Meirelles, agente de 2ª | 370\$300 |
| José Galdino de Castro Junior, agente de 2ª | 2:157\$400 |
| Oscar Ribeiro dos Santos, agente de 2ª | 958\$400 |
| Leopoldo Vargas Fagundes, agente de 2ª | 585\$800 |
| Norberto de Moura Maia, agente de 2ª | 55\$500 |
| Euzébio da Silva Reis, agente de 2ª | 729\$000 |
| Manoel João da Rosa, agente de 2ª | 794\$800 |
| José Francisco Corrêa, agente de 2ª | 544\$800 |
| João Gomes Machado Junior, agente de 2ª | 1:161\$300 |
| Simeão Francisco Gonçalves, agente de 2ª | 1:402\$700 |
| José Joaquim da Costa Campos Junior, agente de 2ª | 594\$800 |
| Manoel José da Cunha, agente de 2ª | 1:192\$000 |
| José Baptista Moreno, agente de 2ª | 794\$800 |
| Olegario José Rangel, agente de 2ª | 794\$800 |
| José Rodrigues Pinto, agente de 2ª | 400\$600 |

| | |
|---|------------|
| Bazilisso Nelson Florião de Moura, agente de 2ª | 417\$400 |
| Leopoldo de Castilho Masson, agente de 2ª.. | 316\$100 |
| José Henrique Lopes, agente de 2ª | 629\$500 |
| João Baptista Escobar, agente de 2ª | 671\$000 |
| João Antonio de Menezes, agente de 2ª | 840\$000 |
| Horacio da Silva Braga, agente de 2ª..... | 275\$400 |
| Manoel Ferreira Myrrha, agente de 2ª | 240\$000 |
| José Pinto Lobo, agente de 2ª | 600\$000 |
| Mario Pereira de Vasconcellos, agente de 2ª | 490\$000 |
| Zeferino Alves Pereira, agente de 2ª | 328\$500 |
| Domingos Pinto Lima, agente de 2ª | 840\$000 |
| José Rodrigues Freire, agente de 2ª | 1:190\$000 |
| Francisco Pinto Ferreira Morado, agente de 2ª | 350\$006 |
| Gustavo Baptista Nepomuceno, agente de 2ª | 285\$000 |
| Joaquim Gomes Pereira, agente de 3ª | 505\$000 |
| José Vogel, agente de 3ª | 500\$000 |
| José Vieira Leite, agente de 3ª | 285\$000 |
| Camillo Lelis Gomes de Queiroz, agente de 3ª | 493\$200 |
| Vitaliano de Albuquerque Mello, agente de 3ª | 240\$000 |
| Estevão Falcão Ribeiro Bastos, agente de 3ª | 150\$000 |
| Antonio Ferreira Muniz, agente de 3ª | 300\$000 |
| Francisco Pereira Pinto Galvão, agente de 3ª | 350\$000 |
| Antonio Fernandes de Jesus, agente de 3ª .. | 385\$000 |
| José Franco de Andrade, agente de 3ª..... | 680\$000 |
| Francisco José dos Reis Oliveira Junior, agente de 3ª | 588\$000 |
| José Bento de Cerqueira Corrêa, agente de 3ª | 400\$000 |
| Pacifico José da Silva, agente de 3ª | 380\$000 |
| Bellarmino Antonio de Souza, agente de 3ª | 240\$000 |
| Tasso Rodrigues de Souza, agente de 3ª.... | 170\$000 |
| Abilio Christiano Machado, agente de 3ª ... | 332\$500 |
| Antonio de Moura Junior, agente de 3ª..... | 540\$400 |
| José Tolentino Barbosa, agente de 3ª | 624\$000 |
| Antonio Marques de Oliveira, agente de 3ª.. | 210\$000 |
| Antonio da Rocha Machado, agente de 3ª.... | 285\$000 |
| Octacilio Gomes de Jesus, agente de 3ª | 522\$700 |
| Manoel Custodio Cardoso, agente de 3ª | 205\$000 |
| Arthur Pereira dos Santos, agente de 3ª.... | 960\$000 |
| Miguel Cleto Moreira, agente de 4ª | 542\$400 |
| Joaquim Costa, agente de 4ª | 592\$200 |
| Manoel de Boanova Araujo, agente de 4ª..... | 291\$600 |
| Arthur Fernandes de Castro, agente de 4ª.. | 565\$800 |
| Pedro Gomes de Oliveira, agente de 4ª | 197\$500 |
| Raul Ennes da Cruz, fiel recebedor | 241\$500 |
| Onofre Antonio França, fiel recebedor | 728\$000 |
| Antonio Ferreira dos Santos Reis, agente de 2ª | 1:640\$000 |
| Pio Rangel, agente de 2ª | 269\$700 |
| João Gualberto Nogueira, conferente | 38\$400 |
| Rhadamés Ribas, agente de 1ª | 164\$000 |

| | |
|---|--------------------|
| Nicolau Rosemback, agente de 2 ^a | 827\$600 |
| Octacilio Monteiro, agente de 1 ^a | 1:435\$000 |
| Bauduino Candido Lacombe, agente de 2 ^a .. | 1:275\$000 |
| Manoel Pinto Moreira, agente de 3 ^a | 1:705\$000 |
| José Viriato Martins, agente de 3 ^a | 982\$500 |
| Manoel Ferreira Muniz, agente de 4 ^a | 885\$000 |
| José Martins de Oliveira Junior, agente de 4 ^a .. | 576\$400 |
| João Henrique Leobons, agente de 2 ^a | 1:640\$000 |
| Henrique da Costa Guimarães, cabineiro de 1 ^a .. | 624\$000 |
| Luiz José Martins, cabineiro de 1 ^a | 834\$700 |
| Miguel da Silva Mello, cabineiro de 1 ^a | 1:056\$800 |
| Gabriel Felix Peixoto, cabineiro de 1 ^a | 141\$800 |
| Guilhermino José dos Santos, cabineiro de 2 ^a .. | 378\$000 |
| Luiz Eugenio de Andrade, cabineiro de 2 ^a .. | 329\$700 |
| Vicente Carotta, cabineiro de 1 ^a | 1:025\$000 |
| João Gonçalves Coelho, cabineiro de 1 ^a | 633\$800 |
| Annibal da Fonseca, cabineiro de 1 ^a | 876\$600 |
| Victalino Alves da Fonseca, cabineiro de 1 ^a | 134\$100 |
| Oscar Baptista Guimarães, agente de 3 ^a ... | 1:12\$800 |
| Aurelio Teixeira, agente de 3 ^a | 85\$200 |
| Vital de Oliveira, agente de 2 ^a | 490\$600 |
| Manoel Bernardo Nunam, agente de 3 ^a | 552\$000 |
| Agenor Nunes Muniz, agente de 3 ^a | 416\$900 |
| Alcedes Indio do Brasil de Souza, agente de 2 ^a .. | 182\$900 |
| Augusto Leal Schafflor, agente de 1 ^a | 865\$000 |
| Augusto Osorio da Fonseca, agente de 3 ^a | 1:093\$000 |
| Domingos Guimarães, agente de 4 ^a | 562\$800 |
| Total | 82:959\$300 |

Pessoal titulado da 3^a Divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil — Addicionaes de funcionarios em serviço:

Nomes — Cargos — Total da grat. adicional de 1931-1934

| | |
|---|------------|
| Alberto Flôres, chefe de Divisão | 4:800\$000 |
| João da Cunha Pereira, escripturario de 4 ^a .. | 876\$600 |
| José dos Santos, mestre de linha de 1 ^a | 584\$400 |
| José Borges Estrella, mestre de linha de 2 ^a .. | 730\$500 |
| Horacio Carlos de Almeida, mestre de linha de 2 ^a .. | 1:680\$000 |
| Antonio Ignacio Fernandes, mestre de linha de 3 ^a .. | 568\$300 |
| Francisco dos Santos, mestre de linha de 4 ^a .. | 584\$400 |
| Luiz Gonzaga, mestre de linha de 2 ^a | 876\$600 |
| Thomaz José Marques, mestre de linha de 3 ^a | 870\$000 |
| João Baptista de Miranda Quiterio, mestre de linha de 3 ^a .. | 584\$400 |
| Sebastião José Gonçalves, mestre de linha de 4 ^a .. | 581\$100 |
| José Ferreira Vinha, mestre de linha de 4 ^a .. | 435\$900 |

| | |
|--|-------------|
| José Tarcitano, mestre de linha de 3 ^a | 438\$300 |
| Antonio Duarte, mestre de linha de 2 ^a | 584\$400 |
| Lamartine do Carmo, mestre de linha de 3 ^a | 1:680\$000 |
| Oscar da Costa Lacerda, inspector | 3:577\$500 |
| Joaquim de Freitas Junior, almoxarife de 2 ^a | 876\$600 |
| Manoel da Silva Cardoso, mestre de linha de 2 ^a | 876\$600 |
| José da Silva Cardoso, mestre de linha de 3 ^a | 438\$300 |
| Joaquim Ferreira dos Santos, mestre de linha de 2 ^a | 438\$500 |
| Manoel Paes Nunes, mestre de linha de 3 ^a | 730\$500 |
| Albino Gonçalves dos Santos, mestre de linha de 2 ^a | 3:360\$000 |
| Manoel Pereira, mestre de linha de 2 ^a | 1:753\$200 |
| Lucas Barbosa, mestre de linha de 3 ^a | 584\$400 |
| Joaquim de Assumpção, mestre de linha de 3 ^a | 438\$300 |
| Manoel Telles Junior, mestre de linha de 4 ^a | 584\$400 |
| Antonio Gomes Juncal, mestre de linha de 3 ^a | 2:176\$500 |
| Fidelis José Marques Corrêa, mestre de linha de 4 ^a | 876\$600 |
| Manoel Augusto de Araujo, mestre de linha de 3 ^a | 1:461\$000 |
| Joaquim Rodrigues, mestre de linha de 3 ^a | 715\$800 |
| Manoel Candido Xisto, mestre de linha de 3 ^a | 584\$400 |
| Pedro José da Silva, mestre de linha de 3 ^a | 876\$600 |
| Gilberto José Cardoso, mestre de linha de 4 ^a | 584\$400 |
| Pedro Brandão dos Reis, mestre de linha de 4 ^a | 1:200\$000 |
| Berntholdo Manoel da Costa, P. linha de 1 ^a | 1:080\$000 |
| Fernando Evaristo da Costa, P. linha de 1 ^a | 730\$500 |
| Antonio dos Santos, mestre de linha de 4 ^a | 730\$500 |
| Eugenio da Silva Campos, mestre de linha de 4 ^a | 438\$300 |
| Tiburcio Pereira, mestre de linha de 4 ^a | 584\$400 |
| Bruno José de Moraes, mestre de linha de 4 ^a | 730\$500 |
| | <hr/> |
| | 60:000\$000 |

Pessoal titulado da 3^a Divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil — Adicionaes de funcionarios que foram aposentados:

Nomes — Categorias — Importancia total da gratificação adicional de 1931 a 1934

| | |
|--|------------|
| Carlos Euler, C. Divisão | 5:806\$700 |
| Lucas Soares Neiva, C. Divisão | 2:835\$500 |
| Antonio Francisco de Sá Freire, Eng. residente | 2:080\$000 |
| José Dias Ferraz da Luz, chefe de secção... | 391\$900 |
| Afonso Cabral, 1 ^o escriptuario | 477\$400 |
| João Ponciano Ferreira Tiburcio, 1 ^o escriptuario | 251\$600 |

| | |
|--|-------------|
| Gabriel Costa Ferreira, 2º escripturario | 342\$700 |
| Luiz Santiago da Silva, 2º escripturario.... | 91\$800 |
| Victor Rosa Teixeira, 2º escripturario | 601\$500 |
| Oswaldo Pauperio, 2º escripturario | 496\$300 |
| Virgilino Jacyntho de Paiva, almoxarife de 1ª | 627\$100 |
| Fausto Justino Proença, Eng. residente | 856\$800 |
| Arthur Silverio Barbosa, desenhista de 1ª.... | 1:138\$100 |
| Arthur Duarte Ribeiro, desenhista de 1ª ... | 137\$400 |
| José Rodrigues de Moraes Jardim, Aux. Tec. | 149\$000 |
| Francisco José de Paulo, almoxarife de 1ª .. | 587\$300 |
| Adolpho Moreira de Mello, M. Linha de 1ª... | 260\$600 |
| Traiano Manoel de Cerqueira, M. Linha de 2ª | 365\$000 |
| Pedro Henrique de Macedo, M. Linha de 3ª... | 146\$000 |
| Manoel Pereira da Rocha, M. Linha de 1ª... | 953\$600 |
| Olympio Ignacio de Souza, M. Linha de 3ª... | 304\$800 |
| Gabriel Martins, M. Linha de 2ª | 1:394\$000 |
| Pedro Severiano de Aguiar, auxiliar tecnico | 2:586\$000 |
| José Dias, M. Linha de 3ª | 484\$100 |
| Antonio Dias Damasceno, M. Linha de 3ª ... | 1:807\$200 |
| Alfredo Scheid, M. Linha de 1ª | 220\$200 |
| Elias Fernandes dos Santos, M. Linha de 1ª.. | 1:092\$000 |
| Simão Gonçalves Roque, M. Linha de 1ª..... | 2:008\$500 |
| Alfredo de Paulo, M. Linha de 2ª | 332\$500 |
| Marcial Felix do Nascimento, M. Linha de 2ª | 741\$600 |
| João da Matta, M. Linha de 2ª | 218\$800 |
| João Fernandes, M. Linha de 2ª | 2:325\$600 |
| Francisco Augusto Patrocino, M. Linha de 3ª | 182\$500 |
| João Antunes, M. Linha de 1ª | 731\$600 |
| Alfredo Teixeira de Castro, almoxarife de 1ª | 1:495\$200 |
| Rufino Rocha dos Santos, almoxarife de 1ª. | 1:575\$000 |
| José da Silveira, M. Linha de 3ª | 194\$400 |
| José Vieira de Faria, M. Linha de 2ª | 146\$500 |
| José V. ente de Carvalho, almoxarife de 3ª.. | 1:272\$600 |
| Luiz Casemiro, M. Linha de 3ª | 65\$200 |
| Manoel de Carvalho, M. Linha de 2ª | 884\$100 |
| José Baptista, M. Sig. de 4ª | 306\$000 |
| Vitalino Gonçalves da Silva, P. M. Linha 1ª | 810\$000 |
| Alfredo Antonio de Carvalho Jardim, escri- pturario de 2ª | 680\$000 |
| | <hr/> |
| | 40:451\$500 |
| | <hr/> |

Pessoal titulado da 3ª Divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil — Adicionaes de funcionarios fallecidos:

Nomes — Categorias — Importancia total da gratificação adicional de 1931 a 1934

| | |
|--|------------|
| Lauro Bulcão, official | 606\$500 |
| Augusto de Albuquerque, chefe de secção... | 1:141\$900 |
| Theophilo Benedicto Mac'ado, almoxarife de 1ª | 314\$800 |
| | <hr/> |
| | 2:063\$200 |
| | <hr/> |

Pessoal jornalheiro da 3ª Divisão da Estrada de Ferro
Central do Brasil — Gratificação adicional:

Nomes — Categorias — Importancia total da gratificação
adicional de 1931 a 1934

1ª Inspectoria da Linha:

| | |
|---|------------|
| Custodio Soares, guarda de 1ª | 730\$500 |
| José Maria Lopes, feitor de 1ª | 584\$400 |
| Paschoal de Ceia, feitor de 1ª | 438\$300 |
| Carlos Floriano de Moraes, feitor de 1ª | 584\$400 |
| João Campos, trabalhador, 3ª | 438\$300 |
| Lucas Pereira, official de 3ª | 584\$400 |
| Domingos Rodrigues, encarregado | 1:022\$700 |
| Hermano Antonio da Costa, official de 2ª.... | 730\$500 |
| João de Paula Junior, encarregado | 1:168\$800 |
| Arthur Alves Fernandes, official de 2ª | 876\$600 |
| José Pereira Chaves, official de 2ª | 730\$500 |
| Joaquim Fernandes de Carvalho, official de 1ª | 450\$500 |
| José Maria Pereira, guarda de 1ª | 109\$500 |
| João da Silva, feitor de 1ª | 522\$400 |
| Antonio Purello, trabalhador de 4ª | 355\$800 |
| Manoel Teixeira, feitor de 1ª | 425\$500 |
| José Fernandes de Oliveira, feitor de 1ª.... | 242\$000 |
| Juvenal de F. Ferreira, feitor de 2ª | 309\$300 |
| Alfredo Lopes, feitor de 1ª | 365\$500 |
| Manoel Martins Arezes, official de 1ª | 385\$000 |
| Ernani José da Rocha, official de 2ª | 272\$500 |
| Annibal Alberto de Carvalho, official de 4ª.. | 533\$500 |
| Marcellino da Silveira de Mello, official de 1ª | 412\$800 |
| Manoel Guilherme Vagnez, official de 2ª .. | 291\$000 |
| Antonio Vieira de Barros, official de 2ª | 150\$000 |
| Geraldino Vianna, official de 3ª | 218\$000 |

2ª Inspectoria da Linha:

| | |
|--|----------|
| Francisco Pereira Guimarães, guarda de 2ª. | 584\$400 |
| João de Souza Gondini, official de 3ª | 584\$400 |
| Lindolpho Corrêa, guarda de 2ª | 438\$300 |
| Francisco de Souza Magalhães Junior, offi- cial de 3ª | 730\$500 |
| Luiz Francisco Rodrigues, official de 4ª | 438\$300 |
| Americo Soares, feitor de 1ª | 438\$300 |
| João Francisco, guarda de 2ª | 273\$900 |
| Augusto Fernandes, feitor de 1ª | 377\$600 |
| Manoel Maximiano da Silva, official de 4ª.. | 234\$400 |
| Miguel Archanio da Silva, official de 3ª | 456\$500 |
| Manoel Rodrigues da Costa, official de 4ª | 523\$600 |
| Luiz Lima, official de 4ª | 201\$300 |
| Hermogenes Antonio Ferreira, official de 2ª. | 380\$500 |
| Cesalpino de Camargo, official de 2ª | 231\$200 |

3ª Inspectoria da Linha:

| | |
|---|----------|
| Antonio dos Santos 1º, feitor de 3ª | 438\$300 |
| Alfredo Louzada, feitor de 3ª | 730\$500 |

| | |
|---|----------|
| Antonio José Ferreira, feitor de 2 ^a | 438\$300 |
| José Juliano, official de 1 ^a | 730\$500 |
| Abel de Barros, official de 1 ^a | 876\$600 |
| Moysés dos Santos, feitor de 1 ^a | 309\$300 |
| Bernardo da Rocha, guarda de 2 ^a | 145\$500 |
| José do Prado, feitor de 3 ^a | 355\$800 |
| Antonio Pinto, feitor de 1 ^a | 268\$400 |
| José Luiz Vieira, official de 4 ^a | 194\$000 |
| Simeão Uzeda Allas, official de 4 ^a | 438\$400 |

4^a Inspectoria da Linha:

| | |
|--|----------|
| Manoel Ramos do Souto, feitor de 1 ^a | 438\$300 |
| Benedicto da Costa, feitor de 1 ^a | 438\$300 |
| Joaquim Ferreira Vinhas, feitor de 1 ^a | 438\$300 |
| João Amaro Gomes, official de 1 ^a | 876\$600 |
| Paulino Rodrigues da Cunha, feitor de 1 ^a | 730\$500 |
| João Paes de Figueiredo, feitor de 1 ^a | 228\$600 |
| Roldão Baptista Torres, official de 2 ^a | 257\$500 |
| Antonio Rodrigues, feitor de 1 ^a | 182\$500 |
| Benjamin de Oliveira, encarregado | 660\$800 |
| Francisco José, trabalhador de 4 ^a | 109\$500 |

Quinta Inspectoria da Linha:

| | |
|--|------------|
| Dario Alves Pereira, official de 3 ^a | 876\$600 |
| Zabelino Pinto Ribeiro, official de 1 ^a | 584\$400 |
| Antonio Medeiros Jordão, official de 1 ^a | 1:022\$700 |
| Borasi Enrico Tomazo, official de 1 ^a | 876\$600 |
| Cypriano Simões, guarda de 2 ^a | 438\$300 |
| Manoel da Costa Quintas, guarda de 2 ^a | 438\$300 |
| Guedes Antonio de Andrade, feitor de 1 ^a | 438\$300 |
| Benedicto da Silva, feitor de 2 ^a | 438\$300 |
| José Fernandes, 2 ^o guarda de 1 ^a | 438\$300 |
| Manoel Gomes, feitor de 1 ^a | 438\$300 |
| Antonio Ayres Ferreira, feitor de 1 ^a | 730\$500 |
| Francisco Ventura, 1 ^o guarda de 2 ^a | 346\$800 |
| Virgilio de Oliveira, guarda de 1 ^a | 584\$400 |
| Francisco Ventura, 1 ^o guarda de 2 ^a | 270\$300 |
| Altino Martins de Moraes, guarda de 2 ^a | 270\$300 |
| Alexandre Pacone, guarda de 2 ^a | 319\$500 |
| José Nicolau, ajudante de 3 ^a | 282\$300 |
| Pedro Armando, official de 1 ^a | 264\$300 |
| Manoel Lopes Tavares, guarda de 2 ^a | 181\$500 |
| Prudente de Almeida, guarda de 2 ^a | 190\$500 |
| João Donstam de Freitas, official de 3 ^a | 219\$000 |

Sexta Inspectoria da Linha:

| | |
|---|----------|
| Jayme Silverio Pereira, servente de 1 ^a | 584\$400 |
| Eduardo Augusto Ribeiro, feitor de 1 ^a | 438\$300 |
| José Mendes, feitor de 1 ^a | 438\$300 |
| José Ferreira de Oliveira, feitor de 3 ^a | 438\$300 |
| Augusto Hertel, trabalhador de 4 ^a | 438\$300 |
| José Maria Tavares, feitor de 1 ^a | 438\$300 |
| Ricardo Duarte, official de 3 ^a | 584\$400 |
| Antonio Duarte, official de 1 ^a | 730\$500 |

| | |
|---|----------|
| Jacob Hertel, official de 1 ^a | 511\$700 |
| Manoel da Fonseca, feitor de 1 ^a | 219\$300 |
| Miguel da Silva, guarda de 2 ^a | 181\$500 |

Setima Inspectoria da Linha:

| | |
|---|----------|
| Domingos Francisco, feitor de 1 ^a | 730\$500 |
| João Cardoso, feitor de 1 ^a | 584\$400 |
| Procopio Garcia, feitor de 3 ^a | 438\$300 |
| Manoel Francisco Pedreira, guarda de 3 ^a ... | 438\$300 |
| Alfredo Frederico, trabalhador. | 438\$300 |
| Joaquim Rabello, feitor de 1 ^a | 145\$500 |
| Manoel Francisco Carregal, feitor de 1 ^a | 388\$400 |
| José Figueira, trabalhador. | 400\$800 |
| Antonio Alves, 2 ^o trabalhador | 200\$500 |
| José Joaquim, 1 ^o official de 1 ^a | 255\$500 |
| Alvaro Thomaz, guarda de 2 ^a | 154\$500 |

Oitava Inspectoria da Linha:

| | |
|---|----------|
| Genesio Ferreira, feitor de 1 ^a | 438\$300 |
| Joaquim dos Reis, trabalhador de 4 ^a | 438\$300 |
| Candido Varella Rios, official de 1 ^a | 584\$800 |
| Benjamin Ribeiro, feitor de 1 ^a | 145\$500 |
| Francisco Borges Soares, feitor de 3 ^a | 237\$300 |
| Virginio Dias, trabalhador de 4 ^a | 145\$500 |

Noná Inspectoria da Linha:

| | |
|---|----------|
| José de Oliveira e Silva, servente de 1 ^a | 302\$500 |
| Miguel Pereira, guarda de 2 ^a | 54\$000 |
| Manoel Moreira dos Santos, trabalhador de 3 ^a | 246\$300 |

Decima Inspectoria da Linha:

| | |
|--|----------|
| José Domingos, official de 3 ^a | 730\$500 |
| Augusto Mendes da Silva, official de 3 ^a | 584\$400 |
| Cosme Ligeiro, trabalhador de 4 ^a | 438\$300 |
| Raymundo Ramos, trabalhador de 4 ^a | 438\$300 |
| Alberto Pereira da Silva, feitor de 1 ^a | 584\$400 |
| Fidelis Durão, feitor de 1 ^a | 653\$000 |
| Luiz da Silva Soares, feitor de 1 ^a | 146\$000 |
| Miguel Cystema Luiz, feitor de 1 ^a | 146\$000 |
| Herculano Martins, feitor de 1 ^a | 438\$400 |
| Santos Moreira de Souza, feitor de 1 ^a | 474\$400 |
| José Lopes, feitor de 1 ^a | 546\$400 |
| José Ferreira dos Santos, guarda de 3 ^a | 266\$000 |
| Manoel de Oliveira, guarda de 3 ^a | 109\$500 |
| Antonio de Oliveira, guarda de 1 ^a | 218\$000 |

Decima primeira Inspectoria da Linha:

| | |
|--|----------|
| Manoel Luiz, official de 2 ^a | 730\$500 |
| Augusto da Luz, official de 3 ^a | 584\$400 |
| José Guarany, feitor de 1 ^a | 584\$400 |

Decima segunda Inspectoria da Linha:

| | |
|---|----------|
| José Joaquim Ferreira, feitor de 1 ^a | 438\$400 |
|---|----------|

Decima terceira Inspectoria da Linha:

| | |
|--|----------|
| José Joaquim, feitor de 1 ^a | 730\$500 |
| Joaquim de Moraes, feitor de 1 ^a | 340\$400 |
| Antonio Braga, feitor de 1 ^a | 242\$000 |
| Antonio da Silva Carvalho, official de 1 ^a | 291\$000 |
| Martinho José de Moraes, official de 1 ^a | 319\$500 |
| Armindo Pereira de Souza, official de 3 ^a | 801\$600 |

14^a Inspectoria da Linha:

| | |
|--|----------|
| Jovino Teixeira, feitor de 1 ^a | 438\$300 |
| Ezequiel Duarte, feitor de 1 ^a | 438\$300 |
| Alfredo Martins Bastos, feitor de 1 ^a | 438\$300 |
| Antonio Francisco de Barros, official de 2 ^a | 876\$600 |
| Pedro Francisco da Silva, guarda de 2 ^a | 181\$500 |
| Quirino José de Oliveira, guarda de 2 ^a | 182\$700 |
| Antonio Barbosa, feitor de 3 ^a | 246\$300 |
| Jovelino da Rocha Vieira, feitor de 1 ^a | 382\$800 |

Inspectoria de Sinalização:

| | |
|---|------------|
| Luiz Joaquim de Araujo, official de 2 ^a | 1:168\$800 |
| Joaquim Pereira de Souza, official de 3 ^a | 730\$500 |

Inspectoria do Telegrapho:

| | |
|--|------------|
| Carlos Mobilio, encarregado | 1:022\$700 |
| Sebastião Gomes de Almeida, official de 2 ^a | 1:022\$700 |
| Felinto Bezerra de Carvalho, official de 2 ^a .. | 1:022\$700 |
| Francisco Abbade Maia, official de 2 ^a | 876\$600 |
| Annibal Januario Gomes, official de 1 ^a | 1:022\$700 |
| João Baptista de Carvalho, official de 1 ^a ... | 730\$500 |
| Manoel Luiz dos Santos, official de 1 ^a | 438\$300 |
| Angelo Varella, encarregado | 658\$700 |
| Damião José da Silva, encarregado..... | 539\$000 |
| Prospero Mobilio, official de 3 ^a | 662\$200 |

Inspectoria de Officinas:

| | |
|---|----------|
| Henrique Ocksendorf, official de 1 ^a | 469\$000 |
|---|----------|

| | |
|-----------------|-------------|
| Total | 74:086\$200 |
|-----------------|-------------|

4^a DIVISÃO

Relação do pessoal titulado que estava no gozo de gratificação adicional:

Nomes — Categorias — Total da gratificação adicional
de 1931 a 1934

| | |
|---|------------|
| Engenheiro Lucas Soares Neiva, G. L. | 2:857\$500 |
| Engenheiro Oscar Sancho de Andrade, I. L. | 3:840\$000 |
| Engenheiro Virgilio Pereira da Silva, I. L. | 1:227\$800 |
| Luiz Augusto de Castro Miranda, Offic. | 1:422\$600 |
| Augusto Henrique Telles, C. O. L. | 1:687\$700 |
| Francisco Lobo Vianna, C. O. L. | 583\$300 |
| Antonio Pinto da Silva Valle, C. O. L. | 1:440\$000 |
| Joaquim José Ramos Maia, C. Z. L. | 1:047\$700 |
| José Dias de Carvalho, O. L. 1 ^a | 1:008\$100 |

| | |
|--|-------------------|
| Randolpho Cesar Fernandes Junior, O. L. 1^a | 351\$100 |
| Carlos Alberto de Paiva, O. L. 1^a | 480\$200 |
| José de Oliveira Rodrigues, C. Z. L. | 1:440\$000 |
| Polybio Cesar Ribeiro, G. livr. | 650\$000 |
| Archimedes Jansen de Magalhães, O. L. 2^a | 590\$300 |
| João Ranulpho Nascimento Menezes, O. L. 2^a | 485\$800 |
| Alcides Fonseca, O. L. 2^a | 423\$700 |
| José de Oliveira Castro, O. L. 3^a | 1:200\$000 |
| Nicoláo Brunetti, O. L. 3^a | 1:200\$000 |
| José Brito de Souza, O. L. 3^a | 189\$700 |
| José Antonio Gomes Ribeiro, O. L. 3^a | 66\$600 |
| Heitor Soares, O. L. 4^a | 341\$400 |
| Anacleto Rodrigues da Silva, O. L. 4^a | 289\$500 |
| Antonio Martins da Fonseca, O. L. 4^a | 245\$200 |
| Sebastião Mello de Lima, O. L. 4^a | 533\$100 |
| Pedro dos Santos Paranhos, O. L. 4^a | 390\$000 |
| Diomar Lopes Coelho, O. L. 1^a | 1:140\$000 |
| Alberto de Moraes, X. L. 2^a | 2:160\$000 |
| Bernardino Manoel de Freitas, X. L. 2^a | 1:314\$900 |
| José Custodio Martins, X. L. 3^a | 876\$600 |
| Cesar Ivanhoe Martins Kallut, X. L. 2^a | 538\$500 |
| Aniano Henrique Cabral de Albuquerque, MFL. 1 | 1:022\$700 |
| Octavio Villanova, MFL. 2 | 1:168\$800 |
| José Custodio Moraes Junior, MFL. 2 | 39\$600 |
| Antonio Augusto Puga, MFL. 1 | 1:314\$000 |
| Isaac de Souza Pereira Guimarães, MFL. 1 | 348\$000 |
| José Antonio da Silva Amorim, MFL. 1 | 146\$400 |
| Alvaro Alves da Cunha, MFL. 1 | 745\$500 |
| José Alves de Macedo Ribeiro, MFL. 2 | 985\$500 |
| Pedro Martins Roda, MFL. 2 | 279\$200 |
| Rodrigo Alves da Cunha, MFL. 2 | 1:022\$700 |
| Arthur José Baptista, MFL. 2 | 876\$600 |
| José Rodrigues Caiado, MFL. 1 | 1:200\$000 |
| Bartholomeu Coelho de Freitas, MFL. 2 | 2:629\$800 |
| Ricardo da Fonseca Martins, MFL. 3 | 1:168\$800 |
| Juvenal José da Silva, MFL. 3 | 1:022\$700 |
| Olyntho de Almeida Fialho, MFL. 4 | 730\$500 |
| João Medeiros da Silva, MFL. 4 | 584\$400 |
| Maximiano Ghirello, MFL. 4 | 1:022\$700 |
| Lafayette Rodrigues Alves, MFL. 3 | 876\$600 |
| Luiz Augusto dos Passos Macedo, POL. 1 | 433\$200 |
| Manoel José da Silveira, POL. 1 | 419\$400 |
| Alvaro da Silva Brito, POL. 2 | 200\$400 |
| José Jacintho da Silveira Fialho, POL. 2 | 529\$200 |
| Manoel Joaquim da Silva, POL. 2 | 876\$600 |
| Bernardo Gomes de Almeida, POL. 2 | 198\$000 |
| Pedro Gomes de Oliveira, POL. 1 | 501\$600 |
| Ricardo Lourenço, ML. 1 | 1:276\$800 |
| Antonio Pereira da Costa, ML. 3 | 330\$600 |
| Abel Paulino, ML. 1 | 1:022\$700 |
| Bento Barbosa de Carvalho, ML. 1 | 810\$000 |
| Cesar Augusto Lagden, ML. 1 | 749\$700 |
| Dominicano da Costa e Silva, ML. 1 | 489\$000 |
| José Rodrigues Maia, ML. 1 | 1:440\$000 |
| Antonio Jacques da Silva, ML. 2 | 617\$400 |
| Antonio Martins Pinheiro, ML. 2 | 1:022\$700 |

| | |
|--|------------|
| Antonio Gomes da Silveira, ML. 2..... | 641\$900 |
| Augusto Chrisostomo de Freitas, ML. 1..... | 1:022\$700 |
| Albino Henrique Marques, ML. 2..... | 234\$700 |
| Angelo Colomno, ML. 2..... | 1:022\$700 |
| Alvaro Alves de Moura, ML. 2..... | 1:022\$700 |
| Bento Francisco da Silva, ML. 2..... | 543\$900 |
| Candido José Machado, ML. 1..... | 819\$000 |
| Diogo Francisco do Souto, ML. 1..... | 598\$000 |
| Eurico da Costa Nogueira, ML. 2..... | 1:022\$700 |
| Francisco Pinto Pereira, ML. 2..... | 543\$900 |
| Fredolino José Soares, ML. 2..... | 1:022\$700 |
| Gustavo Peres Barbosa, ML. 2..... | 1:022\$700 |
| José Venutio de Andrade, ML. 2..... | 1:022\$700 |
| José da Costa, ML. 2..... | 1:022\$700 |
| Alonso Martins, ML. 2..... | 606\$200 |
| Carlos Alberto de Araújo, ML. 1..... | 819\$000 |
| João Ferreira Barbosa, ML. 2..... | 1:022\$700 |
| José Lício Pimenta, ML. 2..... | 876\$600 |
| José da Silveira Avila, ML. 2..... | 1:022\$700 |
| Ambrosio José do Espirito Santo, ML. 2... | 366\$100 |
| Alvaro da Silva Pereira, ML. 2..... | 627\$900 |
| Antonio Gonçalves Coelho, ML. 1..... | 660\$100 |
| Alfredo Pereira Mendes, ML. 1..... | 1:022\$700 |
| José Pereira Pires, ML. 2..... | 730\$500 |
| José de Moraes, ML. 1..... | 110\$700 |
| José Matheus da Silva, ML. 1..... | 273\$900 |
| José Leonardo, ML. 1..... | 379\$400 |
| Antonio Felisberto Botelho, ML. 1..... | 431\$700 |
| Carlos Pereira da Rocha, ML. 1..... | 1:920\$000 |
| Gustavo de Moura Torres, ML. 1..... | 67\$700 |
| José Thomaz Varella, ML. 1..... | 58\$600 |
| Manoel Anselmo Sampaio, ML. 1..... | 206\$700 |
| Onofre José de Oliveira, ML. 1..... | 606\$200 |
| Julio Bueno, ML. 1..... | 1:440\$000 |
| Balduino Pinto Bandeira, ML. 1..... | 658\$700 |
| Carlos Ellena, ML. 1..... | 1:022\$700 |
| Pedro Ferreira de Sá, ML. 1..... | 87\$900 |
| Joaquim Ignacio de Almeida, ML. 1..... | 575\$800 |
| Agostinho José Baptista, ML. 1..... | 1:445\$200 |
| Germano Soares Vieira, ML. 1..... | 901\$600 |
| Henrique Teixeira da Silva, ML. 1..... | 1:391\$300 |
| João Lopes de Moura, ML. 1..... | 704\$000 |
| Sergio Henrique da Silva, ML. 1..... | 226\$700 |
| Antonio Hilario, ML. 1..... | 1:005\$500 |
| Hilario Roberto, ML. 1..... | 621\$600 |
| Horacio Indio do Brasil, ML. 1..... | 872\$900 |
| José Alfredo de Oliveira, ML. 1..... | 872\$900 |
| Francisco Dias de Oliveira Santos, ML. 1.. | 1:022\$700 |
| Alfredo Alves da Silva, ML. 1..... | 327\$400 |
| Antonio Evangelista de Mattos, ML. 1..... | 307\$000 |
| Cassiano Emilio Barauna, ML. 1..... | 1:405\$200 |
| José Antonio Serdeiro, ML. 2..... | 1:022\$500 |
| José de Santa Rita, ML. 2..... | 606\$200 |
| José Antonio Paes Barreto, ML. 2..... | 281\$400 |
| José Custodio, ML. 2..... | 617\$400 |

| | |
|---|------------|
| José Cotta Pereira, ML. 2..... | 1:022\$700 |
| José Cardoso da Motta, ML. 2..... | 543\$900 |
| João Diniz da Fonseca, ML. 2..... | 1:022\$700 |
| João Pereira de Amorim, ML. 2..... | 1:022\$700 |
| João Alves dos Santos, ML. 2..... | 1:022\$700 |
| Joaquim Ignacio de Figueiredo, ML. 2..... | 627\$900 |
| Leopoldo José Teixeira, ML. 1..... | 1:440\$000 |
| Manoel Guanabardino Ribeiro Sarmento, ML. 2 | 1:022\$700 |
| Manoel Nunes, ML. 2..... | 543\$900 |
| Mario Ferreira da Cunha, ML. 1..... | 1:022\$700 |
| Rufino Antonio Dias Braga, ML. 1..... | 1:022\$700 |
| Secundino Antonio de Abreu, ML. 1..... | 1:022\$700 |
| Victorino de Oliveira Barbosa, ML. 2..... | 670\$600 |
| Virgilio Antonio Fernandes, ML. 2..... | 1:022\$700 |
| Arlindo Pereira Leite, ML. 3..... | 876\$600 |
| Antenor Ferreira de Mello, ML. 3..... | 876\$600 |
| Augusto Martinho das Chagas, ML. 2..... | 1:022\$700 |
| Achilles Sixto, ML. 2..... | 259\$000 |
| Alfredo Gomes de Oliveira, ML. 2..... | 876\$600 |
| Cantalino José Ferreira, ML. 2..... | 374\$400 |
| Diogo Martins, ML. 2..... | 1:022\$700 |
| Domingos de Almeida, ML. 2..... | 361\$900 |
| Didimo Bastos de Souza, ML. 2..... | 584\$400 |
| Ernesto Pinho Vieira, ML. 2..... | 529\$200 |
| Francisco da Silva, ML. 2..... | 1:022\$700 |
| Gabriel Cesario da Fonseca, ML. 2..... | 1:022\$700 |
| José Leal da Silveira, ML. 2..... | 670\$600 |
| Manoel Augusto de Moura, ML. 2..... | 500\$500 |
| Francisco de Paula e Souza, ML. 2..... | 692\$300 |
| Gastão José da Silva, ML. 1..... | 1:022\$700 |
| Agnello Antonio Alves, ML. 2..... | 648\$900 |
| Duarte Gonçalves Coelho, ML. 2..... | 520\$800 |
| José Antonio da Silva, ML. 2..... | 233\$800 |
| Gregorio Mariano, FL. 1..... | 876\$600 |
| Antonio de Oliveira 2º, ML. 2..... | 660\$100 |
| Francisco da Silva 6º, ML. 2..... | 724\$500 |
| José Ferreira, ML. 2..... | 876\$600 |
| João Avelino da Costa, ML. 2..... | 876\$600 |
| Clemente José de Oliveira, ML. 2..... | 383\$600 |
| Irineu de Mesquita, ML. 2..... | 1:022\$700 |
| Francisco José da Silva, ML. 2..... | 387\$100 |
| Lindolpho Soares de Macedo, ML. 2..... | 876\$600 |
| Henrique Teixeira, ML. 2..... | 876\$600 |
| Fernando Teixeira Rios, ML. 2..... | 1:440\$000 |
| Antonio Eugenio de Macedo, ML. 2..... | 1:022\$700 |
| Vicente Veneziano, ML. 2..... | 459\$800 |
| Lindolpho Martins dos Santos, ML. 2..... | 648\$900 |
| Gregorio Rodrigues de Andrade, ML. 1..... | 51\$400 |
| João Pinheiro, ML. 3..... | 730\$500 |
| Julio Tolentino de Almeida, ML. 3..... | 448\$500 |
| Leonel Candido de Oliveira, ML. 3..... | 876\$600 |
| Nilo José Guimarães, ML. 3..... | 1:022\$700 |
| Porfirio Costa, ML. 3..... | 876\$600 |
| Quintino Antonio Lage, ML. 3..... | 1:022\$700 |
| Rodolpho de Carvalho Lima, ML. 3..... | 1:022\$700 |

| | |
|---|------------|
| Roque Suzano, ML. 3..... | 876\$600 |
| Targino Leite de Faria, ML. 2..... | 1:022\$700 |
| José João de Souza, ML. 2..... | 876\$600 |
| Traiano Innocencio Ramalho, ML. 3..... | 830\$200 |
| Alvaro Bento da Silva, ML. 3..... | 730\$500 |
| Felippe Joaquim, ML. 2..... | 676\$200 |
| José Bento Pereira, ML. 3..... | 702\$000 |
| Manoel Bernardo Marcello, ML. 3..... | 519\$600 |
| Sebastião Rodrigues da Cunha, ML. 3..... | 730\$500 |
| Antonio Carneiro da Silva, ML. 2..... | 876\$600 |
| Anselmo Paulo Pereira, ML. 3..... | 645\$900 |
| Eugenio Alves Ferreira, ML. 2..... | 876\$600 |
| Manoel Pereira, ML. 2..... | 876\$600 |
| Manoel Ferreira Lopes, ML. 3..... | 1:022\$700 |
| João José da Silva, ML. 2..... | 1:022\$700 |
| Manoel Valerio da Silva, ML. 3..... | 158\$900 |
| Arthur de Andrade Siqueira, ML. 3..... | 1:022\$700 |
| Clementino de Paula, ML. 3..... | 876\$600 |
| Francisco de Almeida, ML. 2..... | 1:022\$700 |
| Modestino Rocha, ML. 3..... | 730\$500 |
| Eugenio Pereira Rosa, ML. 2..... | 1:022\$700 |
| Hermano José Rodrigues, ML. 3..... | 1:022\$700 |
| Manoel Luiz Gonçalves, ML. 3..... | 648\$400 |
| Carlos Louvine Ennes, ML. 3..... | 876\$600 |
| Manoel Alves Gildes, ML. 2..... | 876\$600 |
| Percio dos Santos Cardoso, ML. 3..... | 456\$000 |
| Jacob Amancio de Andrade, ML. 2..... | 730\$500 |
| Antonio Corrêa Tavares, ML. 2..... | 1:022\$700 |
| Porfirio José Gregorio, ML. 3..... | 707\$700 |
| Romualdo Ricardo de Aquino, ML. 2..... | 876\$600 |
| Agostinho de Carvalho, ML. 4..... | 346\$800 |
| Aurelio Pires Fernandes, ML. 4..... | 730\$500 |
| Anacleto Francisco Rasga Junior, ML. 4..... | 730\$500 |
| Deolindo de Souza Pinto, ML. 4..... | 876\$600 |
| Francisco Cypriano Cardoso, ML. 4..... | 621\$000 |
| João Paulo Ribeiro, ML. 4..... | 730\$500 |
| Oscar de Almeida, ML. 4..... | 730\$500 |
| Mário Pereira Nunes, ML. 4..... | 730\$500 |
| Joaquim Bento Pereira, ML. 4..... | 730\$500 |
| Joaquim Corrêa Jorge, ML. 4..... | 654\$000 |
| Olympio Mazoni, ML. 4..... | 711\$600 |
| Pedro Paulo de Carvalho, ML. 4..... | 730\$500 |
| Isaltino Rodrigues, ML. 4..... | 492\$600 |
| José de Carvalho, ML. 4..... | 392\$400 |
| Pedro Ferreira de Oliveira, ML. 4..... | 172\$800 |
| Eduardo da Costa e Silva, ML. 4..... | 876\$600 |
| Quirino Machado de Lima, ML. 4..... | 730\$500 |
| Joaquim de Almeida, ML. 4..... | 876\$600 |
| Virgilio Alves da Silva, ML. 4..... | 876\$600 |
| Alvaro Antonio Martins, ML. 4..... | 476\$300 |
| Antonio Ricardo, ML. 4..... | 485\$100 |
| João Antonio Pacheco, ML. 4..... | 730\$500 |
| Manoel Ferreira Monteiro, ML. 4..... | 730\$500 |
| Canuto Carvalho Lima, ML. 4..... | 730\$500 |
| Isidoro de Souza, ML. 4..... | 730\$500 |
| José Antonio de Oliveira, ML. 4..... | 702\$000 |

| | |
|-------------------------------|---------------------|
| Manoel dos Santos, ML 4 | 730\$500 |
| Manoel Ramalho, ML 4 | 730\$500 |
| Antenor Caldas, ML 4 | 730\$500 |
| Total | 185:165\$700 |

4ª DIVISÃO

Relação do pessoal jornalheiro que estava no gozo de gratificação adicional:

Nomes — Categorias — Total da gratificação adicional de 1931 a 1934

| | |
|--|------------|
| Manoel da Rocha Vieira, EL | 1:517\$400 |
| Ernesto Ferreira Guimarães, EL | 1:022\$700 |
| José Augusto Fernandes do Prado, EL | 255\$500 |
| Arthur Francisco de Assumpção, EL | 1:022\$700 |
| Firmino Corrêa, FATL | 730\$500 |
| Joaquim Cardoso da Silveira, VL | 235\$000 |
| Augusto Gomes de Oliveira, EL | 2:629\$800 |
| Manoel Dias Garrido, FL 2 | 355\$800 |
| João de Souza Amorim, FL 3 | 584\$400 |
| Henrique Thomaz Briggs, FL 4 | 182\$500 |
| Octavio Gonçalves Machado, FL 4 | 194\$400 |
| Salvador de Oliveira, FL 3 | 730\$500 |
| Antonio Marinho Pinto, FL 2 | 784\$800 |
| Afonso da Motta Araujo, FL 1 | 404\$600 |
| Pedro Felix da Silva, FL 1 | 876\$600 |
| Justino da Motta Azevedo, FL. 3 | 876\$600 |
| Odecio Porcinio, FL 3 | 474\$000 |
| Antonio da Cruz Pereira, FL 3 | 730\$500 |
| Ataliba Ferreira dos Santos, FL 1 | 2:045\$400 |
| Gustavo Adolpho de Oliveira, EL | 1:168\$800 |
| Ignacio Machado Barreto, EL | 532\$700 |
| José Donaciano Vieira, FL 1 | 505\$000 |
| Luiz Lemelle, FL 1 | 543\$900 |
| Feliciano Joaquim de Sant'Anna, FL 1 | 584\$400 |
| Genaro Francisco da Fonseca, FL 1..... | 1:022\$700 |
| Manoel Alves dos Santos, FL 2 | 584\$400 |
| Clementino de Souza Lins, FL 4 | 281\$000 |
| Arthur Nicolau Ferreira, FL 1 | 1:022\$700 |
| Antonio José Ferreira, FL 2 | 402\$000 |
| Joaquim de Barros Rangel, FL 2 | 282\$600 |
| Gustavo da Silva Serra, FL. 3 | 266\$000 |
| Luiz Teixeira Barroso, FL. 2 | 584\$400 |
| Paulo dos Santos Silva, FL. 2 | 584\$400 |
| José Vianna Cardoso, FL. 4 | 261\$600 |
| Manoel Coelho da Costa, FL. 2 | 388\$800 |
| Salvador da Silva Costa, FL. 2 | 730\$500 |
| Felix Antonio de Senna, FL. 1 | 1:022\$700 |
| João Marques de Souza, FL. 2 | 392\$500 |
| Marcellino Francisco da Silva, FL. 3 | 291\$600 |
| Emygdio José Barbosa, FL. 1 | 1:022\$700 |
| João Marques dos Santos, FL. 1 | 1:022\$700 |

| | |
|---|------------|
| José Fernandes Romano Junior, FL. 2 | 382\$900 |
| José Joaquim Pereira, FL. 1 | 1:022\$700 |
| Manoel Camillo, FL. 2 | 282\$600 |
| Augusto Vieira Mendes, FL. 3 | 282\$600 |
| Leopoldo José de Souza, FL. 3 | 492\$600 |
| Alvaro Martins Ribeiro, FL. 4 | 621\$000 |
| José de Siqueira, FL. 2 | 282\$000 |
| Claudionor Antonio de Jesus, FL. 3 | 502\$000 |
| Adolpho Thomé da Rosa, GRL | 358\$000 |
| Francisco da Cruz Tavares, FL. 3 | 383\$400 |
| Raul Emerenciano de Oliveira, FL. 1 | 730\$500 |
| Carlos Penha da Silva, FL. 2 | 730\$500 |
| Agenor José de Oliveira, FL. 2 | 584\$400 |
| José Vieira da Silva Pennafiel, FL. 4 | 200\$400 |
| Manoel Antonio da Silva Freitas, FL. 3 | 418\$000 |
| Isaac José Ribeiro, FL. 1 | 244\$300 |
| João de Souza Cardoso, FL. 1 | 437\$400 |
| Leopoldino da Silveira Caruncho, FL. 2 | 904\$400 |
| José Ignacio de Souza, FL. 1 | 376\$800 |
| Theodoro Gomes Varella, EL. | 1:048\$800 |
| Alcebiades Carlos Barbosa, FL. 3 | 585\$000 |
| Albano José Cardoso, FL. 3 | 730\$500 |
| Manoel Canedo, FL. 4 | 471\$500 |
| João Pereira dos Reis, FL. 2 | 209\$000 |
| Antonio Rezende Moreira, FL. 2 | 730\$500 |
| Domingos José Lino, FL. 4 | 219\$000 |
| Aureliano Theophilo de Araujo, FL. 2 | 584\$400 |
| Amancio Dias Baptista, FL. 4 | 300\$600 |
| José da Costa Pevide, TL. | 198\$000 |
| José Monteiro, FATL. | 876\$600 |
| Antonio Drumond, EL. | 730\$500 |
| Manoel de Souza Bittencourt, FL. 1 | 490\$000 |
| Paulino José de Oliveira, FL. 1 | 202\$300 |
| Benedicto Bicudo Pinheiro, FL. 2 | 346\$800 |
| Francisco Antonio Torres, FL. 2 | 638\$400 |
| João Maria Gonçalves, FL. 1 | 876\$600 |
| Affonso José Ferreira, FL. 3 | 304\$800 |
| Manoel Cyriaco Pereira, FL. 3 | 304\$000 |
| Eugenio Paulo da Cunha, FL. 4 | 210\$500 |
| Franklin Francisco de Paula, FL. 3 | 730\$500 |
| Jorge Raymundo de Lima, FL. 4 | 730\$500 |
| Benedicto Lino de Oliveira, FL. 3 | 494\$500 |
| Honorato José Baptista, FL. 2 | 475\$200 |
| José da Silva Guimarães, FL. 2 | 319\$200 |
| André de Seixas Lopes, EL. | 876\$600 |
| Adolpho Belém, EL. | 876\$600 |
| Antonio José de Souza, FL. 1 | 490\$000 |
| João Gonçalves, FL. 2 | 876\$600 |
| José Gonçalves Fontes, FL. 3 | 235\$500 |
| Asdrubal dos Santos Nora, FL. 4 | 584\$400 |
| José Pinto da Rocha, FL. 4 | 480\$800 |
| Agostinho Dias de Castro, FL. 3 | 328\$800 |
| José de Oliveira Bonaparte, GRL | 730\$500 |
| Alfredo Antonio Barbosa, FOL | 157\$500 |
| Francisco dos Santos, FOL | 730\$500 |
| João Pimenta, FOL | 657\$500 |

| | |
|---|------------|
| Tito Vieira da Silva, FOL..... | 876\$600 |
| Francisco José de Souza, FL. 2..... | 297\$000 |
| Tito da Silva, FL. 4..... | 224\$800 |
| Manoel Leopoldo de Mello, FATL | 355\$800 |
| Ernesto Alves Vianna, TL | 186\$200 |
| Custodio da Cruz, TL | 432\$000 |
| Horacio Pereira, TL | 192\$800 |
| Casillo Manoel dos Santos, TL | 730\$500 |
| Henrique Alves Costa, FL. 1..... | 436\$800 |
| Luiz Antonio Gonçalves Braga, FL. 1..... | 1:022\$700 |
| Tito Velasco Pereira, FL. 1..... | 876\$600 |
| José Manoel de Medeiros, FOL | 876\$600 |
| Joaquim Marques Monteiro, GRL | 182\$500 |
| Antonio de Souza, FL. 4..... | 237\$200 |
| Antonio Augusto de Novaes, FL. 2..... | 255\$500 |
| Benedicto Pinto Lobo, FL. 3..... | 503\$200 |
| Carivaldo de Carvalho, FL. 4..... | 174\$500 |
| Gaspar Berg, FL. 3..... | 730\$500 |
| Cyrillo Luiz de Siqueira, GRL | 730\$500 |
| José da Cruz Almeida, GRL | 274\$100 |
| Orlando Machado, F1 | 876\$600 |
| Astolpho de Souza, FL. 3..... | 483\$000 |
| Olympio de Figueiredo, FL. 2..... | 350\$700 |
| Renato Siqueira, FL. 1..... | 382\$900 |
| Fernando Antonio da Silva, EL | 1:314\$900 |
| Justiniano Carlos do Nascimento, EL | 1:022\$500 |
| José Vicente da Costa, FL. 4..... | 280\$000 |
| Italo Capuzzo, EL | 754\$400 |
| Amadeu Ghirello, FL. 1 | 1:022\$700 |
| Durval de Almeida, FL | 876\$600 |
| Felicio Pinto Delier, FL | 483\$000 |
| Benedicto Affonso, FL | 1:022\$700 |
| Gregorio Robles Santiago, FL. 1 | 219\$000 |
| José do Amaral, FL. 2 | 730\$500 |
| José Pedro Martins, FL. 1..... | 1:314\$900 |
| José Cardoso, GRL | 337\$200 |
| Faustino Gualberto da Silva, FL. 1..... | 560\$000 |
| Mario Accacio Freitas, EL | 556\$200 |
| Raul Euzebio Mattoso, EL | 376\$000 |
| Francisco Evangelista da Silva, FL. 3 | 420\$000 |
| Antonio Nogueira Junior, FL. 1..... | 876\$600 |
| Olympio de Figueiredo, FL. 2..... | 350\$700 |
| Joaquim Thomaz de Aquino, FL. 4..... | 606\$200 |
| Arthur Mariano da Silva, FATL | 68\$800 |
| Manoel Rabello Dias, TL | 132\$500 |
| Joaquim da Silva Telles, FL. 1 | 876\$600 |

84:989\$500

MINISTERIO DA AGRICULTURA

DIRECTORIA DE EXPEDIENTE E CONTABILIDADE

Primeira Secção

Relação dos funcionarios deste Ministerio, que tiveram suas gratificações addicionaes suspensas pelo decreto n. 19.582, de 12 de janeiro de 1931, com as quantias a que têm direito, de conformidade com o art. 23 das Disposições Transitorias da Constituição da Republica, correspondentes ao periodo de 1931-1934:

| Nomes | Cargo actual | Venc. annuaes em 1-1-931 | Gratificações addicionaes | | | |
|---|---|--------------------------|---|-------------------------------|----------------|---------------|
| | | | Percentagem | Periodo | Import. annual | Import. total |
| Mario Barboza Carneiro..... | Director Geral de Contabilidade, aposentado desde 3 de janeiro de 1933..... | 36:000\$000 | 40 % (art. 157 da lei 4.555, de 10-8-932) | 1 jan. 1931 a 31 dezemb. 1932 | 14:400\$000 | 28:800\$000 |
| Alexandre Teofilo de Carvalho Leal.... | Director de Secção, falecido a 23-7-932.. | 24:000\$000 | Idem, idem, idem | Idem a 22-7-932 | 9:600\$000 | 14:967\$600 |
| José Geminiano Gomes Guimarães..... | Lente 1ª cad. ext. E. S. A. M. V., em disponibilidade | 19:200\$000 | 10 % desde 20-4-1926 | Idem a 31-12-934 | 1:920\$000 | 7:680\$000 |
| Annibal Revault de Figueiredo..... | Lente 8ª cad. ext. E. S. A. M. V., em disponibilidade | 19:200\$000 | 10 % desde 31-3-1928 | Idem, idem | 1:920\$000 | 7:680\$000 |
| Plinio de Almeida Magalhães..... | Prof. cath. da Esc. Nac. de Agronomia.. | 19:200\$000 | 10 % desde 18-4-1928 | Idem, idem | 1:920\$000 | 7:680\$000 |
| Angelo Moreira da Costa Lima..... | Prof. cath. 9ª cad. Esc. Nac. Agronomia | 19:200\$000 | 10 % desde 21-4-1929 | Idem, idem | 1:920\$000 | 7:680\$000 |
| José de Freitas Machado..... | Prof. cath. 4ª cad. Esc. Nac. Agronomia | 19:200\$000 | 10 % desde 15-5-1928 | Idem, idem | 1:920\$000 | 7:680\$000 |
| Candido Firmino de Mello Leitão Jr. ... | Prof. cath. 8ª cad. Esc. Nac. Agronomia | 19:200\$000 | 10 % desde 1-6-1928 | Idem, idem | 1:920\$000 | 7:680\$000 |
| José de Moura Muniz..... | Prof. cath. 4ª cad. Esc. Nac. Vet. | 19:200\$000 | 10 % desde 23-6-1929 | Idem, idem | 1:920\$000 | 7:680\$000 |
| Francisco Cassiano Gomes..... | Lente 17ª cad. ext. E. S. A. M. V., em disponibilidade | 19:200\$000 | 10 % desde 28-6-1929 | Idem, idem | 1:920\$000 | 7:680\$000 |
| Arthur do Prado..... | Prof. cath. 2ª cad. Esc. Nac. Agronomia | 19:200\$000 | 10 % desde 19-7-1928 | Idem, idem | 1:920\$000 | 7:680\$000 |
| Renato Guimarães de Souza Lopes..... | Prof. cath. 1ª cad. Esc. Nac. Vet. | 19:200\$000 | 10 % desde 18-9-1928 | Idem, idem | 1:920\$000 | 7:680\$000 |
| Alfredo Alberto Pereira Monteiro..... | Prof. cath. 3ª cad. Esc. Nac. Vet. | 19:200\$000 | 5 % desde 25-3-1925 | Idem, idem | 960\$000 | 3:840\$000 |
| Octavio Dupont | Prof. cath. da Esc. Nac. Vet. | 19:200\$000 | 5 % desde 31-1-1927 | Idem, idem | 960\$000 | 3:840\$000 |
| Violantino dos Santos..... | Prof. cath. 7ª cad. Esc. Nac. Vet. | 19:200\$000 | 5 % desde 20-7-1927 | Idem, idem | 960\$000 | 3:840\$000 |
| Arthur Annibal do Rego Lins..... | Prof. cath. 1ª cad. Esc. Nac. Vet. | 19:200\$000 | 5 % desde 9-2-1928 | Idem, idem | 960\$000 | 3:840\$000 |
| Artidonio Pamplona | Prof. cath. 12ª cad. Esc. Nac. Vet. | 19:200\$000 | 5 % desde 26-2-1928 | Idem, idem | 960\$000 | 3:840\$000 |
| Paulo da Rocha Lagoa..... | Lente 16ª cad. E. S. A. M. V., em disponibilidade | 19:200\$000 | 5 % desde 13-6-1928 | Idem, idem | 960\$000 | 3:840\$000 |
| Paulo de Figueiredo Parreiras Horta... | Prof. cath. 8ª cad. Esc. Nac. Vet. | 19:200\$000 | 5 % desde 1-6-1929 | Idem, idem | 960\$000 | 3:840\$000 |
| Luiz de Oliveira Mendes..... | Prof. cath. 14ª cad. Esc. Nac. Agronomia | 19:200\$000 | 5 % desde 11-11-929 | Idem, idem | 960\$000 | 3:840\$000 |
| Thomaz Cavalcanti de Gusmão..... | Prof. de desenho Esc. Nac. Agronomia | 12:000\$000 | 5 % desde 24-5-1925 | Idem, idem | 600\$000 | 2:400\$000 |
| Othon Drummond Furtado de Mendonça | Prof. cath. 5ª cad. Esc. Nac. Agronomia | 12:000\$000 | 5 % desde 19-1-1926 | Idem, idem | 600\$000 | 2:400\$000 |
| Total..... | | | | | 156:087\$600 | |

Importa a presente relação em cento e cinquenta e seis contos oitenta e sete mil e seiscentos réis (156:087\$600). 1ª Secção da Directoria de Expediente e Contabilidade da Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, em 11 de janeiro de 1935. — (Assignatura illegivel), chefe de secção. — J. Soares Pereira, 3º official.

LEI N. 41 — DE 12 DE ABRIL DE 1935

Autoriza o Governo a contractar o serviço de navegação nos rios Tocantins e Araguaya

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a contractar os serviços de navegação dos rios Araguaya e Tocantins, podendo dispendir até a quantia de trezentos contos de réis annuaes, correndo a despesa, pela verba das subvenções do orçamento do Ministerio da Viação.

Art. 2.º A navegação será contractada na base de tres viagens redondas por mez, de Belem do Pará a S. José do Araguaya; duas viagens redondas por mez de S. José de Araguaya a Balisa, no rio Araguaya, e mais duas outras viagens redondas mensaes de S. José do Araguaya a Piabanha, no rio Tocantins.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

DECRETO N. 42 — DE 15 DE ABRIL DE 1935

Regula a concessão de licenças especiaes a funcionarios publicos. (1)

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Ao funcionario publico, civil ou militar que, durante um periodo de dez annos consecutivos, não se afastar do exercicio de suas funcções, é assegurado o direito a uma licença especial de seis mezes, por decennio, com os vencimentos integraes.

Paragraphe unico. Para os fins prevstos neste artigo, não se computará o afastamento do exercicio das funcções, quando por motivo de nojo ou de gala, não for superior a oito dias e bem assim o afastamento em virtude de faltas justificadas e de licença para tratamento de saude até seis mezes.

Art. 2.º A licença concedida nos termos desta lei é isenta de sello e sua duração não influirá para a contagem de tempo para o effeito de promoção, aposentadoria, reforma ou gratificação adicional.

Art. 3.º A liquidação do tempo de effectivo exercicio para assegurar o direito á licença especial será feita por um ou mais decennios completos, interrompendo-se cada pe-
Leis de 1935

riodo de dez annos, sempre que se der o afastamento, salvos os afastamentos a que se refere o paragrapho unico do artigo 1.º

Art. 4.º As licenças especiaes poderão ser gozadas em parcelas de tres e de dous mezes, por anno civil, respectivamente.

§ 1.º Não poderão ser licenciados, simultaneamente, o funcionario e o seu substituto legal, quando este for o unico. Em tal caso terá preferencia, para a obtenção de licença, quem a requerer primeiro ou, quando requererem ao mesmo tempo, aquelle que tiver maior tempo de exercicio não interrompido.

§ 2.º Na mesma repartição não poderão ser licenciados, simultaneamente, funcionarios em numero superior á sexta parte do total do respectivo quadro, departamento ou classe, conforme a natureza do serviço, em exercicio effectivo. Quando o numero de funcionarios for menor que seis, no mesmo quadro, departamento ou classe, sómente um delles póde ser licenciado.

§ 3.º Terá preferencia para a obtenção da licença especial, o funcionario que a requerer para tratamento de saude, mediante doença provada, e depois aquelle que contar na sua effectividade, além do periodo de dez annos, de serviço, mais tempo de exercicio não interrompido por licenças e finalmente, aquelle que se recommendar pela aptidão, assiduidade e exacção no cumprimento do seu dever.

Art. 5.º Quando da concessão da licença especial resultar augmento de despesa, por motivo da substituição do funcionario, deverá ser feita communicação immediata á repartição competente, para os devidos fins.

Art. 6.º Ao funcionario civil ou militar, para o effeito de aposentadoria ou reforma, será contado, pelo dobro, o tempo da licença especial que tiver deixado de gozar.

Art. 7.º A licença especial póde ser gozada, total ou parcialmente, quando o seu gozo foi impedido ou interrompido em virtude do decreto n. 19.953, de 5 de maio de 1934.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 1935, 114ª da Independencia e 47ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

Arthur de Souza Costa.

José Carlos de Macedo Soares.

João Marques dos Reis.

Odilon Braga.

Pedro Aurelio de Góes Monteiro.

Protogenes Pereira Guimarães.

Gustavo Capanema.

Agamemnon Magalhães.

LEI N. 43 — DE 25 DE ABRIL DE 1935

Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, do credito especial de 6:370\$000, para pagamento a credores da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Presidente da Repuublica autorizado a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de seis contos tresentos e setenta mil réis (6:370\$), para pagamento dos seguintes credores da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, proveniente de actos de desapropriações de immoveis e de indemnizações:

a) Arthur Disinard Mangabeira e sua mulher D. Dominina Bentes Mangabeira, nos termos dos accórdos de 30 de março e 5 de junho de 1922, credores da importancia de dois contos e cincoenta mil réis (2:050\$000);

b) Aguinaldo Augusto Pinheiro da Camara, nos termos do accordo de 30 de dezembro de 1921, credor da importancia de oitocentos e vinte mil réis (820\$000);

c) José Calazans Pinheiro, nos termos do accordo de 5 de maio de 1922, credor da importancia de tres contos e quinhentos mil réis (3:500\$000).

Paraphrapho unico. O credito correrá por conta do saldo dos recursos a que se refere o decreto n. 13, de 31 de dezembro de 1934.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 1935, 114ª da independencia e 47ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

LEI N. 44 — DE 25 DE ABRIL DE 1935

Autoriza o Governo a adquirir a chacara encravada no predio onde está installada a Estação Experimental de Lages

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a adquirir, por compra, a chacara pertencente a Aguinaldo José de Souza, encravada na propriedade da União, onde se acha installada a Estação Experimental de Criação de Lages, no Estado de Santa Catharina.

Paragrapho unico. Para occorrer ao pagamento do preço de aquisição, poderá o Governo dispendir até a quantia de cinco contos de réis, por conta da verba nona do artigo 12, da lei orçamentaria de 1935.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

Odilon Braga.

LEI N. 45 — DE 27 DE ABRIL DE 1935

Reorganiza a Secretaria do Senado Federal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º A Secretaria do Senado Federal será constituída do seguinte pessoal: — 1 director geral, com os vencimentos annuaes de trinta e seis contos de réis (36:000\$); 1 secretario geral da presidencia, com os vencimentos annuaes de trinta e seis contos de réis (36:000\$000); 1 vice-director geral com os vencimentos annuaes de trinta contos de réis (30:000\$000); 4 directores de serviço, com os vencimentos annuaes de vinte e quatro contos de réis (24:000\$000) cada um; 1 director do Serviço de Almoxarifado, com os vencimentos de vinte e quatro contos de réis (24:000\$000); 8 primeiros officiaes, com os vencimentos annuaes de dezenove contos e duzentos mil réis (19:200\$000) cada um; 5 segundos officiaes, com os vencimentos annuaes de quinze contos de réis (15:000\$000) cada um; 7 auxiliares, com os vencimentos annuaes de seis contos e seiscentos mil réis (6:600\$000) cada um; 1 ajudante do almoxarife com os vencimentos annuaes de doze contos de réis (12:000\$000); 1 director do Serviço Tachygraphico, com os vencimentos annuaes de trinta contos de réis (30:000\$000); 4 tachygraphos revisores, com os vencimentos annuaes de vinte e oito contos e oitocentos mil réis (28:800\$000) cada um; 4 tachygraphos de 1.ª classe, com os vencimentos annuaes de vinte e quatro contos de réis (24:000\$000) cada um; 2 tachygraphos de 2.ª classe, com os vencimentos annuaes de dezoito contos de réis (18:000\$000) cada uma; 1 conservador do Archivo com os vencimentos de quatorze contos e quatrocentos mil réis (14:400\$000); 1 redactor chefe dos debates, com os vencimentos annuaes de vinte e quatro contos de réis (24:000\$000); 3 redactores de

debates, com os vencimentos annuaes de dezoito contos de réis (18:000\$000); 1 redactor chefe dos Annaes, com os vencimentos annuaes de vinte e quatro contos de réis (24:000\$); 3 redactores de Annaes, com os vencimentos annuaes de dezoito contos de réis (18:000\$000) cada um; 2 auxiliares de Annaes, com os vencimentos annuaes de quatorze contos e quatrocentos mil réis (14:400\$000) cada um; 4 terceiros officiaes, com os vencimentos annuaes de doze contos de réis (12:000\$) cada um; 8 dactylographos, com os vencimentos annuaes de nove contos e seiscentos mil réis (9:600\$) cada um; 1 porteiro, com os vencimentos annuaes de quatorze contos e quatrocentos mil réis (14:400\$); 1 ajudante de porteiro, com os vencimentos annuaes de onze contos quinhentos e vinte mil réis (11:520\$000); 16 continuos, sendo 2 motoristas, com os vencimentos annuaes de nove contos quinhentos e quatro mil réis (9:504\$000) cada um; 4 serventes, sendo 2 ajudantes de motorista, com os vencimentos annuaes de seis contos de réis (6:000\$000) cada um; 1 electricista, com os vencimentos annuaes de nove contos quinhentos e quatro mil réis (9:504\$000).

Art. 2.º Serão suppressos, á medida que se vagarem, o cargo de um (1) auxiliar de Archivo e o de sete (7) auxiliares.

Art. 3.º Fica aberto, desde já, pelo Ministerio da Justiça, o credito supplementar de trezentos e vinte e oito contos quinhentos e setenta e nove mil réis (328:579\$000), á verba V, Senado Federal, Secretaria, Pessoal, da lei n. 5, de 12 de novembro de 1934, podendo o Presidente da Republica, para isso, realizar as necessarias operações de credito.

Art. 4.º Nos cargos iniciaes, que vagarem ou que vierem a ser creados nesta Secretaria até dous annos após approvação desta lei, serão aproveitados, obrigatoriamente, na ordem da respectiva classificação, os candidatos habilitados no ultimo concurso realizado na Camara dos Deputados.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rdo.

LEI N. 46 — DE 27 DE ABRIL DE 1935

*Autoriza o augmento do numero de vagas para admissão no
Curso Previo da Escola Naval*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Ministerio da Marinha, no corrente anno lectivo, autorizado a augmentar, a juizo do respectivo titular,

o numero de vagas para admissão no Curso Previo da Escola Naval.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Protophenes Pereira Guimarães.

LEI N. 47 — DE 29 DE ABRIL DE 1935

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 28:567\$741, para pagamento de vencimentos ao funcionario da Secretaria da Camara dos Deputados Eloy Pontes

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de vinte e oito contos quinhentos e sessenta e sete mil setecentos e quarenta e um réis (28:567\$741), para pagamento de vencimentos a que tem direito o funcionario da Secretaria da Camara dos Deputados, redactor de debates, supplente, Eloy Pontes, no periodo de 1º de dezembro de 1930 a 1º de dezembro de 1932.

Art. 2º. Para occorrer ao pagamento referido no artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a realizar as necessarias operações de credito.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rdo.

LEI N. 48 — DE 4 DE MAIO DE 1935

Modifica o Código Eleitoral

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CODIGO ELEITORAL**PARTE PRIMEIRA****Introducção**

Art. 1°. Este Código regula, em todo o paiz, o alistamento eleitoral, e as eleições federaes, estaduais e municipais.

Art. 2°. São eleitores os brasileiros de um e outro sexo, maiores de dezoito annos, alistados na forma desta lei.

Art. 3°. Não se podem alistar eleitores:

a) os que não saibam ler e escrever;
b) as praças de *pret*, exceptuados os alumnos das escolas militares de ensino superior, os aspirantes a officiaes, e os sargentos do Exército, da Armada e das forças auxiliares do Exército;

c) os mendigos;

d) os que estiverem, temporaria ou definitivamente, privados dos direitos politicos.

Art. 4°. O alistamento e o voto são obrigatorios para os homens e, para as mulheres, quando estas exerçam função publica remunerada.

Paragrapho unico. São isentos da obrigatoriedade do alistamento:

a) os invalidos;

b) os maiores de sessenta annos;

c) os cidadãos a serviço do paiz no estrangeiro;

d) os militares.

Art. 5°. São isentos da obrigatoriedade do voto, além dos acima enumerados, os funcionarios em gozo de licença ou de férias fóra do seu domicilio, e os magistrados.

Paragrapho unico. O eleitor que deixar de votar em qualquer eleição só se eximirá da pena (art. 183, n. 2), se provar justo impedimento.

Art. 6°. O cidadão alistavel, desde que atinja a idade de dezanove annos, não poderá, sem a posse do titulo de eleitor:

a) exercer cargo publico ou profissão para a qual se exija a qualidade de cidadão brasileiro;

b) provar identidade.

§ 1º. Não tem applicação obrigatoria ás mulheres o dispositivo da letra *b* deste artigo.

§ 2º. Não estão comprehendidos na disposição deste artigo os cidadãos residentes no estrangeiro, ou domiciliados no Brasil ha menos de um anno.

PARTE SEGUNDA

Da Justiça Eleitoral

Art. 7º. A Justiça Eleitoral, com funções contenciosas e administrativas, tem por órgãos:

- 1) um Tribunal Superior, na Capital da Republica;
- 2) um Tribunal Regional, na capital de cada Estado, na do Territorio do Acre, e no Districto Federal;
- 3) juizes singulares nas sédes das comarcas, districtos, ou termos judiciarios;
- 4) juntas especiaes para a apuração de eleições municipaes.

Art. 8º. Durante o tempo em que servirem, os órgãos da Justiça Eleitoral gozarão das garantias das letras *b* e *c* do art. 64 da Constituição Federal.

Paragrapho unico. As medidas restrictivas da liberdade de locomoção, na vigencia do estado de sitio, não attingem, em todo o paiz, os membros do Tribunal Superior e, nos territorios das respectivas circumscripções, os membros dos tribunaes regionaes.

Art. 9º. Os membros dos tribunaes eleitoraes servirão obrigatoriamente por dois annos, nunca, porém, por mais de dois biennios consecutivos.

CAPITULO I

DO TRIBUNAL SUPERIOR

Art. 10. Compõe-se o Tribunal Superior do presidente, de seis membros effectivos e de seis substitutos.

§ 1º. O presidente será o vice-presidente da Côte Suprema.

§ 2º. Os demais membros serão designados do seguinte modo:

- a*) dois effectivos e dois substitutos, sorteados dentre os ministros da Côte Suprema;
- b*) dois effectivos e dois substitutos, sorteados dentre os desembargadores da Côte de Appellação do Districto Federal;
- c*) dois effectivos e dois substitutos, nomeados pelo Presidente da Republica, dentre seis cidadãos de notavel saber juridico e reputação illibada, indicados pela Côte Suprema.

§ 3º. Na lista de seis nomes, organizada pela Corte Suprema não poderá figurar:

a) quem occupe cargo publico, de que seja demissivel *ad nutum*;

b) quem seja director, proprietario, ou socio de empresa beneficiada com privilegio, isenção ou favor, em virtude de contracto com a administração publica;

c) quem exerça mandato de caracter politico, federal, estadual ou municipal;

d) quem seja parente até 4º grão, ainda que por affinidade, de ministro da Corte Suprema.

§ 4º. Aos cidadãos nomeados de accordo com a letra c do § 2º, não se applica a alinea II do art. 1.325 do Codice Civil, salvo causas de natureza eleitoral.

§ 5º. As vagas de juizes effectivos serão preenchidas por promção dos substitutos, á escolha do Tribunal Superior.

Art. 11. Não podem fazer parte do Tribunal Superior pessoas que tenham, entre si, parentesco, ainda que por affinidade, até o grão; verificado este, exclue-se o juiz por ultimo designado.

Art. 12. Delibera o Tribunal, por maioria de votos, em sessão publica, com a presença minima de quatro membros, computando-se o que exercer a presidencia.

Art. 13. Compete ao Tribunal Superior.

a) eleger, dentre os seus membros, o vice-presidente;

b) elaborar seu regimento interno, organizar sua secretaria, seus cartorios e mais serviços auxiliares;

c) propor, ao Poder Legislativo, creação ou supressão de empregos e fixação dos vencimentos respectivos;

d) nomear, substituir e demittir os funcionarios da sua secretaria, dos seus cartorios e serviços auxiliares;

e) conceder, nos termos da lei, licença aos seus membros e aos funcionarios que lhe forem immediatamente subordinados;

f) processar e julgar originariamente *habeas-corpus*, em casos pertencentes á materia eleitoral, quando proceder a coação do Presidente da Republica, de Ministro de Estado, ou de Tribunal Regional, ou quando houver perigo de se consummar a violencia, antes que outro juiz, ou tribunal, possa conhecer do pedido;

g) conceder, em materia eleitoral, mandado de segurança, contra actos do Presidente da Republica, ou de Ministro de Estado, ou quando não puder outro tribunal ou juiz conhecer do pedido em tempo de evitar que se consumme a violencia;

h) decretar, originariamente, perda do mandato legislativo federal, nos casos estabelecidos na Constituição Federal;

i) decidir conflictos de jurisdicção entre tribunaes regionaes, ou juizes de regiões eleitoraes diferentes;

j) determinar, com a necessaria antecedencia, e de accordo com os ultimos computos officiaes da população, o numero de deputados federaes, que devem ser eleitos em cada Estado, no Distrito Federal e no Territorio do Acre;

k) adoptar, ou propor ao governo, providencias para que as eleições se realizem no tempo e na forma determinados na lei;

l) fixar, quando não determinado na Constituição Federal, a data das eleições federaes, de modo que se effectuem, de preferencia, nos tres primeiros, ou nos tres ultimos mezes dos periodos governamentais;

m) responder, sobre materia eleitoral, ás consultas que lhe sejam feitas por autoridades publicas ou partidos registrados;

n) julgar, em ultima instancia, os recursos interpostos das decisões dos tribunales regionaes:

o) regular a forma e o processo dos recursos de que lhe caiba conhecer;

p) expedir instrucções necessarias á applicação das leis eleitoraes e realização de eleições;

q) requisitar, ouvido previamente o Tribunal Regional, força federal para cumprimento das decisões da Justiça Eleitoral, quando a força estadual não estiver em condições de fazel-o;

r) decidir sobre a exoneração de qualquer de seus membros, ou dos juizes dos tribunales regionaes;

s) regular o uso das machinas de votar;

t) permittir o exame, no archivo eleitoral, de quaesquer autos ou documentos.

Art. 14. As decisões do Tribunal Superior são irrecorriveis, salvo as que pronunciarem a nullidade ou a invalidade de acto ou de lei, em face da Constituição Federal, e as que negarem *habeas-corpus*, casos em que haverá recurso para a Corte Suprema.

Art. 15. O Tribunal Superior, a juízo do presidente, e de accordo com as necessidades do serviço, poderá realizar até tres sessões ordinarias por semana.

Art. 16. O juiz do Tribunal Superior perceberá, além dos vencimentos da função publica que exercer, o subsidio de cento e vinte mil réis por sessão ordinaria a que compareça.

Paraphrasso unico. O presidente em exercicio perceberá mais a importancia de quinhentos mil réis mensaes a titulo de representação.

SECÇÃO UNICA

Da Secretaria do Tribunal Superior

Art. 17. O Tribunal Superior organizará sua secretaria, propondo ao Poder Legislativo creação ou supressão de empregos, e fixação dos vencimentos respectivos.

Paraphrasso unico. Essa organização comprehenderá a do registro e archivo eleitoraes.

Art. 18. Incumbe á secretaria:

a) publicar o Boletim Eleitoral;

b) realizar operações technicas de caracter eleitoral;

c) prestar informações solicitadas pelas autoridades publicas ou partidos políticos;

d) publicar systematizadamente a jurisprudencia do Tribunal;

e) exercer as attribuições que lhe sejam conferidas em regimento, e cumprir quaesquer determinações do Tribunal Superior.

Art. 19. Constarão do Boletim Eleitoral:

a) as inscripções archivadas até o dia anterior á publicação do Boletim;

b) as inscripções cancelladas ou revalidadas;

c) os accordãos, instrucções e actos do Tribunal Superior e quaesquer outras publicações que o mesmo determinar;

d) as leis e decretos sobre o serviço eleitoral;

e) os pareceres do Procurador Geral da Justiça Eleitoral;

f) propostas, estudos e suggestões referentes á materia eleitoral.

Art. 20. O archivo eleitoral comprehende os seguintes registros:

1) dactylographo com uma 2ª secção para as fichas dos eleitores inscriptos mais de uma vez;

2) o de processos, com uma 2ª secção para as inscripções cancelladas, e para os processos de eleitores inscriptos mais de uma vez;

3) o eleitoral nacional, com uma 2ª secção de excluido.

CAPITULO II

DOS TRIBUNAES REGIONAES

Art. 21. Compõe-se cada Tribunal Regional, do presidente, de cinco membros effectivos e de cinco substitutos.

§ 1º. O presidente será o vice-presidente, ou, havendo mais de um, o 1º vice-presidente da Côte de Appellação.

§ 2º. Os demais membros serão designados do seguinte modo:

a) dois effectivos e dois substitutos, sorteados dentre os desembargadores da Côte de Appellação da respectiva séde;

b) o juiz federal da séde, ou, havendo mais de um, o da 2ª vara;

c) um juiz de direito da capital, eleito pela Côte de Appellação;

d) um effectivo e dois substitutos nomeados pelo Presidente da Republica, dentre seis cidadãos de notavel saber juridico e reputação illibada, indicados pela Côte de Appellação.

Art. 22. As vagas de juizes effectivos serão preenchidas por promoção dos substitutos, á escolha da Côte de Appellação.

§ 1º. Onde houver mais de uma vara federal, servirá o juiz da primeira como substituto do da segunda; onde hou-

ver só uma, ou em caso de impedimento do juiz da primeira, a substituição se fará de accordo com a organização judiciaria em vigor.

§ 2º. Substituirá o juiz de direito, que fôr membro effectivo do Tribunal Regional, o juiz de direito da séde, escolhido pela Côrte de Appellação, e, de preferencia, o que não fôr juiz eleitoral.

§ 3º. Não havendo na séde juizes de direito em numero sufficiente, a Côrte de Appellação sorteará um dentre seus membros, para servir no Tribunal Regional.

§ 4º. Far-se-ão as substituições dos desembargadores segundo a escala que a Côrte de Appellação organizar.

Art. 23. Compõe-se o Tribunal Regional do Territorio do Acre, do presidente e de tres membros effectivos e de tres substitutos, designados do seguinte modo:

a) um effectivo e um substituto dentre os desembargadores da Côrte de Appellação;

b) o juiz federal, cujo substituto será o juiz local da séde, respectado o disposto no § 2º, *in fine*, e § 3º do art. 22;

c) um effectivo e um substituto nomeados pelo Presidente da Republica, dentre quatro cidadãos com os requisitos do art. 10, § 2º, letra c.

Art. 24. Applica-se aos tribunaes regionaes o disposto nos arts. 10, §§ 3º, 4º e 5º, e 11.

Art. 25. Os tribunaes regionaes reunir-se-ão em sessão ordinaria, uma vez por semana, podendo elevar esse numero até tres, na época das apurações, e a juizo do presidente.

Art. 26. O juiz de Tribunal Regional, perceberá, além dos vencimentos da função publica que exercer, o subsidio de cem mil réis por sessão ordinaria a que compareça.

Paragrapho unico. O presidente em exercicio perceberá mais trezentos mil réis, mensaes, a titulo de representação.

Art. 27. Compete aos tribunaes regionaes:

a) cumprir e fazer cumprir as decisões e determinações do Tribunal Superior;

b) eleger, dentre seus membros, o vice-presidente;

c) elaborar seu regimento interno, organizar sua secretaria, cartorios e serviços auxiliares;

d) propor ao Poder Legislativo, por intermedio do Tribunal Superior, criação ou suppressão de empregos, e fixação dos vencimentos respectivos;

e) nomear, substituir e demittir os funcionarios da sua secretaria, dos seus cartorios e serviços auxiliares, observados os preceitos da lei;

f) conceder, nos termos da lei, licença aos seus membros, aos juizes eleitoraes e aos funcionarios que lhe forem immediatamente subordinados.

g) dividir em zonas a região eleitoral do respectivo Estado, Districto Federal ou Territorio, só podendo modificar-as quinquennalmente, salvo em caso de alteração da divisão judiciaria ou administrativa do Estado, ou Territorio, e em consequencia della;

h) dividir a região em circulos eleitoraes para o effeito da apuração das eleições municipaes;

i) remetter, mensalmente, ao Tribunal Superior, a relação dos eleitores excluidos do alistamento;

j) conceder *habeas-corpus* e mandado de segurança em matéria eleitoral;

k) responder a consultas que lhe sejam endereçadas por autoridades publicas ou partidos politicos;

l) processar a apuração dos suffragios, proclamar os eleitos e expedir os diplomas;

m) ordenar o registro dos partidos e dos candidatos;

n) instalar, em caso de necessidade, postos de emergência para o alistamento;

o) dar substitutos, até quatro dias antes da eleição, ao presidente ou aos supplentes das mesas receptoras, desde que a substituição se torne necessaria para a regularidade do serviço eleitoral, mediante reclamação justificada dos interessados;

p) processar e julgar crimes eleitoraes;

q) rever os processos de alistamento;

r) dar publicidade a todas as resoluções e pareceres de caracter eleitoral;

s) julgar, em segunda instancia, os recursos interpostos das decisões dos juizes das turmas apuradoras, nas eleições federaes ou estaduaes, ou das juntas apuradoras, nas eleições municipaes, e, bem assim, as reclamações contra actos e decisões de seu presidente;

t) fixar a data das eleições estaduaes e municipaes, quando já não estiverem determinadas na Constituição dos Estados, na Lei Organica do Districto Federal ou dos Territorios de maneira que realizem, de preferencia, nos tres primeiros, ou nos tres ultimos mezes dos periodos governamentais;

u) realizar *ex-officio*, ou a requerimento da parte interessada, os actos que deviam ser realizados pelos juizes eleitoraes, e não o foram, communicando sua resolução ao juiz faltoso;

v) decretar a perda de mandato legislativo nos casos estabelecidos nas Constituições dos Estados, na Lei Organica do Districto Federal ou dos Territorios;

x) requisitar, da autoridade competente, a força estadual necessaria ao cumprimento de suas decisões, e, por intermedio do Tribunal Superior, a federal, quando não seja attendida a requisição daquella, ou seu auxilio se torne inutil ou impraticavel.

Art. 28. Das decisões dos tribunaes regionaes haverá recurso para o Tribunal Superior.

Paragrapho unico. Decidirão, porém, em ultima instancia, sobre eleições municipaes, salvo:

a) quando pronunciarem nullidade ou invalidade de acto, ou lei, em face da Constituição Federal;

b) quando não observarem a jurisprudencia do Tribunal Superior.

Art. 29. Deliberam os tribunaes regionaes por maioria de votos, em sessões publicas, com a presença minima de metade e mais um de seus membros, computando-se entre estes o que exercer a presidencia.

SECÇÃO UNICA

Das Secretarias dos Tribunaes Regionaes

Art. 30. Os tribunaes regionaes organizarão suas secretarias e cartorio, propondo ao Poder Legislativo, por intermedio do Tribunal Superior, criação ou supressão de empregos e fixação dos vencimentos respectivos.

Paragrapho unico. A organização comprehenderá a dos registros e archivos eleitoraes.

Art. 31. Só poderá ser director da secretaria bacharel em direito.

Art. 32. Incumbe á secretaria:

a) receber e classificar os processos de inscripção, remettidos pelos cartorios, levando ao conhecimento do presidente do Tribunal as irregularidades que verificar;

b) colligir a prova nos processos de exclusão;

c) organizar, pelas segundas vias das folhas de votação, a lista dos eleitores que deixarem de cumprir o dever do voto;

d) prestar informações solicitadas pelas autoridades publicas, ou partidos politicos;

e) distribuir o material para as eleições;

f) exercer, em geral, as attribuições que lhe forem conferidas pelo regimento, e cumprir as determinações do Tribunal Regional.

Art. 33. O archivo eleitoral comprehenderá os seguintes registros:

a) o dactyloscopico, com uma secção para as fichas referentes aos eleitores inscriptos mais de uma vez;

b) o de processos, com uma secção para os cancellamentos de inscripções, e para os inscriptos mais de uma vez;

c) o eleitoral regional, com uma secção para os eleitores excluidos.

CAPITULO III

DOS JUIZES SINGULARES

Art. 34. Cabem a juizes locais vitalicios as funções de juizes eleitoraes, com jurisdicção plena.

§ 1°. Onde houver mais de uma vara, o Tribunal Regional designará aquella, ou aquellas, a que se attribue a jurisdicção eleitoral.

§ 2°. Nas varas com mais de um officio, servirá o escriptão que fôr indicado pelo Tribunal.

Art. 35. Os juizes eleitoraes despacharão todos os dias uteis na séde do juizo, e darão audiencia, pelo menos, uma vez por semana, salvo o disposto no art. 198.

Art. 36. Compete aos juizes singulares:

a) cumprir e fazer cumprir as determinações do Tribunal Superior ou Regional;

- b) preparar os processos eleitoraes e determinar a qualificação e inscripção dos eleitores;
- c) expedir os titulos eleitoraes, remettendo, ao mesmo tempo, os processos ao Tribunal Regional;
- d) conceder resalva ao eleitor, para que possa votar em determinada zona da região;
- e) conceder *habeas-corpus* e mandado de segurança em materia eleitoral;
- f) nomear o presidente e os supplentes das mesas receptoras;
- g) dar substitutos aos secretarios das mesas receptoras, mediante reclamação justificada dos interessados;
- h) providenciar para a solução das occorrencias que se verificarem nas mesas receptoras, mediante solicitação de seu presidente;
- i) instruir os membros das mesas receptoras sobre as suas funcções;
- j) organizar as listas dos eleitores da zona respectiva, enviando cópia ao Tribunal Regional;
- k) dividir a zona em secções eleitoraes com o minimo de cincoenta e o maximo de quatrocentos eleitores nas das capitães e trezentos nas demais;
- l) designar, trinta dias antes das eleições, os logares onde devem realizar-se as votações;
- m) auxiliar a apuração das eleições junto ao Tribunal Regional;
- n) participar das juntas apuradoras das eleições municipais.

Paragrapho unico. Nas comarcas, municipios ou termos, em que não exista juiz vitalicio, devem preparar os processos as autoridades judiciarias locais mais graduadas, remettendo-os para julgamento ao juiz vitalicio competente.

Art. 37. Perceberão os juizes singulares, além dos vencimentos a que tiverem direito, o subsidio annual de um conto e duzentos mil réis, pago em quotas mensaes.

SECÇÃO UNICA

Dos Cartorios Eleitoraes

Art. 38. Subordinado a cada juiz singular, funcionará um cartorio eleitoral, diariamente, das nove ás doze, e das quatorze ás dezesete horas, podendo o expediente ser prorogado pelo respectivo juiz.

§ 1º. O escrivão será auxiliado por escreventes juramentados, na forma da legislação local.

§ 2º. Haverá em cada cartorio eleitoral os seguintes livros, abertos, rubricados em todas as suas folhas e encerrados pelo juiz: um livro especial para o serviço de qualificação; um livro especial para os pedidos de inscripção e um livro protocollo para os demais papeis que derem entrada no cartorio; um protocollo de carga para registro de entrega e recebimento de autos em andamento.

Art. 39. Onde não houver cartorios eleitoraes privativos, a designação do cartorio que deve servir sob as ordens de cada juiz singular ou preparador, será feita pelo Tribunal Regional, ao dividir a região em zonas.

Art. 40. A substituição de um cartorio por outro, no serviço eleitoral, será determinada pelo Tribunal Regional, publicada em editaes e comunicada ao Tribunal Superior.

Paragrapho unico. A transferencia de um escrivão eleitoral nas funções da justiça commum, de um cartorio para outro, importa substituição identica na justiça eleitoral.

Art. 41. Nas varas onde houver mais de um cartorio, cada um delles é obrigado ao serviço eleitoral por periodos de tres annos.

Art. 42. Ao escrivão designado para os serviços eleitoraes é abonada a gratificação fixa de seiscentos mil réis por anno, paga em quotas mensaes, além de cem mil réis por grupo de quinhentos eleitores que, a partir desta lei, forem effectivamente alistados no seu cartorio.

CAPITULO IV

DAS JUNTAS APURADORAS DE ELEIÇÕES MUNICIPAES

Art. 43. Para a apuração das eleições municipaes ficam instituidas juntas especiaes, constituida cada uma de tres juizes locais vitalicios, servindo perante ellas representantes do Ministerio Publico da Justiça local.

§ 1º. Cada junta funcionará como turma apuradora.

§ 2º. Os membros das juntas, que tiverem de locomover-se para fóra do logar onde tenham exercicio, perceberão, dos cofres publicos estaduais, as despesas de transporte e as diarias fixadas para casos analogos.

Art. 44. Os tribunaes regionaes, sessenta dias antes das eleições municipaes, dividirão as respectivas regiões em circulos, comprehendendo, cada um, tres zonas no minimo e cinco no maximo, e designarão, além do representante do Ministerio Publico, os membros das juntas especiaes e o municipio onde respectivamente terão sua séde.

Paragrapho unico. Caberá desses actos recurso voluntario para o Tribunal Superior.

Art. 45. As juntas especiaes serão presididas pelo juiz que tiver jurisdição no municipio da séde.

Art. 46. O presidente da junta especial poderá nomear até seis escrutinadores, dentre cidadãos de notoria integridade e independencia.

Art. 47. O representante do Ministerio Publico desempenhará perante a junta, nos trabalhos de apuração, as funções do procurador regional.

Art. 48. Por deliberação do Tribunal Regional, *ex officio*, ou a requerimento, devidamente comprovado, de qualquer partido, ou candidato, far-se-á a apuração pelo proprio Tribunal, sempre que, se feita pelas juntas especiaes, possa haver risco de incorrecção, ou de perturbação da ordem na séde do circulo.

CAPITULO V

DO MINISTERIO PUBLICO

Art. 49. O Ministerio Publico da Justiça Eleitoral é exercido por um procurador geral e vinte e dois procuradores regionaes, nomeados pelo Presidente da Republica, dentre juristas de notavel saber, alistados eleitores.

Art. 50. O procurador geral será substituido, em seus impedimentos, pelo procurador regional do Districto Federal; e os procuradores regionaes pelo promotor publico da capital, ou pelo primeiro, quando houver mais de um.

Art. 51. As funcções de procurador são incompativeis com o exercicio da advocacia em materia criminal ou de qualquer outra funcção publica remunerada, salvo o magisterio, importando perda do cargo a violação deste preceito.

Paragrapho unico. Tambem não póde o procurador ter actividade politico-partidaria.

Art. 52. Compete ao procurador geral, como chefe do Ministerio Publico da Justiça Eleitoral, de que é órgão junto ao Tribunal Superior:

a) exercer a acção publica e promover-a até final em todas as causas da competencia do Tribunal;

b) officiar, e dizer de facto e de direito, nos processos criminaes e nos processos eleitoraes em que houver impugnacção;

c) dar parecer sobre os assumptos submettidos á deliberação do Tribunal, e tomar parte nos respectivos debates;

d) defender a jurisdicção do Tribunal;

e) representar ao Tribunal o que entender necessario á fiel observancia da lei eleitoral, e especialmente para que ella seja executada uniformemente, quer pelo Tribunal Superior, quer pelos regionaes;

f) requisitar das autoridades competentes as diligencias, certidões e esclarecimentos necessarios ao bom desempenho das funcções do seu cargo;

g) ministrar instrucções aos procuradores regionaes;

h) dar posse aos procuradores regionaes e aos funcionarios do Ministerio Publico Eleitoral, podendo ser prestado por procuração o compromisso de bem servir;

i) conceder licença aos procuradores e funcionarios do Ministerio Publico Eleitoral.

Art. 53. Compete aos procuradores, que exercem suas attribuições perante os tribunaes regionaes, um em cada região eleitoral:

a) promover acção publica contra as infracções da lei eleitoral, em todas as causas de competencia do Tribunal em que servir;

b) officiar, e dizer de facto e de direito, nos processos criminaes promovidos por qualquer eleitor, e nos recursos criminaes;

c) velar na boa execução das leis, decretos e resoluções eleitoraes;

- d) defender a jurisdição do Tribunal;
- e) requisitar das autoridades competentes diligencias, certidões e esclarecimentos necessarios ao bom desempenho de suas funcções;
- f) opinar sobre qualquer assumpto submettido á apreciação do Tribunal;
- g) attender ás determinações do Procurador Geral sobre materia concernente ao exercicio de seu cargo.

Art. 54. Fóra da séde do Tribunal Regional, os membros do Ministerio Publico Estadual, sempre que solicitados pelo procurador regional, funccionarão como auxiliares deste e bem assim:

- a) promoverão acção penal, nos delictos cujo processo e julgamento sejam de competencia dos juizes singulares eleitoraes;
- b) participarão das juntas apuradoras das eleições municipaes;
- c) officiarão em todos os actos que devam produzir effeito perante a justiça eleitoral.

Art. 55. Os presidentes dos tribunaes eleitoraes nomearão procuradores *ad hoc* nos casos de impedimento dos respectivos substitutos.

Art. 56. Os presidentes dos tribunaes regionaes designarão funccionarios para servirem junto á Procuradoria, de accordo com o seu regimento.

Art. 57. E' mantida a secretaria da Procuradoria Geral com a sua actual organização, podendo o presidente do Tribunal designar para nella servirem, outros funccionarios.

PARTE TERCEIRA

Do alistamento

TITULO I

Da qualificação

Art. 58. Faz-se a qualificação a requerimento do interessado.

Art. 59. Deve o requerimento de qualificação:

- 1) ser escripto e firmado pelo petionario com a letra e a assignatura legalmente reconhecidas;
- 2) declarar idade, filiação, logar do nascimento, estado civil e profissão do alistando;
- 3) declarar o domicilio civil do requerente, mencionando o districto a que pertence, e, se fôr morador urbano, a rua e numero de sua residencia;
- 4) conter a attestação, por duas testemunhas, da verdade das declarações do n. 3, e da identidade pessoal do requerente. Para esse effeito, essas testemunhas assignarão com firmas reconhecidas, mencionando suas profissões e residencias, o seguinte attestado, escripto por uma dellas;

"Attestamos, sob as penas da lei, a identidade do requerente; que esta petição é por elle escripta e assignada, e que são verdadeiras as suas declarações sobre domicilio e residencia."

5) ser instruido: 1° — com a prova da qualidade de nacional, se nascido no estrangeiro, e 2° — com a de maioridade do alistando, feita por um dos seguintes meios: a) certidão de baptismo, quando se tratar de pessoa nascida antes de 1 de janeiro de 1889; b) certidão de registro civil de nascimento; c) certidão de casamento, quando della constem a data de sua realização e idade do alistando; d) certidão do registro civil de nascimento de descendente, ha mais de dois annos; e) certidão de exercicio actual, ou anterior, de função politica electiva; f) certidão de diploma conferido por estabelecimento de ensino superior, official ou fiscalizado pela União; de patente de posto militar; de nomeação, ou exercicio, de função publica permanente, remunerada pelos cofres publicos, para a qual a lei exija idade minima de dezoito annos, comtanto que uma e outro se hajam verificado mais de um anno antes da data do requerimento de qualificação; g) certificado de prestação de serviço militar, expedido pelos chefes das circumscripções militares, com firmas devidamente reconhecidas; h) documento de natureza judiciaria de que se infira, por direito, ter o alistando mais de dezoito annos; i) certidão de director de estabelecimento de ensino superior, official ou fiscalizado pela União, fazendo certa a idade do academico alistando, constante de certidão junta aos documentos de matricula.

§ 1°. Apresentado o requerimento pelo proprio alistando, por procurador ou delegado de partido, é permitido ao alistando identificar-se no cartorio de seu domicilio ou em gabinete official de identificação, mesmo antes de deferida a qualificação.

§ 2°. Logo depois de receber qualquer requerimento, de que dará recibo, o escrivão, pondo-lhe carimbo ou rubrica, com a data da entrega e o numero correspondente, observada rigorosamente a ordem de apresentação, fará a competente annotação ou menção do facto no Livro Especial de Qualificação e o termo de conclusão ao juiz eleitoral, depois de autuado, com todos os documentos, e numeradas todas as folhas.

§ 3°. A conclusão e a entrega ao juiz, assim como o recebimento e a autuação pelo serventuario, obedecerão rigorosamente á ordem numerica, do que se fará menção no recibo dado ao apresentante, sempre que o solicitar. No caso de apresentação simultanea de requerimentos para qualificação, o escrivão pol-os-á em ordem alphabetica, pela qual os lançará no protocollo.

§ 4°. Conclusos os autos ao juiz, este, se fôr juiz eleitoral vitalicio, proferirá decisão, qualificando ou não o requerente; e, se fôr juiz preparador, ordenará sejam os autos remetidos ao juiz eleitoral da séde da zona.

§ 5°. Recebendo os autos com o despacho do juiz, o escrivão organizará, com os nomes dos qualificados nelle e nos demais despachos de qualificação publicados no mesmo dia, uma relação diaria, que será affixada á porta do cartorio e fornecida á imprensa, onde houver, o que feito, serão entre-

gues os autos aos respectivos requerentes, ou procuradores, ou delegados de partidos, que o hajam entregue, mediante recibo assignado no livro especial.

§ 6º. No caso de não saber o alistando passar o recibo, de que trata o paragrapho antecedente, nem sequer, sendo cego, assigná-lo, o escrivão deve sobreestar na entrega dos autos e nelles communicar o facto immediatamente ao juiz, que ordenará por despacho o comparecimento do alistando para uma prova em audiencia publica, em que se verificará pela leitura em voz alta do proprio requerimento, ou de uma de suas peças annexas, e pela escripta de algumas phrases, se elle é de facto analphabeto.

§ 7º. Verificando que o alistando é analphabeto, o juiz reformará immediatamente o despacho, negará a qualificação e ordenará que se promova a responsabilidade do tabellião, que houver reconhecido a letra e a firma do requerimento como se fossem do alistando, e, bem assim, a de qualquer pessoa que houver tido participação no facto. No caso contrario, mandará responsabilizar o escrivão, se representou falsamente.

Art. 60. Os cégos alphabetizados, que reunirem as demais condições de alistamento, poderão qualificar-se mediante petição, por elles apenas assignada, com as letras communs, ou com as do systema de Braille.

Paragrapho unico. A assignatura do cego, com as letras do systema de Braille, deverá ser feita na presença de um dos directores ou professores de institutos de educação de cégos, e reconhecida como havendo sido escripta perante elle, director, ou professor, pelo alistando.

TITULO II

Da inscripção

CAPITULO

DO PROCESSO DA INSCRIPÇÃO

Art. 61. Para se inscrever, apresentará o alistando, no cartorio do juiz eleitoral ou do juiz preparador de seu domicilio:

1) a formula de inscripção, devidamente preenchida e com o logar da assignatura em branco, para ser assignada na presença do escrivão, ou escrevente autorizado, que lançará sua rubrica ao lado da assignatura do alistando, como prova dessa circumstancia;

2) tres retratos com as dimensões aproximadas de tres por quatro centimetros, apresentando a imagem nitida da cabeça tomada de frente e, se o contrario não fôr da essencia do habito usado, descoberta;

3) o processo de qualificação.

Art. 62. Onde houver gabinete official de identificação, é necessaria a identificação do alistando pelo processo dactyloscopico.

Paraphrasso unico. A identificação consistirá:

a) na tomada das impressões dos pollegares e, em sua falta, de outro dedo, successivamente, em duas fichas dactyloscópicas, uma destinada ao Tribunal Regional e a outra ao Tribunal Superior;

b) na tomada, nas tres vias do titulo, da assignatura do alistando e da impressão digito-pollegar direito, ou, na falta do pollegar, da de outro dedo, com a declaração de qual tenha sido.

Art. 63. Recebido o pedido de inscripção, do qual o escrivão dará recibo, segundo a ordem da entrada, proceder-se-á da seguinte fórma:

1) o escrivão ou escrevente lançará, no livro proprio, o pedido de inscripção, declarará na petição o numero e a data que couberem ao pedido, preencherá na fórma devida os titulos eleitoraes e as fichas dactyloscópicas;

2) será affixado, no cartorio, edital relativo ao pedido de inscripção;

3) o escrivão ou escrevente autorizado preparará tres vias do titulo eleitoral, collando em cada uma dellas a photographia do alistando;

4) decorrido o prazo de cinco dias, com ou sem impugnação, o escrivão fará os autos conclusos ao juiz eleitoral.

Paraphrasso unico. Aos delegados de partidos, ou a qualquer eleitor, é licito, dentro de cinco dias depois de noticiada em edital, impugnar por escripto qualquer inscripção.

Art. 64. O alistando poderá reclamar perante o juiz eleitoral, ou directamente ao Tribunal Regional, o andamento do processo de inscripção ou quaesquer providencias relativas ao mesmo.

Art. 65. O processo da impugnação será o do art. 81 deste Codigo.

CAPITULO II

DA EXPEDIÇÃO DOS TITULOS

Art. 66. O juiz eleitoral, verificando a perfeita regularidade do processo, ordenará, dentro de cinco dias, a expedição do titulo, depois de assignar a primeira via, abaixo da assignatura do eleitor, e de rubricar a segunda e a terceira vias.

§ 1º. Se houver falhas sanaveis no processo, o juiz mandará suppril-as.

§ 2º. O cartorio affixará á porta do juizo, e publicará no órgão official, onde houver, a lista dos inscriptos, cujos titulos se achem promptos para serem entregues, devendo constar na lista, de cada inscripto, o nome, filiação, logar e data do nascimento; profissão ou cargo, estado civil e domicilio.

§ 3°. Entregue que seja o título, será o processo enviado ao Tribunal Regional, que procederá á sua revisão, mandando preencher formalidades que tenham sido omitidas, ou cancellar a inscripção. Nesta hypothese, providenciará o juiz eleitoral para o cumprimento da decisão, expedindo editaes para sciencia dos interessados e intimação do eleitor para devolver o título no prazo de trinta dias, cancellando-se-lhe o nome na lista de eleitores.

§ 4°. Se o Tribunal Regional verificar perfeita legalidade na expedição do título, ordenará á secretaria a remessa da terceira via de um dos exemplares da ficha dactyloscopica, se for caso, á secretaria do Tribunal Superior, archivando-se o processo.

§ 5°. O eleitor, que houver perdido seu título, poderá requerer outra via ao juiz de seu domicilio eleitoral, devendo apresentar, com o requerimento, novas photographias e as formulas de inscripção, devidamente preenchidas, reproduzindo-se os modelos dos titulos eleitoraes, observando-se ainda o disposto no art. 62.

§ 6°. Concedida a outra via, as demais formulas serão enviadas ao Tribunal Regional para os effeitos dos §§ 3° e 4° acima.

§ 7°. O juiz fará publicar edital com o aviso da expedição da nova via.

Art. 67. Na expedição de titulos, será obedecida rigorosamente a ordem da conclusão dos autos.

CAPITULO III

DO DOMICILIO ELEITORAL

Art. 68. Domicilio eleitoral é o lugar onde o cidadão se inscreve como eleitor, e deve coincidir com o domicilio civil.

Paragrapho unico. Se tiver mais de um domicilio civil (Codigo Civil, art. 32), escolherá um delles para domicilio eleitoral.

Art. 69. Em caso de mudança de domicilio civil para a mesma região eleitoral, requererá o eleitor sua transferencia ao juiz do novo domicilio.

§ 1°. O requerimento será acompanhado do título do eleitor, e declaração do novo domicilio, abonada por duas testemunhas, na fórmula do art. 59, n. 4.

§ 2°. O escrivão autuará o requerimento e annunciará em edital, subindo os autos conclusos ao juiz, após o decurso do prazo de cinco dias, com ou sem impugnação.

§ 3°. A impugnação processar-se-á nos termos do artigo 81.

§ 4°. Deferido o pedido de transferencia, o juiz ordenará a restituição do título ao eleitor, com as necessarias anotações, e remetterá o processado ao Tribunal Regional.

§ 5°. Se no novo domicilio houver gabinete official de identificação, o requerimento de transferencia será instruido com a identificação do requerente, nos termos do paragrapho unico do art. 62.

Art. 70. Se a mudança de domicilio fôr para outra região eleitoral, deverá processar-se nova inscrição, a cujos autos se juntará o título anterior.

Art. 71. Quando o eleitor, que pedir transferencia, não possuir o título, instruirá o requerimento com certidão da inscrição. Nesse caso, deferido o pedido, preencherá as formalidades legais para a obtenção de novo título.

Art. 72. A secretaria do Tribunal Regional do novo domicilio registrará a mudança, communicando-a, para os devidos efeitos, á secretaria do Tribunal Superior.

Art. 73. Não é permittida mudança de domicilio senão um anno, pelo menos, depois de inscripto o eleitor, ou de annotada a mudança anterior.

§ 1º. O eleitor, que transferir seu domicilio eleitoral, não poderá votar antes de decorridos tres mezes.

§ 2º. Os funcionarios publicos, civis ou militares, quando removidos, poderão requerer transferencia de domicilio sem as restricções estabelecidas neste artigo.

Art. 74. O eleitor que, por justo motivo, não puder estar em seu domicilio no dia da eleição federal ou estadual, pedirá ao juiz eleitoral resalva que o habilite a votar em outra secção.

§ 1º. O juiz que conceder a resalva communicará o facto ao Tribunal Regional, mencionando o nome do eleitor, numero de inscrição, lugar onde devia e onde vae votar.

§ 2º. A resalva só é valida para a eleição a que se referir, podendo ser pedida e transmittida por telegramma com firma reconhecida.

§ 3º. O voto será recebido com as mesmas cautelas adoptadas para os votos impugnados por duvida quanto á identidade do eleitor, remettendo-se a resalva ao Tribunal apurador, juntamente com os papeis da eleição.

TITULO III

Do cancellamento e da exclusão

Art. 75. Cancellar-se-á a inscrição cuja illegalidade ou caducidade fôr verificada.

CAPITULO I

DAS CAUSAS DO CANCELLAMENTO

Art. 76. São causas de cancellamento:

- 1) qualquer infracção do art. 59 desteCodigo;
- 2) suspensão ou perda dos direitos politicos, nos termos dos artigos 110 e 111 da Constituição Federal;
- 3) pluralidade de inscrição;
- 4) fallecimento.

CAPITULO II

DA EXCLUSÃO E SEU PROCESSO

Art. 77. A exclusão dos inscriptos é promovida *ex officio*, ou a requerimento de qualquer eleitor, ou delegado de partido.

Paragrapho unico. Durante o processo, e enquanto a exclusão não fôr decretada, póde o eleitor votar.

Art. 78. Qualquer eleitor ou delegado de partido póde assumir a defesa do eleitor cuja exclusão estiver sendo promovida.

Art. 79. Dá-se a exclusão *ex officio*, sempre que ao conhecimento do Tribunal chegue alguma das causas de cancellamento.

Paragrapho unico. E' prova bastante da falsidade ou pluralidade de inscripção a certidão, expedida pela secretaria do Tribunal Superior, de haver, no archivo eleitoral, fichas dactyloscópicas da mesma pessoa, inscripta sob nomes diversos, ou em differentes logares, sendo admittidos, entretanto, outros meios de prova.

Art. 80. Apurado o facto determinante da exclusão, enviar-se-ão ao juiz eleitoral os documentos comprobatorios, observando-se, no que fôr applicavel, o processo estabelecido no artigo seguinte.

Art. 81. Na exclusão requerida, tomará o juiz eleitoral estas providencias:

- 1) mandará autuar e registrar a petição;
- 2) publicará edital, com prazo de dez dias, para sciencia do interessado, que poderá contestar dentro de cinco dias;
- 3) concederá dilação probatoria de cinco a dez dias, se requerida;
- 4) remetterá, a seguir, o processo devidamente informado ao Tribunal, que resolverá dentro de dez dias.

§ 1º. Se, declarada a exclusão, nenhum recurso fôr interposto, o presidente do Tribunal Regional communicar-o-á ao Tribunal Superior, para o cancellamento no seu archivo.

§ 2º. Havendo recurso, o Tribunal Regional fará subir os autos ao Tribunal Superior, que resolverá no prazo maximo de quinze dias.

§ 3º. Confirmada a decisão recorrida, o Tribunal Superior ordenará á secretaria o cancellamento da inscripção.

§ 4º. Cessando a causa que haja motivado a exclusão de qualquer inscripto, será este readmittido a inscrever-se, mediante requerimento dirigido ao juiz de seu domicilio, e na conformidade do processo de inscripção.

PARTE QUARTA

Das eleições

TITULO I

Do systema eleitoral

Art. 82. Obedecerão as eleições para a Camara dos Deputados, Assembléas Estaduaes e Camaras Municipaes ao systema de representação proporcional, e voto secreto, absolutamente indevassavel.

CAPITULO I

DO VOTO SECRETO

Art. 83. Resguardam o sigillo do voto, quando a votação não seja em machina, as seguintes providencias:

1) uso de sobrecartas officiaes, uniformes, opacas, numeradas pelo presidente das mesas receptoras, de um a nove, successivamente, á medida que forem entregues aos eleitores;

2) isolamento do eleitor em gabinete indevassavel, para o só effeito de introduzir a cedula de sua escolha na sobrecarta, e, em seguida, fechal-a;

3) verificação da identidade da sobrecarta, á vista do numero e rubrica;

4) emprego de urna sufficientemente ampla, para que se não accumulem as sobrecartas na ordem em que forem introduzidas.

Parapho unico. Quando a votação se fizer em machina, o seu uso será regulado pelo Tribunal Superior.

CAPITULO II

DO REGISTRO DOS CANDIDATOS

Art. 84. Sómente poderão concorrer ás eleições candidatos registrados por partidos ou allianças de partidos, ou mediante requerimento de eleitores: cincoenta, nas eleições municipaes, e duzentos nas estaduaes ou federaes.

§ 1°. A cada assignatura deve ser apposto o numero do titulo do eleitor.

§ 2°. Nenhum eleitor, sob a pena do artigo 183, n. 3, pôde assignar mais de um requerimento.

Art. 85. Far-se-á o registro dos candidatos:

a) nas eleições federaes ou estaduaes, no Tribunal Regional, até quinze dias antes dellas;

b) nas eleições municipaes, no juizo eleitoral da respectiva zona, até cinco dias antes dellas.

§ 1°. O registro poderá ser promovido por delegado de partido, autorizado em documento authenticico, inclusive telegramma expedido por quem responda pela direcção partidaria, e com a assignatura reconhecida por tabellião.

§ 2°. Toda lista de candidatos será encimada por legenda.

§ 3°. Do deferimento do registro nas eleições municipaes dará o juiz eleitoral immediata communicacão ao presidente do Tribunal Regional.

Art. 86. Poderá qualquer candidato, até dez dias antes do pleito, nas eleições federaes e estaduaes, e até tres nas municipaes, requerer, em petição com firma reconhecida, o cancellamento do seu nome no registro.

§ 1°. Desse facto, o presidente do Tribunal, ou o juiz eleitoral, a que couber conhecer da petição, dará sciencia immediata ao partido, ou alliança de partidos, ou grupo de eleitores, que tenha feito a inscripção, ficando salvo ao partido, ou alliança de partidos, dentro de quarenta e oito horas de recebida a communicacão, substituir por outro o nome cancellado.

§ 2°. Considerar-se-á não escripto na cedula o nome do candidato que haja pedido cancellamento de sua inscripção.

Art. 87. Não será permittido a candidato figurar em mais de uma legenda, senão quando assim fôr requerido por dois ou mais partidos, em petição conjuncta.

Art. 88. Considerar-se-á avulso o candidato registrado uninominalmente, a requerimento de eleitores, nos termos do art. 84, e sem legenda.

CAPITULO III

DA REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL

Art. 89. Far-se-á a votação em uma cedula só, contendo apenas um nome, ou legenda e qualquer dos nomes da lista registrada sob a mesma.

Art. 90. Estarão eleitos em primeiro turno:

a) os candidatos que tiverem obtido o quociente eleitoral (art. 91);

b) os candidatos da mesma legenda mais votados nominalmente, quantos indicar o quociente partidario (art. 92).

Art. 91. Determinar-se-á o quociente eleitoral, dividindo-se o numero de votos validos apurados pelo de logares a preencher na circumscripção eleitoral, desprezada a fracção se igual ou inferior a meio, e equivalente a um, se superior.

Paragrapho unico. Contar-se-ão como validos os votos em branco.

Art. 92. Determinar-se-á o quociente partidario, dividindo-se pelo quociente eleitoral o numero de votos validos emittidos em cédulas sob a mesma legenda, desprezada a fracção.

Art. 93. Para se apurar o quociente eleitoral do candidato (art. 90 a), ou a ordem de votação nominal (artigo 90,b), não se sommarão votos de cédulas avulsas com os de cédulas sob legenda, nem os destas com os de cédulas sob legenda diversa, mesmo no caso do art. 87.

§ 1.º O candidato, contemplado em diferentes quocientes partidarios, considerar-se-á eleito sob a legenda em que obtiver maior votação.

§ 2.º Considerar-se-á eleito, fóra do partido que o registrou, o candidato que tiver alcançado, em votação avulsa, o quociente eleitoral.

Art. 94. Estarão eleitos em segundo turno, até serem preenchidos os logares que não o foram em primeiro, os candidatos mais votados e ainda não eleitos, de partidos que houverem alcançado o quociente eleitoral, observadas estas regras:

a) dividir-se-á o numero de votos emittidos sob a legenda de cada partido pelo numero de logares por elle já obtidos mais um, cabendo o logar a preencher ao partido que alcançar maior média;

b) repetir-se-á essa operação até o preenchimento de todos os logares;

c) para se apurar qual o candidato mais votado do partido a que coube o logar, sommar-se-ão os votos de cédulas avulsas com os de cédulas sob legenda, e os destas com os de cédulas sob legenda diversa.

Art. 95. Se nenhum partido alcançar o quocienté eleitoral, considerar-se-ão eleitos, em segundo turno, todos os candidatos mais votados na eleição, até serem preenchidos os logares.

Art. 96. Estarão eleitos supplentes de representação partidaria:

a) os mais votados sob a mesma legenda e não eleitos effectivos, nas listas do partido;

b) na falta delles, os candidatos constantes da respectiva lista, na ordem decrescente da idade.

Art. 97. Será nulla a cedula que contiver mais de um nome, legenda não registrada, ou legenda e nome extranho á lista respectiva.

Art. 98. A cedula que contiver apenas legenda registrada será computada para a determinação dos quocientes eleitoral e partidario.

Art. 99. Em caso de empate, haver-se-á por eleito o candidato mais idoso.

TITULO II**Da elegibilidade**

Art. 100. Só póde ser eleito Presidente da Republica, ou Senador, o brasileiro nato, alistado eleitor, maior de trinta e cinco annos.

Art. 101. Só poder ser eleitos para a Camara dos Deputados os brasileiros natos, alistados eleitores, maiores de vinte e cinco annos.

102. São inelegiveis em todo o territorio da União:

a) o Presidente da Republica, os governadores dos Estados, os interventores federaes, o prefeito do Districto Federal, os governadores dos Territorios, e os Ministros de Estado, até um anno depois de cessadas definitivamente as respectivas funcções;

b) os chefes do Ministerio Publico, os membros do Poder Judiciario, os Ministros do Tribunal de Contas e os chefes e sub-chefes do Estado-Maior do Exercito e da Armada;

c) os parentes até 3º gráo, inclusive os affins, do Presidente da Republica, até um anno depois de haver este definitivamente deixado o cargo, salvo, para a Camara dos Deputados e o Senado Federal, se já tiverem exercido o mandato, anteriormente, ou forem eleitos simultaneamente com o Presidente;

d) os que não estiverem alistados eleitores.

Art. 103. São inelegiveis nos Estados, no Districto Federal e nos Territorios:

a) os secretarios de Estado e os chefes de Policia até um anno após a cessação definitiva das respectivas funcções;

b) os commandantes de forças do Exercito e da Armada ou das Palicias alli existentes;

c) os parentes até o 3º gráo, inclusive os affins, dos governadores e interventores dos Estados, do prefeito do Districto Federal e dos governadores dos Territorios, até um anno após a cessação definitiva das respectivas funcções, salvo, quanto á Camara dos Deputados, ao Senado Federal e ás Assembléas Legislativas, se já tiverem exercido o mandato, ou fór a eleição simultanea com a investidura das funcções do respectivo parente.

Art. 104. São inelegiveis nos Municipios:

a) os prefeitos;

b) as autoridades policiaes;

c) os funcionarios do fisco;

d) os parentes até 3º gráo, inclusive os affins, dos prefeitos, até um anno após a cessação definitiva das funcções, destes, salvo, relativamente ás Camaras Municipaes, ás Assembléas Legislativas e á Camara dos Deputados e ao Senado Federal, se já tiverem exercido o mandato anteriormente, ou forem eleitos simultaneamente com o Prefeito.

Art. 105. Além das inelegibilidades acima mencionadas, prevalecerão, por Estados e Municipios, as que forem estabelecidas nas constituições e leis estaduais.

TITULO III

Dos actos preparatorios das eleições

Art. 106. Setenta dias antes de cada eleição, serão encerradas, improrogavelmente, ás dezoito horas, as qualificações eleitoraes, podendo votar os inscriptos até sessenta dias antes della.

§ 1.º Os juizes eleitoraes communicarão ao Tribunal Regional, no dia seguinte ao do encerramento da inscripção, o numero de cidadãos inscriptos na zona.

Art. 107. O Tribunal Regional, treze dias antes das eleições federaes e estaduaes, e bem assim os juizes tres dias antes das municipaes, farão publicar, em jornal official onde houver, e, não o havendo, em cartorio, os nomes dos candidatos registrados até a vespera, e a relação dos partidos registrados.

§ 1.º Os nomes dos candidatos serão communicados por telegramma circular, ou, na falta de telegrapho, pelo meio mais rapido, aos presidentes e supplentes de mesas receptoras da respectiva região eleitoral.

§ 2.º O texto do telegramma será remettido á estação telegraphica, acompanhado de uma relação com os nomes e endereços dos destinatarios.

CAPITULO I

DAS SECÇÕES ELEITORAES

Art. 108. Nos municipios em que não houver mais de trezentos eleitores, organizar-se-á uma unica secção eleitoral.

§ 1.º Se o eleitorado do municipio exceder a trezentos eleitores, o juiz eleitoral distribui-o-á em secções, respeitado o disposto no art. 34, letra *k*, attendendo, sempre, aos meios de transporte e á residencia dos eleitores.

§ 2.º Da distribuição dos eleitores por secções, feita pelo juiz eleitoral, cabe recurso, interposto em quarenta e oito horas, por delegado de partido, para o Tribunal Regional.

Art. 109. O eleitor cujo nome tenha sido omittido, ou figurar errado ou truncadamente na lista, póde reclamar, verbalmente, por escripto, ou por telegramma, ao juiz, ao Tribunal Regional, ou, directamente, ao Tribunal Superior.

§ 1.º Tal reclamação póde ser feita por delegado de partido.

§ 2.º Verificada a procedencia da reclamação, providenciara a autoridade competente para sanar a irregularidade.

CAPITULO II

DAS MESAS RECEPTORAS

Art. 110. A cada secção eleitoral corresponderá uma mesa receptora de votos.

Art. 111. Constituirão a mesa receptora um presidente, um primeiro e um segundo supplentes, nomeados pelo juiz eleitoral, trinta dias antes da eleição, e dois secretarios nomeados pelo presidente da mesa.

§ 1.º Não poderão ser nomeados presidentes e supplentes:

- a) os cidadãos que não forem eleitores na zona;
- b) os funcionarios que não possam ser demittidos sem justa causa ou motivo de interesse publico (Const. art. 169, paragrapho unico);
- c) os que pertençam á magistratura eleitoral;
- d) os candidatos e seus parentes consanguineos ou afins até o 2º gráo civil, inclusive;
- e) os membros de directorias de partido politico.

§ 2.º Serão, de preferencia, nomeados os magistrados, membros do Ministerio Publico, professores, diplomados em profissão liberal, serventuarios de justiça e contribuintes de imposto directo.

§ 3.º O juiz eleitoral publicará, sem demora, as nomeações que houver feito, e convocará os nomeados para constituirem as mesas no dia e logares designados, ás sete horas da manhã.

§ 4.º Os motivos justos, que tiverem para recusar a nomeação, só poderão ser allegados pelos nomeados até dez dias antes da eleição.

§ 5.º Os nomeados serão obrigados a declarar a existencia de qualquer dos impedimentos acima enumerados, sob as penas do art. 183, n. 25.

Art. 112. Os supplentes das mesas receptoras auxiliarão e substituirão o presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, e assignarão as actas de abertura e encerramento da eleição.

§ 1.º Será annotada na acta a hora exacta em que se substituirem os presidentes das mesas.

§ 2.º O presidente deverá estar presente ao acto de abertura e de encerramento das eleições, salvo força maior, communicando o impedimento aos dois supplentes, pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou immediatamente, se o impedimento se dê dentro desse prazo, ou no curso da eleição.

§ 3.º Não comparecendo o presidente até sete horas e trinta minutos, assumirá a presidencia o primeiro supplente, e, na falta, ou impedimento, o segundo, bastando que compareça o presidente ou um dos supplentes para que se realize a eleição.

§ 4.º Não se reunindo a mesa, por qualquer motivo, assistirá aos eleitores a faculdade de votar em outra, sob a jurisdição do mesmo juiz, tomando-se-lhes os votos com as cautelas do art. 132, § 2.º.

Art. 113. Se no dia designado para o pleito deixarem de se reunir todas as mesas eleitoraes de um municipio, o presidente do Tribunal Regional logo determinará dia para se realizar o mesmo, instaurando-se inquerito para apurar as causas da irregularidade e para punição dos responsaveis.

Art. 114. Compete ao presidente da mesa receptora, e, em sua falta, aos supplentes:

- 1) receber os suffragios dos eleitores;
- 2) decidir immediatamente todas as difficuldades, ou duvidas que occorrerem;
- 3) manter a ordem, para o que disporá da força publica necessaria;
- 4) communicar ao Tribunal Regional as occorrencias, cuja solução deste dependerem, e, aos casos de urgencia, recorrer ao juiz eleitoral, que providenciara immediatamente;
- 5) remetter á secretaria do Tribunal Regional todos os papeis que tiverem servido durante a recepção dos votos;
- 6) authenticar, com sua assignatura, as sobrecartas officiaes e numeral-as, a tinta, de um a nove;
- 7) assignar as fórmulas de observações, dos fiscaes ou delegados de partidos.

Art. 115. Cada mesa receptora terá dois secretarios, nomeados pelo presidente, setenta e duas horas, pelo menos, antes de começar a eleição.

§ 1.º Deverão os secretarios ser eleitores na zona e, de preferencia, serventuarios de Justiça, não podendo ser candidatos ou parentes destes, consanguineos ou affins até o 2.º grão civil.

§ 2.º Sua nomeação será communicada, immediatamente, por telegramma ou carta, ao juiz eleitoral, e publicada pela imprensa, ou por edital affixado á frente do edificio onde tiver de funcionar a mesa.

§ 3.º Compete aos secretarios:

- a) dar aos eleitores a senha de entrada, previamente rubricada ou carimbada;
- b) tomar, no caso de protesto, quanto á identidade do eleitor, sua assignatura e, havendo gabinete official de identificação, as impressões digitaes;
- c) lavrar as actas de abertura e encerramento da eleição;
- d) authenticar, juntamente com o presidente, as sobre-cartas officiaes;
- e) cumprir as demais obrigações que lhes forem attribuidas em regulamentos ou instrucções.

§ 4.º As attribuições das letras *a* e *b* serão exercidas por um dos secretarios e as letras *c* e *d* pelo outro, conforme designação do presidente, exercendo ambos conjuntamente as restantes.

§ 5.º O cargo de secretario será de acceitação obrigatoria, e não poderá ser renunciado.

§ 6.º No impedimento ou falta do secretario, funcio-nará o substituto que o presidente nomear.

Art. 116. Perante as mesas receptoras, cada partido po-derá nomear um fiscal, assistindo igual direito aos candi-datos.

Art. 117. O presidente, supplentes, secretarios, fiscaes ou delegados de partidos, assim como as autoridades, poderão votar perante as mesas em que estiverem servindo, ainda que eleitores de outra secção, e desde que se trate de eleição em que seus votos possam ser validamente apurados, anno-tando-se o facto na respectiva acta.

CAPITULO III

DO MATERIAL PARA VOTAÇÃO

Art. 118. Aos juizes eleitoraes remetterá o Tribunal Regional o material necessario á realização das eleições, conforme o artigo seguinte.

Art. 119. Os juizes eleitoraes enviarão ao presidente de cada uma das mesas receptoras, de modo que chegue pelo menos quarenta e oito horas antes da eleição, o seguinte ma-terial:

- 1) lista dos eleitores da secção eleitoral;
- 2) relação dos partidos e das legendas registrados, com os respectivos candidatos inscriptos, bem como a dos candi-datos avulsos registrados;
- 3) duas folhas de votação dos eleitores da secção, e duas para eleitores de outras, devidamente rubricadas pelo juiz;
- 4) uma urna vazia, fechada, lacrada ou sellada na fe-chadura da porta destinada á retirada das sobrecartas e da fenda de introdução das mesmas. A chave da primeira ficará sob a guarda do presidente do Tribunal Regional e a da fenda, se houver, será remettida ao presidente da mesa receptora. Em vez de sellos protectores dos fechos, poderão ser usadas tiras de papel ou panno fortes, rubricadas pelo presidente do Tribunal Regional ou por algum de seus mem-bros, conforme as designações que aquelle fizer;
- 5) sobrecartas de papel opaco para a collocação das cedulas;
- 6) sobrecartas maiores, para os votos impugnados ou duvidosos;
- 7) sobrecartas especiaes, para a remessa ao Tribunal dos documentos relativos á eleição;
- 8) uma formula da acta de abertura e outra da de encer-ramento, assim como impressos para ser lavrada a acta de abertura;
- 9) tinta, prancheta, rolo e folhas apropriadas para a tomada de impressões digitaes nos municipios onde houver gabinete official de identificação;
- 10 senhas para serem distribuidas aos eleitores;
- 11) tinta, caneta, lapis, papel, gomma arabica, lacre e borracha;
- 12) folhas apropriadas para impugnação e folhas para observações de fiscaes e delegados de partidos;

- 13) tiras de papel ou panno fortes;
- 14) um exemplar das instrucções, que houverem sido expedidas pelo Tribunal;
- 15) outros qualquer material que julgar necessario ao regular funcionamento da mesa.

Art. 120. Os Tribunaes Regionaes poderão adoptar outros typos de urnas, desde que fique assegurada a inviolabilidade do suffragio.

Art. 121. O material, de que trata o art. 119, deverá ser remettido por protocolo, ou pelo correio, acompanhado de uma relação, ao pé da qual o destinatario declarará o que receber, e como o recebeu, e porá sua assignatura.

Art. 122. O secretario do Tribunal Regional, em presença do presidente ou do juiz designado, verificará, antes de fechar e lacrar as urnas, se estão completamente vazias.

Paragrapho unico. Fechadas e lacradas as urnas, entregará as chaves ao presidente do Tribunal Regional, que as conservará sob sua guarda.

Art. 123. Os presidentes das mesas receptoras farão collocar nos gabinetes indevassaveis as cédulas que lhes forem entregues por delegados de partidos, candidatos, fiscaes ou eleitores.

Art. 124. Deverão as cédulas ser:

- 1) de fôrma rectangular.
- 2) de côr branca e de espessura commum e flexivel;
- 3) de dimensões taes que, dobradas ao meio, caibam nas sobrecartas officiaes;
- 4) impressas ou dactylographadas, não devendo trazer signaes que possam denunciar a pessoa do votante, nem outros dizeres além de: a) designação da eleição: b) legenda; c) nome de um candidato.

TITULO IV

Da votação

CAPITULO I

DOS LOGARES DAS VOTAÇÕES

Art. 125. Funcionarão as mesas receptoras em logares designados pelos juizes eleitoraes, publicando-se a designação.

§ 1.º Dar-se-á preferencia a edificios publicos, recorrendo-se a edificios particulares, quando não existirem aquelles em numero e condições requeridas, e não podendo ser utilizadas as propriedades ou a habitação de candidato.

§ 2.º Dez dias, pelo menos, antes do fixado para a eleição, deverão os juizes eleitoraes communicar aos chefes das repartições publicas e aos proprietarios, arrendatarios ou administradores das propriedades particulares, a resolução de serem utilizados os respectivos edificios, ou parte delles, para o funcionamento das mesas receptoras.

§ 3.º A propriedade particular será obrigatoria e gratuitamente cedida para esse fim.

Art. 126. No local da votação, será separado do publico o recinto da mesa e, ao lado desta, deverá achar-se um gabinete absolutamente indevassavel para ser collocada a machina de votar ou para que, dentro d'elle, possam os eleitores, á medida que comparecerem, collocar as cédulas nas sobre-cartas officiaes.

Paragraphe unico. O juiz eleitoral providenciara para que nos edificios escolhidos sejam feitas as necessarias adaptações.

CAPITULO II

DA POLICIA DOS TRABALHOS ELEITORAES

Art. 127. Ao presidente da mesa receptora caberá a policia dos trabalhos eleitoraes.

Art. 128. Só poderão permanecer no recinto da mesa receptora os seus membros, os candidatos, fiscaes, delegados de partidos, e, durante o tempo necessario á votação, o eleitor.

§ 1.º O presidente da mesa, que será a autoridade suprema durante os trabalhos eleitoraes, fará retirar-se do recinto ou edificio toda pessoa que não guardar a ordem e a compostura devidas.

§ 2.º No recinto da eleição só serão admittidas impugnações, que se refiram á identidade dos eleitores, quando formuladas pela mesa, pelos candidatos, fiscaes ou delegados de partidos.

§ 3.º Nenhuma autoridade extranha á mesa poderá intervir, sob pretexto algum, em seu funcionamento.

§ 4.º E' vedado offerecer cédulas de suffragio no local onde funcionar a mesa e nas suas immediações, dentro de um raio de cem metros.

§ 5.º A igual distancia deve conservar-se toda força armada, a qual só poderá approximar-se ou penetrar no local da votação por ordem do presidente da mesa.

CAPITULO III

DO INICIO DA VOTAÇÃO

Art. 129. No dia marcado para a eleição, ás sete horas da manhã, o presidente da mesa receptora, os supplentes e os secretarios verificarão no logar designado:

1) se estão em ordem os papeis e utensilios remettidos pelo juiz eleitoral;

2) se a machina de votar, ou a urna destinada a reconhecer os suffragios, tem as vedações intactas;

3) se estão presentes fiscaes e delegados de partidos.

§ 1.º Se as vedações da urna não estiverem intacta, o presidente, supplentes e secretarios da mesa, com assistencia dos delegados de partidos, candidatos e fiscaes presentes, procederão, por cima da primitiva, á nova vedação com tiras de papel ou panno fortes, datadas e assignadas pela presidente e secretario e, se o quizerem, tambem pelos demais, devendo a acta mencionar o incidente.

§ 2.º Se estiver sendo utilizada machina, será substituida.

Art. 130. A's oito horas da manhã, suppridas as deficiencias, verificando o presidente que tudo se acha em ordem, declarará iniciados os trabalhos, inutilizará os sellos da fenda da urna, e mandará lavar a acta de abertura da votação.

§ 1.º A acta, que deverá ser assignada por todos os membros da mesa e pelos fiscaes e delegados que o quizerem, mencionará:

- a) os membros da mesa que compareceram;
- b) as substituições e as nomeações que se fizeram;
- c) o estado dos sellos da fenda da urna;
- d) os nomes dos fiscaes e delegados de partidos que compareceram até aquella hora;
- e) a causa, se houver, da demora do inicio da votação.

§ 2.º Dar-se-á inicio, em seguida, á votação, comeando pelos membros da mesa, candidatos, fiscaes, que houverem assignado a acta de abertura, e autoridades que estiverem servindo perante a mesa.

Art. 131. O recebimento dos votos começará ás oito horas, durando, seguidamente, pelo menos, até ás dezesete horas e quarenta e cinco minutos.

Paragrapho unico. Em caso algum, interromper-se-á o acto eleitoral e, se isto acontecer, deverão constar da acta de encerramento o tempo e as causas da interrupção.

CAPITULO IV

DO ACTO DE VOTAR

Art. 132. Observar-se-á na votação o seguinte:

- 1) o eleitor receberá ao entrar na sala, onde funcconar a mesa receptora, uma senha numerada, que o secretario rubricará ou carimbará no momento;
- 2) admittido a penetrar no recinto da mesa segundo a ordem numerica das senhas, dirá o seu nome, e apresentará ao presidente o seu titulo, o qual poderá ser examinado pelos candidatos, fiscaes e delegados de partidos;
- 3) achando-se em ordem o titulo, e não havendo duvida sobre a identidade do eleitor, o presidente da mesa convidar-o-á a lançar nas duas folhas de votação a assignatura

usual, entregar-lhe-á uma sobrecarta official, aberta e vazia, numerada no acto, e fal-o-á passar ao gabinete indevassavel, cuja porta, ou cortina, deverá cerrar-se em seguida;

4) no gabinete indevassavel, o eleitor collocará a cedula de sua escolha, referente á eleição que se estiver processando, na unica sobrecarta recebida do presidente da mesa, e, ainda no gabinete, onde não poderá demorar-se mais de um minuto, fechará a dita sobrecarta;

5) ao sahir do gabinete, o eleitor depositará, na urna, a sobrecarta fechada;

6) antes, porém, o presidente, os fiscaes, candidatos e delegados verificarão, sem tocar-a, se a sobrecarta, que o eleitor vae depositar na urna, é a mesma que lhe fôra entregue;

7) se não fôr a mesma, será o eleitor convidado a voltar ao gabinete indevassavel, e trazer seu voto na sobrecarta que recebeu, deixando de ser admittido a votar, se o não fizer, e mencionando-se, em acta, o incidente;

8) introduzida a sobrecarta na urna, o presidente da mesa porá a rubrica nas duas folhas de votação, depois do nome do votante, lançando no titulo deste a data e a rubrica.

§ 1.º Se houver duvida sobre a identidade de qualquer eleitor, o presidente da mesa poderá interrogar-o sobre sua qualificação, segundo os dados constantes do titulo, mencionando, na columna de observações das folhas de votação, a duvida suscitada.

§ 2.º Se a identidade do eleitor fôr contestada por qualquer candidato, fiscal ou delegado de partido, o presidente da mesa tomará as seguintes providencias:

a) escreverá, em sobrecarta maior que a entregue ao eleitor, o seguinte: "impugnado por F...";

b) fará tomar, a seguir, em folha apropriada, a assignatura do eleitor e, nos municipios onde houver institutos de identificação, as impressões digitaes, rubricando a dita folha juntamente com o impugnante, depois de consignar o numero e a série da inscripção do eleitor;

c) ao voltar este do gabinete, com a cedula já encerrada na sobrecarta official, o presidente collocará esta, sem dobrar, na sobrecarta maior, juntamente com a folha mencionada na letra anterior;

d) entregará ao eleitor a sobrecarta para que a feche e introduza na urna;

e) annotará por fim a impugnação, na columna de observações das folhas de votação.

§ 3.º Proceder-se-á da mesma fôrma, se o nome do eleitor tiver sido omitido ou figurar erradamente na lista.

Art. 133. Se o eleitor fôr cego, entregará a cedula, convenientemente dobrada, ao presidente da mesa receptora, para que este a colloque na sobrecarta, que lançará na urna, salvo se o cego preferir fazer tudo isso por si mesmo e assignar as folhas de votação em letras communs ou do systema de Braille.

CAPITULO V

DO ENCERRAMENTO DAS VOTAÇÕES

Art. 134. Faltando quinze minutos para as dezoito horas, o presidente fará entregar senhas a todos os eleitores que estiverem presentes e ainda não as tiverem recebido. Acto continuo declarará suspensa a entrega de senhas e convidará, em voz alta, os eleitores a entregar á mesa seus títulos, para que sejam admittidos a votar. A votação continuará na ordem numerica das senhas, sendo o título devolvido ao eleitor logo depois de votar.

Art. 135. Terminada a votação, o presidente a declarará encerrada e tomará as seguintes providencias:

a) collará sobre a fenda de introduccão das sobrecartas, cobrindo-a inteiramente uma tira de papel ou panno fortes no sentido longitudinal, e outra transversalmente, ambas com as dimensões sufficientes para que pelo menos cinco centimetros de cada ponta sejam collados nas faces lateraes da urna, devendo essas tiras ser colladas em toda a sua superficie. Essas tiras serão rubricadas pelo presidente e facultativamente pelos candidatos, fiscaes e delegados presentes, os quaes poderão ainda nellas fixar as impressões do pollegar da mão direita. O Tribunal Regional poderá prescrever outro modo de vedação da fenda;

b) encerrará com sua assignatura as folhas de votação, as quaes ainda poderão ser assignadas pelos fiscaes, candidatos e delegados, e riscará os nomes dos eleitores que não tiverem comparecido;

c) mandará lavrar ao pé da ultima folha de votação dos eleitores da secção, nas duas vias, por um dos secretarios, a acta da eleição, a qual deverá conter: 1) o numero, por extenso, dos eleitores da secção, que compareceram e votaram, e o numero dos que deixaram de comparecer; 2) o numero, por extenso, dos eleitores de outras secções, que votaram; 3) o motivo de não haver votado algum dos eleitores que compareceram; 4) os nomes dos fiscaes ou delegados de partidos, que não constarem da acta de abertura, e os dos que se retiraram durante a votação, e a que horas o fizeram; 5) a hora em que se substituíram os membros da mesa; 6) os protestos e as impugnações apresentados pelos candidatos, fiscaes ou delegados de partidos; 7) a razão de interrupção da votação, se tiver havido, e o tempo dessa interrupção; 8) a resalva das rasuras, emendas e entrelinhas porventura existentes nas folhas de votação e nas actas de abertura e encerramento, ou a declaração de não existirem;

d) assignará a acta com os demais membros da mesa, candidatos, fiscaes ou delegados de partidos que o quizerem;

e) entregará á secretaria do Tribunal, ou á agencia do correio mais proxima, ou em outra vizinha em que houver melhores condições de rapidez e segurança, pessoal e immediatamente, sob recibo em duplicata, com indicação da hora, a urna ou machina, e, dentro de sobrecarta, rubricada por elle e pelos candidatos, fiscaes e delegados de partidos que o quizerem, todos os documentos do acto eleitoral;

f) comunicará, em officio ao juiz eleitoral da zona, a quem remetterá uma das vias da folha de votação, a realização da eleição, numero de eleitores que votaram, discriminando os da secção e os de outra secção, e a remessa da urna ou machina e dos documentos ao Tribunal Regional;

g) enviará, por fim, ao Tribunal Regional, em sobre-carta á parte, um dos recibos do correio.

Paragrapho unico. Nas eleições municipaes, a entrega, a comunicação e a remessa referidas nas letras e, f e g, serão feitas ao juiz da séde do circulo eleitoral.

Art. 136. O juiz eleitoral comunicará, urgentemente, ao Tribunal Regional, quaes as secções de sua zona em que houve eleição, qual o comparecimento de eleitores em cada mesa, com a discriminação referida na letra f do artigo anterior, e em que dia e hora cada secção remetteu a urna ou machina e os documentos da eleição.

Art. 137. A secretaria dos tribunaes regionaes e as agencias do correio, no dia da eleição, deverão conservar-se abertas e com pessoal sufficiente a postos, para receber a urna ou machina e os documentos referidos no art. 135.

Art. 138. O presidente da mesa garantirá, com a força publica ás suas ordens, os agentes do correio, até que as urnas, ou machinas, e os documentos por elles recebidos, estejam em logar seguro.

Paragrapho unico. Os candidatos, fiscaes ou delegados de partidos têm direito de vigiar e acompanhar a urna ou machina, desde o momento da eleição, durante a permanencia nas agencias e durante o percurso até que chegue ao Tribunal Regional, ou ao juizo da séde do circulo eleitoral.

Art. 139. No Tribunal Regional, ou na séde do circulo eleitoral, ficarão as urnas ou machinas á vista dos interessados de dia e de noite, guardadas por funcionarios do Tribunal, ou juizo eleitoral, designados por quem de direito, e que se revezarão por turmas.

TITULO V

Da apuração

Art. 140. Competem aos tribunaes regionaes a apuração dos suffragios nas eleições federaes e estaduais e a proclamação dos eleitos nas regiões eleitoraes respectivas.

§ 1º. Finda a apuração de cada dia, o presidente da turma apuradora proclamará o resultado e fará lavrar acta resumida, na qual constem as occorrencias verificadas, o numero de cedulas apuradas, discriminadamente, legenda por legenda, mandando transcrever, em livro apropriado, os resultados constantes das folhas de apuração.

§ 2º. Taes resultados serão remettidos no mesmo dia, depois de affixados no edificio do Tribunal, ao presidente deste, que, dentro de vinte e quatro horas, fará publicar no orgão official o resultado total das secções apuradas na vespera, relativamente a cada partido e a cada candidato.

Art. 141. Começará a apuração no dia seguinte ao das eleições e, salvo motivo justificado perante o Tribunal Superior, deverá terminar dentro de trinta dias.

§ 1º. Oito dias pelo menos antes da eleição, o presidente sorteará os juizes que deverão compôr ou presidir as turmas apuradoras, devendo cada uma dellas constituir-se de tres membros.

§ 2º. Nas regiões com mais de cem secções eleitoraes, o Tribunal poderá escolher cidadãos de notoria integridade moral, para, sob a presidencia de membro do Tribunal, comporem as turmas apuradoras.

§ 3º. Se forem necessarias mais de dez turmas, serão as excedentes presididas pelos juizes eleitoraes da capital e das comarcas mais proximas.

§ 4º. O presidente da turma apuradora distribuirá, entre os seus membros, o trabalho de apuração.

§ 5º. O presidente do Tribunal Regional poderá, a pedido das turmas apuradoras, requisitar dos governadores dos Estados e Territorio do Acre, e do prefeito do Districto Federal, os funcionarios necessarios ao serviço de apuração.

§ 6º. Servirão como secretario de cada turma, dentre os funcionarios da secretaria, ou dentre os requisitados aos governos locaes, os que o presidente do Tribunal designar.

Art. 142. As turmas apuradoras funcionarão diariamente em locaes, horarios e escalas determinados pelo Tribunal Regional, e que serão publicados para conhecimento dos interessados. Não deverão ser interrompidos os trabalhos, salvo motivo de rigorosa necessidade, caso em que as oedulas e as folhas de apuração serão recolhidas á urna e esta encerrada e lacrada com as formalidades legais, o que constará da acta a que se refere o art. 140, § 1º.

Art. 143. O secretario do Tribunal Regional levantará o mappa geral das secções eleitoraes da região, para que possa o presidente distribuir as urnas ás turmas apuradoras.

Art. 144. Funcionarão, junto ás cinco primeiras turmas apuradoras, os procuradores regionaes e, junto a outros grupos de cinco turmas, membros do Ministerio Publico federal e estadual e, bem assim, se necessario, cidadãos de notoria idoneidade, bachareis em direito, e nomeados pelo Presidente do Tribunal.

Art. 145. A medida que forem sendo apurados os votos, poderão os candidatos, fiscaes e delegados de partidos adduzir suas impugnações.

Art. 146. Junto a cada turma apuradora poderá ter cada partido ou candidato apenas um fiscal.

CAPITULO I

DOS ACTOS PRELIMINARES

Art. 147. Com respeito a cada sessão, que fôr apurar, deverá a turma apuradora verificar preliminarmente:

1) se ha indicios de haverem sido violadas as urnas ou machinas;

2) se houve demora na entrega da urna ou machina e documentos relativos á eleição, ao Tribunal Regional ou á agencia do correio, nos termos do art. 135, letra e;

3) se a mesa receptora foi a mesma cuja nomeação foi comunicada ao Tribunal e se se constituiu legalmente;

4) se a eleição se realizou no dia, hora e logar designados;

5) se são authenticas as folhas de votação;

6) se nellas existe qualquer rasura, emenda ou entrelinha, não resalvada na acta de encerramento da votação.

§ 1º. Se houver indício de violação da urna ou machina, proceder-se-á da seguinte forma:

a) o presidente da turma apuradora, antes de apurar os suffragios, nomeará tres peritos, sendo um desempatador, para examinal-a, com assistencia do procurador regional;

b) se o parecer dos peritos concluir pela existencia de violação da urna ou machina, e este parecer fôr acceito pela turma, o presidente desta comunicará a occorrenciã ao Tribunal, para as providencias da lei;

c) se o parecer dos peritos concluir pela inexistencia de violação, e com este parecer concordar o procurador regional, far-se-á a apuração; se, porém, o procurador discordar do parecer, decidirá a turma apuradora, podendo elle, se a decisão não fôr unanime, recorrer para o Tribunal Regional.

§ 2º. Se se verificar qualquer dos casos dos ns. 2, 3, 4, 5 e 6 deste artigo, a turma apurará os suffragios em separado, para a decisão ulterior definitiva do Tribunal Regional.

§ 3º. No caso de empate nas decisões das turmas, competirá ao Tribunal decidir afinal.

§ 4º. As impugnações dos interessados, com fundamento na violação da urna ou machina, só poderão ser apresentadas até a sua abertura.

§ 5º. Se vier a urna ou machina desacompanhada dos documentos legaes (folhas de votação authenticadas, actas de instalação e encerramento devidamente assignadas), a turma apuradora fará lavrar um termo, e deixará de apural-a.

CAPITULO II

DA CONTAGEM DOS VOTOS

Art. 148. Aberta a urna, verificar-se-á se o numero de sobrecartas authenticadas corresponde ao de votantes.

§ 1º. Se o numero de sobrecartas fôr inferior ao de votantes, far-se-á a apuração assignalando-se a falta.

§ 2º. Se o numero de sobrecartas fôr superior ao de votantes, será nulla a votação.

§ 3º. Se não houver excesso de sobrecartas, abrir-se-ão, em primeiro logar, as sobrecartas maiores; e, resolvidas como improcedentes as impugnações, misturar-se-ão com as demais as sobrecartas menores, encerradas nas maiores, para segurança do sigillo do voto.

Art. 149. Sempre que houver impugnação fundada em contagem errônea de votos, vícios de sobrecartas ou de cedulas, deverão ser conservadas em envoltório lacrado que acompanhará a impugnação.

Art. 150. Resolver-se-ão as impugnações, quanto á identidade do eleitor, confrontando-se as impressões digitais ou assignatura do eleitor, tomadas ao votar, com as existentes na ficha dactyloscópica da segunda via do título, ou com a assignatura deste.

Art. 151. Resolvidas as impugnações, ou adiadas para o final da apuração, passar-se-á á contagem dos suffragios, lavrando-se, em cada turma apuradora, acta dos trabalhos diários.

Art. 152. Serão nullas as cedulas que não preencherem os requisitos do art. 124.

§ 1º. Havendo, na mesma sobrecarta, mais de uma cedula, será apurada uma, se forem iguaes, e não valerá nenhuma se forem differentes; sendo, porém, do mesmo partido, será apurada uma, como se contivesse apenas a respectiva legenda.

§ 2º. No caso de erro orthographico, differença leve de nomes ou prenomes, inversão ou suppressão de algum destes, contar-se-á o voto ao candidato, desde que não seja possível confusão com outro.

§ 3º. Serão nullos os votos dados a candidatos ou a legendas não registrados e a cidadãos inelegiveis.

Art. 153. Excluidas as cedulas que incidirem nas nullidades enumeradas no artigo anterior, serão as demais separadas, conforme a eleição a que se referirem e conforme se trate de cedulas com legenda registrada ou de cedulas avulsas. Contar-se-ão as cedulas obtidas pelos partidos ou legendas registrados, e passar-se-á a apurar a votação nominal nas cedulas de legenda, e, finalmente, a votação das cedulas avulsas.

§ 1º. As cedulas serão apuradas uma a uma, e serão lidos em voz alta, por um dos membros da turma, os nomes votados.

§ 2º. As questões relativas ás cedulas e á existencia de rasuras, emendas e entrelinhas, nas folhas de votação e actas de abertura e encerramento da votação, só poderão ser suscitadas nessa oportunidade, e dentro do prazo de quarenta e oito horas.

Art. 154. As questões que se suscitarem no correr dos trabalhos serão resolvidas pelo presidente da turma apuradora, com recurso dos interessados, interposto dentro de quarenta e oito horas, para o Tribunal Regional. Se, entretanto, a turma estiver constituída pela fórma prescripta no § 1º do art. 141, essas questões serão por ella resolvidas.

§ 1º. O recurso poderá ser interposto, verbalmente, logo após a decisão proferida, mas deverá, dentro de quarenta e oito horas, ser fundamentado por meio de petição, que poderá ser acompanhada de documentos e deverá ser apresentada quando a turma estiver reunida.

§ 2º. Tanto o recurso verbal, como a apresentação das razões, constará da acta.

§ 3º. Quando a turma apuradora não estiver reunida para recepção das razões do recurso, ou quando a interposição fôr de decisão proferida na ultima reunião, será elle tomado por termo na secretaria do Tribunal Regional, dentro de vinte e quatro horas, independentemente de despacho.

§ 4º. O Tribunal Regional julgará os recursos independentemente de resposta do juiz recorrido, ou de parecer escripto do procurador regional.

§ 5º. Os interessados poderão requerer a juntada aos autos dos recursos, até a primeira reunião do Tribunal, de quaesquer documentos, inclusive justificações processadas perante os juizes eleitoraes com citação do procurador, de delegados de partidos interessados e de candidatos avulsos.

§ 6º. Será permittido a qualquer candidato ou partido, dentro de quarenta e oito horas, responder, perante o Tribunal Regional, ás razões do recorrente.

§ 7º. Das decisões assim proferidas pelos tribunaes regionaes não haverá recurso, salvo ao Tribunal Superior conhecer do assumpto e julgar-o por occasião do recurso interposto contra a expedição de diplomas.

§ 8º. Os recursos dos candidatos, fiscaes e delegados de partidos, interpostos das decisões das turmas apuradoras, serão julgados pelo Tribunal Regional, depois de terminados os trabalhos de apuração, e antes de lavrada a acta geral.

§ 9º. Os recursos parciaes, julgados pelo Tribunal Regional subirão ao Tribunal Superior quando forem remetidos os documentos da proclamação dos eleitos.

CAPITULO III

DA PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS

Art. 155. Terminado o trabalho das turmas apuradoras, reunir-se-á o Tribunal Regional para:

- 1) resolver as duvidas não decididas, e os recursos que lhe tenham sido interpostos;
- 2) verificar o total dos votos validos apurados, entre os quaes se incluem os em branco;
- 3) determinar os quocientes eleitoral e partidarios;
- 4) proclamar os eleitos.

§ 1º. Verificando que os votos das secções annulladas e daquellas cujos eleitores foram impedidos de votar poderão alterar qualquer quociente partidario, ou decidir da eleição de candidato avulso, ordenará o Tribunal a realização de novas eleições.

§ 2º. Estas eleições obedecerão ás seguintes prescripções:

a) serão marcadas, desde logo, pelo presidente do Tribunal, para dentro do prazo de quinze dias, que poderá ser augmentado para trinta, onde houver deficiencia de meios de communicação;

b) só serão admittidos a votar os eleitores da secção que tenham comparecido á eleição annullada, bem como os eleitores de outras secções que alli houverem votado. Entretanto, nos casos de coacção que, reconhecida pelo Tribunal

Superior em gráo de recurso, haja impedido o comparecimento ás urnas, e nos casos de encerramento da votação antes da hora legal, poderão votar todos os eleitores da secção;

c) mediante resalva expedida pelo juiz eleitoral com jurisdição sobre a secção, onde o eleitor votou, e que foi annullada, poderá o mesmo votar em outra das secções onde a eleição vae renovar-se;

d) nas zonas, onde fôr uma só a secção annullada, o juiz eleitoral respectivo presidirá a mesa receptora; se mais de uma, designará o presidente do Tribunal Regional, os juizes a quem incumbirá presidil-as;

e) as eleições realizar-se-ão nos mesmos locaes que haviam sido designados, servindo os supplentes e secretarios que pelo juiz forem nomeados, com antecedencia de, pelo menos, cinco dias.

§ 3°. Poderão tomar parte na reunião do Tribunal, para a proclamação dos eleitos, os juizes substitutos do mesmo que tiverem participado de turmas apuradoras.

§ 4°. Desta reunião será lavrada acta geral, assignada pelo presidente, membros e secretario do Tribunal, e na qual constem:

a) as secções apuradas e o numero de votos apurados em cada uma;

b) as secções annulladas, as razões por que o forum, e o numero de votos não apurados;

c) as secções onde não tenha havido eleição, e o respectivo motivo;

d) as impugnações apresentadas ás turmas apuradoras, e como foram resolvidas;

e) as secções em que se vae proceder, ou renovar. a eleição;

f) os quocientes eleitoral e partidarios;

g) os nomes dos votantes, na ordem decrescente dos votos por elles recebidos;

h) os nomes dos eleitos em primeiro turno;

i) os nomes dos eleitos em segundo turno;

j) os nomes dos supplentes, na ordem em que devem substituir, ou succeder.

§ 5°. Um traslado desta acta, authenticado com a assignatura de todos os membros do Tribunal que assignarem a acta original, e acompanhado de todos os documentos enviados pelas mesas receptoras, será remettido, em pacote lacrado, ao presidente do Tribunal Superior.

§ 6°. O presidente do Tribunal Regional concederá, a requerimento de interessado, certidão da acta geral, sellada com cincoenta mil réis.

CAPITULO IV

DOS DIPLOMAS

Art. 156. Os candidatos eleitos e os supplentes receberão, como diploma, um extracto da acta geral assignada pelo

presidente do Tribunal, nas eleições federaes e estaduaes, e pelo presidente da Junta Especial, nas eleições municipaes.

§ 1º. Do extracto constarão:

- a) o total dos votos apurados;
- b) as secções eleitoraes apuradas e as annulladas;
- c) a votação obtida pelo diplomado.

Art. 157. Contestado o diploma, e enquanto, para as eleições federaes ou estaduaes, o Tribunal Superior, ou, para as municipaes, o Tribunal Regional, não decidir o recurso, poderá o diplomado exercer o mandato em toda a sua plenitude.

Art. 158. As vagas que se derem na representação de cada partido, seja por impedimento resultante da acceitação, pelo Deputado, do cargo de ministro de Estado, seja por qualquer outro motivo, inclusive os previstos, para as representações estaduaes, nas Constituintes dos Estados, serão preenchidas pelos supplentes do mesmo partido.

Paragrapho unico. Se não houver supplentes, proceder-se-á, dentro de noventa dias, á eleição para provêr a vaga, salvo se faltarem menos de tres mezes para encerrar-se a ultima sessão da legislatura.

Art. 159. Apuradas as eleições a que se refere o artigo 155, § 1º, reverá o Tribunal Regional a apuração anterior, confirmando ou invalidando os diplomas que tiver expedido.

CAPITULO V

DAS NULLIDADES DA VOTAÇÃO

Art. 160. Será nulla a votação:

- 1) feita perante mesa receptora constituida por modo differente do prescripto neste Codigo;
- 2) realizada em dia, hora ou logar differentes dos designados, ou quando encerrada antes das dezesete horas e quarenta e cinco minutos;
- 3) feita em folhas de votação falsas ou fraudulentas, ou não estando devidamente assignada a acta de encerramento;
- 4) quando faltar a urna, ou não tiver sido esta remetida em tempo, salvo força maior, ao Tribunal Regional, ou não tiver sido acompanhada dos documentos do acto eleitoral, ou quando o numero de sobrecartas authenticadas nella existentes fôr superior ao numero real dos votantes;
- 5) quando se provar que foi recusada, sem fundamento legal, aos candidatos, fiscaes ou delegados de partidos, assistencia aos actos eleitoraes e sua fiscalização;
- 6) quando occorrer violação do sigillo absoluto do voto, a qual se considerará provada com a verificação de não haverem sido integralmente satisfeitas as exigencias do art. 83;
- 7) quando se provar coacção ou fraude.

§ 1º. Se a nullidade attingir a mais de metade dos votos de uma região eleitoral, nas eleições federaes e estaduaes, ou de um municipio, nas eleições municipaes, julgar-se-ão

prejudicadas as demais votações, e marcará o Tribunal Regional dia para realizar-se nova eleição, dentro do prazo maximo de quarenta dias.

§ 2º. Se a nullidade da votação, que importar renovação do pleito, tiver sido decretada pelo Tribunal Superior em gráo de recurso, o Presidente desse Tribunal communicará o julgado ao Tribunal Regional, para o effeito do parographo anterior.

§ 3º. Se o Tribunal Regional deixar de cumprir o disposto no § 1º, o procurador regional levará o facto ao conhecimento do Procurador Geral, que providenciara junto ao Tribunal Superior, para que seja marcada immediatamente nova eleição.

§ 4º. Occorrendo qualquer dos casos de nullidade constantes deste artigo, o procurador regional promoverá, immediatamente, a punição dos culpados.

Art. 161. Sempre que fôr annullada secção eleitoral, renovar-se-á a votação, respeitado o disposto no § 1º do art. 155.

Art. 162. Não se renovará sinão uma vez a eleição de secção annullada.

Art. 163. A nullidade de pleno direito, ainda que não arguida pelas partes, poderá ser decretada pelo Tribunal Superior.

Art. 164. O Tribunal Superior conhecerá de todas as decisões dos tribunaes regionaes, quando tiver de decidir os recursos sobre proclamação dos eleitos.

PARTE QUINTA

Disposições communs

TITULO I

Das garantias eleitoraes

Art. 165. Serão assegurados aos eleitores os direitos e garantias ao exercicio do voto, nos termos seguintes:

1) ninguém poderá impedir ou embaraçar o exercicio do suffragio;

2) nenhuma autoridade poderá, desde cinco dias antes e até vinte e quatro horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor, salvo em flagrante delicto ou em virtude de sentença criminal condemnatoria por crime inafiançavel;

3) desde quarenta e oito horas antes, até vinte e quatro horas depois da eleição, não se permitirá propaganda politica, mediante radio-difusão, ou em comicios, ou reuniões publicas;

4) nenhuma autoridade estranha á mesa receptora poderá intervir, sob pretexto algum, em seu funcionamento;

5) os membros das mesas receptoras, os candidatos, os fiscaes de candidatos e os delegados de partidos serão inviolaveis durante o exercicio de suas funcções, não podendo ser presos, ou detidos, salvo em flagrante delicto;

6) é prohibida, durante o acto eleitoral, a presença de força publica no edificio em que funcção a mesa receptora, ou nas suas immediações, observado o disposto no art. 128, § 5º;

7) será feriado nacional, estadual ou municipal o dia de eleição;

8) o Tribunal Superior e os tribunaes regionaes dão *habeas-corpus* e mandado de segurança para fazer cessar qualquer coacção ou violencia, actual ou imminente, ao exercicio do direito de voto de propaganda politica;

9) em casos urgentes o *habeas-corpus* e o mandado de segurança poderão ser requeridos ao juiz eleitoral, que o decidirá sem demora, com recurso necessario para o Tribunal Regional;

10) é vedade, aos jornaes officiaes da União, Estados, Districto Federal, Territorio e Municipios, a propaganda politica em favor de candidato ou partido contra outros.

TITULO II

Dos partidos politicos

CAPITULO I

DO REGISTRO DE PARTIDOS

Art. 166. Considerar-se-ão partidos politicos os que tiverem adquirido personalidade juridica nos termos da lei.

Paragrapho unico. Grupos minimos de duzentos eleitores, que, em cada eleição, registrarem candidatos, serão considerados partidos provisorios, para a phase da eleição respectiva.

Art. 167. Poderão os partidos politicos registrar-se nos tribunaes regionaes, ou no Tribunal Superior.

§ 1º. No requerimento de registro, o partido declarará o ambito de sua acção partidaria, sua constituição, denominação, orientação politica, seus órgãos representativos, o endereço da sua séde principal, e os seus representantes perante o Tribunal Eleitoral.

§ 2º. O registro será no Tribunal Regional, se o ambito de acção se limitar á região respectiva, ou no Tribunal Superior, se o partido exercer acção politica por mais de uma região.

§ 3º. A communicacão será acompanhada:

a) de cópia dos estatutos e de certidão do registro a que se refere o art. 18 do Codigo Civil, quando se tratar de partido já com personalidade juridica;

b) de declaracão escripta de adhesão, assignada, no minimo, por duzentos eleitores, quando se tratar de partido com caracter provisorio.

§ 4º. Para as alianças de partidos já registrados, será bastante indicar onde foi feito o registro de cada um dos allados, sendo a communicacão assignada pelos seus órgãos representativos.

Art. 168. Logo que receber a comunicação com os requisitos exigidos no artigo antecedente, o Tribunal mandará effectuar o registro e publical-o.

§ 1º. Se faltar qualquer dos requisitos legais, mandará que seja preenchido, ou negará afinal o registro, do que se dará também logo publicidade.

§ 2º. Quando o registro fôr feito em tribunal regional, este communicar-o-á immediatamente ao Tribunal Superior, e vice-versa.

§ 3º. Em qualquer caso será feita a comunicação, pelo telegrapho, onde houver, ou pelo correio, dentro de quarenta e oito horas, aos juizes eleitoraes, por intermedio da secretaria do tribunal regional.

CAPITULO II

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 169. Para todos os actos eleitoraes, será facultado aos partidos, por seus representantes legais, ou delegados:

1) examinar, nos archivos eleitoraes dos juizes ou dos tribunaes, em companhia de funcionarios designados por quem de direito, e em que hora não perturbe a normalidade do serviço, quaesquer autos e documentos, com a faculdade de photographar as peças que entenderem necessarias;

2) fazer allegações e protestos, recorrer, produzir provas, e apresentar denuncia contra infractores da lei eleitoral;

3) acompanhar os processos de qualificação e inscripção de eleitores;

4) requerer que, mesmo depois de expedido o titulo, se interrogue, em sua presença, em fórmula succinta, o alistando, quanto á sua identidade, assim como que se verifique se, de facto, o eleitor sabe ler e escrever;

5) fiscalizar a votação junto ás urnas receptoras e a apuração dos suffragios perante as turmas, não podendo, porém, funcionar simultaneamente dois ou mais fiscaes do mesmo partido ou candidato.

Paragrapho unico. Considerar-se-ão delegados de partido os que tiverem autorização para represental-o, permanentemente, e fiscaes os seus procuradores para eleições ou actos determinados.

Art. 170. As observações dos fiscaes ou delegados sobre as votações serão registradas em formulas especiaes, assignadas pelo observante, pelo presidente da mesa, e seus secretarios.

CAPITULO III

DOS RECURSOS

Art. 171. Dos actos, resoluções ou despachos dos juizes singulares caberá recurso, dentro de cinco dias, para o Tribunal Regional.

§ 1º. A petição do recurso deverá ser fundamentada e conter a indicação das provas em que se basear o recorrente, que promoverá a citação do recorrido por edital na imprensa, ou affixação em cartorio onde aquella não existir.

§ 2º. O juiz recorrido fará, dentro de quarenta e oito horas, subir os autos ao Tribunal Regional com sua resposta e os documentos em que se fundar, se entender que não é caso de reconsiderar a decisão, podendo os interessados, dentro de igual prazo, juntar documentos, e bem assim contrariar os fundamentos do recurso.

§ 3º. Ao tomar conhecimento do processo, poderá o Tribunal Regional, sempre que o entender conveniente, attribuir effeito suspensivo ao recurso, dando sciencia ao juiz recorrido.

§ 4º. Se as partes houverem protestado por provas, ser-lhes-á concedido, para isso, o prazo improrogavel de quinze dias.

§ 5º. Processar-se-á a prova perante membro do Tribunal ou juiz, designado pelo presidente.

§ 6º. As partes poderão examinar na secretaria os autos e, terminada a prova, apresentar, dentro de quarenta e oito horas, allegações e documentos, os quaes serão juntos aos autos, mediante despacho do relator.

§ 7º. Os autos irão em seguida ao procurador regional pelo prazo de cinco dias.

Art. 172. O recurso de exclusão de eleitor deverá ser decidido no prazo maximo de dez dias.

Paragrapho unico. Confirmada a exclusão, ordenará o Tribunal á secretaria que proceda ao cancellamento da inscripção e communique o facto ao juizo eleitoral do domicilio do recorrente.

Art. 173. O recurso contra expedição de diplomas ou reconhecimento de candidatos, nas eleições federaes e estaduais, será interposto para o Tribunal Superior, dentro de dois dias contados da sessão em que o presidente do Tribunal Regional proclamar os eleitos, e terá a fôrma e processo estabelecidos por aquelle Tribunal.

Paragrapho unico. Sempre que o Tribunal Regional determinar a realização de novas eleições, o prazo para a interposição do recurso contra a expedição de diplomas contar-se-á da sessão em que, feita a apuração das secções renovadas, fôr proclamado o resultado das eleições supplementares.

Art. 174. O recurso contra a expedição de diplomas ou reconhecimento de candidatos, nas eleições municipaes, será interposto para o Tribunal Regional, dentro de dois dias contados do em que a junta proclamar os eleitos.

§ 1º. O recurso será interposto por petição ao juiz presidente ou por termo perante o secretario da junta; e, havendo recusa de despacho da petição ou de tomada do termo, será o recurso interposto perante qualquer escrivão do municipio séde da junta, em presença de duas testemunhas, e feita, immediatamente, por esse serventuário, comunicação, sob registro postal, á junta apuradora, enviando-se certidão do termo para o effeito do estabelecido no § 2º deste artigo. Interposto, assim, o recurso, apresentará o recorrente

dentro de dois dias, em um dos dois primeiros casos, e de tres dias no ultimo, as suas allegações e documentos, mencionando expressamente as provas em que se fundar.

§ 2º. A parte contraria será intimada por edital publicado na imprensa, ou affixado em cartorio onde aquella não existir, e poderá, dentro de quarenta e oito horas dessa intimação, offerecer allegações e documentos, indicando sempre as provas em que se fundar.

§ 3º. Processar-se-á a prova perante o presidente da Junta Especial ou perante o relator do Tribunal, a requerimento do interessado.

§ 4º. Recebido o processo pelo Tribunal, acompanhado da acta geral da apuração e de todos os documentos relativos á eleição, será immediatamente distribuido, apresentando o relator designado, dentro de cinco dias do recebimento delles, relatorio e parecer com conclusões precisas.

§ 5º. Do relatorio terão vista, na secretaria, por quarenta e oito horas, os interessados, conjuntamente. Fimdo esse prazo, serão produzidas perante o relator, e no prazo improrogavel de cinco dias, as provas pelas quaes se houver protestado na petição ou allegações do recurso.

§ 6º. Decidido o recurso expedirá o Tribunal os diplomas.

§ 7º. Os partidos poderão, por delegado ou procurador, e durante quinze minutos, defender oralmente o recurso, igual direito assistindo ao candidato avulso.

Art. 175. A decisão do Tribunal Regional versará apenas sobre o objecto do recurso.

Art. 176. Sempre que a junta annullar secção, deverá, depois de apurar separadamente os suffragios, recorrer *ex-officio* para o Tribunal Regional, ao qual competirá determinar nova eleição, fazendo subir os autos dentro do prazo de quarenta e oito horas.

Paragrapho unico. Os recursos *ex-officio* terão no Tribunal o processo do *habeas-corpus*.

Art. 177. O recurso de *habeas-corpus*, a appellação e os recursos no sentido estricto terão a fórma e o processo estabelecidos na legislação commum.

Paragrapho unico. Nenhuma ordem de *habeas-corpus*, porém, será concedida sem audiencia da autoridade coactora, salvo se a demora com a audiencia tornar inutil ou impraticavel a medida.

Art. 178. Para o Tribunal Regional caberá, dentro de quarenta e oito horas, recurso dos actos, resoluções, ou despachos de seu presidente.

Art. 179. Dos actos, resoluções, ou despachos dos tribunaes regionaes, bem como dos das juntas especiaes, caberá, dentro de dez dias, recurso para a instancia superior.

Art. 180. O Tribunal Superior, nas decisões proferidas em recursos interpostos contra o reconhecimento de candidatos, tornará, desde logo, extensivos ao resultado geral da eleição os effeitos do julgado, com audiencia dos candidatos interessados.

Art. 181. Dos recursos parciaes sobre a apuração sómente conhecerá o Tribunal Superior quando julgar o recurso geral contra a expedição dos diplomas.

Art. 182. Serão interpostos, dentro de dez dias, quaesquer recursos com prazo não especialmente fixado neste Código, contando-se esse prazo da data da publicação do acto, resolução ou despacho, no órgão official. Onde não houver imprensa, o prazo será contado da sciencia dada aos interessados e certificada nos autos.

TITULO III

Da sancção penal

CAPITULO I

DOS DELICTOS

Art. 183. São delictos eleitoraes:

1) deixar o homem de alistar-se como eleitor até um anno depois de haver completado dezoito annos de idade ou a mulher, maior de dezoito annos, até um anno após sua nomeação para função publica remunerada:

Pena — multa de 10\$000 a 1:000\$000, sem prejuizo do disposto no art. 6º, letra a. Esta pena será imposta cada anno, emquanto o infractor não se alistar, e graduada segundo as suas condições pecuniarias.

2) deixar de votar sem causa justificada:

Pena — multa de 10\$000 a 1:000\$000, graduada segundo as condições pecuniarias do infractor.

3) subscrever o eleitor mais de um requerimento de registro de candidato:

Pena — multa de 100\$000 a 500\$000.

4) inscrever-se fraudulentamente mais de uma vez como eleitor:

Pena — tres mezes a um anno de prisão cellular.

5) fazer falsa declaração para fins eleitoraes:

Pena — multa de 100\$000 a 2:000\$000 e, em caso de reincidencia, prisão cellular por um a seis mezes.

6) fornecer ou usar documentos falsos ou falsificados para fins eleitoraes:

Pena — um a quatro annos de prisão cellular e perda do cargo publico.

7) effectuar o funcçionario inscripção de alistando não qualificado pela autoridade competente, ou não identificado devidamente:

Pena — um a quatro annos de prisão cellular, e perda do cargo publico.

8) reter titulo eleitoral contra a vontade do eleitor:

Pena — seis mezes a dois annos de prisão cellular, e perda do cargo publico.

9) reconhecer o tabellião, para fins eleitoraes, letra ou firma que não seja verdadeira:

Pena — seis mezes a um anno de prisão celllar e perda do cargo publico.

10) perturbar, ou obstar, de qualquer fórma, o processo do alistamento:

Pena — quinze dias a seis mezes de prisão celllar.

11) attestar, junto a tabellião, como verdadeira, para fins eleitoraes, letra ou firma que não o seja:

Pena — seis mezes a dois annos de prisão celllar.

12) subtrair, damnificar, destruir, ou occultar documento ou objecto das repartições eleitoraes:

Pena — um a dois annos de prisão celllar, perda do cargo publico, e multa de 20 % dos damnos causados.

13) recusar ou renunciar antes de dois annos de effectivo exercicio, sem causa justificada e acceita pelo Tribunal competente, o cargo ou *munus* publico de natureza eleitoral, para que seja nomeado ou sorteado, ou passar, nas mesmas condições, seu exercicio:

Pena — 2:000\$000 a 5:000\$000, e perda do cargo publico.

14) deixar o juiz eleitoral ou ministro de Tribunal, com violação de dispositivo expresso da lei, de julgar qualificado, ou de mandar inscrever, no registro eleitoral, cidadão que prove evidentemente estar no caso de ser eleitor:

Pena — suspensão do cargo, por seis mezes a um anno, e, em caso de reincidencia, perda do cargo.

15) embaraçar o juiz, ou qualquer magistrado eleitoral, o reconhecimento de direitos individuaes, de natureza eleitoral:

Pena — seis mezes a dois annos de prisão celllar e, em caso de reincidencia, perda do cargo.

16) deixar o juiz eleitoral ou qualquer magistrado, ou autoridade eleitoral, de remetter aos representantes do Ministerio Publico e da Justiça os papeis e documentos, para que se inicie a acção penal por delictos eleitoraes cuja existencia seja patente, ou documentos, papeis ou actos submittidos ao seu conhecimento:

Pena — as do numero anterior.

17) não cumprir, nos prazos legais, qualquer funcionario dos juizos, ou repartições eleitoraes, os deveres que lhe são impostos por esteCodigo:

Pena — multa de 200\$000 a 1:000\$000, a criterio do juiz, e suspensão até trinta dias do exercicio do cargo.

18) allegar o cidadão idade falsa, para eximir-se da obrigação de alistar-se eleitor:

Pena — multa de 500\$000 a 5:000\$000.

19) recusar a autoridade ecclesiastica aos interessados a verificação dos lançamentos de baptismo, ou de casamento,

anteriores a 1889, ou recusar-lhes certidão de assento existente:

Pena — multa de 200\$000 a 1:000\$000, e o dobro na reincidencia.

20) violar qualquer das garantias eleitoraes do art. 165:

Pena — um a seis mezes de prisão celllular e perda de cargo publico, além das demais penas em que incorrer.

21) votar ou tentar votar mais de uma vez, ou em logar de outrem:

Pena — seis mezes a um anno de prisão celllular, e perda de cargo publico.

22) offerecer ou entregar cedulas de suffragios onde funcione mesa receptora de votos, ou em suas proximidades, dentro de um raio de cem metros:

Pena — quinze dias a dois mezes de prisão celllular.

23) violar ou tentar violar o sigillo do voto:

Pena — seis mezes a dois annos de prisão celllular e perda do cargo publico.

24) offerecer, prometter, solicitar, ou receber dinheiro, dadia ou qualquer vantagem, para obter ou dar voto, ou conseguir abstenção, ou para abster-se de votar:

Pena — seis mezes a dois annos de prisão celllular.

25) praticar ou permittir qualquer irregularidade que determine a annullação da votação de secção eleitoral:

Pena — multa de 100\$000 a 1:000\$000, em caso de culpa; um a seis mezes de prisão celllular, em caso de dolo.

26) não respeitar o membro da mesa receptora, na distribuição das senhas, a rigorosa ordem em que devem ser entregues aos eleitores, ou admittir qualquer eleitor a votar de preferencia a outro, salvo casos de idade avançada ou enfermidade:

Pena — multa de 50\$000 a 1:000\$000.

27) falsificar ou substituir actas ou documentos eleitoraes:

Pena — dois a oito annos de prisão celllular e perda do cargo publico.

28) praticar ou instigar desordens, tumultos ou aggressões que prejudiquem o andamento regular dos actos eleitoraes:

Pena — um a quatro annos de prisão celllular, e perda do cargo publico, além das demais penas em que incorrer.

29) arrebatár, subtrair, destruir ou occultar urna, ou documentos eleitoraes, violar os sellos das urnas ou os envolveros de documentos:

Pena — tres a seis annos de prisão celllular, e perda do cargo publico.

30) recusar ou renunciar, sem causa justificada, o cargo de membro de mesa receptora:

Pena — multa de 1:000\$000 a 2:000\$000 e perda do cargo publico.

31) deixar de mencionar, nas actas, os protestos formulados pelos fiscaes, candidatos ou delegados de partidos, ou deixar de remettel-os ao Tribunal Regional:

Pena — seis mezes a um anno de prisão cellular.

32) valer-se, o funcionario, de sua autoridade em favor de um partido ou candidato, ou exercer pressão partidaria sobre seus subordinados.

Pena — perda do cargo.

33) deixar de cumprir, por negligencia ou imprudencia, qualquer dos deveres eleitoraes que lhe couberem:

Pena — de quinze dias a tres mezes de prisão cellular, se já não existir pena especial para a infracção.

34) faltar, voluntariamente, em casos não especificados nos numeros anteriores, ao cumprimento de qualquer obrigação que este Codigo expressamente impuzer:

Pena — oito a cem dias de prisão cellular, ou, se fôr funcionario, suspensão por dois a seis mezes do exercicio do cargo.

Art. 184. As infracções eleitoraes são de acção publica, e, inafiançaveis, as passíveis de pena restrictiva da liberdade igual ou superior a seis mezes.

§ 1º. A autoridade judiciaria que verificar a existencia de algum facto delictuoso, definido neste Codigo, providenciará para que seja iniciada a acção penal.

§ 2º. Não se suspenderá a execução da pena nos crimes eleitoraes.

§ 3º. Em todos os delictos de natureza eleitoral, a reincidencia elevará a pena ao maximo.

§ 4º. Haverá reincidencia sempre que o criminoso, depois de condemnado por sentença irrecorrivel, commetter crime eleitoral, embora não infrinja a mesma disposição da lei.

CAPITULO II

DA ACÇÃO PENAL

Art. 185. A iniciativa da acção penal, por crimes eleitoraes, competirá aos procuradores eleitoraes, aos delegados de partidos ou a qualquer eleitor.

§ 1º. A denuncia, salvo quanto aos delictos definidos nos ns. 1, 2, 3, 19 e 30, do art. 183, será offerecida ao presidente do Tribunal Regional, que, depois de mandar actual-a e de ouvir o procurador se não fôr elle o denunciante, designará, por distribuição, um de seus membros, para servir de juiz preparador.

§ 2º. O juiz preparador mandará citar o denunciado para, dentro do prazo de cinco dias, a contar da citação, offerecer defesa escripta.

§ 3º. Apresentada a defesa, ou findo o prazo respectivo, o preparador concederá ás partes uma dilação probatoria commum, de dez dias.

§ 4º. Após a dilação probatoria, o denunciante e o denunciado terão, successivamente, o prazo de cinco dias, para offerecer allegações finaes.

§ 5º. Expirado o prazo das allegações finaes, o juiz preparador submeterá a causa á decisão do Tribunal, na fórma do regimento, sendo permittida ás partes, na sessão de julgamento, defesa oral do seu direito, pelo tempo que o regimento conceder.

§ 6º. O juiz preparador, finda a dilação, poderá decretar a prisão preventiva do accusado, nos casos previstos na legislação em vigor.

Art. 186. As infracções definidas nos ns. 1, 2, 3, 19 e 30, do art. 183, serão processadas perante o juiz eleitoral da zona do delicto, com os tramites e prazos dos paragraphos anteriores e cabendo appellação para o Tribunal Regional.

Art. 187. Para os actos e diligencias, que se deverem realizar fóra da séde do Tribunal, o juiz preparador delegará attribuição ao juiz eleitoral do logar onde tiverem de ser praticados, ou, em seu impedimento, ao da comarca ou termo mais proximo.

§ 1º. Em taes actos, que poderão ser acompanhados pelos delegados de partidos, o procurador eleitoral será representado pelo órgão do Ministerio Publico estadual da comarca, e, na falta deste, por um procurador *ad hoc*, nomeado pelo mesmo juiz.

§ 2º. O juiz eleitoral que, por delegação do juiz preparador, ordenar a citação do accusado, receber-lhe-á a defesa para encaminhal-a ao Tribunal.

Art. 188. Dos despachos do juiz eleitoral e do juiz preparador, caberá recurso para o Tribunal Regional, nos casos em que se admittir, segundo a lei processual commum, recurso dos juizes substitutos para os juizes seccionaes.

Art. 189. Das decisões do Tribunal Regional haverá recurso para o Tribunal Superior, nos mesmos casos em que se admittir, para Côrte Suprema, recurso das decisões criminaes dos juizes seccionaes.

Art. 190. O crime commum ou de responsabilidade, connexo com crime eleitoral, será processado e julgado pelas autoridades judiciais competentes para o conhecimento deste.

Art. 191. O réo poderá defender-se por procurador, sendo dispensado seu comparecimento emquanto não fôr decretada sua prisão.

Art. 192. A acção por crime de natureza eleitoral, passivel de pena restrictiva de liberdade, prescreverá em cinco annos e as demais em dois annos, observadas as causas de suspensão e interrupção estabelecidas na lei penal commum.

Art. 193. Das decisões passadas em julgado sómente poderá haver o recurso de revisão.

Art. 194. A lei processual commum será applicada subsidiariamente nos casos omissos.

TITULO IV

Disposições geraes

Art. 195. Não dependerão de petição escripta as certidões de assentamento, notas e averbações concernentes ou destinadas a processos eleitoraes.

Art. 196. O serviço eleitoral e o criminal respectivo preferirão a qualquer outro.

Art. 197. Processar-se-á o alistamento permanentemente.

Paragrapho unico. Suspender-se-á o alistamento durante o periodo de sessenta dias antes, até trinta dias depois da eleição.

Art. 198. Sempre que um delegado de partido, ou pelo menos cem alistandos o requererem, o juiz eleitoral se transportará á séde dos respectivos districtos ou villas, para ahi se fazer a inscripção eleitoral.

Paragrapho unico. Esse requerimento deverá ser feito até quinze dias antes do encerramento do alistamento.

Art. 199. As transmissões de natureza eleitoral, expedidas por autoridades e repartições competentes, gozarão de franquia postal, telegraphica, telephonica, radio-telegraphica ou radio-telephonica, em linhas officiaes, ou nas que sejam obrigadas a serviço official.

Art. 200. As secretarias e os cartorios da justiça eleitoral não poderão, sob pretexto algum, salvo o disposto no artigo seguinte, restituir documentos que instruirem os processos eleitoraes.

Art. 201. Os documentos apresentados para a prova da idade poderão, mediante despacho do presidente do Tribunal Regional, ser restituídos aos respectivos eleitores, desde que estes os substituam por certidão de nascimento.

Art. 202. Sempre que os tribunaes regionaes deixarem de praticar, nos prazos legais, salvo motivo justificado, qualquer acto ordenado por este Codigo, o Tribunal Superior, *ex-officio*, ou a requerimento da parte interessada, poderá realisar-o, communicando sua resolução ao Tribunal faltoso.

Paragrapho unico. Do mesmo modo praticarão os tribunaes regionaes em relação aos juizes eleitoraes.

Art. 203. Não se admittirão, como prova no alistamento eleitoral, publicas-fórmulas ou justificações.

Paragrapho unico. As justificações para outros fins eleitoraes deverão processar-se com citação pessoal ou edital da parte interessada, sciente o Ministerio Publico.

Art. 204. As repartições publicas são obrigadas, no prazo maximo de dez dias, a fornecer ás autoridades, aos representantes de partidos, ou a qualquer alistando, as informações e certidões que solicitarem, relativas á materia eleitoral, desde que os interessados manifestem especificamente as razões e os fins do pedido.

Art. 205. As autoridades ecclesiasticas fornecerão gratuitamente, aos interessados, as certidões de baptismo da

pessoas nascidas antes de 1889, podendo o requerente, se lhe fôr negada a existencia do assentamento de baptismo, pessoalmente e por determinação do juiz eleitoral, revistar os livros, em presença da autoridade ecclesiastica ou seu representante.

Art. 206. Os tabelliães não poderão deixar de reconhecer, nos documentos necessarios á instrucção dos requerimentos e recursos eleitoraes, as firmas de pessoas de seu conhecimento, ou das que se apresentarem com dois abona-dores conhecidos.

Paragrapho unico. Se a letra e a firma a serem reco-nhecidas forem de alistando, poderá o tabellião exigir que o requerimento seja escripto e assignado em sua presença; ou, se se tratar de documento, o tabellião poderá exigir que o signatario escreva em sua presença para a devida conferencia.

Art. 207. Os escrivães ou officiaes, encarregados dos registros de obitos, são obrigados a remetter, mensalmente, á secretaria do Tribunal Regional respectivo, lista em du-plicata de todos os obitos de pessoas maiores de dezoito annos, de nacionalidade brasileira, registrados no mez an-terior.

Art. 208. Os escrivães, ou secretarios dos juizes ou tribunaes, são obrigados a enviar, mensalmente, ao Tribunal Superior, comunicação da sentença ou acto que declarar ou significar suspensão, perda ou reacquisição dos direitos politicos.

Art. 209. Os membros dos Tribunaes Eleitoraes e os juizes singulares terão férias iguaes ás que tiverem na jus-tiça commum, gozando-as simultaneamente, e nunca em pe-riodo de apuração de eleições, ou nos tres mezes anteriores á realização destas.

Art. 210. Os membros do Ministerio Publico Eleitoral perceberão os seguintes vencimentos annuaes:

| | |
|---|-------------|
| a) procurador no Tribunal Superior..... | 36:000\$000 |
| b) procurador nos tribunaes regionaes do Districto Federal e nas zonas de mais de 100.000 eleitores | 24:000\$000 |
| c) procurador nos demais tribunaes regio-naes | 18:000\$000 |

Art. 211. Os membros substitutos dos tribunaes eleitoraes perceberão a gratificação não percebida pelo substituido.

Art. 212. Ficam mantidos no Districto Federal os car-torios privativos actualmente existentes.

Art. 213. Regular-se-ão por lei especial as eleições dos representantes de classes.

Art. 214. A apuração das eleições municipaes reger-se-á pelas disposições deste Codigo em tudo que lhe seja appli-cavel.

Art. 215. As eleições para cargos de justiça de paz ele-ctiva, onde esta existir, serão apuradas pelas juntas de que trata o art. 43.

Art. 216. Este Codigo entrará em vigor trinta dias de-pois de publicado.

Art. 217. Ficam revogadas todas as disposições concernentes á materia eleitoral, mantidos, entretanto, os cargos e respectivos vencimentos até hoje legalmente creados, desde que não prejudicados por dispositivos deste Codigo.

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 1º. Os eleitores já alistados continuarão a exercer o direito de voto, em quaesquer eleições, nos seus actuaes domicilios eleitoraes, resalvado o direito de requererem transferencia do titulo para o logar onde tiverem domicilio civil.

Art. 2º. Este Codigo não se applica ao processo e aos actos eleitoraes, decorrentes do pleito de 14 de outubro ultimo.

Camara dos Deputados, de abril de 1935.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rdo.

LEI N. 49 — DE 9 DE MAIO DE 1935

Proroga, até 30 de setembro de 1936, o prazo para pagamento da segunda prestação estatuida no decreto n. 22.626, de 1933

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faço saber que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono, a seguinte lei:

Art. 1º Fica prorogado, até trinta de setembro de 1936, o prazo para o pagamento da segunda prestação estatuida no decreto n. 22.626, de 7 de abril de 1933. As demais prestações vencer-se-ão successivamente a 30 de setembro de cada anno, a começar pelo de 1937, nos termos do decreto n. 10, de 14 de dezembro de 1934.

Art. 2º Estando o credito sujeito a julgamento da Camara de Reajustamento Economico, o devedor é obrigado a pagar, nos prazos contractuaes, os juros sobre a metade, apenas, da parte liquida do credito, conforme declarações das partes áquella Camara.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

LEI N. 50 — DE 13 DE MAIO DE 1935

Aplicação de dotação orçamentaria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a dispendir até a importancia de duzentos e trinta e um contos e seiscentos mil réis (231:600\$000), para pagamento, no corrente anno, aos auxiliares da terceira cadeira de clinica cirurgica e da quinta cadeira de clinica medica da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, creadas pelos decretos ns. 24.610 e 24.611, de 6 de julho de 1934.

Art. 2.º A despesa autorizada por esta lei correrá por conta dos recursos concedidos na sub-consignação n. 28, da verba 1ª, do art. 7º da lei n. 5, de 12 de novembro de 1934.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

LEI N. 51 — DE 14 DE MAIO DE 1935

Dispõe sobre reajustamento de vencimentos dos militares

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil.

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica constituida uma commissão de dez membros, sendo cinco de nomeação do Presidente da Republica e cinco por designação do Presidente da Camara dos Deputados, dentre os seus membros, para dentro do prazo de quatro mezes, apresentar ao Poder Legislativo;

a) projecto de revisão tributaria, por fórma a melhorar o aparelho arrecadador e assegurar mais proficuo desenvolvimento das fontes da producção nacional;

b) suggestões tendentes a reduzir as despesas publicas, ainda que envolvendo reorganização administrativa, sem prejuizo, entretanto, dos serviços publicos de necessidade permanente, podendo considerar como inexistentes quaesquer equiparações de repartições, vencimentos, cargos, serviços ou vantagens;

c) plano de reorganização economica nacional (Constituição Federal, art. 16º das disposições transitorias) e da restructuração financeira;

d) projecto de revisão geral dos vencimentos, civis e militares, dentro das possibilidades orçamentarias do palz, observando o criterio de igual remuneração para iguaes funções e responsabilidades.

Art. 2.º Os militares, em serviço activo e em pleno exercício de suas funcções, ou em situações especiaes, prévistas na legislação em vigor, perceberão, em character provisorio, a partir de 1 de julho do corrente anno, um abono mensal pecuniario, de accordo com a tabella seguinte (vetada a parte relativa aos funcionarios civis):

| | |
|--|----------|
| General de Divisão — (quinhentos mil réis)... | 500\$000 |
| Vice-almirante — (quinhentos mil réis) | 500\$000 |
| General de Brigada — (quinhentos mil réis).... | 500\$000 |
| Contra-almirante — (quinhentos mil réis) | 500\$000 |
| Coronel — (quinhentos mil réis) | 500\$000 |
| Capitão de mar e guerra — (quinhentos mil réis) | 500\$000 |
| Tenente-coronel — (quinhentos mil réis) | 500\$000 |
| Capitão de fragata — (quinhentos mil réis)..... | 500\$000 |
| Major — (seiscentos mil réis) | 600\$000 |
| Capitão de corveta — (seiscentos mil réis)..... | 600\$000 |
| Capitão — (seiscentos mil réis) | 600\$000 |
| Capitão-tenente — (seiscentos mil réis)..... | 600\$000 |
| Primeiro tenente — (seiscentos mil réis)..... | 600\$000 |
| Segundo tenente — (quinhentos e cincoenta mil réis) | 550\$000 |
| Aspirante — (trescentos mil réis) | 300\$000 |
| Guarda-Marinha — (trescentos mil réis) | 300\$000 |
| Sub-tenente — (trescentos mil réis) | 300\$000 |
| Sub-official — (trescentos mil réis) | 300\$000 |
| Sargento ajudante — (duzentos e cincoenta mil réis) | 250\$000 |
| Primeiro sargento — (duzentos e quarenta mil réis) | 240\$000 |
| Segundo sargento — (cento e noventa mil réis) . | 190\$000 |
| Terceiro sargento — (cento e cincoenta mil réis) . | 150\$000 |
| Primeiro cabo do Exercito — (cento e vinte mil réis) | 120\$000 |
| Cabo da Armada e do Corpo de Fuzileiros — (cento e vinte mil réis) | 120\$000 |
| Cabo da Policia Militar — (cento e vinte mil réis) | 120\$000 |
| Cabo do Corpo de Bombeiros (cento e vinte mil réis) | 120\$000 |
| Corneteiro — (cento e vinte mil réis) | 120\$000 |
| Clarim de 1ª classe (cento e vinte mil réis)..... | 120\$000 |
| Segundo cabo do Exercito — (cento e vinte mil réis) | 120\$000 |
| Marinheiro de 1ª classe (cento e vinte mil réis).. | 120\$000 |
| Clarim de 2ª classe — (cento e vinte mil réis)... | 120\$000 |
| Bombeiro de 1ª classe — (cem mil réis) | 100\$000 |
| Soldado engajado ou reengajado — (cento e quarenta mil réis) | 140\$000 |
| Marinheiro de 2ª classe — (cento e vinte e oito mil réis) | 128\$000 |
| Fuzileiro Naval — (cento e vinte e oito mil réis) | 128\$000 |
| Soldado especialista do Exercito — (noventa e tres mil réis) | 93\$000 |
| Soldado artifice do Exercito — (noventa e tres mil réis) | 93\$000 |
| Marinheiro de 3ª classe — (noventa e tres mil réis) | 93\$000 |

| | |
|--|----------|
| Soldado voluntario ou conscripto — (trinta e cinco mil réis) | 35\$000 |
| Cadete do Exercito do ultimo anno (cincoenta mil réis) | 50\$000 |
| Aspirante da Armada do ultimo anno (cincoenta mil réis) | 50\$000 |
| Cadetes do Exercito dos 1º, 2º e 3º annos (dez mil réis) | 10\$000 |
| Aspirante da Armada dos 1º e 2º annos — (dez mil réis) | 10\$000 |
| Musico de 1ª classe — (duzentos e quarenta mil réis) | 240\$000 |
| Musico de 2ª classe — (cento e noventa mil réis) | 190\$000 |
| Musico de 3ª classe — (cento e cincoenta mil réis) | 150\$000 |
| Bombeiro de 2ª classe — (noventa mil réis) | 90\$000 |
| Bombeiro de 3ª classe — (oitenta e seis mil réis) | 86\$000 |
| Despenseiro de 1ª classe — (cento e trinta mil réis) | 130\$000 |
| Cosinheiro de 1ª classe — (cento e trinta mil réis) | 130\$000 |
| Padeiro de 1ª classe — (cento e trinta mil réis) .. | 130\$000 |
| Taifeiro de 1ª classe — (cento e vinte mil réis) .. | 120\$000 |
| Despenseiro de 2ª classe — (cem mil réis) | 100\$000 |
| Cosinheiro de 2ª classe — (cem mil réis) | 100\$000 |
| Padeiro de 2ª classe — (cem mil réis) | 100\$000 |
| Taifeiro de 2ª classe — (cem mil réis) | 100\$000 |
| Taifeiro de 3ª classe — (setenta mil réis) | 70\$000 |
| Soldado da Policia Militar (cem mil réis) | 100\$000 |
| Despenseiro de 3ª classe — (sessenta mil réis) .. | 60\$000 |
| Cosinheiro de 3ª classe — (sessenta mil réis) | 60\$000 |
| Barbeiro de 1ª classe — (cem mil réis) | 100\$000 |
| Barbeiro de 2ª classe — (noventa mil réis) | 90\$000 |
| Barbeiro de 3ª classe — (oitenta mil réis) | 80\$000 |

Paragrapho unico. — Os voluntarios ou conscriptos passarão a perceber o abono constante desta lei, desde a data em que forem considerados promptos ou mobilizaveis.

Art. 3º e seu paragrapho unico. — Vetados.

Art. 4º — Vetado.

Art. 5º Os abonos estatuidos por esta lei não serão considerados irreductiveis, e nem se applicarão nos casos de licença, aposentadoria e reforma, ou de monte-pio e meio soldo, respeitadas as licenças premio estabelecidas em lei.

§ 1.º Os abonos referentes a militares compreendem os do Exercito, Armada, Policia Militar e Corpo de Bombeiros do Districto Federal e Policia Militar do Territorio do Acre.

§ 2.º As vantagens concedidas aos sub-officiaes, sargentos e praças continuam em vigor e serão calculadas de accordo com as condições anteriores a esta lei, cancellada a gratificação de especialidade aos sub-officiaes.

Art. 6º e seu paragrapho unico. — Vetados.

Art. 7.º — Vetado.

Art. 8.º O Governo providenciara para que, na proposta de orçamento, sejam declarados em cada repartição ou serviço, no enunciação da respectiva dotação, o numero de mensalistas, diaristas e contractados, e, sempre que possivel, por categoria e por importancia percebida.

Art. 9.º Todos os funcionarios diplomaticos e consulares, aposentados pelo Governo Provisorio, terão suas pensões, a partir da data da promulgação desta lei, calculadas de accordo com o que está estabelecido no art. 48º do decreto n. 24.239, de 15 de maio de 1934, em vigor, isto é, considerando-se vencimentos, para effeito de aposentadoria, a remuneração a que se refere o citado artigo.

Art. 10 e seu paragrapho unico. — Vetados.

Art. 11. — Vetado.

Art. 12. Os funcionarios que exercem mais de um cargo remunerado, na fôrma da Constituição, só terão direito ao abono, em relação ao cargo de maior vencimento, e, se se tratar de cargos de iguaes vencimentos, só receberão o abono referido a um delles.

Art. 13 e seu paragrapho unico. — Vetados.

Art. 14. Ninguém poderá, no paiz, receber dos cofres publicos, por serviços prestados, seja como vencimentos, diarias, gratificações, percentagens, quotas, emulumentos não judiciaes ou outras quaesquer vantagens, isolada ou conjuntamente, mais de cinco contos de réis (5:000\$000), mensaes.

Paragrapho unico. Exceptuam-se desta regra os ministros da Côrte Suprema, de Estado, do Tribunal de Contas, do Supremo Tribunal Militar, desembargadores da Côrte de Appellação e seus equiparados pela Constituição, assim como os altos commandos militares.

Art. 15 e seu paragrapho unico. — Vetados.

Art. 16 e seu paragrapho unico. — Vetados.

Art. 17. Para fazer face ás despesas decorrentes da applicação da presente lei, fica o Governo autorizado a realizar operações de credito até a importancia de 111.000:000\$000 (cento e onze mil contos de réis), podendo utilizar-se dos recursos do Título I, n. 2, da lei n. 5, de 12 de novembro de 1934.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

João Gomes Ribeiro Filho.

Protogenes Guimarães.

Vicente Rêo.

Arthur de Souza Costa.

José Carlos de Macedo Soares.

Odilon Braga.

Gustavo Capanema.

Agamemnon de Magalhães.

João Marques dos Reis.

LEI N. 52 — DE 16 DE MAIO DE 1935

Regula a escolha dos directores de estabelecimentos componentes de Universidades

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Os directores dos estabelecimentos de ensino que compõem as Universidades Estaduaes serão nomeados pelos Governadores dos respectivos Estados a que ellas pertençam e os dos estabelecimentos que compõem as universidades livres serão escolhidos pelas congregações dos mesmos estabelecimentos.

Paragrapheo unico. Esses directores deverão ser tirados dos respectivos quadros de professores cathedromaticos.

Art. 2.º Só póde ser nomeado reitor de Universidade Estadual ou livre quem for brasileiro e pertencer ao quadro de professores cathedromaticos de qualquer dos estabelecimentos componentes da mesma Universidade.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

LEI N. 53 — DE 18 DE MAIO DE 1935

Autoriza o Poder Executivo a dispender os recursos constantes da verba 22.ª sub-consignação 1, do orçamento vigente do Ministerio da Educação.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os recursos constantes da verba 22.ª, sub-consignação 1, do orçamento vigente do Ministerio da Educação e Saude Publica, serão distribuidos de accordo com as disposições dos decretos mencionados na alludida sub-

consignação, até que seja decretada legislação especial sobre a materia, prorogado para 31 de julho o prazo de habilitação de que cogitam os referidos decretos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA.

Gustavo Capanema.

LEI N. 54 — DE 18 DE MAIO DE 1935

Autoriza o Poder Executivo a dispendar até a quantia de 6.867:068\$282, em suplementação da verba 9.ª, consignação III, sub-consignação n. 10, art. 9.º, da Lei n. 5, de 13 de novembro de 1934

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a dispendar até a quantia de seis mil oitocentos e sessenta e sete contos, sessenta e oito mil duzentos e oitenta e dois réis (6.867:068\$282), em suplementação da verba 9.ª, Consignação III, sub-Consignação n. 10, art. 9.º da Lei n. 5, de 12 de novembro de 1934, podendo realizar a necessaria operação de credito até essa importancia.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA.

Marques dos Reis.

LEI N. 55 — DE 23 DE MAIO DE 1935

Autoriza o Governo a confiar a uma associação civil a direcção e administração da Secção Feminina do Instituto Sete de Setembro, e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a confiar a direcção e administração da Secção Feminina do Instituto Sete de Setembro á uma associação civil de sua escolha, entregando-lhe as verbas orçamentarias destinadas á sua manutenção e custeio.

Art. 2.º O pessoal contractado continuará a perceber os seus vencimentos pelas verbas consignadas no orçamento da despesa do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, podendo ser aproveitados no proprio Instituto, ou em outros serviços affectos á assistencia a menores, mediante designação do juiz de Menores.

Art. 3.º A denominação do Instituto poderá ser substituida e terá um regimento interno approved pelo ministro da Justiça e Negocios Interiores.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 1935; 114º da Independencia e 47º da Republica.

ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA.

Vicente Ráo.

LEI N. 56 — DE 24 DE MAIO DE 1935

Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito especial de 310:000\$000, para estudos preliminares da construcção da ponte internacional sobre o rio Uruguay

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o credito especial de trezentos e dez contos de réis (310:000\$), para attender, no anno de 1935, ás despesas com os estudos preliminares para a construcção da ponte internacional sobre o rio Uruguay, ligando a Argentina ao Brasil.

Art. 2.º Para provimento do credito especial mencionado no art. 1.º, fica o Poder Executivo autorizado a retirar recursos financeiros das operações de credito concedidas pelo art. 2.º da lei n. 5, de 12 de outubro de 1934.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA.

Mario Pimentel Brandão.

LEI N. 57 — DE 24 DE MAIO DE 1935

Abre, pelo Ministerio das Relações Exteriores, o credito especial de 10.400:000\$000, para attender ás despesas a serem realizadas com a visita do Sr. Presidente da Republica ás Republicas do Uruguay e Argentina

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono, a seguinte lei:

Art. 1.º Fica aberto, desde já, pelo Ministerio das Relações Exteriores, um credito especial de 10.400:000\$000 (dez mil e quatrocentos contos de réis), para attender ás despesas a serem realizadas com a visita do Presidente da Republica ás Republicas do Uruguay e Argentina.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA.

Mario Pimentel Brandão.

LEI N. 58 — DE 24 DE MAIO DE 1935

Autoriza a aquisição de obras de pintura e escultura deixadas pelo artista brasileiro Decio Villares

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. E' o Poder Executivo autorizado a adquirir para a Escola Nacional de Bellas Artes, após a necessaria avaliação e devido ajuste, as obras de pintura e escultura deixadas pelo fallecido artista brasileiro Decio Villares, em poder dos seus herdeiros.

Art. 2º. As despesas respectivas correrão por conta da verba 3ª, alinea 42, do orçamento do Ministerio da Educação e Saude Publica, devendo para tal ser divididas em varios exercicios, de accordo com as conveniencias financeiras do momento.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1935, 114º da Independência e 47º da Republica.

ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA.

Gustavo Capanema.

LEI N. 59 — DE 29 DE MAIO DE 1935

Autoriza o Poder Executivo a fazer uma operação de credito destinada a melhorar as installações da Assistencia a Psychopathas

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a fazer uma operação de credito, destinada a melhorar as installações da Assistencia a Psychopathas, sob a garantia das mil e setecentas (1.700) apolices federaes pertencentes ao patrimonio desta.

Art. 2º. Essa operação destina-se á construcção de novos pavilhões na Colonia de Jacarépaguá, para onde serão transferidos os doentes chronicos actualmente recolhidos ao Hospital Nacional de Psychopathas, ás indispensaveis modifi-

cações deste para ahí serem conservados nos casos agudos e os pensionistas e, ainda á obras urgentes na Colonia de Engenho de Dentro e o Manicómio Judiciario.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 1935, 114° da Independencia e 47° da Republica.

ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA.

Gustavo Capanema.

LEI N. 60 — DE 3 DE JUNHO DE 1935

Autoriza a adquirir os livros etc., que pertenceram a Coelho Netto

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1°. Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, para serem incorporados ao patrimonio nacional, os livros e objectos de arte que pertenceram ao escriptor Henrique Coelho Netto.

Paragrapho unico. Para esse fim nomeará, por intermedio do Ministerio da Educação e Saude Publica, uma commissão de technicos que procederá á respectiva avaliação.

Art. 2°. Esses livros e objectos serão recolhidos a uma sala condigna, ou secção, da Bibliotheca Nacional, a qual receberá o nome daquelle escriptor.

Art. 3°. Concluida a avaliação de que trata o paragrapho unico do art. 1°, o Governo pedirá ao Poder Legislativo o credito necessario para o cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 4°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1935, 114° da Independencia e 47° da Republica.

ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA.

Gustavo Capanema.

LEI N. 61 — 4 DE JUNHO DE 1935

Estabelece normas para o provimento dos officios de tabelliães de notas

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Os officios de tabelliães de notas no Districto Federal serão providos, alternativamente, por cidadão de reconhecido saber e competencia, e por bacharel ou doutor em direito com dois annos de pratica forense, de livre nomeação do Governo; e por escrevente juramentado de cartorio de notas, com mais de dez annos de serviço no Districto Federal, escolhido de uma lista triplice organizada pelo Conselho Disciplinar.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA.

Vicente Ráo.

LEI N. 62 — DE 5 DE JUNHO DE 1935

Assegura ao empregado da industria ou do commercio uma indemnização quando não exista prazo estipulado para a terminação do respectivo contracto de trabalho e quando for despedido sem justa causa, e dá outras providências

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. E' assegurado ao empregado da industria ou do commercio, não existindo prazo estipulado para a terminação do respectivo contracto de trabalho, e quando fôr despedido sem justa causa, o direito de haver do empregador uma indemnização paga na base do maior ordenado que tenha percebido na mesma empresa.

Paraphrapho unico. Para os effeitos da presente lei, não se admittem distincções relativamente á especie de emprego e á condição do trabalhador, nem entre o trabalho manual, intellectual ou technico, e os profissionaes respectivos.

Art. 2.º A indemnização será de um mez de ordenado por anno de serviço effectivo, ou por anno e fracção igual ou superior a seis mezes. Antes de completo o primeiro anno, nenhuma indemnização será exigida.

§ 1.º Se o pagamento do trabalho fôr realizado por dia, vinte e cinco dias servirão de base para o calculo da indemnização.

§ 2.º Se realizado por hora o pagamento do trabalho, a indemnização apurar-se-á na base de duzentas horas por mez.

§ 3.º Para os empregados ou operarios que trabalhem por commissão, a indemnização será calculada na base da commissão total dos ultimos doze mezes de serviço, dividida por doze.

§ 4.º Para os que trabalham por tarefa ou serviço feito, a indemnização será calculada na base da média do tempo costumeiramente gasto pelo interessado para feitura de seu serviço, calculando-se o valor do que seria feito durante vinte e cinco dias.

Art. 3.º A mudança na propriedade do estabelecimento, assim como qualquer alteração na firma ou na direcção do mesmo, não affectará, de fôrma alguma, a contagem do tempo de serviço do empregado para a indemnização ora estabelecida.

Art. 4.º O beneficio creado por esta lei prevalecerá no caso de dissolução da firma, empresa, ou sociedade. Em caso de fallencia ou de concurso de credores, constituirá credito privilegiado, desde que a despedida injusta tenha sido anterior á impontualidade que determinou a fallencia ou o concurso de credores.

Art. 5.º São causas justas para despedida:

a) qualquer acto de improbidade ou incontinencia de conducta, que torne o empregado incompativel com o serviço;

b) negociação habitual por conta propria ou alheia, sem permissão do empregador;

c) mau procedimento, ou acto de desidia no desempenho das respectivas funcções;

d) embriaguez habitual ou em serviço;

e) violação de segredo de que o empregado tenha conhecimento;

f) acto de indisciplina ou insubordinação;

g) abandono de serviço sem causa justificada;

h) acto lesivo da honra e boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou offensas physicas nas mesmas condições, salvo em caso de legitima defesa, propria ou de outrem;

i) pratica constante de jogos de azar;

j) força maior que impossibilite o empregador de manter o contracto de trabalho.

§ 1.º Considera-se tambem causa de força maior, para o effeito de dispensa do empregado, a suppressão do emprego ou cargo, por motivo de economia aconselhada pelas

condições economicas e financeiras do empregador e determinada pela diminuição de negocios ou restricção da actividade commercial.

§ 2.º Considera-se provada a força maior, quando se tratar de uma providencia de ordem geral que attinja a todos os empregados e na mesma proporção dos vencimentos de cada um, ou se caracterize pelo fechamento de um estabelecimento, ou filial, em relação aos empregados destes, ou supressão de um determinado ramo de negocio.

§ 3.º No caso de ser a paralyzação do trabalho motivada por promulgação de leis ou medidas governamentais que tornem prejudicial a continuação da respectiva actividade ou negocios, prevalecerá o pagamento da indemnização de que trata a presente lei, a qual, entretanto, ficará a cargo do Governo que tiver a iniciativa do acto que originou a cessação do trabalho.

Art. 6.º O empregado deverá dar aviso prévio ao empregador, com o prazo minimo de trinta dias, quando desejar retirar-se do emprego. A falta do aviso prévio sujeita-o ao desconto de um mez de ordenado ou do duodecimo do total das comissões percebidas nos ultimos doze mezes de serviço.

Paragrapho unico. O empregador ou seu representante é obrigado a fornecer immediatamente ao empregado que tiver feito o aviso prévio de que trata este artigo, por escripto, uma declaração de haver recebido essa comunicação.

Art. 7.º Havendo termo estipulado, nenhuma das partes poderá desligar-se do contracto, sob pena de ser obrigada a indemnizar a outra dos prejuizos que desse facto lhe resultarem.

Paragrapho unico. Os motivos constantes do art. 5º justificam a rescisão do contracto pelo empregador.

Art. 8.º Quer haja termo estipulado ou contracto escripto, quer não, o empregado poderá deixar o emprego ou rescindir o contracto nos casos seguintes:

I, ter de exercer funções publicas ou desempenhar obrigações legais, incompativeis estas, ou aquellas, com a continuação do serviço;

II, achar-se inhabilitado por força maior para cumprir o contracto;

III, exigir delle, o empregador, serviços superiores ás suas forças, defesos por lei, contrarios aos bons costumes, ou alheios ao contracto;

IV, tratar-o, o empregador, com rigor excessivo ou não lhe dar alimentação conveniente;

V, correr perigo manifesto de damno ou mal consideravel;

VI, não cumprir o empregador as obrigações do contracto;

VII, offendel-o, o empregador, ou tentar offendel-o na honra de pessoa de sua familia;

VIII, morrer o empregador.

Art. 9.º O afastamento do empregado, em virtude de exigencias do serviço militar ou de outro *munus* publico, não constituirá, em hypothese alguma, motivo para sua des-

pedida, assegurando-se-lhe, ao contrario, o direito de voltar ao seu logar como se houvesse sido licenciado sem vencimentos.

§ 1.º Para que o empregado tenha direito a voltar a exercer o cargo do qual foi afastado em virtude de exigencias do serviço militar ou de *munus* publico, é indispensavel que notifique o empregador desse seu desejo, por telegramma ou carta registrada, dentro do prazo maximo de trinta dias, contados da data em que se verificar a respectiva baixa ou a terminação do encargo ao qual esteve obrigado.

§ 2.º Voltando o empregado a assumir as suas funções, poderá o empregador dispensar o substituto, sem que este tenha direito á indemnização consagrada na presente lei, salvo se já pertencia ao quadro de empregados ao tempo em que foi chamado á substituição do afastado, caso em que voltará á função e salario primitivos.

Art. 10. Os empregados que ainda não gozarem da estabilidade que as leis sobre institutos de aposentadorias e pensões têm creado, desde que contem 10 annos de serviço effectivo no mesmo estabelecimento, nos termos desta lei, só poderão ser demittidos por motivos devidamente comprovados de falta grave, desobediencia, indisciplina ou causa de força maior, nos termos do art. 5º.

Art. 11. A redução do salario só será permittida nos casos de ter o empregador reaes prejuizos devidamente comprovados, e nos de força maior que justifiquem medida de ordem geral.

Paragrapho unico. O empregador é obrigado a notificar previamente o empregado com uma antecedencia de trinta dias da data em que tiver de effectuar a redução.

Art. 12. Os empregados que forem dispensados por motivo de força maior conservam o direito de preferencia, quando restabelecido o cargo; os que soffrerem diminuição nos vencimentos terão direito ao augmento na mesma proporção dos que forem augmentados.

§ 1.º Se o empregador admittir, sem motivo justo, novos empregados com desrespeito á preferencia a que este artigo se refere, ou fizer augmentos de ordenados em beneficio de alguns, aos prejudicados ficam assegurados os mesmos direitos dos demittidos ou reduzidos em vencimentos, a contar da data em que se verificou a irregularidade.

§ 2.º O empregado readmittido continuará no gozo de todos os direitos anteriores, descontando-se, apenas, o tempo em que esteve afastado.

Art. 13. O empregado que for accusado de falta grave poderá ser suspenso, até decisão final do processo de investigação.

Paragrapho unico. Provada a inexistencia de falta grave, o empregado readmittido receberá integralmente os vencimentos e vantagens a que teria direito se não houvesse sido suspenso.

Art. 14. São nullas de pleno direito quaesquer convenções, entre empregados e empregadores, tendentes a impedir a applicação desta lei.

Art. 15. Os preceitos desta lei não alcançam os empregados por contracto de aprendizagem.

Art. 16. Comprovado o inadimplemento do contracto de trabalho pelo empregado ou pelo empregador, por motivo decorrente de algum syndicalo ou associação de classe, responderão estes solidariamente pela indemnização devida.

Art. 17. O direito á indemnização creada nesta lei prescreve em um anno, a contar da data da despedida.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1935, 114° da Independencia e 47° da Republica.

ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA.

Agamemnon Magalhães.

LEI N. 63 — DE 10 DE JUNHO DE 1935

Fixa a data para a terminação do mandato do Prefeito do Districto Federal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1°. O mandato do primeiro Prefeito do Districto Federal terminará em 20 de janeiro de 1939.

Art. 2°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1935, 114° da Independencia e 47° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

LEI N. 64 — DE 13 DE JUNHO DE 1935

Declara feriado nacional o dia 14 de junho de 1935

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1°. E' declarado feriado nacional o dia 14 de junho de 1935, em commemoração ao termo da lucta armada entre o Paraguay e a Bolivia.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

LEI N. 65 — DE 13 DE JUNHO DE 1935

Estabelece a competencia do juiz de menores do Districto Federal para processar e julgar as infracções de leis e regulamentos de assistencia e protecção a menores, e dispõe sobre os exames a que devem ser submittidos os menores processados

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Os exames de idade ordenados pelo juiz de menores do Districto Federal serão procedidos por uma junta de dous peritos, composta do medico do Juizo e de outro, designado pelo juiz dentre os medicos que exerçam funcção em serviço de assistencia a menores.

Art. 2º. O medico do Juizo será substituido nas suas faltas occasionaes e férias, por um medico, da assistencia a menores, designado pelo juiz.

Art. 3º. Ao art. 147, do Codigo de Menores accrescente-se, após o inciso II:

Os exames de sanidade physica e mental, anthropologico, psychologico e pedagogico, poderão ser procedidos por technicos de comprovada idoneidade, designados pelo juiz.

Art. 4º. Substitua-se o inciso VIII do mesmo art. 147, do Codigo de Menores, pelo seguinte:

VIII. Processar e julgar as infracções de leis e regulamentos de assistencia e protecção a menores de qualquer idade.

Art. 5º. Ao art. 147, do Codigo de Menores, accrescente-se, após o inciso XVI:

XVII. Sempre que entender necessario á instrucção do julgamento sobre o destino do menor, consultar em conselho os technicos que o hajam examinado e o director do estabelecimento a que tenha estado recolhido.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

LEI N. 66 — DE 13 DE JUNHO DE 1935

Autoriza a abrir o credito especial de 2.500:000\$000, para ultimação das obras iniciadas na 7ª Região Militar

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de dous mil e quinhentos contos de réis (2.500:000\$000), para ultimação das obras já iniciadas na 7ª Região Militar, correndo as despesas por conta da operação de credito de que está o Governo autorizado, pelo decreto n. 13, de 31 de dezembro de 1934.

Paragrapho unico. O alludido credito terá a duração de dous exercicios financeiros, nos termos do Regulamento Geral de Contabilidade Publica (arts. 40, 87, § 2º, 32, 89 e 93).

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

General João Gomes Ribeiro Filho.

LEI N. 67 — DE 13 DE JUNHO DE 1935

Providencia sobre o saldo das dotações orçamentarias e suas applicações pela Camara dos Deputados e Senado Federal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Os saldos que apresentem, a juizo do Ministro da Fazenda, as dotações de despesa do orçamento geral da Republica, são considerados recursos para o effeito do disposto no art. 183, da Constituição Federal.

Art. 2º. Os saldos apurados, mensalmente, dentro das consignações decretadas, no pagamento do subsidio de Depu-

tados e Senadores, terão para cada Casa do Poder Legislativo a seguinte applicação:

- a) pagamento de ajuda de custo a novos Deputados ou Senadores;
- b) aquisição de material permanente, preciso e conveniente á melhor execução dos serviços a cargo das comissões technicas;
- c) installação material de novos serviços;
- d) formação e manutenção material de bibliothecas especializadas para as comissões technicas, e melhoramento e aperfeiçoamento das Bibliothecas Geraes e Archivos;
- e) modificações internas que se tornem indispensaveis nos edificios, reparações que se façam precisas, limpeza periodica e conservação dos mesmos.

Art. 3º. O aproveitamento dos saldos, a que se refere o artigo anterior, será determinado respectivamente pela Camara dos Deputados ou pelo Senado Federal, mediante proposta especificada de sua mesa.

Art. 4º. A requisição do pagamento das despesas autorizadas pela Camara ou pelo Senado, será feita ao ministro da Fazenda pelo 1º secretario da Casa do Poder Legislativo interessada no assumpto.

Art. 5º. A prestação de janeiro da consignação material da verba 5ª, do art. 5º, da lei n. 5, de 1934, referente ao Senado Federal, será immediatamente entregue á mesma Casa Legislativa.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1935, 114º da Independencia e 17º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO N. 68 — DE 15 DE JUNHO DE 1935

Autoriza a abertura do credito especial de 11:577\$418, para occorrer ao pagamento de vencimentos a que têm direito funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados, no exercicio de 1934

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de onze contos quinhentos e setenta e sete mil e quatrocentos e dezoito réis (11:577\$418), para o pagamento de differença de vencimentos a que têm direito funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados, em virtude de promoções regula-

mentares, verificadas no exercicio de 1934, de 23 de agosto e 2 de outubro a 31 de dezembro, de accordo com a tabella abaixo:

| | |
|--|-------------|
| Tachygrapho revisor Walter Godinho.... | 1:716\$129 |
| 1º tachygrapho Isac Brown | 2:145\$161 |
| 2º tachygrapho Oswaldo Soares de Souza.... | 2:077\$419 |
| 2º tachygrapho Salo Brand. | 1:483\$871 |
| 2º tachygrapho Guilherme de Sá Vinhaes... | 2:077\$419 |
| 1º tachygrapho Milton Godinho | 1:483\$871 |
| 3º official Maria Mercedes Lopes de Souza... | 593\$548 |
| Total..... | 11:577\$418 |

Art. 2º. Para occorrer ao pagamento referido no artigo anterior, foi autorizado igualmente o Poder Executivo a realizar as necessarias operações de credito.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

LEI N. 69 — DE 15 DE JUNHO DE 1935

Revigora o credito especial de 507:953\$600, aberto pelo decreto n. 24.317, de 1 de junho de 1934, destinado a attender ás despesas com os serviços de ampliação da Usina Acary

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica revigorado, para o presente exercicio financeiro, o credito especial de quinhentos e sete contos novecentos e cincoenta e tres mil e seiscentos réis (507:953\$600), aberto ao Ministerio da Educação e Saude Publica, pelo decreto numero 24.317, de 1 de junho de 1934, e destinado a attender ás despesas com os serviços de ampliação e instalação de mais uma unidade da Usina de Acary, a cargo da Inspectoria de Aguas e Esgotos do Districto Federal.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

LEI N. 70 — DE 16 DE JUNHO DE 1935

Autoriza a abrir o credito especial de 438:123\$500, pelo Ministerio da Agricultura, para auxilio a que têm direito as empresas de fiação de seda nacional

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, desde já, ao Ministerio da Agricultura, o credito especial de quatrocentos e trinta e oito contos cento e vinte e tres mil e quinhentos réis (438:123\$500), correspondente á renda apurada no periodo de janeiro a setembro, inclusive, de 1934, com a arrecadação da taxa adicional de 4 % sobre os artigos da classe 18 das Tarifas, em beneficio da industria de seda nacional, afim de ser applicada nos auxilios relativos ao mesmo periodo e despesas de fiscalização, de accordo com o decreto n. 17.247, de 17 de março de 1926.

Art. 2º. Para supprimento da despesa autorizada no artigo 1º, fica o Governo autorizado a realizar a necessaria operação de credito.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1935. 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

LEI N. 71 — DE 17 DE JUNHO DE 1935

Abre o credito extraordinario de 1.000:000\$000, destinado a soccorrer as victimas dos temporaes e inundações da primeira quinzena de maio, na capital e em outros municipios da Bahia, e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aberto, de accordo com o disposto no § 1º do art. 186 da Constituição, o credito extraordinario de mil contos de réis (1.000:000\$000), destinado a soccorrer as victimas dos temporaes e inundações da primeira quinzena de maio, no municipio da capital, e em outros inteiramente atingidos, no Estado da Bahia, reconstruindo-lhes os lares demolidos.

Art. 2º. Somente gozarão da assistência estabelecida no art. 1º as pessoas desvalidas que, residindo em casa de sua propriedade, de valor locativo não superior a um conto e duzentos mil réis (1:200\$000), e não dispondo de outro bem immovel, a tiverem demolido, em consequencia dos factos nelle mencionados.

Art. 3º. O Poder Executivo encarregará das reconstrucções as prefeituras referidas no art. 1º, sob as seguintes condições:

I — No prazo de trinta (30) dias, as referidas prefeituras apresentaram ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, por intermedio do Governo do Estado, e devidamente informada por este, a relação das casas destruidas, situadas nas zonas urbanas ou sédes de districtos e que, devidamente arroladas nos seus registros prediaes, preencherem as exigencias do art. 2º, e, bem assim, a estimativa de sua reconstrucção;

II — Approvada a estimativa, será feito ás prefeituras o adiantamento da quantia correspondente;

III — Dentro de quatro mezes do recebimento desse adiantamento, deverão estar concluidas as obras e apresentada ao Ministerio a prestação de contas das quantias recebidas e empregadas;

IV — Se a quantia estimada para a reconstrucção fôr excedida, na execução das obras, por motivo justo, a juizo do Ministerio, será pago o excesso ás prefeituras, dentro dos limites do credito aberto no art. 1º. Havendo sobra, será recolhida ao Thesouro Nacional.

Art. 4º. A reconstrucção comprehenderá, para as casas que occupavam terreno proprio, as obras de defesa contra consequencia de novas inundações.

Art. 5º. Relativamente ás casas que occupavam terreno arrendado, as prefeituras as localizarão em grupos, respeitando apenas a discriminação de bairros, salvo consentimento expresso do proprietario beneficiado. Para esse fim, poderão adquirir ou desapropriar a área necessaria, por conta do credito aberto no art. 1º, incluindo o seu valor na estimativa a que se refere o art. 3º, n. I.

§ 1º. Do mesmo modo agirão as prefeituras relativamente ás casas referidas no art. 4º desde que haja consentimento expresso dos seus proprietarios e transferencia dos terrenos abandonados ao patrimonio da Faculdade de Medicina da Bahia.

§ 2º. Os proprietarios das casas reconstruidas nas condições deste artigo receberão o dominio util do terreno por elles occupados, pagando á União um fóro correspondente ao arrendamento a que estavam sujeitos. Os que se encontrarem no caso do § 1º receberão o dominio pleno do terreno.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar para execução desta lei, a necessaria operação de credito.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

LEI N. 72 — DE 18 DE JULHO DE 1935

Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Viação, o credito especial até a importancia de dez mil contos de réis (réis 10.000:000\$000) para liquidar os compromissos já assumidos e conservação das estradas de rodagem no Paraná, a cargo do 5º Batalhão de Engenharia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, um credito especial até a importancia de dez mil contos de réis (réis 10.000:000\$000), destinado á liquidação dos compromissos já assumidos com a construcção e conservação das estradas de rodagem nos Estados do Paraná e Santa Catharina, no exercicio financeiro de 1934.

Art. 2.º Os recursos necessarios para financiar o credito acima referido serão retirados do producto das operações já autorizadas para cobrir o deficit de 1934 a regularizar a situação do Thesouro.

Art. 3.º O Governo providenciará para que sejam suspensos os trabalhos que ainda estejam porventura sendo executados por tafeiros civis, mantendo-se tão sómente a conservação e o proseguimento, em base de estricta economia, das estradas de rodagem de Capella da Ribeira a Curityba, de Curityba a Joinville e de São João a Barracão, a cargo do 5º Batalhão de Engenharia.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

LEI N. 73 — DE 18 DE JUNHO DE 1935

Autoriza o Governō a abrir o credito de 1.500:000\$000 para occorrer ás despesas com a execução do convenio firmado entre o Uruguay e o Brasil

O Presidente da Reepublica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Educação e Saude Publica, o credito de mil e quinhentos contos de réis (1.500:000\$000), destinado

a occorrer ás despeesas de installação e funcionamento de dispensarios contra affecções venereo-syphiliticas, nas cidades de Santa Victoria, Jaguarão, Bagé, D. Pedrito, Sant'Anna, Quarahy, Barra do Quarahy e outras, para a execução do convenio firmado entre o Uruguay e o Brasil.

Paragrapho unico. As despesas com a execução da **Presente** lei correrão por conta da receita proveniente da **taxa** de Educação e Saude.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

LEI N. 74 DE 24 DE JUNHO DE 1935

Altera o anno lectivo corrente nas ultimas series dos cursos de ensino superior, no Estado do Rio Grande do Sul

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sancciono a seguinte lei:

Art. 1.º Nas ultimas series dos cursos de ensino superior, no Estado do Rio Grande do Sul, os trabalhos escolares **deverão** terminar, no corrente anno, até o dia 15 de setembro, sem prejuizo dos programmas e de todas as provas de habilitação exigidas em lei.

Art. 2.º Para a execução do disposto no artigo anterior, no corrente anno e nas ultimas series dos cursos, poderão tornar-se diarias as aulas das diversas disciplinas, ficando suprimidas as ferias entre os periodos escolares e antecipadas, respectivamente, para a primeira quinzena de setembro e para os meses de julho e setembro, a segunda prova parcial de direito e as segunda e terceira de medicina, odontologia e **pharmacia**.

Art. 3.º A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

LEI N. 75 — DE 24 DE JUNHO DE 1935

Determina que os pedidos de abertura de creditos sejam encaminhados ao Poder Legislativo por exclusivo intermedio do Ministerio da Fazenda

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Todos os pedidos de abertura de creditos feitos pelo Poder Executivo serão encaminhados ao Poder Legislativo por exclusivo intermedio do Ministerio da Fazenda, com a indicação dos recursos a que se refere o art. 183, da Constituição.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

Gustavo Capanema.

Odilon Braga.

Marques dos Reis.

Protogenes Guimarães.

José Carlos de Macedo Soares.

João Gomes.

Vicente Ráo.

Agamemnom Magalhães.

LEI N. 76 — DE 26 DE JUNHO DE 1935

Abre o credito extraordinario de 300:000\$000, destinado a soccorrer as victimas das enchentes do rio Parnahyba, no Estado do Piauhý, e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica aberta, de accôrdo com o disposto nos § 1.º do art. 186 da Constituição, o credito extraordinario de
Leis de 1935

300:000\$000 (trezentos contos de réis), destinado a soccorrer as victimas das enchentes do rio Parnahyba, no Estado do Piauhy.

Art. 2.º E' confiada ao Governo do Estado do Piauhy a applicação deste auxilio, de cujo emprego dará conhecimento, opportunamente, ao Governo Federal.

Art. 3.º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, para a execução desta lei, a necessaria operação de credito.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

LEI N. 77 — DE 1 DE JULHO DE 1935

Altera a idade para a matricula dos capitães combatentes do Exercito da Escola de Estado-Maior

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º A idade maxima para a matricula de capitães das diversas armas do Exercito, na Escola de Estado-Maior, fica elevada de trinta e seis para quarenta annos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

João Gomes Ribeiro Filho.

LEI N. 78 — DE 3 DE JULHO DE 1936

Abre o credito especial de 1.467:999\$200, pelo Ministerio da Justica, para pagar a juizes e procuradores dos Tribunaes da Justica Eleitoral

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1°. Fica aberto o credito especial de 1.467:999\$200 (mil quatrocentos e sessenta e sete contos novecentos e noventa e nove mil e duzentos réis), para attender ás despesas com a execução do decreto legislativo n. 5, de 24 de janeiro de 1935, assim discriminadas:

a) Tribunal Superior de
Justica Eleitoral:

| | | |
|---|--------------|--------------|
| Para subsidio a 7 juizes, em 4 sessões ordinarias, a 80\$000 (anteriores ao decreto n. 5, de 24-1-935) | 2:240\$000 | |
| Para subsidio a 7 juizes, em 144 sessões ordinarias, a 120\$000 (art. 3°, § 3° do decreto n. 5, de 24-1-935). | 120:960\$000 | |
| Para representação do presidente (art. 3°, § 4° do decreto n. 5, de 24-1-935)... | 6:000\$000 | 129:200\$000 |

b) Tribunaes Regionaes:

Para cada Tribunal:

| | |
|--|----------------|
| Para subsidio a 6 juizes, em 4 sessões ordinarias, a 60\$000 (anteriores ao decreto n. 5, de 24 de janeiro de 1935)... | 1:440\$ |
| Para subsidio a 6 juizes, em 48 sessões ordinarias, a 100\$ (art. 3°, § 5°, de 24-1-935) | 28:800\$ |
| Para representação do presidente (art. 3°, § 5°, do decreto n. 5, de 24-1-935) | 3:600\$ |
| | <hr/> 33:840\$ |

Importancia total para 22 Tribunaes Regionaes (20 Estados, Districto Federal e Territorio do Acre), a réis
33:840\$000

744:480\$000

Eventuaes:

Para pagamento de subsidio,
por sessões dos Tribunaes
Regionaes, em epoca de apu-
ração (art. 3º, § 2º, do de-
creto n. 5, de 24-1-935)....

20:000\$000 764:480\$000

e) Ministerio publico:

| | |
|--|-------------|
| Vencimentos do procurador no Tribunal Superior (art. 4º, letra a, do decreto n. 5, de 24 de janeiro de 1935), de 17 de setembro de 1934 a 31 de dezembro de 1935..... | 46:400\$000 |
| Idem, do procurador no Tribu- nal Regional de São Paulo (art. 4º, letra b, do decreto n. 5, de 24 de janeiro de 1935); de 26 de setembro de 1934 a 31 de dezembro de 1935. | 30:333\$300 |
| Idem, de Minas Geraes; de 2 de outubro de 1934 a 31 de de- zembro de 1935 | 29:935\$500 |
| Idem, do Rio Grande do Sul; de 30 de outubro de 1934 a 31 de dezembro de 1935..... | 28:129\$000 |
| Idem, da Bahia; de 4 de outubro de 1934 a 31 de dezembro de 1935 | 29:806\$400 |
| Idem, do Rio de Janeiro; de 2 de outubro de 1934 a 31 de de- zembro de 1935..... | 29:935\$500 |
| Idem, de Pernambuco; de 18 de outubro de 1934 a 31 de de- zembro de 1935..... | 28:903\$200 |
| Idem, do Districto Federal; de 23 de outubro de 1934 a 31 de dezembro de 1935..... | 28:580\$600 |
| Idem, de Santa Catharina (ar- tigo 4º, letra c, do decreto n. 5, de 24 de janeiro de 1935); de 9 de novembro de 1934 a 31 de dezembro de 1935 | 20:600\$000 |
| Idem, do Ceará; de 16 de outu- bro de 1934 a 31 de dezem- bro de 1935..... | 21:774\$200 |
| Idem, do Paraná; de 12 de outu- bro de 1934 a 31 de dezem- bro de 1935..... | 21:967\$700 |
| Idem, do Espirito Santo; de 28 de outubro de 1934 a 31 de dezembro de 1935..... | 21:677\$400 |

| | | |
|--|-------------|-----------------------|
| Vencimentos do procurador no Tribunal Regional da Parahyba; de 12 de outubro de 1934 a 31 de dezembro de 1935 | 21:919\$400 | |
| Idem, do Rio Grande do Norte; de 16 de outubro de 1934 a 31 de dezembro de 1935.... | 21:774\$200 | |
| Idem, do Pará (art. 4º, lettra c do decreto n. 5, de 24 de janeiro de 1935); de 9 de outubro de 1934 a 31 de dezembro de 1935..... | 22:112\$900 | |
| Idem, do Maranhão; de 19 de outubro de 1934 a 31 de dezembro de 1935..... | 21:774\$200 | |
| Idem, de Sergipe; de 19 de outubro de 1934 a 31 de dezembro de 1935..... | 21:629\$000 | |
| Idem, do Piauí; de 19 de outubro de 1934 a 31 de dezembro de 1935..... | 21:629\$000 | |
| Idem, de Alagoas; de 18 de outubro de 1934 a 31 de dezembro de 1935..... | 21:677\$400 | |
| Idem, de Goyaz; de 29 de setembro de 1934 a 31 de dezembro de 1935..... | 22:600\$000 | |
| Idem, de Matto Grosso; de 27 de outubro de 1934 a 31 de dezembro de 1935..... | 21:240\$900 | |
| Idem, do Amazonas; de 31 de outubro de 1934 a 31 de dezembro de 1935..... | 21:048\$400 | |
| Idem, do Territorio do Acre; de 14 de dezembro de 1934 a 31 de dezembro de 1935... | 18:871\$000 | 574:319\$200 |
| | | <u>1.467:999\$200</u> |

Art. 2.º Para custear as despesas decorrentes da presente lei, poderá o Poder Executivo realizar as necessarias operações de credito até a importancia nella mencionada.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rdo.

LEI N. 79 — DE 8 DE JULHO DE 1935

Concede, com ordenado ou soldo por inteiro, a prorrogação de licença de que trata o § 2º, do art. 19, do decreto numero 14.663, de 1921, e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sancção no a seguinte lei:

Art. 1º. A prorrogação da licença de que trata o § 2º do artigo 19 do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, será também concedida como as licenças anteriores, com direito ao ordenado ou soldo por inteiro.

Art. 2º. Iguaes licenças, e nas mesmas condições, serão concedidas aos funcçionarios accomettidos de alienação mental de qualquer genero, de cegueira ou de paralyisia, que os impossibilite de exercer as funcções do seu cargo.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

Arthur de Souza Costa.

João Marques dos Reis.

João Gomes Ribeiro Filho.

José Carlos de Macedo Soares.

Protogenes Pereira Guimarães.

Odilon Braga.

Gustavo Capanema.

Agamenon Magalhães.

LEI N. 80 — DE 15 DE JULHO DE 1935

Revigora o art. 2º do decreto n. 4.659-A, de 19 de janeiro de 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sancção a seguinte lei:

Art. 1º. Fica revigorado por seis mezes, a partir da data da publicação desta lei, o art. 2º do decreto n. 4.659-A, de 19 de janeiro de 1923, com a seguinte redacção: "Os diplo-

mas já expedidos, para que gosem das respectivas vantagens e privilégios, deverão ser registrados, dentro do prazo fixado neste artigo, no ministerio competente".

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

LEI N. 81 — DE 23 DE JULHO DE 1935

Concede á Liga Brasileira contra a Tuberculose o dominio pleno da terreno onde está construida a sua sede social, isentando-o de impostos federaes, bem como o respectivo edificio

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sancionoo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica doado á Fundação Liga Brasileira contra a Tuberculose o dominio pleno do terreno já concedido, nos termos da escriptura de 19 de outubro de 1905 a referida instituição.

Art. 2º. Serão isentos de impostos federaes o terreno e o respectivo edificio enquanto servirem aos interesses da mencionada fundação.

Art. 3º. A presente doação é feita sob as seguintes condições:

a) a donataria não poderá, sem previa autorização do Governo, alienar ou gravar o terreno e o respectivo edificio, que não serão susceptíveis de penhora;

b) quaesquer proventos ou beneficios, resultantes da alienação ou gravame dos referidos bens, assim como de outros contractos que a Liga Brasileira contra a Tuberculose realizar, serão applicados, unica e exclusivamente, no desenvolvimento e na manutenção dos serviços da mencionada Liga.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO N. 82 — NÃO FOI PUBLICADO

LEI N. 83 — DE 23 DE JULHO DE 1935

Concede creditos á Faculdade de Medicina da Bahia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aberto ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito especial de sessenta contos de réis (réis 60:000\$000), destinado ás despesas a serem feitas com a aquisição de material, installação e aparelhamento da cadeira de Clinica Propedeutica Cirurgica da Faculdade de Medicina da Bahia.

Parapho unico. A aquisição do respectivo material e sua installação deverão ser feitas de accordo com as indicações do professor da cadeira.

Art. 2º. Fica egualmente aberto ao mesmo ministerio o credito de cincoenta contos de réis (50:000\$000), supplemmentar á verba 2ª (Institutos de Ensino), consignação n. 13, destinada á Faculdade de Medicina da Bahia.

Art. 3º. Os recursos necessarios ao financiamento do encargo ora creado no Thesouro correrão por conta da rubrica sob o n. 56 do Orçamento da Receita Geral da Republica para o corrente anno (taxa de Educação e Saude, decreto n. 24.335, de 20 de abril de 1932).

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGÁS.

Gustavo Capanema.

LEI N. 84 — DE 23 DE JULHO DE 1935

Determina o pagamento de 22:110\$ á D. Leopoldina de Mattos Porto, viuva do 2º tenente Ezequiel da Silva Porto

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Thesouro Nacional pagará a Leopoldina de Mattos Porto, viuva do 2º tenente Ezequiel da Silva Porto,

a quantia de 22:110\$ (vinte e dois contos cento e dez mil réis), que á mesma é devido como differença de pensão a que tem direito, e não lhe foi integralmente paga, correndo a devida despesa pelo n. V do art. 4º da lei n. 5, de 12 de novembro de 1934.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1935, 114 da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

LEI N. 85 — DE 30 DE JULHO DE 1935

Concessão de credito para conclusão do Hospital Infantil

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e sancçiona a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a entrar em entendimento com o Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro, para conclusão do Hospital Infantil dessa instituição, dispendendo, desde já, até a importancia de duzentos contos de réis (200:000\$000).

Art. 2.º Os recursos necessarios ao financiamento do encargo ora creado ao Thesouro Nacional correrão por conta do saldo da extincta Caixa de Subvenções.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

LEI N. 86 — DE 7 DE AGOSTO DE 1935

Autoriza a abrir o credito de 395:647\$098, para pagar diarias ao pessoal maritimo da Saude do Porto do Rio de Janeiro

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o credito especial, pelo Ministerio da Educação e Saude Publica, de 395:647\$098 (trezentos e noventa e cinco contos e seiscentos e quarenta e sete mil e noventa e oito réis), para pagamento de diarias de alimentação ao pessoal maritimo da Saude do Porto do Rio de Janeiro, á razão de 3\$333 (tres mil trezentos e trinta e tres réis), correspondente aos annos de 1931 a 1934, podendo para esse fim usar, na fórmula do art. 1º da lei n. 67, de 13 de junho de 1935, dos saldos que apresentarem as verbas do orçamento do referido Ministerio.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1935, 114ª da Independencia e 47ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

LEI N. 87 — DE 7 DE AGOSTO DE 1935

Autoriza o Poder Executiva a abrir o credito especial de 7.550:000\$000, para obras nas linhas ferreas e telegraphicas no Estado da Bahia, e outras, e revigora o credito de 15.561:617\$394, para cumprir o contracto relativo á Estrada de Ferro Paracatú

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir os seguintes creditos, para cujo custeio poderá fazer as necessarias operações de credito:

1º, de cinco mil contos (5.000:000\$000), para obras nas linhas ferreas e do Telegrapho Nacional, bem como nos serviços a cargo do Departamento de Portos e Navegação, no Estado da Bahia, nos termos da exposição do Sr. ministro da Viação e Obras Publicas, de 12 de maio deste anno;

2º, de oitocentos contos de réis (800:000\$000), para conclusão da ferrovia Limoeiro-Bom Jardim, no Estado de Pernambuco;

3º, de mil contos de réis (1.000:000\$000), para construção de uma ponte, ligando a ilha de Itamaracá ao continente, no ponto mais estreito do canal;

4º, de duzentos contos de réis (200:000\$000), para construção de uma ponte sobre o Trucunhaem, na estrada de rodagem Limoeiro-Umbuzeiro;

5º, de trezentos contos de réis (300:000\$000), para construção de um açude no município de Pedra, e de duzentos contos de réis (200:000\$000), para construção de outro açude no município de Afogados de Ingazeira, ambos no Estado de Pernambuco;

6º, de cincoenta contos de réis (50:000\$000), para construção do prédio dos Correios e Telegraphos de Afogados de Ingazeira, no Estado de Pernambuco, de accordo com a planta e orçamento approvados pela Ministerio da Viação.

Art. 2.º Fica revigorado o saldo de quinze mil quinhentos e sessenta e um contos seiscentos e dezeseite mil trezentos e noventa e quatro réis (15.561:617\$394), do credito aberto pelo decreto n. 22.022, de 27 de outubro de 1932, afim de que o Governo Federal possa cumprir o contracto realizado com o Estado de Minas Geraes, relativamente á Estrada de Ferro Paracatú.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

LEI N. 88 — DE 10 DE AGOSTO DE 1935

Abre o credito especial de 300:000\$000, para occorrer ds despesas com o combate á raiva em varias zonas do paiz

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, desde já, pelo Ministerio da Agricultura, o credito especial de trezentos contos de réis (300:000\$000), para occorrer ás despesas com o combate á raiva, nas varias zonas criadoras do paiz, notadamente nos Estados de Santa Catharina e Matto Grosso.

Art. 2.º As despesas por conta do credito a que se refere o artigo anterior serão feitas por meio de adeantamentos, e obedecerão, relativamente a sua applicação, ao disposto no Regulamento doCodigo de Contabilidade Publica.

Art. 3.º O referido credito poderá ser gasto sem limites tanto para as despesas de pessoal, como para as de material, e, quanto ás exigencias de comprovação, gozará do regimen creado pelo decreto n. 21.266, de 8 de abril de 1932.

Art. 4.º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a operação de credito necessaria, até trezentos contos de réis (300:000\$000), para custear a despesa creada por este decreto.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

José Solano Carneiro da Cunha.

LEI N. 89 — DE 20 DE AGOSTO DE 1935

Autoriza o Poder Executivo a incluir na divida passiva da União, com o credito de 250.000:000\$, as indemnizações do Tratado de Pedras Altas

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na divida passiva da União, a ser attendida com o credito de 250.000:000\$000 (duzentos e cincoenta mil contos de réis), aberto pelo decreto n. 23.298, de 27 de outubro de 1933, as indemnizações estipuladas no Tratado de Pedras Altas, que pôz fim ao movimento revolucionario de 1923, no Rio Grande do Sul, e classificadas pela Commissão do Governo Federal que julgou os respectivos processos.

Art. 2.º Para os effeitos do cumprimento da presente disposição de lei, o Poder Executivo fará, por intermedio do Ministerio da Justiça, a remessa daquelles processos á commissão encarregada da apuração e liquidacão da divida passiva da União.

Art. 3.º Ainda para os effeitos da mesma disposição de lei, evitar-se-á qualquer preterição no pagamento de dividas posteriores ás indemnizações estipuladas no Tratado de Pedras Altas, observando-se o inciso 2º do art. 1º do decreto n. 23.298, de 27 de outubro de 1933, que prescreve o accordo com as partes interessadas no pagamento pela União das dividas constantes da relação organizada nos termos do decreto n. 21.584, de 29 de junho de 1932.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

LEI N. 90 — DE 27 DE AGOSTO DE 1935

Dispõe sobre o prazo para o registro dos chimicos

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O prazo de um anno estabelecido no paragrapho segundo do artigo primeiro do decreto numero 24.693, de 12 de julho de 1934, para o registro na repartição competente dos profissionaes a que esse dispositivo se refere, será contado da data da publicação do regulamento approved pelo decreto n. 57, de 20 de fevereiro de 1935, terminando assim em 23 de fevereiro de 1936.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães.

LEI N. 91 — DE 28 DE AGOSTO DE 1935

Determina regras pelas quaes são as sociedades declaradas de utilidade publica

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º As sociedade civis, as associações e as fundações constituidas no paiz com o fim exclusivo de servir desinteressadamente á collectividade podem ser declaradas de utilidade publica, provados os seguintes requisitos:

- a) que adquiriram personalidade juridica;
- b) que estão em effectivo funcionamento e servem desinteressadamente á collectividade;
- c) que os cargos de sua directoria não são remunerados.

Art. 2.º A declaração de utilidade publica será feita em decreto do Poder Executivo, mediante requerimento processado no Ministerio da Justiça e Negocios Interiores ou, em casos excepcionaes, *ex-officio*.

Paragrapho unico. O nome e caracteristicos da sociedade, associação ou fundação declarada de utilidade publica serão inscriptos em livro especial, a esse fim destinado.

Art. 3.º Nenhum favor do Estado decorrerá do título de utilidade publica, salvo a garantia do uso exclusivo, pela sociedade, associação ou fundação, de emblemas, flammulas, bandeiras ou distinctivos proprios, devidamente registrados no Ministerio da Justiça e a da menção do título concedido.

Art. 4.º As sociedades, associações e fundações declaradas de utilidade publica ficam obrigadas a apresentar todos os annos, excepto por motivo de ordem superior reconhecido, a criterio do ministerio de Estado da Justiça e Negocios Interiores, relação circunstanciada dos serviços que houverem prestado á collectividade.

Paragrapho unico. Será cassada a declaração de utilidade publica, no caso de infracção deste dispositivo, ou se, por qualquer motivo, a declaração exigida não for apresentada em tres annos consecutivos.

Art. 5.º Será tambem cassada a declaração de utilidade publica, mediante representação documentada do Orgão do Ministerio Publico, ou de qualquer interessado, da séde da sociedade, associação ou fundação, sempre que se provar que ella deixou de preencher qualquer dos requisitos do art. 1.º.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rdo.

LEI N. 92 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1935

Muda a categoria dos actuaes fieis de thesoureiro ou de pagadores, os quaes passarão a ser denominados ajudantes

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Os fieis de thesoureiro ou de pagadores passarão a seus ajudantes e prestarão fiança propria, arbitrada na fórma da legislação que vigorar, devendo ser apostillados os seus decretos ou titulos de nomeação.

Art. 2.º O Poder Executivo regulamentará o modo de entrega e recebimento de valores, pelos ajudantes, não só para definir as responsabilidades, como para servir de base ás tomadas de contas desses exactores.

Art. 3.º No regulamento, que deverá ser expedido 60 dias depois da publicação desta lei, se estabelecerá o regimen de contabilidade para escripturação dos valores recebidos e sua

prestação diaria, de modo que não se accumulem, por mais de um dia, os saldos a recolher provenientes das entregas feitas pelos thesoureiros e pagadores aos ajudantes.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

LEI N. 93 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1935

Declara feriado nacional, sómente para effeitos escolares, o dia 6 de setembro de 1935

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo unico. E' declarado feriado nacional, sómente para effeitos escolares, o dia 6 de setembro de 1935, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rdo.

LEI N. 94 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1935

Proroga até 20 de julho de 1936, o prazo fixado no art. 1º do decreto n. 24.642, de 1934

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. As declarações a que se refere o art. 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934, serão apresentadas até 20 de julho de 1936, com todos os effeitos que lhes reconhece o mesmo decreto.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS

Odilon Braga

LEI N. 95 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1935

Autoriza o Governo a dar garantia a uma operação de credito até a importancia de 50.000:000\$000, entre o Estado do Rio Grande e o Banco do Brasil, destinada ao resgate da emissão de bonus feita pelo mesmo Estado

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a dar a necessaria garantia, por intermedio do Thesouro Nacional, a uma operação de credito a ser ajustada e realizada entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco do Brasil até a importaria de 50.000:000\$000.

§ 1.º A referida operação será destinada ao resgate dos bonus emittidos pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e deverá ser feita de modo que as respectivas commissões não sejam mais onerosas para o Estado do que as constantes de contractos anteriores, celebrados, com a mesma finalidade, entre outros Estados e o dito Banco, observando-se quanto ás garantias, o que esses contractos estabelecem.

§ 2.º Realizada a operação de credito a que se refere esta lei, ficará prohibida a circulação dos bonus a que alludo o paragrapho anterior.

§ 3.º A verba annual, para o serviço de amortização e juros, deverá ser consignada na lei orçamentaria do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1935, 114º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

LEI N. 96 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1935

Autoriza a pagar aos professores Enoch da Rocha Lima e outros, do Collegio Pedro II, a differença de vencimentos a que teem direito

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O Thesouro Nacional pagará a differença de vencimentos a que teem direito os professores do Collegio Pedro II, Enoch da Rocha Lima, José de Sá Roriz, Benedicto Raymundo da Silva Filho e Alcino Chavantes Junior, no periodo de maio de 1931 a dezembro de 1932, por conta da verba de "Exercicios findos", consignada no orçamento vigente, depois de reconhecida a divida pelo Ministerio da Educação e Saude Publica, na fórmula da legislação de contabilidade em vigor.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

LEI N. 97 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1935

Abre o credito extraordinario de 200:000\$000 (duzentos contos de réis), para soccorrer o Estado de Sergipe, em razão das enchentes dos rios, que regam os territorios do mesmo Estado

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica aberto o credito extraordinario de 200:000\$ para soccorrer o Estado de Sergipe, em razão da situação calamitosa em que se encontra em consequencia das ultimas enchentes dos rios que regam o territorio do mesmo Estado.

Art. 2.º Sobre a applicação desse auxilio, o Governo do Estado de Sergipe prestará ao da União as devidas contas.

Leis de 1935

Art. 3.º Fica o Poder Executivo Federal autorizado, para a execução desta lei, a realizar a necessária operação de credito.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

LEI N. 98 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1935

Regula a amortização de dividas sujeitas á lei da moratoria e prorroga até 31 de dezembro de 1935, o prazo fixado para pagamento da primeira prestação annual

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica prorogado, até 31 de dezembro de 1935, o prazo para pagamento da primeira prestação annual, estabelecida no art. 10 do decreto n. 22.626, de 7 de abril de 1933. Em 31 de dezembro dos annos subsequentes vencer-se-ão as restantes prestações a que se refere o mesmo artigo.

Art. 2.º A importancia dos juros vencidos até 7 de abril de 1933, calculados ás taxas contractuaes, e dos que se vencerem dessa data em diante, até 31 de dezembro de 1935, calculados ás taxas do decreto n. 22.626, será dividida em dez parcelas, que serão pagas nas mesmas datas fixadas no art. 1.º deste decreto.

Art. 3.º Os juros que se vencerem, de 31 de dezembro de 1935 em diante, serão tambem pagos em 31 de dezembro de cada anno, juntamente com as prestações retro estabelecidas, salvo se outro termo já estiver estabelecido no respectivo contracto.

Art. 4.º Tratando-se de credits ainda não julgados pela Camara do Reajustamento Economico, proceder-se-á da seguinte forma:

I — Sempre que o reajustamento pleiteado for correspondente a 50 % da divida, o devedor pagará, nas datas fixadas nesta lei, os juros relativos á metade do capital e á fracção irreajustavel.

II — Quando, na declaração sujeita á decisão da Camara do Reajustamento, o devedor pleitear quitação total da divida, com fundamento em insolvencia, não está o devedor obrigado ao pagamento de juros, até que seja julgado o pro-

cesso. Verificada a decisão, se esta lhe for favorável, estará o devedor isento definitivamente de qualquer pagamento; em caso contrario, a liquidação se fará nos termos do art. 6°.

Art. 5.º A importância das apólices entregues ao credor como indemnização, por força de art. 4.º do decreto numero 24.233, de 12 de maio de 1934, será creditada aos devedores exclusivamente para amortização da importância reconhecida pela Câmara, como sujeita ao reajustamento, e juros dessa mesma importância, ficando o devedor obrigado a pagar nos prazos estipulados no art. 4.º as prestações e juros relativos ao restante da dívida não sujeita ao reajustamento por deliberação da Câmara.

Art. 6.º Denegada, no todo ou em parte, a indemnização pedida com base no decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934, terá o devedor o prazo de 90 dias, contados da data da publicação da sentença definitiva, para pagar os juros e amortizações que forem devidos, sob pena de vencimento e exigibilidade da dívida, independente de qualquer inter-pellação.

Art. 7.º As disposições desta lei abrangem as dividas contrahidas em moeda estrangeira, sujeitas ao regime da moratoria e do reajustamento.

Art. 8.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1935, 144.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

Agamemnon Magalhães.

Odilon Braga.

Vicente Ráo.

LEI N. 99 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1935

Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Justiça, o credito especial de 170:787\$000, para pagar ao desembargador Pedro de Alcantara Nabuco de Abreu e outros

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de cento e setenta e sete mil e setecentos e oitenta e sete mil réis (170:787\$000), para pagamento aos desembargadores Pedro de Alcantara Nabuco de Abreu, Luiz Guedes de Mo-

raes Sarmento e Ataulpho Napoles de Paiva, proveniente de differença de vencimentos, no periodo de 14 de janeiro de 1928 a 31 de dezembro de 1930, na razão de cincoenta e nove contos, novecentos e vinte e nove mil réis a cada um.

Art. 2.º Para occorrer ao pagamento acima, o Poder Executivo fica autorizado, igualmente, a realizar as necessarias operações de credito.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rêo.

LEI N. 100 — DE 8 DE OUTUBRO DE 1935

Autoriza a publicação das obras do engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a mandar publicar, em edição especial, sob o titulo "Edição Nacional das Obras de Saturnino de Brito", todos os trabalhos deixados pelo notavel profissional brasileiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, respeitadas, para outras edições dos mesmos trabalhos, os direitos autôres de seus herdeiros.

Paragrapho unico. Para a publicação autorizada, o Poder Executivo entrará em accordo com os herdeiros do engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, podendo entregar-lhes, a titulo de compensação, pelo consentimento da publicação, seiscentos exemplares da collecção dos trabalhos editados.

Art. 2.º A Edição Nacional das Obras de Saturnino de Brito será de mil e seiscentos exemplares.

Paragrapho unico. Da edição considerada, cem exemplares serão em papel e encadernação especiais, sendo cincoenta para o Governo e cincoenta para os herdeiros de Saturnino de Brito.

Art. 3.º A Edição Nacional das obras de Saturnino de Brito destina-se á distribuição pelas bibliothecas publicas, escolas de engenharia, repartições technicas e de saude publica e agremiações de engenheiros do paiz, devendo o restante da edição, satisfeita a determinação do paragrapho unico, do art. 1.º, ser empregado na propaganda da cultura technica brasileira junto a universidades e instituições technicas estrangeiras.

Parapho unico. A distribuição da publicação realizada será feita pela Directoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministerio da Educação e Saude Publica.

Art. 4.º Para attender ao pagamento das despesas com a edição das "Obras de Saturnino de Brito", fica o Poder Executivo autorizado a dispende até a quantia de cem contos de réis (100:000\$000), por conta da sub-consignação n. 28, da verba 1.ª, do orçamento vigente.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

LEI N. 101 — DE 9 DE OUTUBRO DE 1935

Revigora, por dous annos, a validade do ultimo concurso para medico da Policia Militar do Districto Federal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono, a seguinte lei:

Art. 1.º. Fica prorogado por dous (2) annos, a partir de 1 de agosto de 1935, o prazo de validade do concurso para primeiro tenente medico da Policia Militar do Districto Federal, realizado em 1934.

Art. 2.º Vetado.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rdo.

DECRETO N. 102 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1935

Abre o credito especial de 9:000\$000 para pagamento de ajuda de custo devida aos ex-deputados Orlando da Costa Meira, Thomaz Gomes Pinto e Florindo Pereira da Silva e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 9:000\$000 (nove contos de réis), para pagamento de ajuda de custo devida aos ex-deputados Orlando da Costa Meira, Thomaz Gomes Pinto e Florindo Pereira da Silva, correndo a despesa por conta do saldo de verba — Subsidio e ajuda de custo de Deputados — Titulo IV do art. 5º do orçamento vigente; revogadas as disposições em contrario.

(Rio de Janeiro, em 11 de outubro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rdo.

LEI N. 103 — DE 14 DE OUTUBRO DE 1935

Concede premio ao inventor de machina para extrahir a cêra de carnaúba

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica instituido um premio de 50:000\$000 (cincoenta contos de réis), ao inventor de machina para a extracção de cêra de carnaúba.

Art. 2.º O premio será distribuido dentro do prazo de tres annos, a contar da promulgação desta lei, de accordo com o exame e attestado do Instituto Nacional de Technologia e do Ministerio da Agricultura em que se provará:

a) preencher a referida machina os fins visados, e ser capaz de substituir vantajosamente os processos manuaes em uso;

b) ter custo reduzido, construção simples e grande rendimento;

c) ser facilmente transportavel e exigir pequena força motriz para sua movimentação;

d) impedir as perdas do material extrahido e evitar aos operarios que a dirigirem os inconvenientes da dispersão da cêra em poeira.

Art. 3.º O Ministerio da Agricultura receberá, dentro de dois annos, a contar da promulgação desta lei, as propostas, plantas e modelos, com os elementos necessarios para seu exame, e procederá juntamente com o Instituto Nacional de Technologia, dentro de um anno, á prova rigorosa dos mesmos.

Art. 4.º Para o conhecimento amplo dos interessados será esta lei divulgada em todo Paiz.

Art. 5.º A accellção do premio mencionado no art. 1º importa em deixar a invenção desde logo em dominio publico, sem direito a qualquer patente, privilegio ou outra vantagem.

Art. 6.º O premio instituido correrá por conta da Receita Geral da Republica, no exercicio de 1938.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

Odilon Braga.

LEI N. 104 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1935

Dispõe sobre o direito de promoção dos funcionarios subalternos das Secretarias de Estado

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º As promoções de continuos, correios e serventes far-se-hão, obrigatoriamente, no quadro das respectivas repartições, obedecida a seguinte proporção: dois terços por merecimento e um terço por antiguidade, prevalecendo este ultimo principio para as primeiras vagas que se verificarem.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

Arthur de Souza Costa.

Marques dos Reis.

José Carlos de Macedo Soares.

João Gomes Ribeiro Filho.

Protogenes Pereira Guimarães.

Odilon Braga.

Gustavo Capanema.

Agamemnon Magalhães.

LEI N. 105 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1935

Provê a aquisição de predios de moradias e fianças para aluguel de casas destinadas aos funcionarios publicos

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica permittido aos funcionarios publicos consignar em folha de pagamento, de accordo com o decreto numero 21.576, de 27 de junho de 1932, mais 20 %, para os fins exclusivos:

- a) de aquisição de predio para sua propria residencia;
- b) de servir de fiança de aluguel de casa, com o juro maximo de 1 % ao mez.

§ 1.º Essa permissão só poderá ser concedida quando a consignação for a favor do Instituto Nacional de Previdencia, da Caixa Economica, do Banco dos Funcionarios Publicos ou de qualquer associação dessa classe que exista ha mais de cinco annos.

§ 2.º A associação, em favor da qual deve ser feita a consignação, conforme o destino desta, estabelecido nas alineas a

e b deste artigo, precisa estar legalmente autorizada, ou a construir predios por intermedio de sua carteira predial, ou a operar com os seus associados, mediante desconto em folha.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

LEI N. 106 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1935

institue a Caixa de Garantia e Previdencia dos Corretores da Bolsa de Fundos Publicos do Rio de Janeiro e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica instituida a Caixa de Garantia e Previdencia dos Corretores da Bolsa de Fundos Publicos do Rio de Janeiro.

Art. 2.º E' obrigatoria a igual coparticipação da Caixa por todos os corretores mencionados no artigo anterior.

Art. 3.º A Caixa será constituída pela universalidade do patrimonio e das rendas da Bolsa de Fundos Publicos do Rio de Janeiro e da Corporação dos Corretores.

Art. 4.º A Caixa terá por fim:

a) tornar effectiva a responsabilidade dos corretores da bolsa nos seus actos funcçionaes;

b) formar um peculio para subsistencia do corretor em caso de invalidez completa;

c) amparar a familia do corretor em caso de morte.

Art. 5.º O peculio, formado pela repartição do activo livre da Camara Syndical entre os corretores, será igual para cada corretor e as suas alterações serão estabelecidas annualmente em assembléa geral dos corretores sob proposta da Camara Syndical da Bolsa, ouvida a Comissão de Contabilidade, no dia 10 de janeiro de cada anno.

Paragrapho unico. Nessa assembléa geral o credito para o peculio será determinado depois de orçada a receita e fixada a despesa da bolsa, com consignação da verba expressa para:

a) pagamento de seu pessoal administrativo;

b) aposentadoria e pensão dos empregados da bolsa, nos termos do art. 20 e seguintes;

c) conservação e melhoria de sua séde;

d) manutenção dos serviços de contabilidade, de cotação de títulos e de cambio;

e) organização de estatísticas e publicidade financeira;

f) desenvolvimento de seus departamentos legais e technicos, completados pela sua parte cultural, com bibliothecas e estudos especializados, annuarios e revistas;

g) execução do disposto no art. 22 e seu paragrapho unico;

h) despesas geraes.

Art. 6.º A caixa será administrada pela Camara Syndical e ficará sob a fiscalização de uma commissão de contabilidade, composta de tres membros eleita pela assembléa geral, conjuntamente com a Camara Syndical, a 10 de janeiro de cada anno.

Paragrapho unico. O corretor eleito membro da Camara Syndical não poderá ser eleito membro da Commissão de Contabilidade.

Art. 7.º Para a satisfação da responsabilidade do corretor, nos seus actos funcioneaes, só se recorrerá ao peculio que lhe for estabelecido a 10 de janeiro de cada anno, depois de esgotada a fiança e quaesquer bens que possua.

§ 1.º As multas impostas ao corretor pela Camara Syndical, serão directamente descontadas do seu peculio, pela propria Camara.

§ 2.º Desfalcado o peculio, por multa imposta ao corretor pela Camara Syndical, ou por qualquer outro motivo, ficará o corretor suspenso, até que o reintegralize.

Art. 8.º O peculio não será objecto, no todo ou em parte:

a) de qualquer contracto que importe em cessão ou transferencia do mesmo a terceiros, não sendo admittidas procurações em causa propria para o seu recebimento;

b) de qualquer imposto ou taxa e de penhora, não respondendo por dividas contrahidas pelo seu titular, a não ser quanto á responsabilidade funcional do corretor, proveniente de sua gestão de official publico.

Art. 9.º O peculio não reclamado, até tres annos da abertura da vaga de corretor, prescreverá em favor da Caixa.

Art. 10. Em caso de morte do corretor, o peculio pertencerá a sua viúva, herdeiros ou legatarios. Em caso de exoneração a pedido, o corretor receberá 80% de seu peculio, ficando os 20% restantes pertencendo á Caixa.

§ 1.º Se o corretor for demittido, seu peculio, descontados os 20% para a Caixa e solvidas suas responsabilidades funcioneaes, garantidas pelo mesmo peculio, será applicado em titulos federaes adquiridos com clausula de iralienabilidade em nome da mulher e herdeiros do corretor.

§ 2.º O corretor exonerado a pedido poderá transferir seu peculio, sem desconto, para seu preposto, caso este venha servindo ha mais de dois annos e o substitua no cargo.

§ 3.º O corretor só poderá exercer esse direito desde que prove não estar sendo processado administrativa ou judicialmente por actos funcioneaes.

Art. 11. Quem for nomeado para substituir o corretor fallecido, ou exonerado, só poderá empossar-se no officio depois de recolher á Caixa a importancia correspondente ao peculio integral que tinha o seu antecessor.

Art. 12. A Caixa, mediante decisão da Camara Syndical e da Comissão de Contabilidade, em reunião conjunta, só poderá applicar seus fundos em compra:

- a) de titulos federaes;
- b) de titulos de empresas nacionaes, negociados e cotados na bolsa e com seus dividendos em dia, a juizo da assembléa geral dos corretores, com a presença de 3/4 dos corretores em exercicio;
- c) de immoveis.

Art. 13. A Caixa só poderá alienar bens por decisão da Camara Syndical e da Comissão de Contabilidade, approvada pela assembléa geral dos corretores, com a presença de 2/3 dos corretores em exercicio.

Art. 14. Os directores e fiscaes da Caixa serão pessoalmente responsaveis pelos actos praticados em sua administração, e ficam sujeitos ás penalidades criminaes previstas nas leis para os detentores de dinheiros publicos.

Art. 15. Ao corretor que não exercer o officio, por invalidez completa, e o requerer á Caixa, será concedida uma pensão correspondente a 6% do seu peculio.

Paragrapho unico. A pensão extingue-se com o levantamento do peculio.

Art. 16. O peculio só poderá ser levantado, pela viuva, herdeiros ou legatarios do corretor, trinta dias depois de requerido á Caixa, mediante exhibição dos documentos julgados necessarios pela Camara Syndical e pela Comissão de Contabilidade, caso no officio vago não haja nenhuma operação a ser liquidada.

Art. 17. O syndico representará em juizo ou fóra deste a Caixa, que terá sua séde e fóro no lugar onde funcionar a bolsa.

Art. 18. O mandato da Camara Syndical e o da Comissão de Contabilidade começarão a 11 de janeiro e irão até 10 de janeiro do anno seguinte.

Art. 19. Para melhor execução desta lei, ficará a Camara Syndical expressamente autorizada a rever o seu Regulamento Interno e tabellas de emolumentos.

Art. 20. Aos empregados da Bolsa do Rio de Janeiro serão conferidos os seguintes direitos:

- a) estabilidade no cargo depois de cinco annos de serviços, exceptuando-se os actuaes empregados, aos quaes desde a publicação desta lei fica assegurada aquella estabilidade;
- b) aposentadoria com todos os vencimentos depois de 30 annos de serviços e por compulsoria aos 68 annos de idade;
- c) aposentadoria por invalidez completa, com todos os vencimentos, após tres annos de serviço;
- d) pensão de 40% sobre os seus vencimentos aos herdeiros, de accordo com o art. 10 e seus paragraphos, do decreto n. 24.615, de 9 de julho de 1934.

Art. 21. O direito á pensão extingue-se nos casos expressos no art. 12 do decreto n. 24.615, de 9 de julho de 1934.

Art. 22. A Camara Syndical empregará o actual patrimonio da bolsa e da corporação dos corretores na construção do edificio da sede da bolsa, até sua integral terminação.

Paragrapho unico. Igual applicação terá o fundo patrimonial formado pelo producto da taxa adicional, creada pelo decreto n. 22.651, de 17 de abril de 1933, até que fiquem saldados todos os compromissos assumidos pela Camara Syndical para a construção do edificio.

Art. 23. O edificio da bolsa e da corporação dos corretores de fundos publicos do Rio de Janeiro, ora em construção, só será incorporado ao fundo da Caixa de Garantias e Previdencia depois de saldados todos os compromissos, que lhe sejam concernentes, assumidos pela corporação dos corretores de fundos publicos da Capital Federal, de modo que a sua incorporação se dê livre e desembaraçada de todo e qualquer onus judicial ou extra-judicial.

Art. 24. O mandato da actual Camara Syndical, e o da Comissão de Contabilidade que for eleita, ficam prorogados até 10 de janeiro de 1937.

Art. 25. O primeiro pecúlio será estabelecido 30 dias depois da publicação desta lei.

Art. 26. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1935, 114° da Independencia e 47° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

LEI N. 107 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1935

Autoriza o Poder Executivo a renovar os contractos de navegação nas linhas dos Autazes, do Alto Tapajós, do São Francisco e do Amazonas

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a renovar, observadas as exigencias legais, os contractos de navegação nas linhas dos Autazes, do Alto Tapajós, do São Francisco (Navegação Mineira do São Francisco e Empresa Viação do São Francisco) e do Amazonas (The Amazon River Steam Navigation Company).

Art. 2.º Só poderão concorrer a esses serviços pessoas ou empresas brasileiras.

Art. 3.º As subvenções concedidas não poderão exceder os limites das dotações orçamentarias para 1936, sendo calculadas por milhas realmente navegadas, de accordo com as condições de cada linha.

Art. 4.º Os concessionarios obrigar-se-hão, sempre que possível, a melhorar as condições de navegabilidade dos trechos de rios a que seus contractos se refiram.

Art. 5.º Ficam prorogados até 31 de dezembro do corrente anno os contractos referentes ás linhas constantes do art. 1.º, passando o serviço a ser feito pelo Governo Federal se aos respectivos contractantes não convier a prorrogação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

LEI N. 108 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1935

Estabelece os diversos feriados nacionaes

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º São considerados feriados nacionaes os seguintes dias:

1 de janeiro, consagrado á commemoração da fraternidade universal;

21 de abril, consagrado á memoria dos martyres da liberdade, symbolisados na figura do alferes José Joaquim da Silva Xavier, o "Tiradentes";

1 de maio, consagrado á confraternidade das classes operarias;

3 de maio, consagrado á commemoração da descoberta do Brasil;

16 de julho, consagrado á commemoração da data em que foi promulgada a Constituição Federal;

7 de setembro, consagrado á commemoração da Independencia do Brasil;

12 de outubro, consagrado á commemoração da descoberta da America;

2 de novembro, consagrado á commemoração dos mortos;
15 de novembro, consagrado á commemoração do advento da Republica;

25 de dezembro, consagrado á commemoração da unidade espiritual dos povos christãos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rdo.

LEI N. 109 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1935

Dispõe sobre a exportação de abacaxis

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Nenhuma restricção se fará na exportação de abacaxis pelo facto de se apresentarem os fructos guarneceidos pelos respectivos filhotes ou rebentos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

LEI N. 110 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1935

Autoriza operações de credito para execução do accordo financeiro entre o Brasil e a Inglaterra

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar uma operação de credito até o limite maximo de seis milhões de libras (£ 6.000.000), para execução do accordo de 27 de março de 1935, celebrado entre o Governo Brasileiro e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Art. 2.º As importancias depositadas no Banco do Brasil e outros, em garantia das dividas commerciaes de que trata o accordo referido no artigo anterior, serão cnotralizados naquella Banco, em conta especial, a credito do Thesouro Nacional, em cujo beneficio são subrogadas.

Art. 3.º Os encargos decorrentes da realização das operações autorizadas no art. 1º e das prestações de juros e amortizações, no corrente exercicio, serão custeados com os recursos fornecidos pela conta especial a que se refere o artigo 2º, cujo saldo será empregado na satisfação dos compromissos do Thesouro Nacional para com o Banco do Brasil.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

LEI N. 111 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1935

Dispõe sobre o funcionamento da Camara Municipal do Districto Federal, e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º A sessão ordinaria da Camara Municipal do Districto Federal poderá ser prorogada, por deliberação da maioria, até 31 de dezembro, no corrente anno.

Art. 2.º Durante o periodo de prorogação posterior a 3 de novembro, todas as reuniões serão dedicadas, precipuamente, á discussão e votação do orçamento, não podendo haver deliberação sobre assumpto de outra natureza.

Paragrapho unico. Si até 31 de dezembro o orçamento não estiver votado, considerar-se-ha prorogado o orçamento de 1935, com as modificações constitucionaes referentes á discriminação de renda.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rdo.

LEI N. 112 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1935

Concede pensão vitalícia a professores da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É concedida a pensão vitalícia de um conto de réis (1:000\$000) mensaes, a cada um dos professores da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, afastados do exercicio dos seus cargos em consequencia do decreto n. 20.902, de 31 de dezembro de 1931, e que nenhum provento recebem dos cofres publicos federaes, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao ensino superior do paiz.

Art. 2.º A despesa para a execussão desta lei correrá pela verba "Pensionistas", consignada no orçamento do Ministerio da Fazenda.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

LEI N. 113 — DE 6 DE NOVEMBRO DE 1935

Proroga até 31 de dezembro de 1936 o regimen que regula a concessão de ajudas de custo aos membros dos Corpos Diplomático e Consular

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica prorogado até 31 de dezembro de 1936 o regimen a que se refere a lei n. 24, de 13 de fevereiro de 1935, que regula a concessão de ajudas de custo aos membros dos Corpos Diplomático e Consular.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

José Carlos de Macedo Soares.

LEI N. 114 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1935

Modifica a legislação do ensino

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Nas Faculdades de Direito officiaes e nas reconhecidas pelo Governo Federal, é facultativa, a juizo das respectivas Congregações, a existencia do curso de doutorado.

Art. 2.º Para a installação ou suppressão desse curso em qualquer Faculdade de Direito official ou reconhecida serão observadas as disposições seguintes:

a) entrando em vigor a presente lei, a Congregação se reunirá dentro do prazo razoavel e, tendo em vista a conveniencia ou não da existencia do curso de doutorado na respectiva Faculdade, deliberará, por maioria de votos, sobre a sua continuação ou não;

b) sempre que a Congregação resolva suppressão do curso, essa decisão se executará sem prejuizo dos alumnos existentes, aos quaes fica assegurado o direito á conclusão do mesmo curso;

c) supprimido o curso de doutorado de alguma Faculdade juridica official, os respectivos cathedromaticos poderão ser aproveitados nas cathedras de materias affins do curso de bacharelado da mesma Faculdade, nos termos da legislação em vigor (decreto federal n. 19.852, de 11 de abril de 1931);

d) em qualquer tempo fica salvo a interessados, em numero nunca inferior a vinte e cinco, requerer a installação em qualquer Faculdade de Direito official, do curso de doutorado;

e) os cursos de doutorado que, por deliberação das respectivas Congregações, continuarem a funcionar, reger-se-hão pela legislação vigente;

f) da decisão da Congregação sobre o assumpto, caberá sempre a qualquer interessado recurso, com effeito devolutivo sómente para o Conselho Nacional de Educação, que decidirá em definitivo, ouvido obrigatoriamente o Conselho Universitario, sempre que a Faculdade estiver incorporada a alguma Universidade.

Art. 3.º Ficam transferidas do curso de doutorado para o de bacharelado, nas Faculdades Juridicas officiaes, as cadeiras de Direito Romano e de Direito Privado Internacional, que se denominará Direito Internacional Privado, aproveitados os respectivos cathedromaticos e respeitadas os direitos dos substitutos e docentes livres, porventura existentes.

Paragpho unico. O Direito Romano será leccionado no primeiro anno do curso e o Direito Interpacional Privado

Leis de 1935

no quinto anno. Em todos os anos do curso de bacharelado haverá pelo menos tres aulas semanaes de cada disciplina, excepto quanto á "Introdução á Sciencia do Direito", cujas aulas continuarão obrigatoriamente diarias.

Art. 4.º A cadeira de Sciencias das Finanças passará da segunda secção do segundo anno do curso de doutorado para o segundo anno do curso de bacharelado.

§ 1.º O ensino de Philosophia do Direito, da terceira secção do segundo anno do curso de doutorado, passará a ser ministrado na primeira secção do primeiro anno do mesmo curso.

§ 2.º A cadeira de Economia Politica e Sciencia das Finanças, do primeiro anno do curso de bacharelado, ficará denominada: cadeira de Economia Politica.

Art. 5.º Não havendo titular effectivo das cadeiras transferidas para o curso de bacharelado, abrir-se-ha concurso, nos institutos officiaes para o provimento das mesmas na forma da legislação em vigor.

Paragrapho unico. Para a inscripção em concurso, além dos demais requisitos legais, deverá o candidato apresentar cincoenta exemplares de these que haja escripto.

Art. 6.º O presente decreto entrará em vigor no anno lectivo de 1936, excepto quanto aos concursos a que se refere o art. 5º, que serão abertos desde logo.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

LEI N. 115 — DE 13 DE NOVEMBRO DE 1935

Orça a Receita e fixa a Despesa Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1936

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O Orçamento da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio financeiro de 1936 estima a Receita Geral em 2.537.576:000\$ e calcula a Despesa total em 2.893.705:196\$039.

Art. 2º. A Receita, conforme o anexo n. 1, será realizada com o producto do que fôr arrecadado sob os seguintes titulos:

RENDA ORDINARIA

I — Renda de Tributos

| | |
|---|--------------------|
| I — Importação, entrada, sahida e estadia de navios e aeronaves e addicionaes | 831.750:000\$000 |
| II — Imposto de consumo | 501.150:000\$000 |
| III — Impostos e taxas sobre a circulação | 151.100:000\$000 |
| IV — Imposto sobre a renda | 150.400:000\$000 |
| V — Imposto sobre loterias | 3.750:000\$000 |
| VI — Diversas rendas | 60.775:000\$000 |
| | <hr/> |
| | 1.698.925:000\$000 |
| II — Rendas Patrimoniaes | 3.383:000\$000 |
| III — Rendas Industriaes | 328:684:000\$000 |
| | <hr/> |
| Total da Renda Ordinaria..... | 2.030.992:000\$000 |
| Renda Extraordinaria | 282.084:000\$000 |
| Renda com applicação especial ... | 223.600:000\$000 |
| | <hr/> |
| | 2.537.576:000\$000 |

Art. 3º. A despesa se distribuirá pelos Ministerios, conforme os annexos ns. 2 a 10:

| | |
|--|--------------------|
| Annexo n. 2 — Ministerio da Fazenda.. | 927.523:108\$184 |
| Annexo n. 3 — Ministerio da Justiça... | 124.557:577\$200 |
| Annexo n. 4 — Ministerio do Exterior.. | 46.183:858\$000 |
| Annexo n. 5 — Ministerio da Educação. | 278.295:627\$975 |
| Annexo n. 6 — Ministerio do Trabalho.. | 20.077:127\$000 |
| Annexo n. 7 — Ministerio da Viação... | 687.545:798\$180 |
| Annexo n. 8 — Ministerio da Marinha.. | 247.461:882\$000 |
| Annexo n. 9 — Ministerio da Guerra.... | 475.201:357\$500 |
| Annexo n. 10 — Ministerio da Agricul- | |
| tura | 86.858:860\$000 |
| | <hr/> |
| | 2.893.705:196\$039 |

Art. 4º. Fazem parte da presente lei, a que ficam integrados, os annexos, que a acompanham, de ns. 1 a 10, e que especificam a Receita e explicam a Despesa, dividindo esta em fixa e variavel, e especializando rigorosamente a parte variavel.

Art. 5º. O Presidente da Republica fará proceder a arrecadação da Receita nos termos da lei e fica autorizado a despende com os serviços e encargos da Nação as dotações constantes dos titulos da Despesa, podendo fazer, por ante-

cipação da Receita, as operações de credito que se tornem necessarias até o maximo de trezentos mil contos de réis (300.000:000\$000).

Art. 6°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1935.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

ORÇAMENTO GERAL DA RECEITA

Annexo n. 1

RENDA ORDINARIA

I — RENDA DOS TRIBUTOS

I — IMPORTAÇÃO, ENTRADA, SAHIDA E ESTADIA DE NAVIOS E AERONAVES E ADDICIONAES

- | | |
|--|------------------|
| 1. Direitos de importação para consumo — Decreto n. 24.343, de 5 de junho de 1934 | 750.000:000\$000 |
| 2. Imposto adicional de 10 % sobre os direitos realmente devidos — Decreto n. 24.343, de 5 de junho de 1934 ... | 75.000:000\$000 |
| 3. Taxa adicional relativa ás mercadorias e materiaes despachados com isenção de direitos de importação — Decreto n. 24.023, de 21 de março de 1934, art. 100..... | 1.000:000\$000 |
| 4. Expediente das Capatazias — Decretos ns. 2.647, de 19 de setembro de 1860, arts. 696 e 697; 1.750, de 20 de outubro de 1869, art. 1º, § 4º; 5.321, de 30 de junho de 1873, art. 9º; leis ns. 125 A, de 21 de novembro de 1892, art. 1º; 265, de 24 de dezembro de 1894, art. 1º, n. 3; 428, de 10 de dezembro de 1896, art. 12; 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915, art. 1º, n. 4; 4.783, de 31 de dezembro de 1923, art. 1º, n. 4; decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925; leis ns. 4.984, | |

| | |
|---|----------------|
| de 31 de dezembro de 1925, art. 1º, n. 4, e 5.127, de 31 de dezembro de 1926, art. 1º, n. 4 | 400:000\$000 |
| 5. Armazenagem — Decreto n. 24.324, de 1 de junho de 1934 | 200:000\$000 |
| 6. Imposto de docas — Leis ns. 2.792, de 20 de outubro de 1877, ar- tigo 11, § 5º; 2.940, de 31 de outubro de 1879, art. 18, n. 2; decreto n. 7.554, de 26 de novembro de 1879; leis ns. 3.018, de 5 de novem- vembro de 1880, art. 5º; 489, de 15 de dezembro de 1897, art. 1º n. 7; 4.783, de 31 de dezembro de 1923, e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 | 500:000\$000 |
| 7. Dito de pharóes — Decreto n. 6.053, de 13 de dezembro de 1875, art. 2º; lei n. 2.940, de 31 de outubro de 1879, art. 18, n. 2, § 2º, decreto nu- mero 7.554, de 26 de novembro de 1879; leis ns. 489, de 15 de dezembro de 1897, art. 1º; 2.035, de 29 de de- zembro de 1908; 2.210, de 28 de de- zembro de 1909, art. 1º, n. 7; 2.321, de 30 de dezembro de 1910, art. 1º, n. 7; 2.719, de 31 de dezembro de 1912, art. 1º, n. 7; 4.783, de 31 de dezembro de 1923, e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925; lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925 | 4.650:000\$000 |

831.750:000\$000

II — IMPOSTO DE CONSUMO

8. Lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925, arts. 3º a 10 e 46, suprimidas as palavras e semelhantes da letra C do § 9º, do art. 4º da mesma lei; decreto n. 17.464, de 6 de outubro de 1926; leis ns. 5.127, de 31 de dezembro de 1926; 5.353, de 30 de novembro de 1927, e 5.634, de 3 de janeiro de 1929; decretos ns. 19.969, de 8 de maio de 1931; 20.260, de 29 de julho de 1931; 20.883, de 30 de dezembro de 1931; 20.761, de 7 de dezembro de 1932; 21.040, de 1 de janeiro de 1932; 21.041, de 13 de fevereiro de 1932; 21.084, de 24 de fevereiro de 1932; 21.213, de 28 de março de 1932; 21.398, de 11 de maio de 1932; 21.498, de 9 de julho de 1932; 22.051, de 7 de novembro de

1932; 22.262, de 28 de dezembro de 1932; 22.278, de 29 de dezembro de 1932, art. 6º; 22.344, de 11 de janeiro de 1933; 22.417, de 31 de janeiro de 1933; 22.423, de 1 de fevereiro de 1933; 22.480, de 20 de fevereiro de 1933; 22.487, de 22 de fevereiro de 1933; 22.495, de 24 de fevereiro de 1933; 22.715, de 15 de maio de 1933; 22.888, de 5 de julho de maio de 1933; 22.748, de 24 de 1933; 22.955, de 19 de julho de 1933; 23.032, de 2 de agosto de 1933; 23.814, de 31 de janeiro de 1934; 24.055, de 28 de março de 1934; 24.318, de 1 de junho de 1934, e 24.604, de 6 de julho de 1934.

| | |
|---|------------------|
| 8. Fumo | 95.000:000\$000 |
| 9. Bebidas | 120.000:000\$000 |
| 10. Alcool | 9.000:000\$000 |
| 11. Phosphoros | 20.000:000\$000 |
| 12. Sal | 9.000:000\$000 |
| 13. Perfumarias e artigos de toucador.. | 21.000:000\$000 |
| 14. Calçados | 17.000:000\$000 |
| 15. Especialidades pharmaceuticas | 11.500:000\$000 |
| 16. Conservas | 15.000:000\$000 |
| 17. Vinagre, azeite, e oleos destinados á alimentação | 6.200:000\$000 |
| 18. Velas | 800:000\$000 |
| 19. Tecidos | 73.000:000\$000 |
| 20. Artefactos de tecidos e de pelles .. | 25.000:000\$000 |
| 21. Papel e seus artefactos | 2.500:000\$000 |
| 22. Cartas de jogar | 700:000\$000 |
| 23. Chapéos e bengalas | 5.500:000\$000 |
| 24. Louças e vidros | 2.500:000\$000 |
| 25. Ferragens e artefactos de aluminio e de ferro estanhado, pintado, es- tado, e nickelado | 2.500:000\$000 |
| 26. Café torrado ou moido e chá | 6.000:000\$000 |
| 27. Manteiga e succedaneos | 1.800:000\$000 |
| 28. Moveis | 4.500:000\$000 |
| 29. Armas de fogo e suas munições | 700:000\$000 |
| 30. Lampadas, pilhas e aparelhos ele- ctricos | 2.500:000\$000 |
| 31. Queijos e requeijões | 3.000:000\$000 |
| 32. Electricidade | 6.000:000\$000 |
| 33. Tintas e vernizes | 3.500:000\$000 |
| 34. Leques e ventarolas | 50:000\$000 |
| 35. Artefactos de borracha..... | 2.000:000\$000 |
| 36. Navalhas e pinceis para barba | 400:000\$000 |
| 37. Pentes, escovas e espanadores | 2.100:000\$000 |
| 38. Brinquedos | 250:000\$000 |

| | |
|---|------------------|
| 39. Artefactos de couro e outros materiaes | 2.500:000\$000 |
| 40. Joias, obras de ourives, bijouterias e objectos de adorno | 2.300:000\$000 |
| 41. Apparelhos sanitarios | 150:000\$000 |
| 42. Ladrilhos, mosaicos, azulejos e outros materiaes | 2.000:000\$000 |
| 43. Instrumentos de musica | 300:000\$000 |
| 44. Machinas photographicas e cinematographicas | 200:000\$000 |
| 45. Fogões e fogareiros | 200:000\$000 |
| 46. Cimento | 20.000:000\$000 |
| 47. Linhas | 3.500:000\$000 |
| 48. Emolumentos de escriptorios commerciaes | 500:000\$000 |
| | <hr/> |
| | 501.150:000\$000 |

III — IMPOSTOS E TAXAS SOBRE CIRCULAÇÃO

| | |
|---|------------------|
| 49. Imposto do sello — Lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925, arts. 11 a 17 e 51; decretos ns. 17.538, de 10 de novembro de 1926; lei n. 5.427, de 9 de janeiro de 1928, art. 3º; decretos ns. 18.393, de 17 de setembro de 1928, art. 56; 19.546, de 31 de dezembro de 1930; 21.155, de 14 de março de 1932; 21.240, de 4 de abril de 1932, art. 20; 22.990, de 26 de julho de 1933, art. 12; 23.133, de 9 de setembro de 1933, art. 3º, § 3º; 23.704, de 8 de janeiro de 1934; 23.835, de 6 de fevereiro de 1934; 23.883, de 19 de fevereiro de 1934; 24.501, de 29 de junho de 1934; 24.673, de 11 de julho de 1934; 24.797, de 14 de julho de 1934 | 150.000:000\$000 |
| 50. Imposto sobre operações a termo — Lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925, art. 16; decretos ns. 17.537, de 10 de novembro de 1926, e 20.116, 17 de junho de 1931 | 1.000:000\$000 |
| 51. Imposto sobre vales para brindes — Lei n. 4.440, de 31 de dezembro de 1921, art. 21; decreto n. 15.524, de 14 de junho de 1922; leis ns. 4.625, de 31 de dezembro de 1922; arts. 51 a 66; 4.783, de 31 de dezembro de 1923, art. 52; 4.984, de 31 de dezembro de 1925, arts. 39 e 45.... | 100:000\$000 |

IV — IMPOSTO SOBRE A RENDA

52. Imposto sobre a renda de pessoas physicas (cedular e complementar)

| | |
|---|------------------------|
| e sobre a renda de pessoas juridicas e firmas individuaes — Lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925, art. 18; decreto n. 17.390, de 26 de julho de 1926; leis ns. 5.138, de 5 de janeiro de 1927; 4.632, de 20 de dezembro de 1928, e 5.623, de 29 de dezembro de 1928; decretos ns. 19.550, de 31 de dezembro de 1930; 19.723, de 20 de fevereiro de 1931; 19.936, de 30 de abril de 1931; 20.900, de 31 de dezembro de 1931, e 21.554, de 20 de junho de 1932 | 135.000:000\$000 |
| 53. Sobre premios de seguros maritimos e terrestres, sobre premios de seguros de vida, pensões, peculios, etc. — Leis ns. 2.919, de 31 de dezembro de 1914; 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915; e 4.783, de 31 de dezembro de 1923; decreto n. 17.766, de 2 de janeiro de 1925 | 13.000:00\$000 |
| 54. Sobre lucros fortuitos, valores sorteados, valores distribuidos em sorteio, por club de mercadorias, premios concedidos em sorteio, mediante pagamento em prestações, por associações constructoras—Leis numeros 2.919, de 31 de dezembro de 1914; 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915, e 3.213, de 30 de dezembro de 1916, art. 1º, n. 38; decreto numero 12.475, de 23 de maio de 1917; leis ns. 3.644, de 31 de dezembro de 1918, e 3.979, de 31 de dezembro de 1919; decreto n. 15.589, de 29 de julho de 1922; lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923, e decreto numero 16.766, de 2 de janeiro de 1925, e lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925 | 700:000\$000 |
| 55. Imposto proporcional sobre capitais empregados em hypothecas — Decreto n. 21.949, de 12 de outubro de 1932 | 1.700:000\$000 |
| | <hr/> 150.400:000\$000 |

V — IMPOSTO SOBRE LOTERIAS

56. Imposto de 5 % das loterias estaduais — Decreto n. 8.579, de 8 de março de 1911; lei n. 4.230, de 31 de dezembro de 1920, e contracto de 8 de outubro de 1921; lei nu-

mero 4.783, de 31 de dezembro de 1923; decretos ns. 16.766, de 2 de janeiro de 1925, e 19.929, de 29 de abril de 1931

3.750:000\$000

VI — DIVERSAS RENDAS

57. Premios de depositos publicos — Lei n. 99, de 31 de outubro de 1835, art. 11, n. 51; Instrucções n. 131, de 1 de dezembro de 1845; decretos ns. 498, de 22 de janeiro de 1847; 2.551, de 17 de março de 1860, artigo 76 e 2.846, de 19 de março de 1898; leis ns. 3.979, de 31 de dezembro de 1919, art. 1º, n. 46, e 4.783, de 31 de dezembro de 1923, art. 1º, numero 91; decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925; leis ns. 4.984, de 31 de dezembro de 1925, art. 1º, numero 66, e 5.127, de 31 de dezembro de 1926, art. 1º, n. 67 20:000\$000
58. Taxa judiciaria federal e da justiça local do Districto Federal—Decretos ns. 225, de 30 de novembro de 1894; 2.163, de 9 de novembro de 1895; 539, de 19 de dezembro de 1898, e 3.312, de 17 de junho de 1899; leis ns. 3.644, de 31 de dezembro de 1918, arts. 117 e 119; 3.979, de 31 de dezembro de 1919, art. 7º; 4.230, de 31 de dezembro de 1920, art. 30, e 4.625, de 31 de dezembro de 1922, art. 29; decreto n. 5.053, de 6 de novembro de 1926; leis numeros 4.793, de 7 de janeiro de 1924, art. 30, e 4.984, de 31 de dezembro de 1925 300:000\$000
59. Renda do Fôro do Districto Federal, proveniente da venda do "papel sellado" — Decreto n. 24.227, de 12 de maio de 1934 500:000\$000
60. Contribuição para a fiscalização bancaria — Lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925, art. 30 1.100:000\$000
61. Renda arrecadada nos Consulados — Lei n. 126 A, de 21 de novembro de 1892, art. 1º; decretos ns. 2.832 e 2.847, de 14 e 21 de março de 1898; leis ns. 559, de 31 de dezembro de 1898; 3.213, de 30 de dezembro de 1916; 4.440, de 31 de dezembro de 1921 e 4.783, de 31 de dezembro de 1923, n. 16.766, de 2 de ja-

| | |
|--|-----------------|
| neiro de 1925; lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925, e decreto numero 19.546, de 30 de dezembro de 1930 | 12.500:000\$000 |
| 62. 10 % sobre a percentagem percebida pelos porteiros dos auditorios das vendas de bens immoveis e mais 2½ % do producto das referidas vendas, quando o preço dellas exceder de 50:000\$ até o maximo de 100:000\$000 — Decreto legislativo n. 5.060 A, de 10 de novembro de 1926 | 30:000\$000 |
| 63. Renda da Policia do Districto Federal — Leis ns. 3.979, de 31 de dezembro de 1919 e 4.783, de 31 de dezembro de 1923; decreto numero 16.766, de 2 de janeiro de 1925 | 172:000\$000 |
| 64. Dita do serviço de identificação profissional — Decretos ns. 21.175, de 21 de março de 1932; 21.186, de 22 de março de 1932 e 22.035, de 29 de outubro de 1932..... | 2.000:000\$000 |
| 65. Dita do registro de marcas e patentes — Lei n. 3.979, de 31 de dezembro de 1919 | 1.000:000\$000 |
| 66. Taxa de censura cinematographica — Decretos ns. 21.240, de 4 de abril de 1932 e 24.651, de 10 de julho de 1934 | 500:000\$000 |
| 37. Renda do Serviço de Defesa Sanitaria Vegetal — Decretos ns. 23.979, de 8 de março de 1934, art. 8º e 24.114, de 12 de abril de 1934..... | 280:000\$000 |
| 68. Idem do Serviço de Fructicultura — Decretos ns. 23.835, de 6 de fevereiro de 1934 e 23.979, de 8 de março de 1934, art. 8º | 1.000:000\$000 |
| 69. Idem do Serviço de Plantas Texteis — Decretos ns. 23.989, de 8 de março de 1934, art. 8º e 24.049, de 27 de março de 1934 | 3.500:000\$000 |
| 70. Taxa de beneficio, padronização e fiscalização dos typos de café exportaveis — Decretos ns. 23.553, de 5 de dezembro de 1933, art. 6º, § 1º | 14.000:000\$000 |
| 71. Renda do Serviço de Caça e Pesca — Decretos ns. 23.672, de 2 de janeiro de 1934 e 23.979, de 8 de março de 1934, art. 8º | 12:000\$000 |
| 72. Taxa de utilização, fiscalização, assistência judiciaria e estatística | |

| | |
|--|----------------|
| para exploração de energia electrica — Decreto n. 24.673, de 11 de julho de 1934 | 6.500:000\$000 |
| 73. Quotas das companhias concessionarias de lavras de minas, por contracto com o Governo da União — Decreto n. 24.673, de 11 de julho 1934 | 96:000\$000 |
| 74. Quota de 3 % sobre o ouro produzido pelos trabalhos de exploração de depositos aluvionarios — Decreto n. 24.673, de 11 de julho de 1934 .. | 1.710:000\$000 |
| 75. Quota de 3% sobre a produção mineral do paiz (diamantes e pedras preciosas) — Decreto n. 24.673, de 11 de junho de 1934 | 600:000\$000 |
| 76. Quota de 3 % sobre a produção de outros mineraes e minerios — Decreto n. 24.673, de 11 de julho de 1934 | 750:000\$000 |
| 77. Taxa de autorização para pesquisa — Decreto n. 24.673, de 11 de julho de 1934 | 50:000\$000 |
| 78. Taxa de concessão de lavras — Decreto n. 24.673, de 11 de julho de 1934 | 50:000\$000 |
| 79. Renda do Serviço de Fomento da Produção Vegetal — Decreto numero 23.979, de 8 de março de 1934, art. 8º | 100:000\$000 |
| 80. Idem do Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização — Decretos ns. 23.979, de 8 de março de 1934, art. 8º e 24.467 A, de 26 de junho de 1934 | 150:000\$000 |
| 81. Idem do Serviço de Fomento da Produção Animal — Decreto n. 23.979, de 8 de março de 1934, art. 8º.... | 550:000\$000 |
| 82. Idem do Serviço de Defesa Sanitaria Animal — Decreto n. 23.979, de 8 de março de 1934, art. 8º..... | 400:000\$000 |
| 83. Idem do registro das associações e instituições de auxilios mutuos e outras organizações de previdencia social | 75:000\$000 |
| <i>Renda dos Estabelecimentos de Instrucção, Educação e Ensino</i> | |
| 84. Da Reitoria da Universidade do Rio de Janeiro — Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1934 | 90:000\$000 |
| 85. Da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro — De- | |

| | |
|--|----------------|
| creto n. 19.852, de 11 de abril de 1934 | 666:000\$000 |
| 86. Da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro — Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1934 | 1.237:000\$000 |
| 87. Da Faculdade Odontologia da Universidade do Rio de Janeiro — Decreto n. 23.512, de 28 de novembro de 1933 | 146:000\$000 |
| 88. Da Escola Polytechnica da Universidade Technica Federal — Decreto n. 24.738, de 14 de julho de 1934.. | 231:000\$000 |
| 89. Da Escola Nacional de Chimica da Universidade Technica Federal — Decreto n. 24.738, de 14 de julho de 1934 | 28:000\$000 |
| 90. Da Escola de Minas de Ouro Preto, da Universidade Technica Federal — Decreto n. 24.738, de 14 de julho de 1934 | 17:000\$000 |
| 91. Da Inspectoria do Ensino Commercial — Decreto n. 24.734, de 14 de julho de 1934 | 888:000\$000 |
| 92. Da Inspectoria do Ensino Superior — Decreto n. 24.734, de 14 de julho de 1934 | 700:000\$000 |
| 93. Da Faculdade de Direito de Recife — Decreto n. 24.103, de 10 de abril de 1934 | 182:000\$000 |
| 94. Da Faculdade de Medicina da Bahia — Decreto n. 24.792, de 14 de julho de 1934 | 390:000\$000 |
| 95. Da Faculdade de Medicina de Porto Alegre — Decreto n. 24.462, de 25 de junho de 1934 | 202:000\$000 |
| 96. Da Inspectoria do Ensino Secundario — Decreto n. 24.734, de 14 de julho de 1934 | 5.600:000\$000 |
| 97. Do Collegio Pedro II — Decreto n. 16.782, de 13 de janeiro de 1926. | 916:000\$000 |
| 98. Dos Collegios Militares — Lei numero 4.783, de 31 de dezembro de 1923 e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 | 10:000\$00 |
| 99. Do Instituto Nacional de Surdos-Mudos (joias e pensões de alumnos) — Decreto n. 21.069, de 20 de janeiro de 1932 | 8:000\$000 |
| 100. Do Instituto Benjamin Constant (joias e pensões de alumnos) — De- | |

| | |
|--|-----------------|
| creto n. 21.069, de 20 de janeiro de 1932 | 5:000:000 |
| 101. Da Escola de Agronomia — Decreto n. 23.858, de 8 de fevereiro de 1934 | 8:000\$000 |
| 102. Escola Nacional de Veterinaria — Decreto n. 23.857, de 8 de fevereiro de 1934 | 15:000\$000 |
| 103. Da Escola Agricola de Barbacena — Decreto n. 23.979, de 8 de março de 1934, art. 8º | 20:000\$000 |
| 104. Dos Aprendizados Agricolas — Decreto n. 23.979, de 8 de março de 1934, art. 8º | 5:000\$000 |
| 105. Da Escola Nacional de Bellas Artes — Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931..... | 61:000\$000 |
| 106. Do Instituto Nacional de Musica — Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1934 | 500:000\$000 |
| 107. Do Museu Historico Nacional — Decreto n. 24.735, de 14 de julho de 1934 | 1:000\$000 |
| 108. Da Bibliotheca Nacional — Decreto n. 8.835, de 11 de julho de 1911... | 4:000\$000 |
| 109. Da Escola Polytechnica da Bahia.. | 200:000\$000 |
| 110. Da Faculdade de Direito do Ceará.. | 100:000\$000 |
| | <hr/> |
| | 60.775:000\$000 |

II — RENDAS PATRIMONIAES

111. Renda dos proprios nacionaes — Lei de 15 de novembro de 1931, art. 51, § 15; leis ns. 66, de 12 de outubro de 1833, art. 3º; 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915; 3.213, de 30 de dezembro de 1916; 4.625, de 31 de dezembro de 1922, art. 41 e 4.783, de 31 de dezembro de 1923; decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925; art. 22 da lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925; decreto n. 22.005, de 24 de outubro de 1932..... 2.300:000\$000
112. Fóros de terrenos de marinha — Lei de 15 de novembro de 1931, art. 51, §§ 14 e 15, lei n. 66, de 12 de outubro de 1833, art. 3º; Instruções de 14 de novembro de 1832; leis ns. 38, de 3 de outubro de 1834, art. 37, § 2º; 1.114, de 27 de setembro de 1860 e 1.507, de 26 de

| | | |
|--|--|----------------------|
| setembro de 1867, art. 34, n. 33; decreto n. 4.105, de 29 de fevereiro de 1868; leis ns. 3.348, de 20 de outubro de 1887, art. 8º, § 3º; 25, de 31 de dezembro de 1891; 1.144, de 30 de dezembro de 1903, art. 32 e 3.644, de 31 de dezembro de 1918, art. 110; decreto n. 14.594, de 31 de dezembro de 1920; lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923, art. 41; decretos ns. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 e 22.785, de 31 de dezembro de 1933 | | 250:000\$000 |
| 113. | Laudemios — Decretos ns. 467, de 23 de agosto de 1846; 656, de 5 de dezembro de 1849; 1.318, de 30 de janeiro de 1854, art. 77 e 5.581, de 31 de março de 1874; Leis ns. 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915 e 4.783, de 31 de dezembro de 1923; decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925.. | 300:000\$000 |
| 114. | Taxa de occupação dos terrenos de marinha e arrendamento dos terrenos de mangue — Decretos numero 14.595 e 14.596, de 31 de dezembro de 1920; lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923; decreto numero 16.766, de 2 de janeiro de 1925; lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925 | 150:000\$000 |
| 115. | Quota de arrendamento de estradas de ferro de propriedade da União.. | 300:000\$000 |
| 116. | Renda da Villa Militar — Decreto n. 13.554, de 16 de abril de 1919.. | 60:000\$000 |
| 117. | Dita da Coudelaria Nacional de Saycan e outras | 23:000\$000 |
| | | <hr/> 3.383:000\$000 |

III — RENDAS INDUSTRIAES

| | | |
|------|--|------------------|
| 118. | Renda dos Correios e Telegraphos — Lei n. 5.353, de 30 de novembro de 1927; Decretos ns. 11.520, de 10 de março de 1915; 14.722, de 16 de março de 1921; 18.164, de 18 de março de 1928; 20.859, de 26 de dezembro de 1931; 20.697, de 20 de novembro de 1931; 21.111, de 1 de março de 1932; 24.226, de 11 de maio de 1934 e 24.655, de 11 de julho de 1934 | 107.000:000\$000 |
|------|--|------------------|

119. Dita da Imprensa Nacional e *Diario Official*:

a) Decreto numero 24.500, de 29 de junho de 1934 1.150:000\$

b) Renda dos Serviços Officiaes:

Publicações e trabalhos da Camara dos Deputados .. 750:000\$

Publicações e trabalhos do Senado Federal 140:000\$

Publicações da Corte Suprema 125:000\$

Publicações e trabalhos do Tribunal de Contas 100:000\$

Publicações e trabalhos da Justiça Eleitoral 200:000\$

Ministerios:

Publicações e trabalhos dos Ministerios:

da Fazenda ... 1.400:000\$

da Justiça 2.200:000\$

do Exterior ... 320:000\$

da Educação .. 350:000\$

do Trabalho \ .. 700:000\$

da Viação 450:000\$

da Guerra 550:000\$

da Marinha 70:000\$

da Agricultura . 350:000\$ 7.705:000\$

8.855:000\$000

120. Dita da Imprensa Militar 40:000\$000

121. Dita da Casa da Moeda — Decreto n. 5.536, de 31 de janeiro de 1874, arts. 43 e 53; leis ns. 2.035, de 29 de dezembro de 1908 e 4.783, de 31

| | | |
|------|--|--------------|
| | de dezembro de 1923; decreto numero 16.766, de 2 de janeiro de 1925 | 300:000\$000 |
| 122. | Dita da Casa de Correção — Decreto n. 678, de 6 de julho de 1850; leis ns. 628, de 17 de setembro de 1854, art. 9º, n. 24 e 652, de 23 de novembro de 1899; decreto n. 3.647, de 23 de abril de 1900; lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923 e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925.. | 10:000\$000 |
| 123. | Dita da Assistencia a Psychopathas — Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931 | 262:000\$000 |
| 124. | Dita dos Laboratorios Nacionais de Analyses — Lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897, art. 2º, n. 6; decreto n. 3.770, de 28 de dezembro de 1890; lei n. 813, de 23 de dezembro de 1901, art. 5º; decreto numero 4.050, de 13 de janeiro de 1920; lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923; decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 | |
| 125. | Dita do Deposito Publico Geral do Districto Federal — Leis ns. 3.979, de 31 de dezembro de 1919; 4.783, de 31 de dezembro de 1923 e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925. | 15:000\$000 |
| 126. | Dita da Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas..... | 80:000\$000 |
| 127. | Dita do Gabinete Central de Identificação da Guerra | 13:000\$000 |
| 128. | Dita do Serviço Telegraphico da Guerra | 2:000\$000 |
| 129. | Dita do Serviço de Intendencia da Guerra | 25:000\$000 |
| 130. | Dita dos Nucleos Coloniaes — Lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923 e decreto n. 16.766. de 2 de janeiro de 1925 | 50:000\$000 |
| 131. | Contribuição das companhias ou empresas de estradas de ferro e das companhias de seguros nacionaes, estrangeiras e outras — Leis numeros 126 A, de 21 de novembro de 1892, art. 1º; 741, de de dezembro de 1900, art. 32; art. 1º; n. 34, da lei n. 2.210, de 28 de dezembro de 1909; art. 1º, n. 69, da lei n. 2.324, de 30 de dezembro de 1910; art. 51 da lei n. 2.749, de 31 de dezembro de 1912; art. 59, da lei n. 2.841, de | |

| | |
|---|-----------------|
| 31 de dezembro de 1913; leis números 3.644, de 31 de dezembro de 1918; 4.625, de 31 de dezembro de 1922, art. 2º, n. V e 4.783, de 31 de dezembro de 1923; decreto número 16.766, de 2 de janeiro de 1925 | 1.192:000\$000 |
| 132. Renda do Gabinete de Physiotherapia e Radiologia da Policia Militar | 10:000\$000 |
| 133. Ditas das Officinas de Reparos de Armamentos | 33:000\$000 |
| 134. Dita do Laboratorio Central da Produção Mineral — Decreto n. 23.979, de 8 de março de 1934, art. 8º.... | 4:000\$000 |
| 135. Dita do Instituto de Biologia Vegetal — Decreto n. 23.979, de 8 de março de 1934, art. 8º | 2:000\$000 |
| 136. Dita do Instituto de Chimica Agricola — Decreto n. 23.979, de 8 de março de 1934, art. 8º | 4:000\$000 |
| 137. Dita do Instituto de Biologia Animal — Decreto n. 23.979, de 8 de março de 1934, art. 8º | 10:000\$000 |
| 138. Dita dos portos de Natal e Rio de Janeiro, administrados pela União.. | 17.000:000\$000 |

a) Renda dos estabelecimentos de Instrução, Educação e Ensino:

| | |
|---|--------------|
| 139. Do Instituto Nacional de Surdos-Mudos (Renda das officinas)..... | 35:000\$000 |
| 140. Do Instituto Benjamin Constant (Rendas das officinas)..... | 1:000\$000 |
| 141. Das Escolas de Aprendizizes Artifices e Escola Wenceslão Braz..... | 120:000\$000 |

b) Renda dos Arsenaes:

Decretos ns. 5.118, de 19 de outubro de 1872; 5.622, de 2 de março de 1874 e 7.745, de 12 de setembro de 1890; lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923 e decreto número 16.766, de 2 de janeiro de 1925.

| | |
|--|-------------|
| 142. Do Arsenal de Marinha | 2:000\$000 |
| 143. Do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro | 45:000\$000 |
| 144. Do Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul | 45:000\$000 |

c) Renda das fabricas do Ministerio da Guerra:

| | |
|--|--|
| 145. Da Fabrica de Polvora da Estrella — Leis ns. 3.979, de 31 de dezembro | |
|--|--|

| | | |
|---------------------------------|--|------------------|
| | de 1919 e 4.783, de 31 de dezembro de 1923; decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925..... | 135:000\$000 |
| 146. | Da Fabrica de Cartuchos e Artefactos de Guerra | 14:000\$000 |
| 147. | Da Fabrica de Polvora sem Fumaça — Leis ns. 3.979, de 31 de dezembro de 1919 e 4.783, de 31 de dezembro de 1923; decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 | 1.000:000\$000 |
| d) Renda das Estradas de Ferro: | | |
| 148. | Da Central do Brasil e linhas incorporadas — Decretos ns. 3.503, de 10 de julho de 1865; 3.512, de 6 de setembro de 1865 e 701, de 30 de agosto de 1890; lei n. 3.446, de 31 de dezembro de 1917; decreto numero 13.877, de 13 de novembro de 1919; arts. 112 e 115 da lei numero 4.632, de 6 de janeiro de 1923; lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923; decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925; art. 43 da lei n. 4.984 de 31 de dezembro de 1925, lei numero 3.979, de 31 de dezembro de 1919; decretos ns. 19.702, de 13 de fevereiro de 1931; 19.815, de 30 de março de 1931 e 19.964, de 8 de maio de 1931..... | 134.000:000\$000 |
| 149. | Da Central do Piahy — Lei numero 4.783, de 31 de dezembro de 1923; decretos ns. 16.766, de 2 de janeiro de 1925; 19.702, de 13 de fevereiro de 1931 e 19.964, de 8 de maio de 1931 | 200:000\$000 |
| 150. | Da Central do Rio Grande do Norte — Leis ns. 4.230, de 31 de dezembro de 1920 e 4.783, de 31 de dezembro de 1923; decretos ns. 16.766, de 2 de janeiro de 1925; 19.702, de 13 de fevereiro de 1931 e 19.964, de 8 de maio de 1931..... | 1.200:000\$000 |
| 151. | De Goyaz — Leis ns. 4.230, de 31 de dezembro de 1920 e 4.783, de 31 de dezembro de 1923; decretos ns. 16.766, de 2 de janeiro de 1925; 19.702, de 13 de fevereiro de 1931 e 19.964, de 8 de maio de 1931.... | 3.000:000\$000 |
| 152. | Da Maricá | 800:000\$000 |
| 153. | Da Noroeste do Brasil — Leis numeros 3.644, de 31 de dezembro de | |

| | |
|--|--------------------------------|
| 1918; 4.632, de 6 de janeiro de 1923, art. 112 e 4.783, de 31 de dezembro de 1923; decreto ns. 16.766, de 2 de dezembro de 1925; 19.702, de 13 de fevereiro de 1931 e 19.964, de 8 de maio de 1931 | 27.000:000\$000 |
| 154. Da Petrolina a Therezina — Lei numero 4.783, de 3 de dezembro de 1923; decretos ns. 16.766, de 2 de janeiro de 1925; 19.702, de 13 de fevereiro de 1931 e 19.964, de 8 de maio de 1931 | 70:000\$000 |
| 155. Da S. Luiz a Therezina — Leis numeros 4.230, de 31 de dezembro de 1920; 4.783, de 31 de dezembro de 1923, decretos ns. 16.766, de 2 de janeiro de 1925; 19.702, de 13 de fevereiro de 1931 e 19.964, de 8 de maio de 1931 | 1.000:000\$000 |
| 156. Da Tocantins | 10:000\$000 |
| 157. Da Rêde de Vição Cearense — Leis ns. 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915 e 4.783, de 31 de dezembro de 1923; decretos ns. 16.766, de 2 de janeiro de 1925; 19.702, de 13 de fevereiro de 1931 e 19.964, de 8 de maio de 1931 | 9.000:000\$000 |
| 158. Da Vição Ferrea Federal Léste Brasileiro | 16.000:000\$000 |
| | <hr/> 328.684:000\$000 |
| Total da Renda Ordinaria..... | <hr/> 2.030.992:000\$000 <hr/> |

RENDA EXTRAORDINARIA

| | |
|---|----------------|
| 159. Montepio da Marinha — Plano de 23 de setembro de 1925 | 1.000:000\$000 |
| 160. Dito da Guerra — Decreto n. 695, de 28 de agosto de 1890..... | 2.800:000\$000 |
| 161. Dito dos Empregados Publicos — Decretos ns. 942 A, de 3 de outubro de 1890; 956, de 6 de novembro de 1890; 984, de 8 de novembro de 1890; 1.036, de 14 de novembro de 1890; 1.045, de 21 de novembro de 1890; 1.318 E, de 20 de janeiro de 1891; 1.420 C, de 21 de fevereiro e 139, de 16 de abril de 1891; lei 490, de 16 de dezembro de 1897, art. 37; | |

| | |
|--|-----------------|
| decreto n. 8.904, de 16 de agosto de 1911; lei n. 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915 | 2.000:000\$000 |
| 162. Indemnizações — Lei n. 317, de 21 de outubro de 1843, art. 25, numero 44 | 10.000:000\$000 |
| 163. Juros de capitães nacionaes e operações do Governo — Lei n. 779, de 6 de setembro de 1854, art. 9º, n. 70 | 60.000:000\$000 |
| 164. Taxa de Saneamento da Capital Federal — Leis ns. 3.213, de 30 de dezembro de 1916 e 3.446, de 31 de dezembro de 1917 | 3.500:000\$000 |
| 165. Taxa de consumo d'agua, inclusive aferição e concerto de hydrometros, installação e concerto de ramacs de estabelecimentos d'agua — Decreto numero 3.645, de 4 de maio de 1866; lei n. 2.639, de 22 de setembro de 1875; decreto n. 8.775, de 25 de novembro de 1882; lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897; decreto n. 2.794, de 13 de janeiro de 1898, leis ns. 2.919, de 31 de dezembro de 1914; 3.979, de 3 de dezembro de 1919; 4.625, de 31 de dezembro de 1922; art. 44, cobrando-se do proprietario a installação do serviço de aguas, consoante determinação da lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923; lei n. 5.353, de 30 de novembro de 1927, art. 10; decreto numero 20.951, de 18 de janeiro de 1932.... | 15.000:000\$000 |
| 166. Venda de generos e proprios nacionaes — Leis ns. 3.070, A, de 31 de dezembro de 1915 e 3.644, de 31 de dezembro de 1918..... | 500:000\$000 |
| 167. Amortização dos empréstimos feitos aos funcionarios da Fazenda e dos Correios de Minas Geraes, para construcção de casas, em Bello Horizonte — Leis ns. 1.617, de 30 de dezembro de 1906, art. 35, n. XII; 2.356, de 31 de dezembro de 1910 e 2.768, de 15 de janeiro de 1913; decreto n. 10.094, de fevereiro de 1913 e lei n. 3.979, de 31 de dezembro de 1919 | 9:000\$000 |
| 168. Fundo de garantia do Registro Torrens — Importancia das percentagens e multas a que se referem os | |

| | | |
|------|---|------------------|
| | arts. 60 e 61, do decreto n. 451 B, de 31 de março de 1890 | 8:000\$000 |
| 169. | Imposto de produção sobre as fabricas de phosphoros — Decreto numero 20.359, de 2 de setembro de 1931 | 36.000:000\$000 |
| 170. | Producto da cobrança da divida activa da União — Decreto de 20 de fevereiro e instrucções de 12 de junho de 1840; lei n. 581, de 20 de julho de 1899, art. 1º | |
| 171. | Taxa adicional de 10 % sobre as tarifas de transporte das Estradas de Ferro da União | 11.211:000\$000 |
| 172. | Taxa adicional da Assistencia Hospitalar do Brasil — Lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925, rectificado pelo decreto n. 4.990, de 16 de janeiro de 1926; lei n. 5.058, de 9 de novembro de 1926 | 6.000:000\$000 |
| 173. | Taxa especial sobre embarcações cobradas nas Alfandegas | 220:000\$000 |
| 174. | Todas e quaesquer rendas eventuaes — Leis ns. 514, de 28 de outubro de 1848, art. 9º, n. 64, e art. 43; lei n. 628, de 17 de setembro de 1851, art. 32; decreto n. 2.647, de 19 de setembro de 1860, arts. 689 e 690; leis ns. 1.114, de 27 de setembro de 1860, art. 12, § 3º e 1.507, de 26 de setembro de 1867, arts. 27 e 30; decreto n. 4.184, de 6 de maio de 1867; leis ns. 2.348, de 25 de agosto de 1873, art. 12 e 3.348, de 20 de outubro de 1887, art. 8º, § 1º | 11.000:000\$000 |
| 175. | Taxa de providencia das Caixas de Aposentadorias e Pensões | 1.000:000\$000 |
| 176. | Parte dos Estados nos serviços de juros e amortização de Obrigações do Thesouro que lhes foram cedidas por emprestimos | 111.741:000\$000 |
| 177. | Differenças de cambio | 5.000:000\$000 |
| | Total da Renda Extraordinaria. | 282.984:000\$000 |

RENDA COM APPLICAÇÃO ESPECIAL

| | | |
|------|---|-----------------|
| 178. | Quota fixa annual — Decreto numero 21.143, de 10 de março de 1932 | 10.600:000\$000 |
|------|---|-----------------|

| | |
|--|--------------------|
| 179. Taxa de Educação e Saude — Decreto n. 21.335, de 29 de abril de 1932, n. 22.014, de 26 de outubro de 1932 | 10.000:000\$000 |
| 180. Sello Penitenciario — Decreto numero 24.797, de 4 de julho de 1934. | 3.000:000\$000 |
| 181. Empréstimo interno a juros máximos de 6 % para os serviços de obras publicas aparelhamentos, aquisições | 200.000:000\$000 |
| <hr/> | |
| Total da Renda com Applicaçáo especial | 223.600:000\$000 |
| Total Geral da Receita | 2.537.576:000\$000 |
| <hr/> | |

ORÇAMENTO DO MINISTERIO DA FAZENDA

Annexo n. 2

TITULO I — ENCARGOS GERAES DA UNIAO

| Verbas | Total |
|--|--------------------|
| I — DIVIDA PUBLICA: | |
| a) <i>Divida consolidada:</i> | |
| 1ª — Divida externa: | |
| Serviço dos empréstimos em Dollars | 188.856:540\$000 |
| Serviço dos empréstimos em Franco-Ouro | 80.823:636\$000 |
| Serviço dos Empréstimos em Franco-Papel | 12.457\$836\$000 |
| Serviço dos Empréstimos em Libras | 12.268:839\$200 |
| Total em mil réis, feitas as conversões pelas taxas do cambio official (Banco do Brasil) | 294.406:851\$200 |
| <hr/> | |
| 2ª — Serviço da Divida interna fundada: | |
| Saldo em circulação..... | 3.505.138:900\$000 |
| Despesa variavel: | |
| Amortização | 16.666:666\$700 |
| Juros | 190.263:545\$000 |

| Verbas | Total |
|---|------------------|
| <i>b) Divida fluctuante:</i> | |
| 1ª — Exercícios findos: | |
| Variavel | 15.000:000\$000 |
| 2ª — Depósitos antigos: | |
| Variavel | 12.000:000\$000 |
| 3ª — Juros diversos, commis- sões e corretagens: | |
| Variavel | 32.310:000\$000 |
| II — DIFERENÇAS DE CAMBIO: | |
| Variavel | 5.000:000\$000 |
| III — REPOSIÇÕES E RESTITUIÇÕES: | |
| Variavel | 3.000:000\$000 |
| IV — INACTIVOS: | |
| Variavel | 41.500:000\$000 |
| V — PENSIONISTAS: | |
| Variavel | 49.000:000\$000 |
| VI — SENTENÇAS JUDICIARIAS: | |
| Variavel | 9.217:311\$884 |
| VII — COMPROMISSOS DO THESOURO NA- CIONAL COM O BANCO DO BRASIL: | |
| Variavel | 130.904:454\$400 |
| TITULO II — DESPESAS PROPRIAS DA ADMINISTRAÇÃO | |
| 1ª — GABINETE DO MINISTRO E PORTARIA: | |
| Fixa | 378:800\$000 |
| Variavel | 1.330:990\$000 |
| 2ª — ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NA- CIONAL E THESOURO NACIONAL: | |
| Fixa | 11.605:337\$300 |
| Variavel | 10.866:425\$000 |

| Verbas | Total |
|---|-----------------|
| 3ª — TRIBUNAL DE CONTAS: | |
| Fixa | 3.063:960\$000 |
| Variavel | 248:380\$000 |
| 4ª — RECEBEDORIAS FEDERAES: | |
| Fixa | 2.685:700\$000 |
| Variavel | 3.222:129\$600 |
| 5ª — CAIXA DE AMORTIZAÇÃO: | |
| Fixa | 1.188:360\$000 |
| Variavel | 213:000\$000 |
| 6ª — CASA DA MOEDA: | |
| Fixa | 4.413:793\$000 |
| Variavel | 1.876:698\$300 |
| 7ª — CONSELHO SUPERIOR DE TARIFAS E CONSELHOS DE CONTRIBUINTES: | |
| Variavel | 407:000\$000 |
| 8ª — LABORATORIOS DE ANALYSES: | |
| Fixa | 517:488\$000 |
| Variavel | 49:000\$000 |
| 9ª — DELEGACIAS FISCAES: | |
| Fixa | 7.420:080\$000 |
| Variavel | 628:500\$000 |
| 10ª — ALFANDEGAS: | |
| Fixa | 16.231:678\$000 |
| Variavel | 11.375:266\$100 |
| 11ª — AGENCIAS ADUANEIRAS, MESAS DE RENDAS, POSTOS E REGISTOS FISCAES: | |
| Fixa | 1.870:099\$800 |
| Variavel | 980:706\$000 |
| 12ª — COLLECTORIAS: | |
| Fixa | 10.346:959\$000 |
| Variavel | 5.135:961\$000 |

| Verbas | Total |
|---|-----------------|
| 13ª — FISCALIZAÇÃO DOS IMPOSTOS DE CONSUMO, TRANSPORTE E SELLO: | |
| Fixa | 3.714:000\$000 |
| Variavel | 16.780:900\$000 |
| 14ª — AJUDA DE CUSTO: | |
| Variavel | 1.400:000\$000 |
| 15ª — CAMARA SYNDICAL DOS CORRE- CTORES DE FUNDOS PUBLICOS: | |
| Variavel | 28:000\$000 |
| 16ª — DESPESAS EVENTUAES: | |
| Variavel | 960:000\$000 |
| 17ª — OBRAS: | |
| Variavel | 1.200:000\$000 |
| 18ª — DIRECTORIA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA: | |
| Fixa | 2.958:300\$000 |
| Variavel | 2.520:970\$000 |
| 19ª — COMMISSÃO CENTRAL DE COMPRAS: | |
| Variavel | 1.961:600\$000 |
| 20ª — EMPREGADOS EXTINGTOS ADDIDOS E EM DISPONIBILIDADE: | |
| Variavel | 453:997\$000 |
| 21ª — CONDUCCÃO: | |
| Variavel | 20:000\$000 |

ORÇAMENTO DO MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES

Anexo n. 3

TITULO I — ENCARGOS GERAES DA UNIAO

| Verbas | Total |
|---|-----------------|
| I — SUBSIDIO DO PRESIDENTE DA REPUBLICA: | |
| Fixa | 240:000\$000 |
| II — GABINETE DO PRESIDENTE DA REPUBLICA: | |
| Fixa | 237:496\$000 |
| III — PALACIO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA: | |
| Variavel | 220:000\$000 |
| IV — CAMARA DOS DEPUTADOS: | |
| Fixa | 10.046:600\$000 |
| Variavel | 6.295:268\$000 |
| V — SENADO FEDERAL: | |
| Fixa | 3.144:238\$000 |
| Variavel | 1.568:534\$000 |

TITULO II — DESPESAS PROPRIAS DA ADMINISTRAÇÃO

| | |
|---|----------------|
| 1ª — SECRETARIA DE ESTADO: | |
| Fixa | 1.252:560\$000 |
| Variavel | 2.304:626\$100 |
| 2ª — GABINETE DO CONSULTOR GERAL DA REPUBLICA: | |
| Fixa | 48:480\$000 |
| Variavel | 3:500\$000 |
| 3ª — JUSTIÇA FEDERAL: | |
| Fixa | 4.551:950\$000 |
| Variavel | 389:144\$100 |

| Verbas | Total |
|---|-----------------|
| 4ª — JUSTIÇA DO DISTRICTO FEDERAL: | |
| Fixa | 5.850:792\$000 |
| Variavel | 1.219:361\$100 |
| 5ª — INSTITUTOS DISCIPLINARES: | |
| Fixa | 1.177:020\$000 |
| Variavel | 1:697:786\$100 |
| 6ª — POLICIA CIVIL DO DISTRICTO FEDERAL: | |
| Fixa | 18.016:623\$000 |
| Variavel | 7.271:041\$400 |
| 7ª — POLICIA MILITAR DO DISTRICTO FEDERAL: | |
| Fixa | 13.567:805\$600 |
| Variavel | 11.963:800\$000 |
| 8ª — CASA DE DETENÇÃO: | |
| Fixa | 465:600\$000 |
| Variavel | 1.024:936\$100 |
| 9ª — CASA DE CORECÇÃO: | |
| Fixa | 428:760\$000 |
| Variavel | 395:736\$100 |
| 10ª — ARCHIVO NACIONAL: | |
| Fixa | 343:140\$000 |
| Variavel | 31:496\$100 |
| 11ª — CORPO DE BOMBEIROS: | |
| Fixa | 2.984:837\$500 |
| Variavel | 3.870:290\$600 |
| 12ª — ADMINISTRAÇÃO, JUSTIÇA E OUTRAS DESPESAS NO TERRITORIO DO ACRE: | |
| Fixa | 3.723:600\$000 |
| Variavel | 644:260\$000 |
| 13ª — DEPARTAMENTO DE PROPAGANDA E DIFFUSÃO CULTURAL: | |
| Fixa | 6.257:520\$000 |
| Variavel | 4.681:280\$000 |

| Verbas | Total |
|--|----------------|
| 14ª — DIRECTORIA DE ESTATISTICA GERAL: | |
| Fixa | 488:400\$000 |
| Variavel | 258:400\$000 |
| 15ª — JUSTIÇA ELEITORAL: | |
| Fixa | 3.588:720\$000 |
| Variavel | 3.797:530\$000 |
| 16ª — OBRAS: | |
| Fixa | 109:200\$000 |
| Variavel | 407:000\$000 |
| 17ª — SERVENTUARIOS DO CULTO CATHOLICO: | |
| Fixa | 14:060\$000 |
| 18ª — MAGISTRADOS EM DISPONIBILIDADE: | |
| Variavel | 7:200\$000 |
| 19ª — EVENTUAES: | |
| Variavel | 41:800\$000 |
| 20ª — SUBSTITUIÇÕES: | |
| Variavel | 100:000\$000 |
| 21ª — PESSOAL EM DISPONIBILIDADE: | |
| Variavel | 74:880\$000 |
| 22ª — CONDUCCÇÃO: | |
| Variavel | 20:000\$000 |

ORÇAMENTO DO MINISTERIO DO EXTERIOR

Annexo n. 4

| Verbas | Total |
|-----------------------------------|----------------|
| 1ª — SECRETARIA DE ESTADO: | |
| Fixa | 649:820\$000 |
| Variavel | 3.878:900\$000 |

| Verbas | Total |
|---|------------------|
| 2ª — SERVIÇO DIPLOMATICO: | |
| Fixa | 13.632:338\$000 |
| Variavel | 4.297:000\$000 |
| 3ª — SERVIÇO CONSULAR: | |
| Fixa | 11.944:500\$000. |
| Variavel | 3.511:530\$000 |
| 4ª — COMPROMISSOS INTERNACIONAES: | |
| Fixa | 1.657:400\$000 |
| Variavel | 2.732:370\$000 |
| 5ª AJUDAS DE CUSTO: | |
| Variavel | 2.000:000\$000 |
| 6ª — EVENTUAES: | |
| Variavel | 1.390:000\$000 |
| 7ª — DISPONIBILIDADE: | |
| Variavel | 150:000\$000 |
| 8ª — RECEPÇÕES OFFICIAES: | |
| Variavel | 200:000\$000 |
| 9ª — CONSELHO FEDERAL DE COMMERCIO EXTERIOR: | |
| Variavel | 120:000\$000 |
| 10ª — CONDUCÇÃO: | |
| Variavel | 20:000\$000 |

ORÇAMENTO DO MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA

Annexo n. 3

| Verbas | Total |
|-----------------------------------|-----------------|
| 1ª — SECRETARIA DE ESTADO: | |
| Fixa | 4.650:898\$000 |
| Variavel | 29.758:838\$000 |

| Verbas | Total |
|---|-----------------|
| 2ª — INSTITUTOS DE ENSINO: | |
| Fixa | 11:187:208\$000 |
| Variavel | 2.453:067\$000 |
| 3ª — UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO: | |
| Fixa | 9.728:450\$000 |
| Variavel | 1.383:516\$000 |
| 4ª — UNIVERSIDADE TECHNICA FEDERAL: | |
| Fixa | 2.355:237\$000 |
| Variavel | 745:548\$000 |
| 5ª — SUPERINTENDENCIA DO ENSINO INDUSTRIAL: | |
| Fixa | 3.792:197\$000 |
| Variavel | 1.421:600\$000 |
| 6ª — MUSEU HISTORICO: | |
| Fixa | 226:800\$000 |
| Variavel | 88:600\$000 |
| 7ª — CASA DE RUY BARBOSA: | |
| Fixa | 58:800\$000 |
| Variavel | 47:600\$000 |
| 8ª — MUSEU NACIONAL: | |
| Fixa | 747:012\$000 |
| Variavel | 251:200\$000 |
| 9ª — OBSERVATORIO NACIONAL: | |
| Fixa | 353:664\$000 |
| Variavel | 234:080\$000 |
| 10ª — BIBLIOTECHEA NACIONAL: | |
| Fixa | 707:400\$000 |
| Variavel | 274:400\$000 |
| 11ª — DIRECTORIA DA DEFESA SANITARIA INTERNACIONAL E DA CAPITAL DA REPUBLICA: | |
| Fixa | 14.556:924\$000 |
| Variavel | 4.892:029\$000 |

| Verbas | Total |
|--|-----------------|
| 12ª — DIRECTORIA DE SERVIÇOS SANITÁRIOS NOS ESTADOS: | |
| Fixa | 105:600\$000 |
| Variavel | 182:120\$000 |
| 13ª — DIRECTORIA DE PROTECÇÃO Á MATERNIDADE E Á INFANCIA: | |
| Fixa | 786:920\$000 |
| Variavel | 979:690\$000 |
| Para ser applicado de accôrdo com a legislação a ser votada | 14.033:390\$000 |
| 14ª — DIRECTORIA DE ASSISTENCIA HOSPITALAR: | |
| Fixa | 1.617:296\$000 |
| Variavel | 4.832:816\$000 |
| 15ª — DIRECTORIA DE ASSISTENCIA A PSYCHOPATHAS E PROPHYLAXIA MENTAL: | |
| Fixa | 2.513:397\$500 |
| Variavel | 5.104:711\$000 |
| 16ª — SERVIÇO DE INSPECÇÃO DO ENSINO: | |
| Fixa | 391:200\$000 |
| Variavel | 7.172:360\$000 |
| 17ª — INSTITUTO OSWALDO CRUZ: | |
| Variavel | 1.604:080\$000 |
| 18ª — INSPECTORIA DE AGUAS E ESGOTOS: | |
| Fixa | 2.813:930\$000 |
| Variavel | 16.872:695\$400 |
| 19ª — OBRAS: | |
| Variavel | 1.760:000\$000 |
| 20ª — PESSOAL EM DISPONIBILIDADE: | |
| Variavel | 150:000\$000 |
| 21ª — SUBVENÇÕES: | |
| Variavel | 8.618:650\$500 |

| Verbas | Total |
|---|--------------|
| 22ª — GRATIFICAÇÕES ADICIONALES: | |
| Fixa | 510:269\$775 |
| 23ª — EVENTUAES: | |
| Variavel | 120:000\$000 |
| 24ª — CONDUÇÃO: | |
| Variavel | 20:000\$000 |

ORÇAMENTO DO MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO

Anexo n. 6

| Verbas | Total |
|--|----------------|
| 1ª — SECRETARIA DE ESTADO: | |
| Fixa | 1.588:800\$000 |
| Variavel | 548:300\$000 |
| 2ª — DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRABALHO: | |
| Fixa | 1.021:800\$000 |
| Variavel | 2.591:630\$000 |
| 3ª — DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRO- PRIEDADE INDUSTRIAL: | |
| Fixa | 703:200\$000 |
| Variavel | 217:000\$000 |
| 4ª — DEPARTAMENTO NACIONAL DA IN- DUSTRIA E COMMERCIO: | |
| Fixa | 756:000\$000 |
| Variavel | 482:430\$000 |
| 5ª — DEPARTAMENTO NACIONAL DO PO- VOAMENTO: | |
| Fixa | 938:980\$000 |
| Variavel | 891:615\$000 |
| 6ª — DEPARTAMENTO DE ESTATISTICA E PUBLICIDADE: | |
| Fixa | 608:880\$000 |
| Variavel | 444:750\$000 |

| Verbas | Total |
|---|----------------|
| 7ª — CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO: | |
| Fixa | 1.307:400\$000 |
| Variavel | 94:300\$000 |
| 8ª — DEPARTAMENTO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO: | |
| Fixa | 790:920\$000 |
| Variavel | 153:260\$000 |
| 9ª — INSPECTORIAS REGIONAES: | |
| Fixa | 1.425:600\$000 |
| Variavel | 1.500:600\$000 |
| 10ª — INSTITUTO NACIONAL DE TECHNOLOGIA: | |
| Fixa | 520:800\$000 |
| Variavel | 910:370\$000 |
| 11ª — SUBVENÇÕES E AUXÍLIOS: | |
| Variavel | 2.470:172\$000 |
| 12ª — DISPONIBILIDADE: | |
| Variavel | 9:920\$000 |
| 13ª — EVENTUAES: | |
| Variavel | 120:000\$000 |
| 14ª — CONDUÇÃO: | |
| Variavel | 20:000\$000 |

ORÇAMENTO DO MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

Annexo n. 7

| Verbas | Total |
|----------------------------|----------------|
| 1ª — SECRETARIA DE ESTADO: | |
| Fixa | 1.369:440\$000 |
| Variavel | 607:392\$000 |
| Leis de 1935 | 16 |

| Verbas | Total |
|--|------------------|
| 2ª — CORREIOS E TELEGRAPHOS: | |
| Fixa | 68.353:776\$000 |
| Variavel | 80.901:542\$200 |
| 3ª — ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL: | |
| Fixa | 41.860:280\$000 |
| Variavel | 140.896:797\$200 |
| 4ª — ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL: | |
| Fixa | 5.662:200\$000 |
| Variavel | 21.720:174\$400 |
| 5ª — RÊDE DE VIAÇÃO CEARENSE: | |
| Fixa | 2.586:600\$000 |
| Variavel | 6.999:000\$000 |
| 6ª — INSPECTORIA FEDERAL DAS ESTRADAS: | |
| Fixa | 6.253:460\$000 |
| Variavel | 23.540:100\$000 |
| 7ª — DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E NAVEGAÇÃO: | |
| Fixa | 5.295:300\$000 |
| Variavel | 19.985:000\$000 |
| 8ª — DEFESA CONTRA OS EFEITOS DAS SECCAS NOS ESTADOS DO NORTE: | |
| Fixa | 1:204:560\$000 |
| Variavel | 61.995:440\$000 |
| 9ª — DEPARTAMENTO DE AERONAUTICA CIVIL: | |
| Fixa | 2.905:800\$000 |
| Variavel | 830:000\$000 |
| 10ª — COMMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM FEDERAES: | |
| Variavel | 16.000:000\$000 |

| Verbas | Total |
|--|------------------|
| 11ª — INSPECTORIA GERAL DE ILLUMINAÇÃO: | |
| Fixa | 602:400\$000 |
| Variavel | 26.616:120\$000 |
| 12ª — SUBVENÇÕES: | |
| Variavel | 33.668:880\$000 |
| 13ª — VENCIMENTOS DE CARGOS EXTINCTOS E DIFFERENÇAS DE VENCIMENTOS: | |
| Variavel | 1.300:000\$000 |
| 14ª — CONSTRUÇÕES, MELHORAMENTOS E APPARELHAMENTOS: | |
| Variavel | 116.286:686\$380 |
| 15ª — DESPESAS GERAES: | |
| Variavel | 104:000\$000 |

ORÇAMENTO DO MINISTERIO DA MARINHA

Annexo n. 8

| Verbas | Total |
|------------------------------------|--------------|
| 1ª — SECRETARIA DE ESTADO: | |
| Fixa | 681:654\$000 |
| Variavel | 602:000\$000 |
| 2ª — ALMIRANTADO: | |
| Fixa | 9:000\$000 |
| Variavel | 600\$000 |
| 3ª — ESTADO MAIOR: | |
| Fixa | 168:390\$000 |
| Variavel | 729:068\$000 |
| 4ª — DIRECTORIA DO PESSOAL: | |
| Fixa | 60:000\$000 |
| Variavel | 2:400\$000 |

| Verbas | Totacs |
|---|----------------|
| 5ª — DIRECTORIA DA MARINHA MERCANTE: | |
| Fixa | 1.415:932\$000 |
| Variavel | 440:040\$000 |
| 6ª — DIRECTORIA DE AERONAUTICA: | |
| Fixa | 939:380\$000 |
| Variavel | 4.300:000\$000 |
| 7ª — DIRECTORIA DE NAVEGAÇÃO: | |
| Fixa | 1.607:010\$000 |
| Variavel | 2.500:000\$000 |
| 8ª — DIRECTORIA DE FAZENDA: | |
| Fixa | 329:360\$000 |
| Variavel | 6.616:000\$000 |
| 9ª — DIRECTORIA DE ENGENHARIA NAVAL: | |
| Fixa | 50:280\$000 |
| Variavel | 3:800\$000 |
| 10ª — DIRECTORIA DE SAUDE: | |
| Fixa | 371:910\$000 |
| Variavel | 690:000\$000 |
| 11ª — DIRECTORIA DO ENSINO: | |
| Fixa | 607:640\$000 |
| Variavel | 39:600\$000 |
| 12ª — BIBLIOTHECA DA MARINHA: | |
| Fixa | 36:000\$000 |
| Variavel | 5:200\$000 |
| 13ª — ARCHIVO DA MARINHA: | |
| Fixa | 46:200\$000 |
| Variavel | 5:000\$000 |
| 14ª — JUSTIÇA MILITAR: | |
| Fixa | 163:480\$000 |
| Variavel | 600\$000 |

| Verbas | Totacs |
|---|-----------------|
| 15ª — ESCOLA DE GUERRA NAVAL: | |
| Fixa | 168:192\$000 |
| Variavel | 2:200\$000 |
| 16ª — ESCOLA NAVAL: | |
| Fixa | 1.429:022\$000 |
| Variavel | 147:500\$000 |
| 17ª — ARSENAES: | |
| Fixa | 7.283:569\$000 |
| Variavel | 533:050\$000 |
| 18ª — DIRECTORIA DO ARMAMENTO: | |
| Fixa | 2.187:913\$000 |
| Variavel | 82:760\$000 |
| 19ª — IMPRENSA NAVAL: | |
| Fixa | 564:000\$000 |
| Variavel | 665:000\$000 |
| 20ª — FORÇA NAVAL: | |
| Fixa | 51.313:812\$000 |
| Variavel | 25.546:000\$000 |
| 21ª — CLASSES INACTIVAS: | |
| Variavel | 20.000:000\$000 |
| 22ª — MUNIÇÕES DE BOCCA: | |
| Variavel | 21.000:000\$000 |
| 23ª — EVENTUAES, PESSOAL EXTRAORDINARIO E CONTRACTADOS: | |
| Variavel | 4.141:680\$000 |
| 24ª — MATERIAL: | |
| Variavel | 15.400:000\$000 |
| 25ª — NOVOS ARSENAES E BASE DE AVIAÇÃO: | |
| Variavel | 19.000:000\$000 |

| Verbas | Total |
|---------------------------------|-----------------|
| 26ª — SUBVENÇÕES: | |
| Fixa | 140:000\$000 |
| 27ª — RENOVACÃO DA ESQUADRA: | |
| Variavel | 48.000:000\$000 |
| 28ª — COMISSÕES NO ESTRANGEIRO: | |
| Variavel,..... | 1.700:000\$000 |
| 29ª — AJUDAS DE CUSTO: | |
| Variavel | 1.000:000\$000 |
| 30ª — CONDUÇÃO: | |
| Variavel | 20:000\$000 |
| 31ª — VIAGEM DE INSTRUÇÃO: | |
| Variavel | 1.500:000\$000 |

ORÇAMENTO DO MINISTERIO DA GUERRA

Annexo n. 9

| Verbas | Totaes |
|--------------------------------|----------------|
| 1ª — ADMINISTRAÇÃO CENTRAL: | |
| Fixa | 5.507:143\$000 |
| Variavel | 1.064:800\$000 |
| 2ª — JUSTIÇA MILITAR: | |
| Fixa | 1.815:412\$000 |
| Variavel | 263:950\$000 |
| 3ª — ESTADO-MAIOR DO EXERCITO: | |
| Fixa | 951:190\$000 |
| Variavel | 3.084:840\$000 |
| 4ª — INSTRUÇÃO MILITAR: | |
| Fixa | 5.750:011\$000 |
| Variavel | 5.226:400\$000 |

| Verbas | Totaes |
|---|------------------|
| 5ª — SERVIÇO DE MATERIAL BELLIGO: | |
| Fixa | 5.927:294\$500 |
| Variavel | 46.896:799\$700 |
| 6ª — SERVIÇO DE ENGENHARIA: | |
| Fixa | 127:979\$000 |
| Variavel | 9.432:655\$000 |
| 7ª — SERVIÇO DE AVIAÇÃO: | |
| Fixa | 67:440\$000 |
| Variavel | 20.225:300\$000 |
| 8ª — SERVIÇO DE INTENDENCIA: | |
| Fixa | 3.030:958\$500 |
| Variavel | 50.277:700\$000 |
| 9ª — SERVIÇO DE SAUDE: | |
| Fixa | 2.221:184\$000 |
| Variavel | 2.403:200\$000 |
| 10ª — SERVIÇO DE VETERINARIA: | |
| Variavel | 827:900\$000 |
| 11ª — SERVIÇO DE REMONTA: | |
| Variavel | 2.155:400\$000 |
| 12ª — DEFESA DE COSTA: | |
| Fixa | 290:290\$000 |
| Variavel | 2:760\$000 |
| 13ª — SOLDOS E GRATIFICAÇÕES DE OFFICIAES: | |
| Fixa | 92.460:200\$000 |
| Variavel | 5.452:000\$000 |
| 14ª — SOLDOS, ETAPAS E GRATIFICAÇÕES DE PRAÇAS: | |
| Fixa | 151.649:279\$000 |
| Variavel | 9.789:557\$000 |
| 15ª — CLASSES INACTIVAS: | |
| Variavel | 38.322:883\$800 |

| Verbas | Total |
|---|----------------|
| 16ª — AJUDAS DE CUSTO E TRANSPORTE: | |
| Variavel | 4.900:000\$000 |
| 17ª — EMPREGADOS ADDIDOS: | |
| Variavel | 56:831\$000 |
| 18ª — DESPESAS EVENTUAES: | |
| Variavel | 1.000:000\$000 |
| 19ª — COMMISSÃO EM PAIZ ESTRAN- GEIRO: | |
| Variavel | 4.000:000\$000 |
| 20ª — CONDUCCÃO: | |
| Variavel | 20:000\$000 |

ORÇAMENTO DO MINISTERIO DA AGRI- CULTURA

Annexo n. 10

| Verbas | Totaes |
|---|-----------------|
| 1ª — SECRETARIA DE ESTADO: | |
| Fixa | 1.255:680\$000 |
| Variavel | 873:760\$000 |
| 2ª — DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRO- DUCÇÃO MINERAL: | |
| Fixa | 2.986:800\$000 |
| Variavel | 5.073:000\$000 |
| 3ª — DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRO- DUCÇÃO VEGETAL: | |
| Fixa | 9.933:000\$000 |
| Variavel | 36.312:600\$000 |
| 4ª — DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRO- DUCÇÃO ANIMAL: | |
| Fixa | 9.196:800\$000 |
| Variavel | 8.055:700\$000 |

| Verbas | Total |
|--|----------------|
| 5ª — DIRECTORIA DA ESTATISTICA DA PRODUÇÃO: | |
| Fixa | 699:480\$000 |
| Variavel | 861:800\$000 |
| 6ª — DIRECTORIA DE ORGANIZAÇÃO E DEFESA DA PRODUÇÃO: | |
| Fixa | 407:880\$000 |
| Variavel | 549:200\$000 |
| 7ª — SUBVENÇÕES E AUXÍLIOS: | |
| Variavel | 8.050:000\$000 |
| 8ª — PESSOAL CONTRACTADO: | |
| Variavel | 300:000\$000 |
| 9ª — EMPREGADOS ADDIDOS E EM DISPONIBILIDADE: | |
| Variavel | 500:000\$000 |
| 10ª — OBRAS: | |
| Variavel | 1.500:000\$000 |
| 11ª — INDEMNIZAÇÃO POR ACCIDENTES DE TRABALHO: | |
| Variavel | 50:000\$000 |
| 12ª — EVENTUAES: | |
| Variavel | 240:000\$000 |
| 13ª — GRATIFICAÇÕES ADDICIONAES: | |
| Fixa | 26:160\$000 |
| 14ª — CONDUÇÃO: | |
| Variavel | 20:000\$000 |

LEI N. 116 — DE 13 DE NOVEMBRO DE 1935

Abre o credito especial de 730\$000, pelo Ministerio da Guerra, para pagamento da differença de vencimentos ao carpinteiro do "stand" do Tiro Nacional

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a abrir o credito especial de 730\$000 (setecentos e trinta mil réis), pelo Ministerio da Guerra, para pagamento da differença de vencimentos a que tem direito o carpinteiro do "stand" do Tiro Nacional de accordo com o decreto n. 24.356, de 7 de junho de 1934.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

LEI N. 117 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1935

Providencia sobre a exportação de orchidéas

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo unico. O Ministerio da Agricultura mandará fazer, com urgencia, um estudo sobre a exportação para o estrangeiro das plantas orchidaceas, afim de propor á Camara dos Deputados, na sessão de 1936, um projecto de lei contendo medidas que regulem a referida exportação e evitem a devastação, que está sendo feita, com grandes prejuizos para o paiz; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

LEI N. 118 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1935

Organiza o Serviço de Enfermagem da Directoria Nacional de Saude e Assistencia Medico Social

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O Serviço de Enfermagem da Directoria Nacional de Saude e Assistencia Medico Social fica assim organizado:

| | Gratificação | |
|---|----------------------|--------------|
| 1 superintendente geral..... | 24:000\$000 | 24:000\$000 |
| 1 directora de Divisão de Enfermeiras de Saude Publica..... | 13:680\$000 | 13:680\$000 |
| 12 enfermeiras chefes..... | 12:360\$000 | 148:320\$000 |
| 58 enfermeiras de Saude Publica..... | 8:400\$000 | 487:200\$000 |
| 60 enfermeiras adjuntas..... | 6:000\$000 | 360:000\$000 |
| 1 secretaria stenographa..... | 12:000\$000 | 12:000\$000 |
| 4 dactylographas..... | 7:200\$000 | 28:800\$000 |
| 1 archivista..... | 7:200\$000 | 7:200\$000 |
| 1 continuo..... | 4:800\$000 | 4:800\$000 |
| 1 desinfector..... | 3:600\$000 | 3:600\$000 |
| 2 serventes de 1ª classe..... | 3:600\$000 | 7:200\$000 |
| | <hr/> 1.096:800\$000 | |

Art. 2.º As despesas decorrentes da criação dos cinco logares de enfermeiras chefes e sessenta de enfermeiras adjuntas na importancia de 421:800\$000 (quatrocentos e vinte e um contos e oitocentos mil réis) annuaes serão custeadas pelas dotações orçamentarias relativas aos cargos abaixo discriminados que ficam desde já extinctos:

| | |
|---|-------------|
| Director de Contabilidade da Secretaria Geral do extinto Departamento Nacional de Saude Publica..... | 36:000\$000 |
| Secretario da Directoria da Defesa Sanitaria (gratificação)..... | 4:800\$000 |
| Microscopista da Secção de Microscopia do Laboratorio Bromatologico..... | 7:920\$000 |
| Chimico ensaiador do Laboratorio Bromatologico..... | 14:260\$000 |
| Encarregado de secção da Inspectoria dos Serviços de Prophylaxia..... | 8:100\$000 |
| 2 auxiliares de escripta do Serviço de Saneamento Rural no Districto Federal, a réis 4:800\$000 | 9:600\$000 |
| 1 auxiliar de escripta..... | 4:800\$000 |

| | |
|---|-------------|
| 2 chefes de turma da Inspectoria dos Serviços de Prophylaxia, a 7:200\$000..... | 14:400\$000 |
| Chefe de turma do Lazareto da Ilha Grande... | 6:000\$000 |
| Piel de deposito do Centro de Saude de Inhauma. | 5:780\$000 |
| Mestre da Sub-Inspectoria Sanitaria do Porto de Maceió..... | 5:840\$000 |
| 1 machinista ou motorista de porto de Estado | 5:840\$000 |
| 2 foguistas mensalistas da Inspectoria da Marinha Mercante e dos Portos, a 4:210\$000.. | 8:420\$000 |
| Foguista mensalista da Inspectoria da Marinha Mercante e dos Portos..... | 4:210\$000 |
| Marinheiro de 2ª classe da Inspectoria Sanitaria de Porto Murtinho..... | 2:920\$000 |
| Marinheiro da Inspectoria da Marinha Mercante e dos Portos..... | 3:720\$000 |
| 3 guardas desinfectadores de 1ª classe da Inspectoria dos Serviços de Prophylaxia, a 5:390\$000 | 16:170\$000 |
| 7 guardas desinfectadores de 2ª classe da Inspectoria dos Serviços de Prophylaxia, a 4:390\$000 | 30:730\$000 |
| 10 desinfectadores da Inspectoria dos Serviços de Prophylaxia a 3:600\$000..... | 36:000\$000 |
| Desinfector da Inspectoria de Prophylaxia da Tuberculose..... | 3:600\$000 |
| Guarda portão da Inspectoria dos Serviços de Prophylaxia..... | 2:900\$000 |
| Forteiro auxiliar da Inspectoria dos Serviços de Prophylaxia..... | 5:060\$000 |
| Continuo da Secretaria Geral do extinto Departamento Nacional de Saude Publica... | 7:200\$000 |
| Servente de 1ª classe da Secretaria Geral do extinto Departamento Nacional de Saude Publica..... | 3:600\$000 |
| Servente de 1ª classe da Secretaria Geral do extinto Departamento Nacional de Saude Publica..... | 3:600\$000 |
| Servente de 2ª classe da Inspectoria de Fiscalização do Exercício Profissional..... | 3:130\$000 |
| 11 serventes de 2ª classe da Inspectoria dos Serviços de Prophylaxia a 3:130\$000..... | 34:430\$000 |
| 2 serventes de 2ª classe da Inspectoria de Prophylaxia da Lepra e das Doenças Venereas, a 3:130\$000..... | 6:260\$000 |
| Servente de 2ª classe do Laboratorio Bromatologico..... | 3:130\$000 |
| 2 serventes do Lazareto da Ilha Grande, a 3:600\$000..... | 7:200\$000 |
| Servente da Inspectoria de Prophylaxia da Tuberculose..... | 3:600\$000 |
| 2 trabalhadores do Serviço de Saneamento Rural no Districto Federal, a 3:210\$000..... | 6:420\$000 |

| | |
|---|--------------|
| Vigia da Inspectoria dos Serviços de Prophylaxia..... | 3:600\$000 |
| 1 inspector dos Serviços de Prophylaxia..... | 28:800\$000 |
| 2 chefes de turma da Inspectoria dos Serviços de Prophylaxia, a 7:200\$000..... | 14:400\$000 |
| 2 guardas desinfectadores de 1ª classe da mesma Inspectoria, a 5:390\$000..... | 10:780\$000 |
| 5 guardas desinfectadores de 2ª classe da mesma Inspectoria, a 4:390\$000..... | 21:950\$000 |
| 8 desinfectadores da referida Inspectoria, a 3:600\$000..... | 28:800\$000 |
| | <hr/> |
| | 423:970\$000 |

Art. 3.º O provimento dos cargos de enfermeiras chefes será feito mediante promoção de enfermeiras de saúde pública, pertencentes ao quadro do Serviço de Enfermagem, á razão de um por antiguidade e dous por merecimento.

Vetadas as expressões: "concorrendo a todas as promoções não sómente as enfermeiras diplomadas pela primeira Escola Prática de Enfermagem da Saúde Pública, mas também as diplomadas pela Escola Dona Anna Nery".

Paragrapho unico. O mesmo criterio regerá a promoção das adjuntas de enfermeiras a enfermeiras de Saúde Pública.

Art. 4.º — Vetado.

Art. 5.º — Vetado.

Art. 6.º — Vetado.

Art. 7.º e seus paragraphos — Vetado.

Art. 8.º — Vetado.

Art. 9.º — Vetado.

Art. 10.º — Vetado.

Art. 11.º — Vetado.

Art. 12.º — Vetado.

Art. 13.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1935, 114.º da Independencia e 48.º da Republica.

CETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

LEI N. 119 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1935

Regula a distribuição de subvenções a Instituições de Assistência, Educação e Cultura.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º A distribuição dos creditos orçamentarios ou adicionais e do producto de quaesquer contribuições e taxas destinadas a auxilios ou subvenção a instituições, cuja finalidade esteja comprehendida entre os assumptos que se relacionem com a hygiene, educação e culutra, assistencia hospitalar e actividades correlatas, obedecerá aos preceitos da presente lei.

Art. 2.º Só poderão ser contempladas instituições que se destinem a amparar os desvalidos ou enfermos, a maternidade e a infancia, estimular a educação eugenica, soccorrer as familias de prole numerosa, proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono physico, moral e intellectual (art. 138, lettras *a* a *e* da Constituição Federal), animar o desenvolvimento das sciencias, das artes, das lettras e da cultura em geral, proteger os objectos de interesse historico e o patrimonio artistico do Paiz e bem assim prestar assistencia ao trabalhador intellectual (art. 148, da Constituição), aos sem trabalho, e incorporar o selvicola á communhão nacional (art. 5º, XIX, letra *m*).

Paraphrapho unico. Não serão concedidos auxilios a instituições que limitarem os seus beneficios ao numero restricto dos seus associados.

Art. 3.º As instituições interessadas solicitarão no primeiro trimestre de cada anno, em requerimento sellado subscripto por seu representante legal, e dirigido ao ministro da Educação e Saude Publica, o auxilio de que carecem, provando com documentos habeis:

1º, que se acham legalmente constituídas com personalidade juridica e com funcionamento permanente ha mais de um anno;

2º, que o seu fim se enquadra em um dos casos previstos no art. 2º;

3º, que não recebem outra qualquer subvenção ou auxilio da União, nem dispõem de recursos proprios sufficientes para o custeio das suas despesas e desenvolvimento dos seus serviços;

4º, que prestam serviços gratuitos, segundo os fins a que se destinam, indicando o numero de beneficiados durante o ultimo anno.

§ 1.º Além dos documentos acima indicados, deverão as instituições juntar aos respectivos requerimentos: estatutos, relatorios, regulamentos, balancetes relativos ao ultimo semestre de sua actividade e outros quaesquer elementos que comprovem funcionamento regular e util, inclusive attestados das autoridades judicarias e administrativas, a cuja jurisdicção ou fiscalização estejam directamente subordinadas.

§ 2.º Em se tratando de instituições de protecção a menores, provarão também qual o numero de acolhidos no semestre anterior, por solicitação da autoridade judiciaria competente, e os serviços prestados á assistencia official.

§ 3. As instituições de ensino de qualquer gráo e ramo, provarão mais: matricula, frequencia, aproveitamento do pessoal discente, idoneidade do pessoal docente, annexando exemplares dos programmas, quadros de movimento de todas as suas dependencias e outros quaesquer elementos demonstrativos da eficiencia e normalidade dos seus trabalhos.

§ 4.º Além dos documentos acima indicados, tratando-se de hospital ou de maternidade, deverá ser apresentado um relatório correspondente ao anno anterior do qual constarão: numero de leitos occupados, enfermarias, clinicas e demais elementos de aparelhamento. Tratando-se de ambulatorio e dispensario, o relatório deverá mencionar: a organização e assistencia das clinicas e o respectivo movimento.

§ 5.º Quanto aos museus, o relatório deverá indicar numero e natureza das colleções, estudos realizados, permutas de material e trabalhos publicados.

§ 6.º As provas exigidas pelos numeros 1, 3, e 4 podem consistir em attestados, com firmas reconhecidas, de autoridades judiciarias ou administrativas da comarca ou municipio em que tiver séde a instituição, sendo necessario que, para validade desses attestados, taes autoridades não façam parte da directoria da instituição interessada.

§ 7.º Os relatórios a que se referem os paragraphos 4º e 5º deverão ser visados pelo fiscal competente, ou na sua falta, e successivamente, por autoridade judiciaria ou administrativa da comarca ou municipio, em que tiver séde a instituição.

Art. 4.º Sómente para percepção do primeiro auxilio são exigidas as provas a que se referem os ns. 1, 2, 3 e 4 do artigo anterior, bastando, para os demais, as dos ns. 3 e 4 e seus paragraphos.

Art. 5.º Um conselho nomeado pelo Presidente da Republica e composto de cinco pessoas notoriamente competentes devotadas ás questões de assistencia social, do director de Saude e Assistencia Medico Social, do director de Assistencia Hospitalar, da Directoria Geral de Educação, do director geral de Protecção á Maternidade e á Infancia, do juiz de Menores do Districto Federal, do Director Geral de Contabilidade do Ministerio da Educação, e de um delegado de cada um dos Ministerios da Justiça, Agricultura e Trabalho, examinará os processos e emitirá parecer sobre as instituições a serem beneficiadas, indicando, por ordem alphabetica, o nome da instituição, natureza dos seus serviços, Estado e localidade onde tem sua séde, importancia do auxilio requerido e do que deva ser concedido, fundamentando sempre as conclusões e considerando a extensão e importancia social dos beneficios prestados pelas instituições e a sua collaboraçã com a assistencia official, de modo a que o auxilio ou a subvenção seja proporcional a esses beneficios.

§ 1.º O Conselho poderá subdividir-se em commissões, para mais facil exame dos processos.

§ 2.º Haverá na Capital de cada Estado, no Districto Federal e no Territorio do Acre, uma commissão especial de assistencia nomeada pelo Presidente da Republica e composta

de cinco membros, cabendo-lhe o exame preliminar dos processos de pedidos de auxilio ou prestação de contas, bem como outras attribuições que forem determinadas em regulamento e não offenderem dispositivos desta lei. Emittedo o parecer, a Comissão encaminhará os processos ao Conselho, por intermedio do Ministerio da Educação.

Art. 6.º Tomando conhecimento do parecer do Conselho, o Ministro da Educação organizará a relação definitiva da distribuição dos auxilios, para approvação do Presidente da Republica, que a remetterá á Camara dos Deputados até 30 de junho de cada anno, com o quadro de pedidos examinados pelo Conselho.

Paragrapho unico. Os processos de habilitação serão enviados á Camara dos Deputados, sempre que forem requisitados pela Comissão competente para opinar a respeito.

Art. 7.º A proposta do Governo abrangerá as instituições que, em virtude de contracto ou lei anterior, tenham direito a percepção do auxilio, mencionando, explicitamente, a natureza desses compromissos e os actos que os determinarem.

Paragrapho unico. As fundações que pelos seus representantes legais tenham assignado contractos ou accordos com o Governo para prestação de serviços especiaes ou technicos, poderão receber, além da subvenção que lhes for concedida, a quantia estipulada para o cumprimento dos ditos contractos ou accordos.

Art. 8.º O Poder Executivo só ordenará pagamento a instituições que se achem habilitadas nos termos da presente lei.

Art. 9.º Os pagamentos das subvenções serão feitos em duas prestações semestraes.

Art. 10. No seu pedido de pagamento, a instituição declarará se este deverá ser feito directamente pelo Thesouro, ou pela Delegacia Fiscal do Estado em que tiver séde.

Art. 11. As instituições que em qualquer tempo já tiverem obtido auxilio deverão juntar ao novo pedido os comprovantes da applicação do auxilio anterior.

§ 1.º O pagamento do novo auxilio só poderá ser feito depois de approvadas as contas dessa applicação.

§ 2.º Se, dentro de tres mezes da apresentação, não tiverem sido approvadas as ditas contas, serão estas consideradas boas para todos os effeitos.

Art. 12. Na distribuição dos auxilios e subvenções, dois terços, pelo menos, da sua importancia total caberão a instituições particulares de natureza das indicadas no art. 2.º, e nas condições estabelecidas pelo art. 3.º podendo o restante ser applicado ás associações civis que se encarreguem de serviços officiaes de assistencia e cultura.

Art. 13. O Ministerio da Educação e Saude Publica, tendo em vista o parecer do Conselho, a que se refere o art. 5.º, e a natureza da instituição beneficiada, fixará annualmente, de accordo com esta, o numero de vagas que devem ser postas á disposição das autoridades judicarias ou administrativas encarregadas dos serviços de assistencia social, devendo ser para isso levadas em conta a importancia da subvenção concedida e a capacidade do estabelecimento.

Art. 14. Não será permittido, com os recurso da subvenção federal, o pagamento do pessoal superior da administração do estabelecimento e das despesas feitas com a aquisição

ção de propriedades, apolices, acções, títulos, gratificações, representações, festas e homenagens.

Paragrapho unico. Poderão, entretanto, taes recursos ser dispendidos em ampliação ou aquisição de immoveis e material, desde que visem augmentar o numero de beneficiados ou a efficiencia dos serviços prestados pela instituição.

Art. 15. Na regulamentação da presente lei, o Poder Executivo estabelecerá as normas de fiscalização julgadas necessarias á concessão dos auxilios e seu emprego, bem como as relativas ao processo de pagamento dos mesmos subsistindo, até então, em vigor, as actuaes disposições legais, regulamentos e instrucções referentes á materia, no em que não contrariarem esta lei.

§ 1.º A falta de inspecção, desde que se não verifique por culpa da instituição beneficiada, não será causa para que se lhe não conceda ou pague a subvenção.

§ 2.º As despesas com a fiscalização não podem exceder, annualmente, a quantia de 100:000\$000.

Art. 16. Os saldos porventura verificados no fim do exercicio serão transferidos e incorporados ao exercicio seguinte (art. 186 da Constituição Federal).

Art. 17. Serão incluídos, na distribuição a ser procedida em 1936, os saldos da Caixa de Subvenções, as rendas da taxa sobre embarcações e das quotas de loteria não applicadas até o exercicio de 1935.

Art. 18. A distribuição das subvenções e auxilios será feita em 1936, na forma da lei n. 53, de 18 de maio de 1935.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

LEI N. 120 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1935

Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito especial de 2.308:650\$000, ouro, para attender á restituição ao Governo do Estado de Alagoas, da taxa de 2%, ouro, arrecadada pela Alfandega de Maceió.

O Presiente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial correspondente a 2.308:650\$000, ouro, para attender á restituição ao Governo do Estado de Alagoas, de taxa de 2%, ouro, arrecadada pela Alfandega de Maceió, no periodo de 1910 a fevereiro de 1932, inclusive.

Paragrapho unico. A conversão em papel da importancia a que se refere este artigo será effectuada na base estabelecida pelo decreto n. 23.481, de 21 de novembro de 1933, para o antigo mil réis, ouro.

Art. 2.º Para occorrer ao pagamento de que trata o presente decreto, fica o Governo autorizado a emittir letras do Thesouro Nacional, a juros de 5% ao anno e resgataveis dentro do prazo de dois annos.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1935, 114 da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

LEI N. 121 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1935

Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito especial de 579:700\$000, para pagar ao pessoal da Directoria das Rendas Aduaneiras e da Fiscalização dos Impostos Internos nas Estradas de Rodagem.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministerio da Fazenda, o credito especial de quinhentos e setenta e nove contos e setecentos mil réis (579:700\$000), sendo trezentos e cincoenta (350:000\$000), para attender ao pagamento de gratificações legais devidas aos funcionarios comissionados na Directoria de Rendas Aduaneiras, e duzentos e vinte e nove contos (229:000\$000), para fazer face ás despesas com o serviço de fiscalização dos impostos internos nas estradas de rodagem de São Paulo e do Districto Federal, isto é, 194:700\$000 (cento e noventa e quatro contos e setecentos mil réis) para o pessoal do quadro fixado pelo decreto numero 24.058, de 1934, e 35:000\$000 (trinta e cinco contos), para material, gazolina, oleo, e pneumaticos. Os encargos da presente lei serão attendidos por conta dos saldos das verbas do Ministerio da Fazenda.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

LEI N. 122 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1935

Abre os creditos especiaes de 250:000\$000, para auxiliar a conclusão do monumento a Santos Dumont, e o de 309:000\$000 para auxilio ao monumento aos heroes da Laguna e Dourados

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito especial de quinhentos e cinquenta e nove contos (559:000\$000), sendo duzentos e cinquenta contos (250:000\$000) destinados á conclusão e inauguração, nesta Capital, do monumento a Santos Dumont e trezentos e nove contos (309:000\$000) para identico fim, do monumento aos Heroes da Laguna e Dourados.

Art. 2.º O Ministerio da Educação e Saude Publica mandará examinar os monumentos em execução e entrará em entendimento com as commissões executivas dos mesmos, para liquidação das contas respectivas e inauguração dos monumentos, dentro do limite de credito fixado no artigo anterior.

Art. 3.º A despesa constante da presente lei correrá pelo saldo das apolices de que trata o decreto n. 15.628, de 23 de agosto de 1922, feita a collocação pelo Banco do Brasil.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

Gustavo Capanema.

GETULIO VARGAS.

LEI N. 123 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1935

Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito supplementar de 5.600:000\$000, para pagamento da gratificação provisoria a que se refere o decreto n. 8, de 3 de agosto de 1934

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 5.600:000\$000 (cinco mil e seiscentos contos de réis), á sub-consignação n. 8, consignação I — Pessoal, da verba 2.º, Correios e Telegraphos, do referido ministerio na lei orçamentaria em vigor.

Paragrapho unico. As despesas para execução desta lei decorrerão pelas operações de credito a que se refere a citada lei orçamentaria (lei n. 5, de 12 de novembro de 1934, artigo 2°).

Art. 2.° Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1935, 114° da Independencia e 47° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

LEI N. 124 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1935

Fica aberto o credito de 29:229\$668, para occorrer ao pagamento a que tem direito Manoel Pessoa de Mello, secretario da Directoria Geral do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo unico. Fica aberto o credito de vinte e nove contos duzentos e vinte e nove mil e seiscentos e sessenta e oito réis (29:229\$668), para occorrer ao pagamento a que tem direito Manoel Pessoa de Mello, secretario da Directoria Geral do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, proveniente de differença de vencimentos, no periodo de 1 de janeiro de 1929 até 13 de julho de 1934, correndo a despesa por meio de uma operação de credito, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1935. 114° da Independencia e 47° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Henrique Aristides Guilhem.

LEI N. 125 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1935

Estabelece regras sobre a construcção de edificios publicos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.° Na construcção de edificios publicos se observarão as leis estaduais, e as posturas e deliberações municipaes, sobre as materias de competencia dos poderes locais, em vigor na localidade respectiva.

§ 1.º A Municipalidade dará a licença, o alinhamento e o nivelamento, quando necessários, depois de approvar os planos e projectos apresentados, independentemente de quaesquer emolumentos, taxas ou impostos.

§ 2.º Serão, em todo o caso, exigíveis os tributos devidos pelos contractantes, ou executores, de obras, ou serviços, relativamente ao exercicio de suas industrias ou profissões, se não decorrer de cargo, ou concessão de serviço publico, federal.

Art. 2.º O processo de licença para obras de edificios publicos será expedido com a maior presteza, tendo preferencia sobre quaesquer outros, pena de responsabilidade, civil e criminal, dos funcionarios culpados da demora, pelo damno causado ao poder publico interessado nas mesmas obras.

Art. 3.º Em caso de exigencia illegitima das autoridades administrativas, a União, ou o Estado, promoverá as medidas judiciais adequadas a annullal-a, ou excluir-lhe os effeitos.

Art. 4.º A infracção de postura, ou deliberação municipal sujeitará o administrador ou o contractante das obras, ou quem a houver determinado, ás multas estipuladas, sem prejuizo do embargo da obra, que só se fará, quando cabivel, por mandado judicial.

Art. 5.º Nenhum edificio publico de grandes proporções, será construido sem prévio concurso para escolha do projecto respectivo.

No concurso tomarão parte sómente profissionaes habilitados legalmente.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Riode Janeiro, 3 de dezembro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rdo.

Arthur de Souza Costa.

Marques dos Reis.

José Carlos de Macedo Soares.

João Gomes Ribeiro Filho.

Henrique Aristides Guilhem.

Odilon Braga.

Gustavo Capanema.

Agamemnon Magalhães.

LEI N. 126 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1935

Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito especial de 58:447\$500, para pagamento de diarias de alimentação aos mestres, motoristas e machinistas das embarcações da Inspectoria da Policia Maritima e Aérea do Districto Federal.

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica autorizado o Poder Executivo a abrir, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial na importancia de 58:447\$500 (cincoenta e oito contos quatrocentos e quarenta e sete mil e quinhentos réis), para attender ao pagamento das diarias de alimentação, na razão de 3\$333 (tres mil trezentos e trinta e tres réis), aos mestres, motoristas e machinistas das embarcações da Inspectoria da Policia Maritima e Aérea do Districto Federal, nos exercicios de 1932, 1933 e 1934, podendo o Governo realizar as operações de credito que julgar necessarias ao cumprimento desta lei.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

LEI N. 127 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1935

Abre o credito supplementar de 3.902:600\$000, para pagamento de subsidio de Senadores e Deputados e de material das Secretarias da Camara dos Deputados e do Senado Federal, no periodo de 4 de novembro a 31 de dezembro de 1935.

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministerio da Justiça, o credito de tres mil novecentos e dous contos o seiscentos mil réis (3.902:600\$000), para pagamento de subsidio aos Deputados e Senadores, e de material das Secretarias da Camara dos Deputados e do Senado Federal, supplementar ás verbas da lei n. 5, de 12 de novembro de 1934, assim discriminadas:

Art. 5º — Verba IV —
Camara dos Deputados

—Consignação I—Sub-
consignação, — sub-
sidio fixo

Subsidio variavel

2.565:000\$000

870:000\$000

3.435:000\$000

Art. 5º — Verba V — Se-
nado Federal — Sub-
sidio, ajuda de custo

| | | |
|--|--------------|----------------|
| e representação—Subsidio fixo de 21 Senadores | 182:700\$000 | |
| Subsidio variavel (diarias) | 60:900\$000 | 243:600\$000 |
| Somma (para subsidios) | | 3.678:600\$000 |
| Art. 5° — Verba V — Senado Federal — Consignação, Material — | | |
| II — de Consumo: | | |
| 2. Objectos de expediente | 5:000\$000 | |
| III — Despesas diversas: | | |
| 8. Despesas da Portaria | 5:000\$000 | |
| 9. Serviços extraordinarios da Secretaria | 5:000\$000 | |
| 10. Eventuaes | 10:000\$000 | |
| 12. Publicações na Imprensa Nacional. | 15:000\$000 | 40:000\$000 |
| Art. 5° — Verba IV — Camara dos Deputados— | | |
| Consignação, Material — Sub-consignação II — de consumo: | | |
| N. II — Objectos de expediente | 15:000\$000 | |
| N. VI — Força, luz, gaz e telephones | 20:000\$000 | |
| Sub-consignação III: | | |
| Despesas diversas: | | |
| N. IX — Eventuaes | 36:000\$000 | |
| N. XI — Serviços extraordinarias da Secretaria | 25:000\$000 | |
| N. XII — Impressão e publicação dos documentos parlamentares | 12:000\$000 | |
| N. XIII — Impressão e publicação dos debates na Imprensa Nacional | 76:000\$000 | 184:000\$000 |
| Somma (para material) | | |
| Somma global | | 3.902:600\$000 |

Art. 2.º Para o pagamento das despesas decorrentes do presente credito suplementar, o Governo fica autorizado a fazer as operações de credito que forem necessarias.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1935, 114.º da Independência e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rdo.

LEI N. 128 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1935

Dispõe sobre nova cunhagem de moedas divisionarias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1°. As moedas de prata, bronze de aluminio e nickel, que se cunharem a partir de 1° de janeiro de 1936, terão o valor, peso, diametro, titulo e composição constantes do quadro a que se refere o art. 2° desta lei.

Art. 2°. Fica o Poder Executivo autorizado a modificar opportunamente as inscrições dos cunhos das peças existentes e bem assim a escolher os modelos e gravuras creados por esta lei.

| Metal | Valor | Peso | Diametro | Titulo e composição | Tolerancia | |
|-------------------------------|--------|---------|-------------|---------------------|-------------------------|---------------------------|
| | | | | | Para mais ou para menos | |
| | | | | | No peso | No titulo e na composição |
| | Rs. | Grammas | Millimetros | Millesimos | Gramma | Millesimos |
| Prata..... | 5\$000 | 10,000 | 27,5 | 600 | 0,500 | 5 |
| Bronze de alu- minio | 2\$000 | 9,000 | 26,5 | 900 CU | 0,450 | 20 |
| | 1\$000 | 7,000 | 24,5 | 80 AL | 0,350 | 10 |
| | 500 | 5,000 | 22,5 | 20 ZN | 0,250 | 10 |
| Nickel..... | \$400 | 10,000 | 28 | 750 CU 250 NI | 0,200 | 10 |
| | \$300 | 8,000 | 25 | | 0,200 | |
| | \$200 | 6,000 | 23 | | 0,100 | |
| | \$100 | 4,500 | 20 | | 0,100 | |

Art. 3.º Fica o Poder Executivo autorizado a mandar cunhar moedas auxiliares e divisionarias, na importancia de cincoenta mil contos de réis (50.000:000\$000), sendo: vinte mil contos de réis (20.000:000\$000) em prata; vinte mil contos de réis (20.000:000\$000) em bronze de aluminio, e dez mil contos de réis (10.000:000\$000) em nickel, afim de substituir uma somma correspondente, do papel moeda ora em circulação.

Art. 4.º As cédulas trocadas pelas moedas referidas no artigo anterior serão recolhidas á Caixa de Amortização e incineradas.

Art. 5.º — Salvo mutuo consentimento entre as partes interessadas, o poder liberatorio das moedas mandadas cunhar por esta lei é o seguinte:

| | |
|----------------------|----------|
| 5\$000 até | 100\$000 |
| 2\$000 até | 50\$000 |
| 1\$000 até | 25\$000 |
| 500 até | 10\$000 |
| 400 até | 8\$000 |
| 300 até | 6\$000 |
| 200 até | 4\$000 |
| 100 até | 2\$000 |

Art. 6.º Para attender ás despesas de cunhagem do numerario de que trata a presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o necessario credito, ate o limite de 2.600:000\$000 (dois mil e seiscentos contos de réis), sendo 1.000:000\$000 (mil contos de réis) para material permanente; 1.400:000\$000 (mil e quatrocentos contos de réis), para material de consumo; e 200:000\$000 (duzentos contos de réis), para gratificação por serviços extraordinarios do pessoal.

Parapho unico — Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as operações de credito necessarias á execução da presente lei, no limite da importancia mencionada neste artigo.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

LEI N. 129 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1935

Autoriza o Poder Executivo a entrar em accordo com os credores norte-americanos para a liquidação das dividas commerciaes atrazadas

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a accordar com os credores norte-americanos ou seus representantes, a liquidação das dividas commerciaes em atrazo, prevista na clausula I da carta de 2 de fevereiro de 1935, que o embaixador do Brasil em Washington, dirigiu ao secretario de Estado dos Estados Unidos da America e que acompanha o Tratado de Commercio celebrado, na mesma data, entre o Brasil e aquella nação.

Art. 2.º O accordo não excederá de trinta milhões de dollars americanos e as suas condições não serão, para o Thezouro Nacional, mais onerosas do que as do accordo financeiro celebrado aos 27 de março de 1935, entre o Governo Brasileiro e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

LEI N. 130 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1935

Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito de 40.153:593\$900, suplementar ao orçamento vigente do Ministerio da Guerra

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o credito de quarenta mil cento e cincoenta e tres contos quinhentos e noventa e tres mil e novecentos réis (40.153:593\$900) suplementar ao orçamento vigente do Ministerio da Guerra, distribuidos na fórmula abaixo, pelas consignações seguintes:

Verba 2ª — Justiça Militar — Consignação Pessoal:

| | |
|----------------------------|--------------|
| 3. Vantagens a supplentes, | |
| etc..... | 200:000\$000 |

| | | |
|---|-----------------|-----------------|
| Verba 4* — Instrução Militar — Consignação Pessoal: | | |
| 19. Para pagamento, etc... | 500:000\$000 | |
| Consignação Material: | | |
| Material de consumo.. | 120:000\$000 | 620:000\$000 |
| Verba 6* — Serviço de Engenharia: | | |
| Material permanente... | 120:000\$000 | |
| Material de consumo... | 8:500\$000 | |
| Diversas despesas..... | 503:596\$600 | 632:096\$600 |
| Verba 8* — Serviço de Intendencia: | | |
| Material permanente... | 800:000\$000 | |
| Material de consumo.. | 7.450:000\$000 | |
| Diversas despesas..... | 50:000\$000 | 8.300:000\$000 |
| Verba 10* — Serviço de Veterinaria: | | |
| Consignação Material: | | |
| Material de consumo.. | 100:000\$000 | |
| Diversas despesas..... | 80:000\$000 | 180:000\$000 |
| Verba 13* — Soldos e gratificações de officiaes: | | |
| Consignação pessoal: | | |
| 1. Soldos e gratificações | 3.651:497\$300 | |
| 2. Para pagamento, etc.. | 1.000:000\$000 | |
| 4. Adicional, etc..... | 2.000:000\$000 | |
| 5. Para pagamento, etc... | 300:000\$000 | |
| 8. Para pagamento, etc... | 300:000\$000 | |
| 9. Para enterramentos, etc. | 100:000\$000 | |
| 10. Para pagamento, etc... | 500:000\$000 | 7.851:497\$300 |
| Verba 14* — Soldos, etapas e gratificações de praças: | | |
| Consignação Pessoal: | | |
| 1. Para attender, etc..... | 13.556:406\$200 | |
| 4. Etapas, etc..... | 200:000\$000 | |
| 9. Etapas, etc..... | 50:000\$000 | 13.806:406\$200 |
| Verba 15* — Classes inactivas: | | |
| Consignação pessoal: | | |
| 2. Etapas..... | 43:593\$800 | |
| 5. Pensões provisórias.... | 600:000\$000 | 643:593\$800 |

Verba 16ª — Ajudas de
custo e transporte:

| | | |
|-------------------------|----------------|----------------|
| Consignação pessoal.... | 3.000:000\$000 | |
| Consignação material... | 2.720:000\$000 | 5.720:000\$000 |

Verba 18ª — Despesas
eventuaes:

| | | |
|-------------------------|--------------|--------------|
| Consignação pessoal.... | 100:000\$000 | |
| Consignação material.. | 100:000\$000 | 200:000\$000 |

Verba 19ª — Commissão
em paiz estrangeiro:

| | | |
|--------------------------------|----------------|-----------------|
| Despesas no exterior, etc..... | 2.000:000\$000 | |
| | | 40.153:593\$900 |

Art. 2.º Os recursos necessarios ao custeio da despesa autorizada no artigo supra, serão obtidos na fórma do artigo 2º da Lei Orçamentaria deste exercicio.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1935, 114ª da Independencia e 47ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

João Gomes Ribeiro Filho.

LEI N. 131 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1935

Fixa as forças de terra e mar para os exercicios de 1936, 1937 e 1938

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º As forças armadas para os exercicios de 1936, 1937 e 1938, serão constituídas pela seguinte forma:

I — Das forças de terra, compreendendo:

a) os officiaes do Exercito activo constantes dos diversos quadros (officiaes generaes e officiaes das armas e dos serviços) de accordo, quanto ao numero, com as exigencias da organização do Exercito em tempo de paz;

b) os officiaes remanescentes de quadros extinctos;

c) os officiaes de 1ª classe da reserva, convocados para o serviço no Ministerio da Guerra;

d) outros officiaes da reserva bem como aspirantes a official em commissão, convocados para estagios e periodos de instrucção de accordo com o regulamento para o Corpo de Officiães da Reserva;

e) os segundos tenentes e aspirantes a official estagiarios alumnos das Escolas de Saude e de Veterinaria do Exercito;

f) os aspirantes a official do Exercito activo;

g) os 601 sub-tenentes;

h) 650 alumnos da Escola Militar;

i) 100 alumnos da Escola de Aviação Militar;

j) 441 sargentos instructores e 850 sargentos escreventes;

k) 301 sargentos especialistas do serviço de saude e 159 praças (sargentos, cabos e soldados) especialistas do serviço de Veterinaria;

l) 68.182 praças (sargentos, cabos e soldados) distribuidos pelos corpos de tropa e formação dos serviços, de accordo com os quadros de effectivos que forem fixados nos regulamentos;

m) 3.000 praças dos contingentes especiaes dos estabelecimentos do Exercito;

§ 1.º O effectivo das forças de terra, dentro do periodo para o qual é fixado, poderá ser elevado, nos limites das dotações orçamentarias;

a) de 15.000 reservistas de 1ª e 2ª categorias para as manobras de grandes unidades, ou de 3ª para os periodos de instrucção intensiva nas guarnições onde não houver grandes manobras, tudo de accordo com o Regulamento do Serviço Militar e cabendo ao Estado Maior do Exercito indicar as regiões, circumscripções ou zonas onde deve ser feita a convocação;

b) ao effectivo normal da organização de paz, em circumstancias especiaes, se a segurança da Republica o exigir, recorrendo-se ao voluntariado ou á convocação de reservista de 1ª e 2ª categoria;

c) ao effectivo de guerra em caso de mobilização.

§ 2.º Por ocasião das manobras annuaes o Governo poderá convocar, por intermedio do Ministerio da Guerra, o pessoal necessario, da reserva ou da Guarda Territorial, a juizo do Estado Maior do Exercito, em todas as localidades onde seja possivel applicar os convocados nos serviços que lhes são proprios.

II — Das forças navaes comprehendendo:

a) dos officiaes constantes dos respectivos quadros;

b) dos sub-officiaes constantes dos respectivos quadros;

c) de 250 alumnos da Escola Naval, inclusive 104 do Curso Previo;

d) de 7.437 praças do Corpo de Marinheiros, distribuidas pelas diversas classes e especialidades do Serviço de Convéz;

e) de 3.500 praças do Corpo de Marinheiros, distribuidas pelas diversas classes e especialidades do Serviço de Machinas;

f) de 588 praças do Corpo de Marinheiros, distribuidas pelas diversas classes e especialidades do Serviço de Aviação Naval;

g) de 2.638 praças do Corpo de Fuzileiros Navaes, incluindo as companhias especiaes e a banda de musica;

- h) de 600 alumnos das Escolas de Aprendizizes Marinheiros, distribuidos pelas cinco Escolas nos diversos Estados;
- i) de 1.151 taifeiros da companhia de taifa do Corpo de Marinheiros, distribuidos pelas diversas classes e serviços.

§ 1.º A Marinha de Guerra comprehende:

a) a força activa, composta do pessoal a que se refere o art. 1.º;

b) as reservas constituidas de accôrdo com a lei do serviço militar e as leis de 5.631, de 31 de dezembro de 1928 e 21.887, de 29 de setembro de 1932;

c) a Reserva Naval Aerea, na forma de seu regulamento, será composta do seguinte pessoal:

- 1 capitão tenente;
- 3 primeiros tenentes;
- 30 segundos tenentes.

§ 2.º Em tempo de guerra a Armada compor-se-á do pessoal que fôr necessario.

§ 3.º O tempo de serviço na Armada será regulado em aviso do Ministro da Marinha, de accordo com o art. 33 do Regulamento para o Corpo de Marinheiros, approved pelo decreto n. 23.514, de 28 de novembro de 1933, modificado pelo decreto n. 23.986, de 9 de março de 1934.

§ 4.º Os claros que se abrirem no pessoal, serão preenchidos pela Escola Naval, pelas Escolas de Aprendizizes Marinheiros, pelo voluntariado sem premio e pelo sorteio para a Armada, na forma da lei do serviço militar.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1935, 114.º da Independência e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

João Gomes Ribeiro Filho.

Henrique Aristides Guilhen.

LEI N. 132 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1935

Autoriza o Governo a adquirir a bibliotheca que pertenceu ao ministro Ronald de Carvalho

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Governo autorizado a adquirir por oitenta contos de réis (80:000\$000) a bibliotheca que pertenceu ao ministro Ronald de Carvalho para incorporal-a á existente no Ministerio das Relações Exteriores.

Art. 2.º A despesa correrá por conta da verba 1.ª — Secretaria de Estado — Consignação Material — Sub-consignação “Diversas despesas” do orçamento vigente do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1935, 114.ª da Independência e 47.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Jose Carlos de Macedo Soares

LEI N. 133 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1935

Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito de 2.198:000\$, para serviços da Comissão de Estradas de Rodagem Federaes

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de dous mil cento e noventa e oito contos de réis (2.198:000\$000) complementar á verba 10.ª do art. 9.º da lei n. 5, de 12 de novembro de 1934, para serviços da Comissão de Estradas da Rodagem Federaes.

Art. 2.º Os despesas constantes da presente lei serão custeadas pelos recursos a que se refere o art. 2.º da lei citada no artigo anterior.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1935, 114.ª da Independência e 47.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

LEI N. 134 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1935

Autoriza o Poder Executivo a realizar a compra de uma área de terreno pertencente á D. Maria Freitas de Albuquerque

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a compra de uma área de terreno medindo 185.000 metros quadrados, pertencente á D. Maria Freitas de Albuquerque, localizada entre terrenos pertencentes ao Ministerio da Guerra e occupados pelo Sanatorio Militar de Itatiaia.

Paragrapho unico. A presente autorização, limitada a trinta contos de réis, deverá ser custeada pelos recursos de que já dispõe o Ministerio da Guerra.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1935, 144 da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

General João Gomes Ribeiro Filho.

LEI N. 135 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1935

Applica aos fiéis de recebedores da Thesouraria Geral do Ministerio da Educação e Saude Publica as disposições constantes do decreto n. 92, de 4 de setembro de 1935

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo unico. São applicaveis aos fiéis de recebedores da Thesouraria Geral do Ministerio da Educação e Saude Publica as disposições constantes do decreto n. 92, de 4 de setembro de 1935; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1935, 144º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

LEI N. 136 — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1935

Modifica varios dispositivos da Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, e define novos crimes contra a ordem politica e social

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sancciono a seguinte lei:

Art. 1.º O funcçionario publico civil, que filiar, ostensiva ou clandestinamente, a partido, centro, agremiação ou junta de existencia prohibida no art. 30 da lei n. 38, de 4 de abril de 1935, ou commetter qualquer dos actos definidos como crime na mesma ou na presente lei, será, desde logo, independentemente da acção penal que no caso couber, afastado do exercicio do cargo, com prejuizo de todas as vantagens a este inherentes, tornando-se passivel de exoneração, mediante processo administrativo, que será iniciado dentro de vinte dias após o afastamento, salvo a hypothese do paragrapho unico do art. 169 da Constituição, caso em que a exoneração independêr de processo.

Parapho unico. No processo administrativo, o funcçionario poderá comparecer e defender-se por si ou advogado, devidamente habilitado, na fórma da legislação em vigor.

Art. 2.º O official ou sub-official das forças armadas da União, que praticar qualquer dos actos definidos como crime na presente, ou na lei n. 38, ou se filiar, ostensiva ou clandestinamente, a partido, centro, agremiação ou junta de existencia prohibida no art. 30 da mesma lei, será igualmente afastado do cargo, commando ou funcção militar que exercer, com prejuizo dos respectivos proventos ou vantagens, devendo o Ministerio Publico iniciar a acção penal, que couber, dentro de 20 dias, a contar daquelle em que tiver conhecimento do facto.

Parapho unico. Este dispositivo applica-se, quanto couber, ás policias militares.

Art. 3.º A bem da disciplina e do interesse das forças armadas da União, os militares de terra e mar poderão ser reformados por decreto do Governo, precedido de parecer de uma commissão de tres officiaes de patente igual ou superior á do reformando, nomeada pelo Ministro da Guerra ou da Marinha, contando-se-lhes o tempo de serviço que tiverem.

Parapho unico. O disposto neste artigo applica-se ás policias militares, mediante decreto dos Governadores, nos Estados, e do Presidente da Republica, no Districto Federal e Territorio do Acre, salvo se nas legislações em vigor o afastamento ou a exoneração puder ser feita independentemente de processo de qualquer natureza.

Art. 4.º A bem da disciplina e da segurança das instituições politicas poderão ser aposentados, mediante parecer de uma commissão de tres membros, nomeada pelo Ministro a que estiverem subordinados, os funcçionarios civis, contando-se-lhes o tempo de serviço effectivo que tiverem.

Art. 5.º Fica assim redigido o § 3.º do art. 25 da lei numero 38: "Julgada legal a apprehensão, o juiz mandará o processado ao Ministerio Publico para instaurar a acção penal que, no caso couber. Se a apprehensão for julgada illegal, poderá o interessado pleitear reparação civil, que será exigivel por acção sumaria".

Art. 6.º Se for praticado novo crime, durante ou depois da execução das medidas contidas no art. 25 e §§ 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º da lei n. 38, será o periódico suspenso por prazo não excedente de quinze dias e, occorrendo novos crimes, a suspensão será, de cada vez, por tempo não excedente de seis mezes, e não menor de trinta dias. A suspensão será determinada pelo Governo Federal, por decreto fundamentado mediante requisição do Chefe de Policia do Districto Federal, dos Estados ou do Territorio do Acre.

Paragrapho unico. Na hypothese deste artigo, a suspensão será communicada immediatamente ao juiz federal, que mandará intimar a parte, para apresentar e provar a sua defesa no prazo improrogavel de cinco dias. A intimação se fará por meio de edital, publicado na imprensa official, affixado á porta dos auditorios e na sede da redacção, de que se juntará certidão aos autos. A sentença será proferida dentro de cinco dias e della caberá recurso nos proprios autos, com o processo de recurso criminal, observando-se o disposto no art. 5.º desta lei.

Art. 7.º Abusar, por meio de palavras, inscripções, gravuras na imprensa, da liberdade de critica, para, manifestamente, injuriar os poderes publicos ou os agentes que o exercem: Pena de 6 mezes a 2 annos de prisão cellular.

Art. 8.º Provocar ou incitar, por meio de palavras, gravuras ou inscripções de qualquer especie, o desprezo, o desrespeito ou odio contra as forças armadas da União: Pena de 6 mezes a 2 annos de prisão cellular.

Paragrapho unico. O disposto no presente artigo applica-se ás policias militares.

Art. 9.º Quando os crimes definidos nesta lei forem commettidos através da imprensa, applicar-se-á o disposto no art. 25 e paragraphos da lei n. 38.

Art. 10. Sempre que na pratica de qualquer dos crimes previstos nos arts. 1.º, 2.º, 3.º, 5.º, 10 e 17 da lei n. 38, commetter o agente crime commun contra a pessoa ou bens, além das penas dos referidos artigos, lhe serão applicadas as penas de crime commun que houver praticado ou tentado.

Art. 11. Accommetter seu superior, inferior ou camarada, com ou sem arma ou apparelho bellico, para a pratica de algum dos crimes definidos na lei n. 38 ou na presente lei: Pena de 10 a 20 annos de prisão com trabalho.

Paragrapho unico. Se da aggressão resultar a morte do aggreddido: Pena de 20 a 30 annos de prisão com trabalho.

Art. 12. Os funcionarios civis e os militares, condemnados, por crimes definidos nesta lei ou na de n. 38, ficam inhabilitados, pelo prazo de 10 annos, de exercer qualquer cargo ou função em serviço publico, ou em instituto ou serviço mantido ou subvencionado pela União, pelos Estados ou Mu-

nicipios, assim como em empresas ou estabelecimentos concessionarios de serviços publicos, sob fiscalização do poder publico ou com administrador nomeado pelo Governo.

Art. 13. Nenhuma empresa, instituto, ou serviço creado ou mantido pela União, Estados ou Municipios, poderá ter funcionarios, empregados ou operarios filiados, ostensiva ou clandestinamente, a partido, centro, agremiação ou junta de existencia prohibida nesta lei ou na de n. 38, ou que tiverem commettido, ha menos de 10 annos, qualquer dos actos definidos como crime nas mesmas leis, sob pena de demissão dos directores ou administradores responsaveis, ou, se estes forem funcionarios publicos, com as garantias do artigo 169 da Constituição Federal, de afastamento do cargo e de exoneração, nos termos do art. 1º da presente lei.

Paragrapho unico. O disposto neste artigo applica-se ás empresas, instituições ou casas subvencionadas pela União, pelos Estados ou Municipios, sob pena de cassação das subvenções, por decreto fundamentado do Governo Federal, Estadual ou Municipal, observando-se o preceito do paragrapho unico do art. 6º da presente lei; assim como ás demais empresas referidas neste mesmo artigo, sob pena de ser suspensa a concessão ou serem destituídos os seus administradores. Em todos os casos se observará o disposto no art. 6º desta lei, sendo competente a justiça local quando se tratar de subvenção estadual ou municipal.

Art. 14. Ficam as empresas de publicidade obrigadas a registrar nas Chefaturas de Policia do Districto Federal, dos Estados ou do Territorio do Acre, conforme a séde dellas, dentro de 30 dias, a contar do inicio da publicação ou da data em que entrar em vigor a presente lei, os nomes, nacionalidades e residencias de todos os directores, redactores, empregados e operarios, bem como a communicar á mesma autoridade, dentro em 8 dias, qualquer alteração do pessoal. A falta ou irregularidade do registro ou comunicação será punida com a interdicção da empresa, determinada pelo Chefe de Policia, observando-se o disposto no art. 25 da lei n. 38, com as modificações constantes da presente lei.

Paragrapho unico. A interdicção da empresa sómente será determinada se, nos tres dias seguintes á notificação, não fôr satisfeito o disposto neste artigo.

Art. 15. Todo aquelle que exercer actividade profissional na Marinha Mercante Nacional, na pesca, nas officinas ou estaleiros de construcção naval, docas, armazens ou a bordo das embarcações nos portos, e que se filiar ostensiva ou clandestinamente a partido, centro, agremiação ou junta de existencia prohibida no art. 30 da lei n. 38, ou commetter qualquer dos actos definidos como crime nesta lei, terá, desde logo, sua matricula profissional cassada por despacho do Ministro da Marinha, mediante representação da Procuradoria Especial do Tribunal Maritimo Administrativo, encaminhada pelo Director Geral de Marinha Mercante.

Art. 16. Acrescente-se ao art. 30 da lei n. 38: "Tratando-se de partido politico registrado pela Justiça Eleitoral, e ordenado o fechamento na forma do art. 29 da lei n. 38, o Ministro da Justiça communicará immediatamente o acto ao

Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, em exposição fundamentada, para os efeitos do cancelamento do registro, sem prejuizo da acção penal que no caso couber”.

Art. 17. Fica assim modificado o art. 38 da lei n. 38:

c) na audiencia aprazada, não comparecendo o accusado, proseguir-se-á á sua revelia, dando-se-lhe curador; se comparecer, o juizo qualificará e, depois de lhe lér a denuncia, ou queixa, conceder-lhe-á o prazo de cinco dias para apresentar defesa escripta e indicar o ról de testemunhas e todos os elementos de defesa;

e) a inquirição das testemunhas e todas as diligencias requeridas deverão ser realizadas no prazo de dez dias;

g) havendo dois ou mais réos, serão communs os prazos. Estes serão sempre fataes, independerão de abertura ou lançamento em audiencia, excepção do prazo para a defesa (letra c), devendo o juiz e o escrivão, sob pena de responsabilidade, impedir qualquer demora ou retardamento do processo;

h) no caso do art. 34 da lei n. 38, a instrucção do processo será feita por um Conselho de Instrucção, organizado na fórma do art. 262 do Código de Justiça Militar. Nenhum recurso caberá dos actos desse Conselho para o Tribunal pleno.

Paragraphe unico. O unico recurso cabivel é o da sentença final, proferida em primeira instancia. Esse recurso não suspende os efeitos da sentença absolutoria ou condemnatoria, salvo, quanto a esta, se se tratar de crimes afiançaveis. O recurso subirá á Instancia Superior, independente de traslado.

Art. 18. Substitua-se o art. 39, da lei n. 38, pelo seguinte:

a) o processo será iniciado em virtude de representação, ou *ex-officio*, instruido, desde logo, com a prova documental e com as justificações necessarias;

b) o accusado apresentará sua defesa e fará sua prova dentro do prazo improrogavel de cinco dias, sob pena de revelia;

c) será, em seguida, o processo concluso á autoridade, que fará minucioso relatorio, dentro em tres dias, remetendo-o ao Ministro, Secretario de Estado ou Prefeito, conforme o caso, para decisão;

d) da decisão cabe recurso para o Presidente da Republica, ou Governador de Estado, conforme o caso, dentro em tres dias. As partes terão, cada uma, o prazo de tres dias, para arrazoar o recurso;

f) no caso de exoneração, confirmada, ordenará a autoridade superior a expedição do competente acto, que será sempre fundamentado.

Art. 19. Ficam revogados os arts. 45, 46 e 48 da lei n. 38, de 4 de abril de 1935.

Art. 20. A prisão provisoria do expulsando não poderá exceder de tres mezes, salvo pela impossibilidade da obtenção do visto consular no respectivo passaporte.

Art. 21. Fica sujeito á expulsão immediata o estrangeiro, mesmo proprietario de immoveis, que praticar qualquer dos crimes definidos nesta ou na lei n. 38, e prohibida a entrada livre no Paiz ao estrangeiro que, igualmente proprietario, de qualquer modo possa attentar contra a ordem e segurança nacionaes.

Art. 22. As férias, quer dos tribunaes civis, quer dos militares, não prejudicarão, em caso algum, o andamento e julgamento de quaesquer processos estabelecidos nesta ou na lei n. 38.

Art. 23. Os empregados de empresas particulares, inclusive os das concessionarias de serviços publicos e dos institutos de credito, que se filiarem clandestina ou ostensivamente a centros, juntas ou partidos prohibidos na lei n. 38, ou praticarem qualquer crime na referida lei ou nesta definido, poderão, mediante apuração devida do allegado pelo Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, e com sua autorização, ser dispensados dos seus serviços, independentemente de qualquer indemnização.

Art. 24. O Governo cancellará permissão de funcionamento ou mandará fechar quaesquer estabelecimentos particulares de ensino, equiparados ou não, que não excluam directores, professores, funcionarios ou empregados filiados, ostensiva ou clandestinamente, a partido, centro, aggreminação ou junta de existencia prohibida nesta lei e na de n. 38, ou que tiverem commettido qualquer dos actos definidos como crime nas mesmas leis.

Art. 25. Esta lei entrará em vigor em todo o territorio nacional, na data da sua publicação.

Art. 26. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1935, 114° da Independencia e 47° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

Arthur Souza Costa.

Marques dos Reis.

José Carlos de Macedo Soares.

João Gomes Ribeiro Filho.

Henrique Aristides Guilhen.

Odilon Braga.

Gustavo Capanema.

Agamemnon Magalhães.

LEI N. 137 — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1935

Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito de 4.500:000\$, suplementar á verba 7ª (Serviço de Aviação), consignação material — Material permanente — do orçamento em vigor para o Ministerio da Guerra

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o credito de quatro mil e quinhentos contos de réis (4.500:000\$). suplementar á verba 7ª (Serviço de Aviação), Consignação material — Material permanente — do orçamento em vigor para o Ministerio da Guerra, ficando, outrosim, autorizado a realizar operações de credito necessarias ao custeio da presente despesa.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

João Gomes Ribeiro Filho.

LEI N. 138 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1935

Concede auxilio á Policlínica Geral do Rio de Janeiro

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica aberto o credito de seiscentos contos de réis (600:000\$000), como auxilio á Policlínica Geral do Rio de Janeiro, para construção do edificio de sua séde.

Art. 2.º A despesa decorrente da execução da presente lei será custeada pelos saldos das dotações do orçamento vigente do Ministerio da Educação e Saude Publica.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

LEI N. 139 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1935

Autoriza o Poder Executivo a fixar, até 2 de abril de 1945, uma subvenção annual para a "The Amazon Telegraph Company, Limited", inferior á importancia consignada para o mesmo fim na lei de orçamento para 1935.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a fixar para "The Amazon Telegraph Company, Limited", e até final de suas concessões em 2 de abril de 1945, uma subvenção annual inferior á importancia consignada para o mesmo fim na lei de orçamento para 1935.

Art. 2.º No exercicio vigente, o pagamento da subvenção correrá pela verba orçamentaria referida no final do art. 1.º.

Art. 3.º A Companhia reduzirá de pelo menos 20 % as taxas que vigoram actualmente para seu serviço ordinario, internacional e interior e, uma vez estabelecidas, as novas taxas não poderão ser elevadas sem consentimento do Governo.

Paraphographo unico. A redução das taxas do serviço interior só entrará em vigor depois de approvada pelo Departamento Geral dos Correios e Telegraphos, não se permitindo concurrencia prejudicial ás rendas do Telegrapho Nacional.

Art. 4.º A Companhia ficará obrigada a transmittir, nas condições do art. 29, letras *b* e *c*, do regulamento baixado com o decreto n. 21.701, as communicações que interessarem ao Serviço Meteorologico.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis

LEI N. 140 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1935

Fica aberto, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito de 195:835\$000, suplementar á sub-consignação n. 6 (Policia Militar do Districto Federal)

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito de 195:835\$000 (cento e noventa e cinco contos oitocentos e trinta e cinco mil réis), suplementar á

sub-consignação n. 6 — Alimentação de praças — Consignação "Pessoal", verba 7ª — Polícia Militar do Districto Federal, art. 5º, do orçamento para o exercício vigente.

Art. 2.º As despesas correrão pelos recursos consignados no orçamento actual, inclusive os de que trata o art. 2º, da lei n. 5, de 12 de novembro de 1934.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rdo.

LEI N. 141 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1935

Abre o credito suplementar de 50:000\$000 á sub-consignação n. 3, verba 14ª, do orçamento vigente, do Ministerio da Justiça

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito de cincoenta contos de réis (50:000\$000), como suplementação á sub-consignação n. 3, da verba 14ª — Directoria de Estatística Geral, para pagamento do pessoal extraordinario, incumbido de serviço de Estatística, percebendo por diaria, tarefa ou salario mensal e para o pessoal effectivo por serviços prestados fóra das horas do expediente.

Art. 2.º As despesas correrão por conta dos recursos orçamentarios, inclusive os de que trata o art. 2º da lei numero 5, de 12 de novembro de 1934.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rdo.

LEI N. 142 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1935

Autoriza a applicar até a importancia de 600:000\$000 no pagamento de subvenções ds instituições constituídas de accordo com o decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a applicar no pagamento de subvenções ás instituições que se hajam habilitado na conformidade do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, até a importancia de seiscentos contos de réis (600:000\$000), por conta da sub-consignação n. 27, titulo "Material", da verba n. 1, do orçamento do Ministerio da Educação e Saude Publica para o actual exercicio.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Oapanema.

LEI N. 143 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1935

Suspende a exigibilidade das obrigações civis e commerciaes no Estado do Rio Grande do Norte, durante sessenta dias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica suspensa, em todo o territorio do Estado do Rio Grande do Norte, por sessenta dias, a contar de 23 do corrente, a exigibilidade de quaesquer obrigações civis ou commerciaes alli assumidas ou pagaveis em dinheiro ou em mercadorias.

Paragrapho unico. Essas obrigações não vencerão juros durante o prazo da suspensão.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

LEI N. 144 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1935

Revigora o credito de 4.000:000\$, aberto pelo decreto numero 24.678, de 12 de julho de 1934, para auxiliar a Associação Brasileira de Imprensa, na construção do prédio destinado á sua sede.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo unico. Fica revigorado, para o exercicio de 1936, o credito especial de quatro mil contos de réis (4.000:000\$), aberto pelo decreto n. 24.678, de 12 de julho de 1934, para auxiliar a Associação Brasileira de Imprensa, na construção de um prédio destinado á sua sede, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

LEI N. 145 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1935

Manda suspender as consignações em folha do funcionalismo federal, relativas ao mez de dezembro de 1935

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Ficam suspensas as consignações em folha dos funcionarios federaes civis e militares, relativas ao mez de dezembro de 1935, exceptuadas as que se destinam aos alugueis de casas e á aquisição de prédios e terrenos.

§ 1.º As referidas consignações serão pagas em janeiro de 1936, accrescidas dos juros legais, adiantando-se successivamente, nas mesmas condições, o pagamento das demais consignações.

§ 2.º Não serão descontadas dos vencimentos dos funcionarios publicos as faltas verificadas até o dia 20 do presente mez.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor immediatamente após a sua publicação, devendo o seu texto ser transmittido telegraphicamente ás Delegacias Fiscaes, nos Estacos, para o cumprimento da mesma nas respectivas circumscrições.

Art. 3.º Fica concedida aos Bancos, Casas Bancárias e Associações de Classe que exclusivamente transigem com os funcionarios publicos, moratoria por 30 dias, a contar de 1 a 30 de janeiro de 1936.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

LEI N. 146 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1935

Concede prazo de móra para que se possam quitar os requerentes ou concessionarios ou cessionarios de patentes de invenção e modelos de utilidade, que se acharem em atraso de pagamento

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica aberto, durante noventa dias, contados da data da publicação desta lei, um prazo de móra para que se possam quitar os requerentes ou concessionarios ou cessionarios de patentes de invenção e modelos de utilidade, que se acharem em atraso de pagamento, quer das taxas de expedição, quer de annuidades e, bem assim, para que possam obter a restauração dos respectivos processos de patentes e modelos de utilidade aquelles que tiverem sido attingidos pela pena estabelecida no art. 6.º do decreto n. 22.990, de 26 de julho de 1933.

Art. 2.º Aquelle que quizer valer-se do beneficio de que trata o artigo anterior e tiver seu processo archivado ou incurso nessa penalidade ou sua patente incurso em caducidade, deverá requerer ao directr geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial a restauração do mesmo processo ou patente, pagando a taxa de 50\$000, em sellos, appostos ao respectivo requerimento.

§ 1.º Só será possível a restauração de patente de invenção ou modelo de utilidade que não haja sido declarada caduca até á data da publicação da presente lei.

§ 2.º Concedida a restauração, mas provado o uso ou exploração effectiva, por terceiro, do objecto protegido pela patente ou pelo modelo de utilidade, no periodo do abandono, por meio de recurso interposto dentro do prazo de trinta dias, contados da data da publicação do respectivo despacho no *Boletim da Propriedade Industrial*, essa restauração será

mantida, resalvado o direito do recorrente continuar no uso e gozo da exploração do objecto da patente ou modelo de utilidade, livre de qualquer onus ou impedimento legal.

§ 3.º A restauração da patente permite o pagamento de todas as annuidades em atraso, sujeito, porém, ao accrescimento, á importancia destas, da multa de 10 % (dez por cento), cobrada por meio de guia.

Art. 3.º Do despacho do director geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial que conceder ou denegar a restauração de patentes ou de processos de patentes caberá recurso, de qualquer interessado, para o Conselho de Recursos da Propriedade Industrial, dentro do prazo de trinta dias, contados da data da respectiva publicação no *Boletim da Propriedade Industrial*.

Art. 4.º As importancias das taxas, annuidades e multas, cujo pagamento decorra de disposição da presente lei, serão recolhidas, dentro do prazo improrogavel de dez dias, contados da data em que for feita ao requerente, pelo *Boletim da Propriedade Industrial*, a notificação para retirar as guias respectivas.

Art. 5.º Os processos e patentes cujos interessados tenham deixado de observar as prescripções desta lei serão considerados incursos no art. 6.º do decreto n. 22.990, de 26 de julho de 1933.

Art. 6.º A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

LEI N. 147 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1935

Autoriza o Poder Executivo a adquirir um terreno em Faxina, no Estado de São Paulo

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir um terreno em Faxina, Estado de São Paulo, medindo 2.000 m2, annexo ao campo de pouso de aviões militares, ali existente.

Paragrapho unico. O valor dessa compra não poderá ir além de seis contos de réis, mediante avaliação prévia, correndo a despesa por conta dos recursos actualmente disponíveis no Ministerio da Guerra.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

João Gomes Ribeiro Filho.

LEI N. 148 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1935

Autoriza o Poder Executivo a adquirir, pelo preço de réis 30:000\$000, um terreno destinado ao Serviço de Remonta do Exército

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, mediante avaliação regular, uma area de terra de cem hectares e dezoito ares, de propriedade de José Ruiz Barbosa, confrontante com o terreno onde se acha installado o Haras Minas Geraes e para o fim de ser utilizado pelo Serviço de Remonta do Exército.

Art. 2.º A despesa oriunda dessa aquisição poderá ser, no maximo, de trinta contos de réis e correrá por conta dos recursos distribuidos ao Serviço de Remonta, constantes da verba 11.ª, Consignação Material — Material Permanente, do Ministerio da Guerra, no orçamento em vigor.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

João Gomes Ribeiro Filho.

LEI N. 149 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1935

Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito supplementar de 3.000:000\$, para attender a pagamentos da Estrada de Ferro Jaguarj-São Thiago a São Borja, no Rio Grande do Sul.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono, a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito supplementar de 3.000:000\$ (tres mil contos de réis), para reforço da verba 15ª, n. I, sub-consignação n. 3, letra g, do art. 9º, da lei numero 5, de 12 de novembro de 1934.

Art. 2.º As despesas constantes da presente lei serão custeadas pelos recursos a que se refere o art. 2º, da lei numero 5, de 12 de novembro de 1934.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

LEI N. 150 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1935

Dá nova organização á Secretaria da Agricultura

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º A Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura comprehenderá os serviços de administração geral daquelle ministerio e será constituída pelo gabinete do ministro, Directoria de Expediente e Contabilidade, Directoria de Estatística da Produção, Directoria de Organização e Defesa da Produção e Portaria.

Art. 2.º O quadro do pessoal do gabinete do ministro da Agricultura, previsto no art. 2º do Regulamento da Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, approved pelo decreto n. 23.979, de 8 de março de 1934, passa a ser constituído de accordo com a tabella que com este baixa.

§ 1.º Para esse fim, fica restabelecido o cargo de consultor juridico do ministerio, extinto por força do art. 6º do decreto n. 22.336, de 11 de janeiro de 1933, e extinctos os cargos actuaes de assistentes juridicos do Departamento Nacional de Produção Mineral, creados no regulamento approved pelo decreto n. 23.979, de 8 de março de 1934, e do Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização, creados pelo decreto n. 24.647, de 26 de junho de 1934.

§ 2.º Os serviços de engenharia e construcções, esparsos nos Departamentos da Produção Animal e da Produção Ve-

getal, passarão a constituir a secção de Architectura e Engenharia do ministerio e compôr-se-á esta de dous engenheiros architectos e um engenheiro civil, com a mesma categoria, tres desenhistas de 1ª classe (cartographos) e um desenhista auxiliar.

§ 3.º Na execução das medidas a que se referem os paragraphos anteriores, serão observadas as seguintes normas:

a) no cargo restabelecido de consultor juridico do Ministerio da Agricultura, será reconduzido o actual assistente juridico do S. I. R. C., que o exercia, quando foi extinto;

b) o cargo extinto de assistente juridico do D. N. P. M. fica substituido pelo de assistente do director, do mesmo departamento, e nelle será provido o actual assistente juridico, com os vencimentos desse cargo;

c) nos cargos de engenheiros serão providos os actuaes engenheiros civis do D. N. P. V., o engenheiro assistente e o engenheiro sub-assistente do D. N. P. A.; nos de desenhistas de 1ª classe (cartographos), os dous desenhistas-cartographos do D. N. P. V. e o do D. N. P. A., actualmente existentes: no de desenhista auxiliar, o que serve no Serviço de Fomento da Producção Animal, ficando extinctos todos esses cargos, nas sédes actuaes.

Art. 3.º Ficam tambem extinctos os actuaes cargos, ainda não providos, de perito contador do Serviço de Aguas, do Departamento Nacional da Producção Mineral e o de desenhista da 2ª secção technica (industrial) do Serviço Technico do Café, do Departamento Nacional da Producção Vegetal, dotados com os vencimentos annuaes, respectivamente, de réis 19:200\$000 e 12:000\$000.

Art. 4.º Os cargos de almoxarife e auxiliar de almoxarife da Directoria de Expediente e Contabilidade, garantidos os direitos dos actuaes serventuarios, são transformados nos de protocollista e auxiliar-protocollista, com os mesmos vencimentos ora fixados.

Art. 5.º No Serviço de Fructicultura do D. N. P. V. será reservado um dos cargos de assistente para um technico cryologista.

Paragrapho unico. O cargo de cryologista deverá ser exercido por engenheiro que tenha seu diploma registrado de conformidade com as exigencias do decreto n. 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e que tenha especialização em industria do frio.

Art. 6.º Fica o Poder Executivo autorizado a effectivar, mediante concurso de titulos, os funcionarios interinos ou não, que exerçam funcções, ha mais de dous annos, pelo menos, em cargos creados por lei e servindo actualmente no Ministerio da Agricultura.

Art. 7.º O quadro do gabinete do ministro da Agricultura passa a ser constituído do seguinte pessoal que perceberá os vencimentos aqui discriminados:

| | Ordenado | Gratificação | Total |
|------------------------------|----------|--------------|----------|
| 1 chefe de gabinete..... | | 36:000\$ | 36:000\$ |
| 1 secretario | | 36:000\$ | 36:000\$ |
| 2 officiaes de gabinete..... | | 24:000\$ | 48:000\$ |

Consultoria Juridica:

| | | | |
|----------------------------|----------|----------|----------|
| 1 consultor juridico | 24:000\$ | 12:000\$ | 36:000\$ |
|----------------------------|----------|----------|----------|

Secção de Architectura

e Engenharia:

| | | | |
|-------------------------------|----------|---------|----------|
| 2 engenheiros architectos.. | 16:000\$ | 8:000\$ | 48:000\$ |
| 1 engenheiro civil | 16:000\$ | 8:000\$ | 24:000\$ |
| 3 desenhistas de 1ª classe... | 9:600\$ | 4:800\$ | 43:200\$ |
| 1 desenhista auxiliar | 8:000\$ | 4:000\$ | 12:000\$ |

| | | | |
|-----------------|--|-----------|--|
| Total | | 283:200\$ | |
|-----------------|--|-----------|--|

Art. 8.º Fica o Poder Executivo autorizado a rever dentro de 60 dias o mesmo regulamento, expedido ainda no regime discricionario, de modo a adaptal-o ás exigencias da organisação actual e á nova situação decorrente do funcionamento da Delegação do Tribunal de Contas junto ao Ministerio da Agricultura.

Art. 9.º Para attender ás despezas com a remodelação de que tratam os artigos anteriores e com o custeio da Secção de Engenharia e Architectura no mez de dezembro de 1935 e no exercicio de 1936, fica o Governo autorizado a abrir o credito especial de 347:800\$000, sendo 332:800\$000, para "Pessoal" e 15:000\$000, para "Material".

Paragrapho unico. Em consequencia da extincção de cargos vagos e do aproveitamento nos novos quadros dos funcionarios mencionados na presente lei, ficam sem applicação no exercicio de 1936 as dotações ou quotas relativas aos cargos de um secretario, quatro officiaes de gabinete, do gabinete do ministro, um assistente juridico da Directoria Geral do D. N. P. Mineral, um perito contador do Serviço de Aguas do D. N. P. M., um engenheiro civil e dous desenhistas cartographos da Directoria Geral do D. N. P. Vegetal, um assistente juridico do Serviço de I. R. e Colonização do D. N. P. Vegetal, um desenhista da Secção Technica Industrial do Serviço Technico do Café do D. N. P. Vegetal, um assistente engenheiro, um sub-assistente engenheiro e um desenhista cartographo da D. Geral do D. N. P. Animal e um sub-ajudante da Inspetoria Regional do Fomento Animal do D. N. P. A.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1935, 114ª da Independencia e 47ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

LEI N. 151 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1935

Modifica o § 1º do art. 83 do Código de Caça e Pesca, ampliando o campo de pesca para os amadores

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O § 1º do art. 83, do Código de Caça e Pesca, approved pelo decreto n. 23.672, de 2 de janeiro de 1934, será redigido do seguinte modo:

“O amador de pesca poderá praticar as pescas costeira, littoranea e interior, utilizar-se de embarcações arroladas nas repartições competentes, na classe de recreio.”

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

LEI N. 152 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1935

Autoriza a cessão, por aforamento, ao Club de Regatas Flamengo, de uma área de terreno

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, por aforamento, na importancia de trezentos mil réis (300\$000) annuaes, ao Club de Regatas Flamengo, uma área de terreno medindo mil seiscentos e trinta e oito metros quadrados (1.638m²), sita á Avenida Ruy Barbosa, nesta Capital, tudo na conformidade dos decretos ns. 5.011, de 30 de julho de 1926, e 4.905, de 2 de janeiro de 1925.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

LEI N. 153 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1935

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio das Relações Exteriores, os creditos supplementares de réis 1.000:000\$000 e 600:000\$000, ás verbas 5ª e 6ª e réis 1.000:000\$000 á verba 4ª do orçamento vigente

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio das Relações Exteriores, os creditos supplementares de mil contos de réis (1.000:000\$000) á verba 5ª, Ajudas de custo, sub-consignação n. 1; de mil contos de réis (1.000:000\$000) á verba 4ª, consignação "Pessoal", sub-consignação n. 1 e de seiscentos contos de réis (600:000\$000) á verba 6ª, consignação "Material", sub-consignação n. 1.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do art. 2º da lei n. 5, de 12 de novembro de 1934.

Art. 3.º Vetado.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1935. 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

José Carlos de Macedo Soares.

LEI N. 154 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1935

Autoriza a abrir o credito de 8.538:889\$700 para pagamento de transportes feitos pela Viação Ferrea do Rio Grande do Sul

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de 8.538:889\$700 (oito mil quinhentos e trinta e oito contos oitocentos e oitenta e nove mil e setecentos réis), para pagamento de transportes feitos por conta do referido ministerio em annos anteriores, pela Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Encerrado o exercicio, se se verificar saldo no credito que se autoriza a abrir, será elle considerado em vigor para o exercicio seguinte, de modo a serem attendidas as despesas restantes, que deverão correr á sua conta.

Art. 3.º Para a execução desta lei, poderá o Governo Federal realizar as operações de credito que forem necessarias.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contraio.

(Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

João Gomes Ribeiro Filho.

LEI N. 155 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1935

Revigora, pelo prazo de quatro annos, o credito especial de 25.055:805\$700, destinado a attender a restituição devida ao governo do Estado do Ceará, da taxa de 2 % ouro

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica revigorado, pelo prazo de quatro annos, o credito especial de 25.055:805\$700 (vinte e cinco mil e cincoenta e cinco contos, oitocentos e cinco mil e setecentos réis), papel, aberto pelo decreto n. 24.764, de 14 de julho de 1934, do Governo Provisorio, destinado a attender á restituição devida ao Governo do Estado do Ceará, da taxa de 2 % ouro, arrecadada pela Alfandega de Fortaleza no periodo de 1909 a 1933, nos termos da lei n. 1.144, de 30 de dezembro de 1903 e de accordo com o decreto n. 23.606, de 20 de dezembro de 1933.

Parapho unico. Essa restituição será feita parceladamente, mediante a apresentação dos documentos comprobatorios de serviços executados na construcção do porto de Fortaleza.

Art. 2.º O producto da taxa de 2 % ouro, sobre o valor official da importação do estrangeiro pelo porto de Fortaleza, arrecadado durante o periodo de 20 de dezembro de 1933 a 4 de julho de 1934, e a importancia do imposto addicional creado pelo art. 2º do decreto n. 24.577, de 4 de julho de 1934, serão entregues mensalmente ao Governo do Estado do Ceará, pela respectiva Delegacia Fiscal do Thesouro no mesmo Estado.

Art. 3.º Para obter os recursos necessarios á restituição supra, é o Governo autorizado a emittir letras do Thesouro Nacional, a juros de 5 % ao anno e resgataveis dentro do prazo de dous annos.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

LEI N. 156 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1935 (*)

Regula o funcionamento do Tribunal de Contas

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I

INSTITUIÇÃO, SÉDE, JURISDIÇÃO

Art.1.º O Tribunal de Contas, instituido no art. 89 da Constituição de 1891 e mantido no art. 99 da Constituição de 16 de julho de 1934, tem sua séde no Districto Federal e jurisdição em toda a Republica.

CAPITULO II

CONSTITUIÇÃO DO TRIBUNAL

Art. 2.º O pessoal do Tribunal de Contas é constituido por quatro corpos distinctos:

- 1) Corpo deliberativo;
- 2) Corpo especial;
- 3) Corpo instructivo;
- 4) Ministerio Publico.

§ 1.º O corpo deliberativo comprehende o Tribunal propriamente dito, com as funcções de decidir e julgar. Compõe-se de sete juizes, com o tratamento de ministros.

§ 2.º O corpo especial destinado a relatar os processos de tomada de contas e a substituição dos Ministros é composto de quatro auditores.

§ 3.º O corpo instructivo é composto de uma Secretaria para os serviços de preparo, exame e instrucção dos processos, expediente, communicações e publicações, contabilidade e escripturação do Tribunal de Contas; de delegações do Tribunal, para os serviços relativos á fiscalização financeira e á tomada de contas junto ás delegacias do Thesouro Nacional e outras repartições fiscaes e pagadoras.

§ 4.º O Ministerio Publico é representado junto ao Tribunal de Contas por um Procurador Geral e um adjuncto e perante as delegações nos Estados, pelos procuradores das Delegacias Fiscaes do Thesouro Nacional, sem prejuizo das attribuições que lhes são proprias.

Art. 3.º Os Ministros são nomeados pelo Presidente da Republica, com a approvação do Senado Federal.

§ 1.º A nomeação deverá ter lugar dentro em trinta dias após a abertura de qualquer vaga, só podendo recahir em brasileiro nato, doutor ou bacharel em direito, versado em finanças e contabilidade publica, de reputação illibada, alistado eleitor, com mais de trinta e cinco e menos de cincoenta e oito annos de idade.

No provimento dos cargos de Ministro do Tribunal serão aproveitados, á razão da metade das vagas que se verificarem, o Procurador Geral, o adjuncto do Procurador Geral, os auditores e directores do proprio Tribunal, das repartições de Fazenda e de outros departamentos da Administração Publica, desde que preencham os requisitos acima indicados, exceptuado o limite máximo de idade, e contem, pelo menos, vinte annos de serviço publico federal.

§ 2.º Os Ministros nomeados não prestarão o compromisso legal sem a approvação da nomeação, tendo, após a approvação, sessenta dias para tomar posse e entrar em exercicio de suas funções. Igual prazo terão os auditores, o Procurador Geral e o seu adjuncto, a contar da nomeação.

§ 3.º Não poderão ser conjunctamente membros do Tribunal, parentes consanguineos ou affins, na linha ascendente ou descendente e até o segundo gráo na linha collateral.

A incompatibilidade resolve-se antes da posse, contra o ultimo nomeado, ou o menos idoso, sendo a nomeação da mesma data; depois da posse, contra o que lhe deu causa, ou, se a incompatibilidade fôr imputavel a ambos, contra o mais moderno.

Art. 4.º Os Ministros do Tribunal de Contas terão as mesmas garantias dos Ministros da Córte Suprema.

Paragrapho unico. Os Ministros não poderão exercer outra qualquer função publica, ou commissão, salvo o magistério.

Art. 5.º E' vedado aos Ministros do Tribunal, aos auditores, ao Procurador Geral e ao seu adjuncto intervir na decisão de negocio proprio ou no de parentes, até o segundo gráo, inclusive, pendente do Tribunal ou de suas delegações.

Art. 6.º O Tribunal de Contas elegerá biennialmente o seu presidente. Pelo mesmo prazo será eleito um vice-presidente para substituir a este, nas suas faltas e impedimentos.

Paragrapho unico. Em caso de vaga do Presidente ou Vice-Presidente, proceder-se-á á eleição para o complemento do tempo, salvo se a vaga se der nos dois ultimos mezes do periodo a findar-se.

Art. 7.º Os Ministros serão substituidos em suas faltas e impedimentos, pelos auditores, por ordem de antiguidade destes.

Art. 8.º Regula a antiguidade dos Ministros e dos auditores, em primeiro lugar, a data da posse, em segundo, a data da nomeação, e, por fim, o tempo de serviço publico federal anterior, quando a nomeação e posse forem da mesma data.

Art. 9.º Os auditores serão nomeados pelo Presidente da Republica dentre os brasileiros natos, doutores ou bachareis em direito, versados em finanças e contabilidade publica, de reputação illibada, alistados eleitores, com mais de vinte e cinco e menos de cinquenta annos de idade.

§ 1.º As vagas de auditor serão providas, na razão da metade, com o aproveitamento de directores do proprio Tribunal, das repartições de Fazenda, e de outros departamentos da administração publica, desde que preencham os requisitos acima indicados, exceptuado o limite maximo de idade e contem, pelo menos, dez annos de serviço publico federal.

§ 2.º Os membros do corpo especial não poderão exercer funções e commissões do corpo instructivo, inclusive as de delegado e assistentes das delegações, sendo-lhes tambem applicaveis, quando no exercicio do cargo de Ministro, as disposições do § 3.º do art. 3.º da presente lei.

Art. 10. Os auditores uma vez investidos de suas funções só perderão o cargo em virtude de sentença judiciaria, ou mediante processo administrativo regulado por lei e no qual lhes seja assegurada plena defesa, ou no caso de incompatibilidade, na fórmula do § 3.º do art. 3.º e paragrapho unico do art. 4.º desta lei.

CAPITULO III

DA ORGANIZAÇÃO DA SECRETARIA

Art. 11. A Secretaria do Tribunal de Contas será organizada pelo Tribunal, no uso das attribuições constantes do art. 100, paragrapho unico, combinado com o art. 67, letra *a*, da Constituição Federal, tendo um quadro de pessoal, com os vencimentos respectivos fixados por lei especial, na fórmula do n. 6 do art. 39 da mesma Constituição.

Art. 12. Os funcionarios da Secretaria, de qualquer categoria ou denominação, são nomeados, promovidos e demittidos por decreto do Presidente da Republica, na fórmula do n. 14 do art. 56 da Constituição, mediante proposta do Tribunal.

§ 1.º São requisitos essenciaes da primeira nomeação para o Tribunal, em qualquer classe do quadro do pessoal da Secretaria, a nacionalidade brasileira o exame de sanidade, o concurso de provas de capacidade intellectual, a capacidade moral, o limite da idade, de dezoito a trinta annos, o alistamento como eleitor e, ainda para os individuos do sexo masculino, a quitação com o serviço militar.

§ 2.º As propostas para as nomeações, em virtude de concurso realizado perante o Tribunal, serão feitas em lista triplice, tendo em vista a ordem de classificação dos candidatos, segundo as notas obtidas nos respectivos concursos, de primeira ou de segunda entrada.

Dentro dessa lista, o Presidente da Republica fará a nomeação.

§ 3.º As propostas ao Governo, para nomeações, serão feitas dentro em trinta dias após a approvação dos respectivos concursos.

§ 4.º As promoções nas diversas classes serão feitas mediante proposta do Tribunal, metade por antiguidade e metade por merecimento. Nessa ultima hypothese, o Tribunal apre-

sentará ao Governo uma lista triplice dentro da qual o Presidente da Republica fará a nomeação. Nessa lista triplice só poderão figurar os funcionarios que estiverem collocados na escala de antiguidade até o numero que corresponder a dois terços do numero de funcionarios de sua classe, desprezada a fracção, quando o total não fôr divisivel por tres.

§ 5.º As propostas para promoção dos funcionarios da Secretaria do Tribunal e suas dependencias serão apresentadas dentro do prazo de trinta dias na abertura de qualquer vaga.

§ 6.º As condições dos concursos para as provas de capacidade, materias exigidas, prazos de validade, estagio e demais formalidades para a admissão e investidura do pessoal, attendidos os requisitos do § 1.º e as disposições do § 2.º, são determinadas no regimento interno do Tribunal.

Art. 13. Os funcionarios da Secretaria do Tribunal de Contas têm os mesmos direitos e garantias assegurados pela Constituição e pelas leis aos servidores da Nação, sendo-lhes applicaveis as disposições legais sobre nomeações, promoções, vencimentos, gratificações, permanencia no cargo, ajudas de custo, licenças, aposentadoria, montepio e outras vantagens, bem como sobre deveres, obrigações e responsabilidades.

Paragrapho unico. Os funcionarios da Secretaria do Tribunal de Contas, além dos cargos electivos e do magisterio, poderão exercer quaesquer commissões federaes, estaduais e municipaes, a requisição das autoridades competentes, e com acquiescencia do Tribunal.

Art. 14. A organização e a distribuição dos serviços da Secretaria do Tribunal, competencia e attribuições, designações, frequencia da repartição, penas disciplinares e demais providencias para a completa regularidade e efficiencia dos ditos serviços, são estabelecidas pelo Tribunal, no regimento interno, observados os dispositivos legais sobre os direitos e deveres relativos ao pessoal.

Art. 15. O pessoal que fôr necessario para auxiliar os serviços dactylographicos, de protocollo e outros da Secretaria e delegações, será contractado, por tempo determinado, não excedente do anno financeiro em curso, independentemente de autorização ministerial, directamente, por acto do presidente ou de delegados do Tribunal com autorização do presidente, dentro dos recursos organmentarios.

COPITULO IV

DAS DELEGAÇÕES

Art. 16. Para os fins do art. 99 da Constituição Federal, haverá junto a cada uma das Delegacias do Thesouro Nacional uma delegação, permanente, do Tribunal de Contas, composta de um delegado e tantos assistentes quantos forem necesarios, a juizo do Tribunal, sendo todos por este escolhidos dentre os funcionarios da Secretaria do mesmo Tribunal.

Art. 17. Além das delegações permanentes, alludidas no artigo anterior, poderá o Tribunal de Contas crear outras, com a mesma organização, junto ás repartições arrecadoras e pagadoras, no Districto Federal, nos Estados, ou no estrangeiro, quando o movimento das repartições e o interesse da fiscalização justifiquem a criação.

CAPITULO V

DO MINISTERIO PUBLICO

Art. 18. O representante do Ministerio Publico, com a denominação de Procurador Geral, é nomeado pelo Presidente da Republica, dentre os cidadãos brasileiros, doutores ou bachareis em direito, com os requisitos estabelecidos para a nomeação dos Ministros do Tribunal, sendo, porém, demissivel *ad-nutum*.

Art. 19. O Procurador Geral não poderá exercer qualquer outra função publica, salvo o magisterio, importando a violação deste preceito em perda do cargo.

Art. 20. O adjuncto do Procurador Geral é nomeado pelo Presidente da Republica e demissivel *ad-nutum*, devendo satisfazer os mesmos requisitos estabelecidos para a nomeação dos auditores.

CAPITULO VI

JURISDICÇÃO E COMPETENCIA

Art. 21. O Tribunal de Contas tem jurisdição propria e privativa sobre as pessoas e materias sujeitas á sua competencia, abrangendo todos os responsaveis por dinheiro, valores e material pertencentes á Nação, ou pelas quaes esta responda, ainda mesmo que exerçam suas funções, ou residam, no exterior; bem como os herdeiros, fiadores e representantes dos ditos responsaveis.

Art. 22. Estão sujeitos á prestação de contas e só por acto do Tribunal de Contas podem ser liberados de sua responsabilidade:

1º, o gestor dos dinheiros publicos e todos quantos houverem arrecadado, despendido, recebido depositos de terceiros ou tenham sob sua guarda e administração, dinheiros, valores e bens da União;

2º, todos os funcionarios publicos civis e militares, ou qualquer pessoa ou entidade, estipendiados pelos cofres publicos, ou não, que derem causa á perda, extravio ou estrago de valores, ou de material da União, ou pelas quaes seja esta responsavel.

Art. 23. O Tribunal de Contas, como fiscal da administração financeira, exerce suas funções acompanhando directamente, ou por suas delegações, a execução do orçamento da Receita e da Despesa Publicas e julgando as contas dos responsaveis por dinheiros, ou bens publicos; cabendo-lhe ainda rever as contas annuaes da gestão financeira.

§ 1.º Compete-lhe quanto á Receita:

1º, examinar os decretos, regulamentos e instrucções que tenham por fim regular a arrecadação da Receita, bem assim os contractos que digam respeito á mesma Recêita e dar-lhes registro, se esses actos estiverem de accordo com a legislação em vigor;

2º, examinar os actos de operação de credito e emissão de titulos, ordenando o registro, se os mesmos guardarem conformidade com a lei;

3º, rever os balancetes mensaes das repartições arrecadadoras e pagadoras e de todos os responsaveis, para o effeito de verificar se a Receita foi arrecadada de accordo com a lei, e devidamente classificada;

4º, confrontar esses balancetes e os seus resultados com o balanco geral do exercicio, e apurar se foram observadas as devidas discriminações na classificação da Receita, podendo, para esse fim, requisitar ao Ministerio da Fazenda, ou a qualquer repartição publica, a remessa dos documentos de Receita que julgar necessarios;

5º, verificar a regularidade das cauções prestadas pelos responsaveis;

6º, examinar os pedidos com despachos concedendo isenção de direitos, aduaneiros e de quaesquer impostos e taxas.

§ 2.º Compete-lhe, quanto á Despesa:

1º, effectuar, directamente, ou por suas delegações, registro previo sobre qualquer acto de administração publica, de que resulte obrigação de pagamento pelo Thesouro Nacional, ou por conta deste, como sejam:

a) as concessões de aposentadoria, jubilação e reforma de civis e de militares, bem como as de montepio civil ou militar, meio soldo e outras pensões do Estado, para verificação da regularidade da concessão e do direito aos vencimentos estipulados;

b) os contractos, ajustes, accordos, ou quaesquer obrigações, que derem origem a despesa de qualquer natureza, bem como a prorrogação, suspensão ou revisão dos ditos actos;

c) as ordens de pagamento e de adeantamento, expedidas pelos diversos ministerios, ainda que por telegramma, para dentro ou fóra do Paiz; e os empenhos de despesa, na forma da legislação em vigor;

d) quaesquer outros actos, não especificados, de que resultem compromissos para o Thesouro Nacional;

2º, examinar e dar registro aos creditos orçamentarios constantes das tabellas do orçamento annual;

3º, examinar e dar registro ás requisições de distribuição de creditos ao Thesouro, ás Delegacias Fiscaes e outras repartições de contabilidade, para pagamento de pessoal e material, exigida a justificação comprovada para a descentralização;

4º, resolver sobre as consultas formuladas pelo Governo para abertura de creditos, em face das leis que os autorizarem;

5º, examinar os creditos supplementares, especiaes e extraordinarios, e registral-os, quando abertos de accordo com a legislação em vigor;

6º, resolver sobre as consultas que lhe forem feitas pela administração, por intermedio dos Ministros de Estado, acerca das duvidas suscitadas na execução das disposições legais concernentes ao orçamento, á contabilidade e ás finanças publicas.

§ 3.º Compete-lhe quanto á tomada de contas:

1º, julgar originariamente ou em gráo de recurso, conforme a alçada, e rever as contas de todas as repartições funcionarios e quaesquer responsaveis, inclusive os agentes diplomaticos e consulares no exterior, que, singular ou collectivamente, houverem recebido, administrado, arrecadado e despendido dinheiros publicos, depositos de terceiros ou valores e bens de qualquer especie, inclusive em material, pertencente á União, ou por que esta seja responsavel, ou esteja sob sua guarda; bem assim dos que as deverem prestar pela perda, extravio, subtração ou estrago de valores, bens e material da Republica e dos que devam dar contas, seja qual fór o ministerio a que pertençam em virtude de responsabilidade por contracto, commissão ou adeantamento;

2º, impor multas e suspender os responsaveis remissos ou omissos na entrega dos livros e documentos de sua gestão, ou relativos a adeantamentos recebidos, que não acudirem á prestação das contas nos prazos fixados nas leis e nos regulamentos, ou quando, não havendo taes prazos, forem intimados para esse fim; independente da acção dos chefes das repartições que tenham de proceder inicialmente á tomada de contas dos responsaveis sob a sua jurisdicção;

3º, ordenar a prisão dos responsaveis que, com alcance julgado em sentença definitiva, do Tribunal, ou intimados para dizerem sobre o alcance verificado em processo corrente de tomada de contas, procurarem ausentar-se furtivamente, ou abandonarem a funcção, o emprego, commissão ou serviço, de que se acharem encarregados, ou houverem tomado por empreitada. Essa prisão não poderá exceder de tres mezes. Findo esse prazo, os documentos que serviram de base á decretação da medida coercitiva serão remettidos ao Procurador Geral da Republica, para a instauração do respectivo processo criminal. Essa competencia conferida ao Tribunal não prejudica a do Governo e seus agentes, na forma da segunda parte do art. 14 da lei n. 221, de 20 de novembro de 1894, para ordenar immediatamente a detenção provisoria do responsavel alcançado, até que o Tribunal delibere sobre a dita prisão, sempre que assim o exigir a segurança da Fazenda Nacional;

4º, julgar da legalidade da prisão decretada pelas autoridades fiscaes competentes;

5º, fixar, á revelia, o debito dos responsaveis que em tempo não houverem apresentado as suas contas nem entregue os livros e documentos de sua gestão.

6º, ordenar o sequestro dos bens dos responsaveis ou seus fiadores, em quantidade sufficiente para a segurança da Fazenda;

7º, mandar expedir quitação aos responsaveis correntes em suas contas;

8º, autorizar a restituição das cauções dos responsaveis, quando constituídas por hypothecas e a dos contractantes, provada a execução ou rescisão legal do contracto;

9º, resolver sobre o levantamento dos sequestros oriundos de sentença proferida pelo mesmo Tribunal, e ordenar a liberação dos bens sequestrados e sua respectiva entrega;

10, apreciar, conforme as provas offerecidas, os casos de força maior, allegados pelos responsaveis como excusas do extravio dos dinheiros publicos e valores a cargo dos mesmos, para ordenar o trancamento das respectivas contas quando, por tal motivo, se tornarem illiquidaveis;

11, julgar os embargos oppostos ás sentenças proferidas pelo Tribunal e admittir a revisão do processo de tomada de contas, em virtude de recurso da parte ou do representante do Ministerio Publico, bem como os recursos interpostos das decisões de suas delegações;

12, expedir instrucções ás repartições federaes, em todo o territorio nacional, para levantamento das contas e organização de processos de tomada de contas dos responsaveis, antes de serem presentes a julgamento do Tribunal e de suas Delegações.

§ 4.º Nenhuma tomada de contas ás companhias e empresas que tenham concessão ou contracto com o Governo Federal para obras publicas, arrendamento de estradas de ferro, obras de portos e outros, quer gozem ou não de garantia de juros, ou outros favores, será valida, nem poderá produzir qualquer effeito legal, sem que tenha sido acompanhada por um funcionario do Tribunal, especialmente designado, assignando o mesmo as actas respectivas.

§ 5.º Compete-lhe, quanto ás contas annuaes da gestão financeira:

1º, emittir parecer prévio, no prazo de trinta dias, sobre as contas annuaes do Presidente da Republica á Camara dos Deputados;

2º, communicar á Camara dos Deputados, para os fins de direito, a falta de remessa das contas annuaes em tempo util;

3º, apresentar, sempre, tenham ou não sido remettidas as referidas contas annuaes, um minucioso relatorio do exercicio financeiro, com os elementos de que puder dispôr.

Art. 24. Compete, ainda, ao Tribunal de Contas:

1º, elaborar o seu Regimento Interno e organizar a sua Secretaria e mais serviços auxiliares, expedindo os respectivos regimentos e propôr ao Poder Legislativo a creação ou suppressão de empregos e a fixação dos respectivos vencimentos;

2º, propôr ao Presidente da Republica a nomeação de todos os funcionarios de sua Secretaria, observados os preceitos legais;

3º, nomear, em commissão, os delegados e assistentes das delegações, dentre os funcionarios de sua Secretaria, e dispensal-os, conforme as necessidades do serviço;

4º, expedir instrucções para a regularidade dos serviços das delegações.

Art. 25. Para o registro diario das ordens de pagamento e de adeantamento, até a importancia de cem contos de réis, serão designados ministros semanarios, segundo o criterio que fôr adoptado pelo Tribunal de Contas no seu regimento interno.

§ 1.º Quando o processo tiver parecer contrario ou a sua materia envolver interpretação, a competencia será do Tribunal pleno.

§ 2.º Os ministros semanarios terão sempre em vista a jurisprudencia do Tribunal; em casos de duvida, submeterão o processo ao julgamento do mesmo.

Art. 26. O Ministerio Publico, pelos seus representantes junto ao Tribunal de Contas, com a missão propria de promover, completar instrucção e requerer no interesse da administração, da justiça e da Fazenda Publica, é o guardião da lei e o fiscal da sua execução.

§ 1.º Compete ao Procurador Geral:

1º, comparecer ás sessões do Tribunal, discutir as questões e assignar os accórdãos, com a declaração de ter sido presente;

2º, dizer de direito, verbalmente ou por escrito, por deliberação do Tribunal, á requisição de qualquer Ministro, a seu proprio requerimento ou por distribuição do presidente, em todos os papeis e processos sujeitos á decisão do Tribunal;

3º, promover perante o Tribunal os interesses da Fazenda Publica e requerer tudo que fôr a bem e para resalva de direitos da mesma;

4º, promover o exame e julgamento dos contractos, a instauração dos processos de tomada de contas e a imposição de multas, quando ao Tribunal caiba infligir;

5º, levar ao conhecimento do Ministerio respectivo qualquer dolo, falsidade, concussão ou peccado que dos papeis sujeitos ao Tribunal se verifique haver o responsavel praticado no exercicio das suas funções;

6º, remetter aos procuradores seccionaes cópias authenticas dos actos de imposição de multas e das sentenças condemnatorias ao pagamento de alcances verificados nos processos de tomada de contas, quando essas cópias não tiverem sido remettidas directamente pelos delegados do Tribunal, ou pelos procuradores fiscaes nos Estados;

7º, interpor os recursos permittidos por lei: oppôr embargos; requerer revisão de tomada de contas;

8º, expor, em relatorio annual, que será annexo ao do Tribunal, o andamento da execução das sentenças;

9º, distribuir processos ao seu adjuncto, que o auxilia nas funções do cargo, e o substitue, nas suas faltas e impedimentos e designar os serviços de que se deva encarregar.

§ 2.ª Audiencia dos representantes do Ministerio Publico é obrigatoria nos casos de:

1º, consulta sobre operações, emissões e abertura de creditos, bem como acerca de duvidas suscitadas na execução das disposições legais concernentes ao orçamento á contabilidade e ás finanças publicas;

2º, registro de creditos;

3º, contractos;

4º, processos de aposentadorias, jubilação, reforma, montepio e meio soldo e outras pensões do Estado;

5º, prescripção;

6º, processos de tomada de contas e de fiança.

Art. 27. Compete ás delegações do Tribunal:

I, examinar e registrar os creditos distribuidos ás delegacias fiscaes ou repartições junto ás quaes exerçam suas funcções;

II, examinar e registrar as ordens de pagamento e de adiantamentos, expedidas pelas delegacias fiscaes ou chefes das repartições fiscalizadas;

III, deliberar sobre a legalidade dos adiantamentos recebidos, quando a comprovação fôr presente dentro da vigencia do exercicio;

IV, julgar as contas dos responsaveis, dentro de sua alçada;

V, instruir os recursos de suas decisões e julgados.

§ 1.º Nos processos de tomada de contas terão audiencia obrigatoria os procuradores das delegacias fiscaes, como órgãos do Ministerio Publico, devendo estes declarar nos processos ter estado presente após a assignatura do delegado do Tribunal nos despachos definitivos de julgamento de tomada de contas. Os procuradores deverão tambem ter audiencia nos pedidos de reconsideração e recursos contra as decisões que recusarem registro a actos relativos á fiscalização financeira, emittindo parecer escripto nos respectivos processos, antes da deliberação definitiva.

§ 2.º Os delegados do Tribunal de Contas serão os representantes do mesmo Tribunal nas delegações em que servirem, competindo-lhes deliberar, por despacho singular, sob sua responsabilidade, sobre todas as materias de competencia das delegações; corresponder-se com as autoridades; impor penas disciplinares aos funcionarios sob sua direcção e exercer as demais attribuições especificadas no regulamento da Secretaria.

§ 3.º As delegações do Tribunal de Contas junto ás delegacias do Thesouro Nacional terão competencia para julgar as contas de todos aquelles cuja responsabilidade annual não exceda de cem contos de réis, assegurado ao representante do Ministerio Publico e aos responsaveis o direito de recorrer para o Tribunal de Contas, dentro em trinta dias, após a intimação da sentença.

§ 4.º Das decisões definitivas das delegações, recusando registro a qualquer despesa ou adiantamento, ou da que não julgar legal a applicação de quantitativos recebidos, bem como dos actos de imposição de multa, haverá recurso para o Tribunal de Contas, dentro do prazo de quinze dias.

CAPITULO VII

DOS CONTRACTOS

Art. 28. Os contractos, que, por qualquer modo, interessarem immediatamente á Receita ou á Despesa, só se reputarão perfeitos e acabados, quando registrados pelo Tribunal de Contas, sendo considerados inexistentes os que, por qualquer motivo, não tiverem o registro.

§ 1.º O prazo para o registro será de quinze dias uteis, contados da data de sua entrada no Tribunal, salvo se esse prazo fôr interrompido por qualquer diligencia julgada necessaria pelo mesmo Tribunal.

§ 2.º Os contractos devem ser publicados no "Diario Official" dentro de dez dias uteis de sua assignatura, e, em igual prazo, a contar da publicação, remettidos ao Tribunal de Contas, por protocollo, do qual conste o dia e a hora da entrega.

Se, depois de publicados, não for feita a sua remessa nesse prazo, o Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas promoverá, dentro em dez dias uteis, o exame dos mesmos contractos, em petição instruida com o exemplar do "Diario Official" em que estiverem publicados.

§ 3.º A publicação no "Diario Official" será dispensavel, a juizo do Presidente da Republica, nos contractos que affectarem a defesa nacional, ou o credito publico. Neste caso serão submittidos ao Tribunal com a nota de "assumpto reservado".

§ 4.º A recusa do registro dos contractos impede a sua execução até o pronunciamento do Poder Legislativo.

§ 5.º A autoridade, que tiver approved o contracto, é lícito solicitar ao Tribunal de Contas a reconsideração da recusa de registro de qualquer contracto dentro de quinze dias uteis, depois de proferida a decisão do Tribunal, observando-se, quanto ao exame do pedido, o mesmo prazo fixado na primeira parte do § 1.º deste artigo.

§ 6.º Não deliberando o Tribunal sobre o registro, dentro dos prazos acima indicados, o Procurador Geral promoverá o julgamento do contracto, procedendo como no caso de falta de remessa dentro do prazo, apurando o Tribunal o motivo da demora ou extravio, que deu causa ao excesso do prazo, punindo os responsaveis, se verificar negligencia.

§ 7.º A comunicação da recusa definitiva de registro será feita á Camara dos Deputados, dentro em cinco dias uteis, acompanhando as comunicações cópias dos fundamentos da recusa de registro, dos pareceres do representante do Ministerio Publico e do exemplar do contracto.

§ 8.º No exame dos contractos será ainda verificado se foram observados os requisitos seguintes:

1) terem sido lavrados nos ministerios ou repartições competentes, exceptuados os casos em que é exigida a escriptura publica;

2) se foram celebrados por autoridade competente para a execução de serviços permittidos em lei e dentro do quantitativo e duração dos creditos, á conta dos quaes deva correr a despesa;

3) se guardam conformidade com as condições estabelecidas na lei para os serviços, obras e fornecimentos;

4) se respeitam as disposições da legislação fiscal e de direito commum, no que lhes forem applicaveis.

§ 9.º Ao conhecer da recusa do registro, não motivada por falta de saldo no credito ou por imputação a credito improprio, o Poder Legislativo determinará o registro sempre que reconheça conveniente aos interesses da Nação relevar o facto determinante da recusa, sem prejuizo de responsabilidade dos funcionarios que concorreram para esse mesmo facto.

CAPITULO VIII

DAS ORDENS DE PAGAMENTO E DE ADEANTAMENTO

Art. 29. No exame prévio das ordens de pagamento será verificado se foram observados os requisitos seguintes:

- 1) ter o ordenador competencia legal para expedir a ordem de pagamento;
- 2) ser dirigida á autoridade competente para cumpril-a;
- 3) constar a indicação da repartição ou agente que terá de effectuar o pagamento;
- 4) ter sido a despesa previamente empenhada;
- 5) ser expressamente indicado o nome do credor e a importancia do pagamento na propria requisição ou em relação annexa, rubricada pelo ordenador, bem como a verba ou credito por onde deverá correr a despesa;
- 6) estar instruida com os documentos indispensaveis para a comprovação.

Art. 30. Será permittido, como excepção ao registro prévio da despesa, o regimen de adeantamentos, nos casos seguintes:

- 1) para pagamento de despesas extraordinarias e urgentes, que não permittam delongas na sua realização;
- 2) para pagamento de despesas que tenham de ser effectuadas em logar distante de qualquer estação pagadora, ou no exterior;
- 3) para pagamento de despesas com a segurança publica, e em periodo de guerra, ou de estado de sitio;
- 4) para pagamento de despesas com a alimentação em estabelecimentos militares, de assistencia, educação e penitenciarios, quando as circumstancias não permittirem o regimen commun de fornecimentos;
- 5) para pagamento de despesas normaes nos navios de guerra e nos serviços militares que o exigirem, a juizo do Presidente da Republica;
- 6) para o pagamento de despesas com combustiveis e materia prima para as officinas e serviços industriaes do Estado, se as circumstancias assim o exigirem, a juizo do Presidente da Republica;

- 7) para occorrer a despesas miudas e de prompto pagamento e nos demais casos previstos em lei.

Art. 31. No exame previo das ordens de adeantamento será verificado se foram observados os requisitos seguintes:

- 1) ter o ordenador competencia legal para expedir a ordem de adeantamento;
- 2) ser dirigida á autoridade competente para cumpril-a;
- 3) constar a repartição ou agente que terá que effectuar o adeantamento;
- 4) ter sido a despesa previamente empenhada e deduzida a importancia do credito proprio;
- 5) ser expressamente indicado o nome do responsavel, a importancia do adeantamento, o fim a que se destina, o periodo em que terá de ser applicado e a verba ou credito onde foi classificada a despesa;
- 6) ser funcionario publico o responsavel pelo adeantamento requisitado.

Art. 32. O empenho de qualquer despesa consistirá na deducção da importância respectiva na dotação ou credito próprio observada a legislação em vigor a respeito, não assistindo ao detentor da primeira via de documentos de empenho o direito de reclamação, nem responsabilidade para o Thezouro, no caso de annullação do empenho.

Art. 33. Todas as requisições de pagamento, de adiantamento e de distribuição de creditos serão submettidas a registro do Tribunal, por intermedio do Ministro da Fazenda.

Art. 34. As comprovações de adiantamentos deverão ser presentes ao Tribunal, ou ás suas delegações, dentro de noventa dias da data do recebimento, sendo que no ultimo trimestre do anno financeiro o prazo não poderá ir além do dia 31 do mez de janeiro adicional.

Art. 35. Nos actos submettidos ao seu exame, como fiscal da administração financeira, as decisões do Tribunal de Contas serão proferidas no prazo maximo de quinze dias uteis e concluirão pelo registro ou pela recusa deste.

§ 1º. Tratando-se de recusa de registro fundada na falta de saldo no credito, ou imputação a credito improprio, essa recusa tem caracter prohibitivo, desde que a decisão não tenha sido reconsiderada, mediante reclamação da autoridade ordenadora, no prazo de quinze dias uteis.

§ 2º. Quando a recusa de registro não se fundar nos motivos do paragrapho anterior, a despesa poderá effectuar-se após despacho do Presidente da Republica, registro sob reserva do Tribunal de Contas e recurso *ex-officio* para a Camara dos Deputados, dentro de quinze dias uteis.

Art. 36. Vetado.

CAPITULO IX

DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS AUTONOMOS

Art. 37. A fiscalização financeira dos serviços autonomos será feita pela forma prevista nas leis que os estabelecerem.

CAPITULO X

DAS TOMADAS DE CONTAS

Art. 38. Na organização dos processos a que estão sujeitos todos os responsaveis, serão observadas as seguintes normas:

§ 1º. O balancetes mensaes, a que estão obrigados todas as estações arrecadadoras e pagadorias e os exactores, na forma do § 1º do rt. 89 do Codice de Contabilidade deveser remettidos ás secções de contabilidade de que dependem, até o dia quinze de cada mez.

§ 2º. A liquidação dos balancetes, á vista dos documentos da receita e despesa e dos termos de balanço que os acompanharem, será feita, impreterivelmente, até o fim do mez, concluido-se por uma demonstração summaria da receita e despesa, sendo fixada a situação de cada responsavel perante a fazenda publica.

§ 3º. A demonstração, assim organizada, será sem demora lançada no livro de contas correntes dos responsaveis, que deve existir em todas as secções de contabilidade, afim de que,

ôportunamente, seja levantada a tomada de contas annual, em face dos lançamentos mensaes.

§ 4°. A tomada de contas annual dos responsaveis deverá estar terminada, em todas as secções de contabilidade e encaminhados os processos ao Tribunal de Contas, ou suas delegações, dentro de seis mezes, contados do encerramento do exercicio.

No prazo de seis mezes, o Tribunal de Contas, ou suas Delegações, proferirão o seu julgamento, depois de ter determinado, se necessaria, qualquer diligencia feita por funcionarios seus no sentido de apurar, nas proprias repartições, as duvidas suscitadas.

§ 5°. Nos casos de desfalque ou desvio de bens da União, fallecimento de responsavel, ou exoneração por qualquer motivo, a tomada de contas será iniciada immediatamente e levada a termo com a maior presteza.

Art. 39. Os responsaveis, que deixarem de remetter, dentro do prazo marcado, o balancete mensal, serão suspensos até que o façam, pagando os juros legais de mora pela retenção dos saldos e na reincidencia, exonerados a bem do serviço publico, mediante processo, na forma da lei.

Paragrapho unico. Para o fiel cumprimento deste preceito, cabe aos funcionarios incumbidos da liquidação dos balancetes mensaes e escripturação dos livros de contas correntes comunicar aos chefes dos serviços de contabilidade a falta de remessa do balancete no prazo legal.

Art. 40. Os chefes das secções de contabilidade, além das penas disciplinares impostas pelos Ministros de que dependerem, ficam sujeitos á multa até 50 % de seus vencimentos mensaes, no caso de inobservancia das disposições contidas nos §§ 1° a 3° do art. 38.

Imporão essa multa o Tribunal de Contas ou suas delegações, desde que tenham conhecimento da falta de cumprimento dos preceitos acima mencionados.

§ 1°. A Directoria de Tomada de Contas da Secretaria do Tribunal terá sempre em dia a relação completa dos responsaveis sujeitos á tomada de contas em todo o Paiz, e, para isso, as repartições, onde forem recebidas as cauções, lhe enviarão, até o fim do mez de junho de cada anno, a lista dos responsaveis sob a sua dependencia, comunicando outrosim regularmente, as modificações soffridas, em consequencia de substituições.

§ 2°. Na mesma penalidade do artigo precedente e imposta pela mesma forma, incorrerão os chefes das repartições no caso de transgressão deste preceito.

Art. 41. As contas em atraso, comprehendidas até o encerramento do exercicio de 1934, serão levantadas pelas secções proprias, mediante exame arithmetico e confrontação dos documentos, expedindo o Tribunal de Contas e suas delegações quitações aos responsaveis, quando regulares.

§ 1°. Se for apurado alcance, far-se-á tambem o exame moral.

§ 2°. Consideram-se prescriptas as contas dos responsaveis anteriores a 1 de janeiro de 1915, uma vez que não estejam os mesmos em alcance já verificado.

O Tribunal de Contas dará execução a essa disposição, mandando expedir quitação e ordenando o levantamento do cauções, depositos e o cancellamento das fianças.

Art. 42. A tomada de contas dos responsaveis no interior será feita nos termos dos arts. 38 e 41 desta lei, dilatados os prazos de accordo com a tabella que for organizada.

CAPITULO XI

DOS BALANÇOS FINANCEIROS

Art. 43. Os balanços financeiros do ultimo exercicio encerrado e sobre os quaes o Tribunal de Contas terá de dar parecer, nos termos do art. 102 da Constituição, serão organizados pela Contadoria Central da Republica e delles deverá constar, qualquer que seja a sua organização, o seguinte:

1) A Receita orçada, a arrecadada, a recolhida aos cofres geraes e a por cobrar, bem como discriminação da cobrança por Estados e repartições;

2) A Despesa fixada na lei annual, ou em creditos especiaes, supplementares e extraordinarios e a effectivamente realizada; as obrigações de pagamento, assumidas no exercicio; as que deixarem de ser pagas; os excessos de credito ou debito em cada verba é bem assim a demonstração das despesas de exercicios findos, com indicação da natureza e do exercicio a que pertencem;

3) O resultado synthetico da execução do orçamento. Ao balanço synthetico ou gestão financeira serão annexadas as tabellas parciaes necessarias para esclarecimento das contas;

4) A cópia do balanço patrimonial.

§ 1.º O parecer do Tribunal deverá conter, além de uma apreciação geral sobre a execução do orçamento, o confronto das cifras constantes do balanço e as consignações na sua escripturação, apontando as divergencias entre uma e outras.

Assignalará especialmente: quanto á Receita, as omissões relativas a operações de credito e applicação das rendas especificadas; quanto á Despesa, os pagamentos acaso feitos á revelia do Tribunal de Contas.

§ 2.º Se as contas não forem presentes ao Tribunal dentro do prazo constitucional, o seu presidente, em minucioso relatorio e com os elementos de que dispuzer sobre o exercicio financeiro encerrado, communicará o facto á Camara dos Deputados, para os fins de direito.

§ 3.º Caso tenham sido presentes ao Tribunal, dentro do prazo, as contas de administração financeira, ao parecer do Tribunal acompanhará o relatorio do Presidente, em que apontará especialmente as deficiencias das leis fiscaes e as reformas que se imponham.

DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 44. Ficam reservados os direitos do actual representante do Ministerio Publico e do seu adjuncto, que passarão a ter as denominações de — Procurador Geral e adjuncto do Procurador Geral, bem como os dos actuaes auditores, directores e mais funcionarios do Tribunal de Contas,

Art. 45. O Presidente e os Delegados do Tribunal terão franquia telegraphica e postal para a correspondencia de serviço, inclusive quanto aos dois primeiros, em casos de urgencia, para respostas telegraphicas dos chefes de serviço commissionados ou outros funcionarios aos quaes forem transmittidas ordens, instrucções, requisições ou consultas e que não disponham de franquia.

Art. 46. As delegações do Tribunal de Contas serão installadas e funcionarão nos mesmos edificios em que funcionarem as repartições fiscalizadas, cabendo a estas pôr á disposição daquellas as dependencias precisas e prover ás necessidades de mobiliario, material de expediente e asseio.

Art. 47. Continuam em vigor todas as disposições legais e regulamentares sobre competencia e attribuições do Tribunal de Contas e sobre contabilidade publica que não collidirem com os preceitos da Constituição e desta lei.

Art. 48. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1935, 114° da Independencia e 47° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

LEI N. 157 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1935

Autoriza a abertura do credito de 24.000:000\$, complementar do orçamento vigente do Ministerio da Viação.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono, a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o credito suplementar de vinte e quatro mil contos de réis (24.000:000\$000) á verba 3ª, consignação II, Material, Sub-consignação n. 7, do vigente orçamento do Ministerio da Viação, correndo a despesa pelas operações de credito autorizadas na lei orçamentaria em vigor, lei n. 5, de 12 de novembro de 1934, art. 2º.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1935, 114° da Independencia e 47° da Republica.

GETULIO VARGAS

Marques dos Reis

LEI N. 158 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1935

Dispõe sobre vencimentos do funcconalismo publico da União

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Os funcconarios publicos que substituirem interinamente os licenciados perceberão, além de seus vencimentos, o que os substituidos perderem, não excedendo, porém, dos vencimentos destes os dos substitutos.

Paragrapho unico. Se a licença do substituido fôr com vencimentos integraes, nos termos do decreto n. 42, de 15 de abril de 1935, o substituto perceberá, além de seus vencimentos, o correspondente á gratificação, quotas ou percentagens do substituido, pela verba "Eventuaes", do orçamento do respectivo ministerio; não podendo, em caso algum, os vencimentos do substituto exceder os do substituido.

Art. 2.º Os funcconarios publicos que substituirem, ou já estejam substituindo interinamente, os que estiverem, ou estejam, em commissão ou serviço obrigatorio por lei, perceberão os vencimentos do seu cargo e a gratificação ou quotas ou percentagens do substituido, pela verba "Eventuaes" do orçamento do respectivo ministerio; não podendo o substituto receber mais do que o substituido.

Art. 3.º Reputar-se-á unicamente substituição, para o effeito dos artigos precedentes, o exercicio interino de emprego cujas funcções forem diversas das que ao empregado substituto competirem no seu proprio lugar, em virtude de leis e regulamentos.

Art. 4.º As pessoas estranhas que servirem em cargo vago, interinamente, perceberão os vencimentos integraes desse cargo.

Art. 5.º Fica revogada toda a legislação contraria ao presente decreto.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

Vicente Ráo.

Marques dos Reis.

José Carlos de Macedo Soares.

João Gomes Ribeiro Filho.

Henrique Aristides Guilhen.

Odilon Braga.

Gustavo Capanema.

Agamemnon Magalhães.

LEI N. 159 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1935

Regula a contribuição para a formação da receita dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões subordinados ao Conselho Nacional do Trabalho e dá outras providências

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º A contribuição dos empregados, dos empregadores e da União, para a formação da receita dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões subordinados ao Conselho Nacional do Trabalho será igual, na forma do art. 121, § 1º, alínea *h*, da Constituição Federal, obrigatória e fixada para cada instituição nos termos desta lei.

Paragrapho unico. Para effeito da igualdade de contribuição estabelecida neste artigo, serão computadas todas e quaesquer contribuições a que estejam os associados obrigados por lei.

Art. 2.º A contribuição dos empregados corresponderá mensalmente a uma percentagem sobre o respectivo vencimento, qualquer que seja a forma e a denominação deste, até o limite maximo de dous contos de réis (2:000\$000), e variavel de 3 % a 8 % (tres a oito por cento), conforme exigir a situação de cada Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões.

§ 1.º A percentagem referida neste artigo será fixada pelo ministro do Trabalho, Industria e Commercio, mediante proposta do Conselho Actuarial e ouvida a Junta Administrativa da Caixa interessada.

§ 2.º Independente de aviso ou notificação, todas as empresas, estabelecimentos e empregadores, comprehendidos na presente lei, são obrigados a descontar mensalmente nas folhas de pagamento de seus empregados a contribuição prevista neste artigo.

Art. 3.º Os empregadores contribuirão mensalmente com uma quota igual ao total das contribuições pagas durante o mez pelos respectivos empregados.

§ 1.º As contribuições de que tratam este artigo e o anterior, juntamente com a quota de previdencia de que trata o art. 4º, quando a mesma for arrecadada pelo empregador, deverão ser recolhidas improrogavelmente até o dia 15 do mez seguinte áquelle em que forem devidas.

§ 2.º Igual obrigação terão os directores, gerentes, administradores ou encarregados dos serviços explorados directamente pela União, pelos Estados ou pelos Municipios, sujeitos ao regimen das Caixas de Aposentadoria e Pensões, sendo a contribuição de que trata este artigo deduzida immediatamente da receita arrecadada.

§ 3.º Os recolhimentos de que trata o § 1º deste artigo serão effectuados, em conta da respectiva Caixa ou Instituto,

ao Banco do Brasil e ás suas agencias, ou, com a approvação do Conselho Nacional do Trabalho, a estabelecimentos bancarios ou arrecadadores, previamente designados pelos Institutos ou Caixas, sem prejuizo do que determina o art. 9.º da presente lei.

Art. 4.º A contribuição da União, igual á somma de todas as contribuições dos empregados, é denominada "quota de previdencia" e será constituída:

a) pela contribuição do Estado, prevista nos decretos numeros 20.465, de 1 de outubro de 1931, e 21.081, de 24 de fevereiro de 1932, 22.096, de 16 de novembro de 1932, 22.872, de 29 de junho de 1933, e 22.992, de 26 de julho de 1933, combinados com os de ns. 24.077, de 3 de abril de 1934, 24.273, de 22 de maio de 1934, 24.275, de 22 de maio de 1934, e 24.615, de 9 de julho de 1934, e respectivos regulamentos;

b) pela importancia da taxa de previdencia social a que se refere o art. 6.º desta lei.

Art. 5.º Ficam mantidos os demais elementos da receita vigente para os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Art. 6.º Fica creada sob o titulo de "taxa de previdencia social" uma percentagem de 2% sobre o pagamento, qualquer que seja a sua modalidade, de artigos importados do exterior, exceptuando-se, para esse fim, o combustivel e o trigo.

§ 1.º Com a criação dessa taxa ficam revogados o art. 5.º, e parágrafo, do decreto n. 24.273, de 22 de maio de 1934, e suas successivas modificações nesse particular, visto como dessa nova tributação sahirá a quota de previdencia prevista na legislação ora revogada.

§ 2.º Fica o Ministerio da Fazenda autorizado a baixar instrucções ou regulamento determinando o modo de cobrança dessa taxa, sua execução e fiscalização.

Art. 7.º E' extensivo ás Caixas Economicas o disposto nos arts. 3.º, alinea c, e 4.º do decreto n. 24.615, de 9 de julho de 1934, exceptuados, porém, os depositos até 10 (dez) contos de réis.

Art. 8.º Annualmente figurará no orçamento da despesa do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio uma verba sob o titulo de "Previdencia Social", cuja dotação será igual á estimativa da arrecadação da taxa de previdencia social a que se refere o art. 6.º.

§ 1.º Desta verba receberá o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Commercialios a importancia equivalente á contribuição de seus associados, para constituir a quota de previdencia do Estado que lhe é devida.

§ 2.º Poderá correr tambem por esta verba, caso o saldo deduzido o comporte, depois de satisfeito o que determina o § 1.º deste artigo, o pagamento de quotas de previdencia, que cabe ao Estado, para formar uma das partes da receita de novos Institutos ou Caixas de Pensões e Aposentadoria.

§ 3.º O Thesouro Nacional recolherá mensalmente ao Banco do Brasil, á conta do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, os duodecimos desta verba, formada pela

arrecadação estabelecida pelo art. 6º desta lei, ficando estipulada, com base na arrecadação prevista para o exercício de 1936, a quantia de vinte mil contos de réis (20.000:000\$) como adiantamento, a qual attenderá desta fôrma ao que determinam os paragraphos anteriores.

§ 4.º Correrá por conta desta mesma verba a importância relativa á quota de previdencia do Estado para attender ás aposentadorias e pensões dos empregados ou funcionarios das Caixas ou Institutos.

Art. 9.º Quando em um exercicio financeiro se apurar que a arrecadação total da quota de previdencia estabelecida no art. 4º foi inferior á contribuição dos associados de todas as Caixas ou Institutos de Pensões e Aposentadoria, o Conselho Nacional do Trabalho, a quem compete essa verificação, providenciará, por intermedio do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, para que seja feito o reforço da verba creada pelo art. 8º, providenciando o Governo da União os meios necessarios para isso, de fôrma a ser cumprido o que determina a Constituição no art. 121, § 1º, alinea h.

Paragrapho unico. No caso inverso, quando, pelo processo, fôr verificado, em tres exercicios consecutivos, haver saldo que ultrapasse a 10% (dez por cento), a União providenciará no sentido de se operar redução em uma ou mais taxas, de modo a não ser excedido o limite traçado nesta lei.

Art. 10. O saldo da quota de previdencia apurado em cada triennio, inferior a 10%, após a distribuição effectuada na fôrma desta lei, deduzidas as despesas legais, será applicado na formação de uma reserva de contingencia, na fôrma que fôr determinada pelo regulamento a que se refere o artigo 15.

Art. 11. Da arrecadação mensal da taxa a que se refere o art. 4º, alinea a, as empresas e estabelecimentos recolhirão, na fôrma do § 3º do art. 3º, ao Banco do Brasil, em conta da respectiva Caixa ou Instituto, importância igual ao total das contribuições dos associados, sendo o restante, se houver, depositado no mesmo Banco, em conta especial do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio.

Paragrapho unico. Da arrecadação a que se refere o artigo 4º, letra b, de accordo com o § 1º do artigo 6º, o Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio providenciará, por intermedio do Conselho Nacional do Trabalho, para que seja depositada no Banco do Brasil, em conta do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Commercialios, a quota que lhe couber mensalmente, obedecendo para isso o prazo maximo estabelecido pelo § 1º do art. 3º, ficando o restante com a mesma applicação do determinado no corpo deste artigo.

Art. 12. Cabe ao Conselho Nacional do Trabalho não só a fiscalização da igualdade de contribuições, como a movimentação, no Banco do Brasil, da conta especial do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio a que se refere o artigo 11 desta lei,

Art. 13. Os commerciantes sob firma individual e os socios administradores ou gerentes das firmas ou empresas, comprehendidos na especificação do art. 7º e respectivo § 2º, do decreto n. 183, de 26 de dezembro de 1934, terão o prazo de um anno para se inscreverem como associados do Instituto dos Commercialios.

§ 1.º Os commerciantes actualmente inscriptos em virtude do art. 6º do citado decreto n. 183, e que não quizerem continuar como associados, deverão notificar por escripto o Instituto, dessa resolução, dentro do mesmo prazo, sem direito a restituição das quotas já pagas.

§ 2.º Os commerciantes a que se refere este artigo, que vierem a se estabelecer, terão o prazo de seis mezes para essa inscrição, a contar da data desse estabelecimento.

Art. 14. Os empregados ou funcionarios das Caixas ou Institutos de Aposentadoria e Pensões serão obrigatoriamente seus associados, contribuindo com percentagem igual á dos empregados das respectivas empresas ou estabelecimentos, e as mesmas Caixas ou Institutos com uma quota equivalente á dos seus empregados ou funcionarios.

Art. 15. Por infracção desta lei ou por falta de cumprimento de decisões do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, o Conselho Nacional do Trabalho applicará aos infractores multas de 50\$ (cincoenta mil réis), até dez contos de réis (10:000\$000), com recurso para o Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, no prazo de trinta dias, contados da respectiva notificação ou da publicação no *Diario Official*.

Art. 16. O Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio expedirá o regulamento necessario para a execução desta lei, que entrará em vigor a 1 de janeiro de 1936, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1935, 114ª da Independencia e 47ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

Arthur de Souza Costa.

LEI N. 160 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1935

Altera a Carteira de Redescontos, estabelecida no Banco do Brasil

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º A Carteira de Redescontos, estabelecida no Banco do Brasil, operará com o limite maximo de trezentos mil contos de réis (300.000:000\$000), admittindo a redes-

conto titulos já autorizados em leis e decretos anteriores, nas condições e prazos nelles estabelecidos, e mais os a seguir discriminados, estes no prazo de 180 dias:

I — Letras de cambio ou notas promissórias, cujos acceitantes ou emittentes exerçam actividade agricola ou explorem industrias derivadas ou connexas, especialmente referentes ao algodão, desde que tenham co-responsabilidade de duas firmas idoneas, ou sendo de uma só firma, tenham garantia de recibos ou conhecimentos de depositos, "warrants", ou conhecimento de mercadorias, e, tambem, as notas promissórias com garantia de penhor, nas condições que o presidente do Banco do Brasil determinar;

II — Conhecimentos de depositos e "warrants", emittidos por empresas de armazens geraes; bilhetes á ordem, pagaveis em mercadorias, com responsabilidade de duas firmas idoneas, uma das quaes, obrigatoriamente, de agricultor.

§ 1.º Só serão admittidos a redescontos os titulos:

a) de valor não inferior a 500\$000;

b) de mercadorias de difficil deterioração, como garantia das operações discriminadas nesta lei.

§ 2.º Desse total, pelo menos 100 mil contos serão obrigatoria e exclusivamente destinados á lavoura do algodão, e distribuidos equitativa e proporcionalmente aos Estados algodoeiros, e de accordo com a producção de cada um, tomando-se por base a safra do anno em curso.

Art. 2.º A Carteira de Redescontos, para a agricultura em geral e pecuaria, e especialmente para o algodão, tambem poderá operar com bancos e cooperativas de credito, de producção, de consumo ou mixtas, que tenham funcionamento legal e cuja capacidade financeira, a juizo da Carteira de Redescontos, e mediante approvação expressa do presidente do Banco do Brasil, possa responder pela prompta liquidação dos titulos redescontados.

Art. 3.º O limite para o redesconto de titulos emittidos pelo Departamento Nacional do Café, por força do decreto n. 20.760, de 7 de dezembro de 1931, fica fixado em seiscentos mil contos (600.000:0000\$000).

Art. 4.º Não serão admittidos nas operações de redescontos os titulos da União, dos Estados e dos Municipios, ficando o Presidente da Republica autorizado:

a) a resgatar antecipadamente as notas promissórias do Thesouro Nacional, redescontadas pelo Banco do Brasil, applicando nesse fim a importancia correspondente, emittida para attender ao respectivo redesconto, até ao maximo de trezentos mil contos de réis (300.000:000\$000);

b) a effectuar operações de credito até o maximo de trezentos e cincoenta mil contos de réis (350.000:000\$000), exclusivamente para liquidar a restante responsabilidade por notas promissórias do Thesouro Nacional, descontadas no Banco do Brasil, podendo anticipal-as, parceladamente, mediante emissões de papel-moeda, que será incinerado na proporção em que forem collocados os titulos daquellas operações.

§ 1.º Os títulos emittidos em virtude do disposto na alínea b serão resgatados dentro de 15 annos e vencerão os juros annuaes maximos de 6 %.

§ 2.º Estes títulos serão emittidos em parcelas que o Poder Executivo fixará, á medida das necessidades do Thezouro Nacional.

Art. 5.º A taxa de redesconto deverá ser fixada cada mez pelo Conselho de Administração da Carteira de Redescontos, tendo em vista a situação geral do mercado monetario.

Art. 6.º A Carteira de Redescontos publicará no primeiro dia util de cada semana e mez os balanços demonstrativos da sua caixa de operações na semana e mez anteriores.

Art. 7.º Os títulos redescontados poderão ser resgatados antes de seus vencimentos pelo Banco redescontante. Nesse caso, a Carteira de Redescontos devolverá a este os juros correspondentes ao tempo que faltar para o vencimento de títulos assim resgatados e que excedam de trinta dias.

Art. 8.º Correrão por conta da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil as despesas de impressão das notas precisas ás operações de redescontos.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

LEI N. 161 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1935

Regula a expedição de cartas de provisionados e solicitadores, e o exercicio dessas profissões

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º As provisões ou cartas, de provisionados, ou solicitadores, inscriptos na Ordem dos Advogados antes da vigencia desta lei, poderão ser reformadas, até tres mezes depois de findo o prazo respectivo, por acto do Presidente da Côrte de Appellação do Estado, do Districto Federal, ou do Territorio do Acre, a requerimento dos titulares respectivos, que não hajam incorrido em prohibição, nem perdido algum dos requisitos exigidos, para a concessão inicial dos mesmos títulos, pelo art. 3º, letras a, b, c e d.

Art. 2.º A concessão de novas provisões, ou cartas de provisionados e solicitadores, se fará, na vigencia desta lei,

sómente para comarcas, termos ou districtos judiçarios, em que, por deficiencia do numero de advogados em exercicio, a Córte de Appellação do Estado o admittir, depois de ouvido o Conselho da Ordem dos Advogados, no mesmo Estado.

§ 1.º A Córte de Appellação fixará o numero maximo de provisionados e solicitadores admittidos na mesma comarca.

§ 2.º Será conclusivo o parecer do Conselho, quando favoravel á concessão de cartas, ou provisões.

Art. 3.º Para obter carta de solicitador, na vigencia desta lei, fará o requerente prova, perante o Presidente da Córte de Appellação, dos requisitos seguintes:

a) nacionalidade brasileira, de origem ou adquirida, tendo, neste ultimo caso, prestado serviço militar no Brasil;

b) alistamento como eleitor;

c) attestado de idoneidade moral firmado por tres advogados;

d) habilitação em exame, perante a comissão composta de juizes, membros do Ministerio Publico e advogados, e na fórmula regulada pela Córte de Appellação respectiva — sobre as seguintes materias: composição em idioma patrio (envolvendo demonstração de conhecimentos de geographia e historia, especialmente do Brasil); organização constitucional do Brasil; organização judiciaria federal e local; processo civil e criminal.

§ 1.º Para obter carta de provisionado, o requerente fará, no exame de habilitação, prova de conhecimentos de Direito Civil, Direito Commercial e Direito Criminal, além das demais materias supra indicadas.

§ 2.º Aos alumnos matriculados no 4º anno da Faculdade de Direito, mantida ou reconhecida pelo Governo Federal, será concedida carta de solicitador mediante simples requerimento ao Presidente da Córte de Appellação, provado o requisito da lettra a, supra.

§ 3.º Aos estrangeiros será concedida carta de solicitador, dispensado o requisito da lettra a, supra, sómente em casos de reciprocidade internacional admittidos em lei.

§ 4.º As cartas de provisionados ou solicitadores vigorarão por quatro annos, podendo ser renovadas, excepto as de que trata o § 2º, independentemente de novas provas de habilitação, nos termos do art. 1º, principio.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rdo.

RIO DE JANEIRO
IMPRESSA NACIONAL
1936